

As Jornadas de Junho de 2013 representam o principal movimento insurgente brasileiro deste século e, mesmo passada mais de uma década de seu acontecimento, ainda atravessam debates políticos, econômicos, sociais e urbanísticos em diversos contextos. De uma luta urbana desenhada a partir da precariedade da mobilidade nas cidades, o levante passou a ser visto, por muitos, como um dos principais impulsionadores do golpe sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Portanto, para além das insatisfações com a qualidade de vida urbana, a inserção das manifestações no ciclo de lutas de 2011, o contexto (geo)político, econômico e social vivenciado pelo país no período e os complexos desdobramentos dos atos, levam a profundas inquietações, gerando desejo de compreender um pouco mais a fundo as múltiplas linhas que traçam esse rizoma. Movidos por esses e outros incômodos, pesquisadores do Grupo Indisciplinar envolvidos direta ou indiretamente nas manifestações, iniciaram um mergulho na investigação a respeito das Jornadas buscando uma perspectiva transescalar a partir de uma investigação que trazia a geopolítica como pano de fundo, atravessando o território e as questões micropolíticas, macropolíticas e macroeconômicas. Em uma investigação de múltiplos caminhos, foram emergindo temas como participação social, movimentos sociais, revoltas, revoluções e levantes, além do marcante Maio de 1968, que passaram a compor a trama de pensamento registrada neste ebook. Assim, formado por um compilado de textos que, de alguma forma, aponta o desenvolvimento do pensamento das autoras entre os anos de 2018 e 2019, busca-se apresentar neste livro muitas das inquietações que as perturbaram naquele período.

narrativas em disputa
redes, ruas e subjetividades

organização:
Maíra Ramirez Nobre
Natacha Rena

narrativas em disputa

redes, ruas e subjetividades



organização:
Maíra Ramirez Nobre
Natacha Rena

Copyright 2024 by GeoPT

Capa

João Paulo Souto.

Organização

Maíra Ramirez Nobre; Natacha Rena.

Revisão e editoração prévia

Maíra Ramirez Nobre; Natacha Rena.

Editoração final

Maíra Ramirez Nobre; Natacha Rena; João Paulo Souto.

Diagramação

João Paulo Souto.

Dados internacionais de Catalogação da Publicação (CPI)

N754 Nobre, Maíra Ramirez; Rena, Natacha (orgs.).

Narrativas em disputa: redes, ruas e subjetividades
/ Organizadoras Maíra Ramirez Nobre; Natacha Silva
Araújo Rena – 1ª ed. – Belo Horizonte, MG: Editora
Escola de Arquitetura UFMG, 2024.

218p. 17 x 24 cm - Selo Editorial Multipolar

ISBN 978-65-981740-3-3

1. Levantes. 2. Movimentos sociais. 3. Lutas urbanas. 4.
Ciclo de lutas de 2011. I. Nobre, Maíra Ramirez. II. Rena,
Natacha. II Maia, Marcelo. III. Escola de Arquitetura. IV.
UFMG. V. Selo Editorial Multipolar. VI. Grupo de Pesquisa
Geopolítica e Planejamento Territorial. VII. Título.

CDD-303

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

Bibliotecária - Carla Angelo (CRB-6/2590)

2024

Editora Escola de Arquitetura UFMG.

Selo Editorial Multipolar.

Rua Paraiba, 697-Sala-408-Savassi.

narrativas em disputa

redes, ruas e subjetividades

MULTIPOLAR **indisciplinar** **GeoPT**
grupo de pesquisa cnpq-eaufmg



Organização:
Maíra Ramirez Nobre
Natacha Rena

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO: Cartografias, metacartografia, do/no e... e... e... das lutas	06
Maíra Ramirez Nobre; Natacha Rena	
(I)	
2. A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE COMO INSTRUMENTO DE PERPETUAÇÃO DO NEOLIBERALISMO	14
Maíra Ramirez Nobre	
3. TERCEIRO SETOR: Governança e participação na administração urbana	36
Henrique Dias Porto; Natacha Rena	
(II)	
4. DAS REVOLUÇÕES AOS LEVANTES	56
Maíra Ramirez Nobre; Natacha Rena	
5. 68 E DEPOIS: uma cartografia dos filmes “Morrer aos 30 Anos” e “O Fundo do Ar é Vermelho”	82
Maíra Ramirez Nobre; Natacha Rena; Danilo Caporalli Barbosa	
(III)	
6. ENTRE REDES E RUAS: Tecnopolíticas dos novíssimos movimentos sociais	118
Maíra Ramirez Nobre; Jéssica Dayane de Abreu Borges; Natacha Rena	
7. A dimensão Geopolítica do Golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/estrangeirização.	150
Natacha Rena; Maíra Ramirez Nobre; Danilo Caporalli; Henrique Dias Porto	
8. JORNADAS DE JUNHO DE 2013: geopolítica e territórios	186
Maíra Ramirez Nobre; Ana Luísa Schoenell; Henrique Dias Porto	



APRESENTAÇÃO: Cartografias, metacartografia, do/no e... e... e... das lutas

Maíra Ramirez Nobre¹
Natacha Rena²

Quando se trabalha, a solidão é, inevitavelmente, absoluta. Não se pode fazer escola, nem fazer parte de uma escola. Só há trabalho clandestino. Só que é uma solidão extremamente povoada. Não povoada de sonhos, fantasias ou projetos, mas de encontros. Um encontro é talvez a mesma coisa que um devir ou núpcias. É do fundo dessa solidão que se pode fazer qualquer encontro. Encontram-se pessoas (às vezes sem as conhecer nem jamais tê-las visto), mas também movimentos, idéias, acontecimentos, entidades. Todas essas coisas têm nomes próprios, mas o nome próprio não designa de modo algum uma pessoa ou um sujeito. Ele designa um efeito, um zigzague (...). (DELEUZE, 1998, p.14).

Este livro é um processo, decalque de encontros. Cartografia da cartografia da cartografia... dos nossos levantes e dos múltiplos agenciamentos dos levantes. Infinitas escritas. É um fluxo. Uma sucessão de pensamentos, formações de grupos, um agenciamento. É algo que flutua, que flui, que nunca é o mesmo, a terceira margem, o rio de Heráclito. É uma construção, construções. Um encontro. Vários momentos, várias sínteses, várias máquinas e multiplicidades se agenciando entre fluxos e cortes, se territorializando e desterritorializando e desorganizando e conformando e desenhando e multiplicando e, e, e...

Quando decidimos escrever as coisas que cá estão, sabíamos que éramos muitos, não pelo número de mãos e cérebros arrançados, associados e desassociados, mas porque, tal como anunciam Deleuze e Guattari (2011), cada um de nós já era vários e isso é muita gente. Para escrever “utilizamos tudo o que nos aproximava, o mais próximo e o mais distante” (DELEUZE E GUATTARI, 2011, p.17).

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais.

2 Professora dos cursos de Arquitetura e de Design da EA UFMG, assim como dos programas de pós-graduação NPGAU e PACPS, também da EA UFMG. Atualmente é líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ INDISCIPLINAR e coordena o Programa de Extensão IndLab.

Este livro é parte do processo de escrita múltipla, multiplicada. A escrita do encontro “orientadora”, “orientandos” e “co-orientados”. Um revisitar que carrega em si a metamorfose à qual cabem o tempo e os deslocamentos. Nos últimos anos, participamos de uma experiência na qual agimos, experimentamos e pensamos de forma coletiva e singular. Escrevemos juntos a partir de trocas cotidianas. Quase como “chegar ao ponto em que não se diz mais EU, no ponto que já não tem qualquer importância ou não dizer EU. Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados.” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.11).

Revisitando nossos textos, cartografando nossas cartografias de novo e outra vez, nos colocamos aqui numa escrita que permite um reinventar de lugares e percepções hibridizadas; uma imersão naqueles já vividos, de forma a complexificá-los mediante as experiências atuais. Não se trata de uma revisão, nem mesmo de um compilado, mas de um debruçar outra e mais uma vez pelo que foi e se agenciar em outro tempo, com outras máquinas, com outros vários de nós.

Cartografamos encontrando em Deleuze (2011) um entendimento de pensamento em fluxo que não tem início nem fim. Que está sempre no meio. A cartografia como “um mapa aberto que se vai desenhando pelas conexões que o campo de pesquisa ofertar, não se esquecendo jamais que nele se incluem as implicações do próprio pesquisador, ou seja, seus desejos, perguntas, curiosidades, verdades” (PAULON e ROMAGNOLI, 2010, p. 98). Uma espécie de *metacartografia* que cresce tal qual rizoma ou erva daninha. Exercitamos a escrita conjunta, evitando a justiça de ideias justas. Lançamos pensamentos cruzados, por não pretendemos a verdade da ideia verdadeira:

A justiça, a justeza são ideias ruins. A elas, opor a fórmula de Godard: não uma imagem justa, apenas uma imagem. É a mesma coisa em filosofia, em um filme ou em uma canção: nada de ideias justas, apenas ideias. Apenas ideias, é o encontro, o devir, o roubo e as núpcias, esse “entre-dois” das solidões. (DELEUZE, 1998, p.17).

Este livro é a celebração do nosso encontro como pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Indisciplinar³.

3 <https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Indisciplinar>

O Grupo de Pesquisa Indisciplinar vem há aproximadamente uma década cartografando e atuando em diversas frentes de lutas urbanas importantes para Belo Horizonte e para o país. Peça fundamental para a construção das Ocupações no Viaduto Santa Tereza - que culminaram nas manifestações das Jornadas de 2013 realizadas na capital mineira -, envolvido com movimentos de bairro, ou ambientais - como o Fica Ficus e o Parque Jardim América -, o Indisciplinar é conhecido por estar sempre atuando junto aos movimentos de luta e, algumas vezes, agindo ali, no que chamamos *ponto cego das lutas*. Assim, cartografar esses movimentos e compreender as Jornadas de Luta é, de alguma forma, cartografar a nós mesmos. Não num sentido psicanalítico de compreensão do EU que se fez e faz presente em tudo isso, mas, pelo contrário, querendo encontrar os vários e múltiplos NÓS que mergulharam tantas vezes nesses fluxos sociais.

Quando nos encontramos, logo entendemos que percorreríamos juntas (nós duas e vários outros que estão aqui presentes) parte de nossas inquietudes. Propomos, então, apresentar um pouco desse percurso, com alguns de nossos pensamentos e práticas para que possam se rearranjar a partir deste livro-agenciamento. Contamos aqui com sete textos que foram fundamentais para esse nosso processo que começou pelo meio e que agora se encontra em outro meio.

Este livro é organizado em três blocos sendo, os dois primeiros formados por dois artigos e o terceiro composto por três textos:

(i) O primeiro deles, no qual se pretende uma abordagem mais ampla sobre contextos geopolíticos globais, traz os textos *A produção de subjetividade como instrumento de perpetuação do neoliberalismo* escrito por Maíra Nobre e *Terceiro Setor: governança e participação na administração urbana* de Henrique Porto e Natacha Rena. Pretende-se, aqui, uma contextualização teórica de conceitos que nos são caros e que irão subsidiar análises feitas posteriormente, como o de Império - cunhado por Michael Hardt e Antonio Negri; globalização - tendo como principal pensador do tema Zygmunt Bauman; neoliberalismo - embasado pelos pensamentos de Pierre Dardot e Christian Laval; e confluência perversa - a partir de Evelina Dagnino;

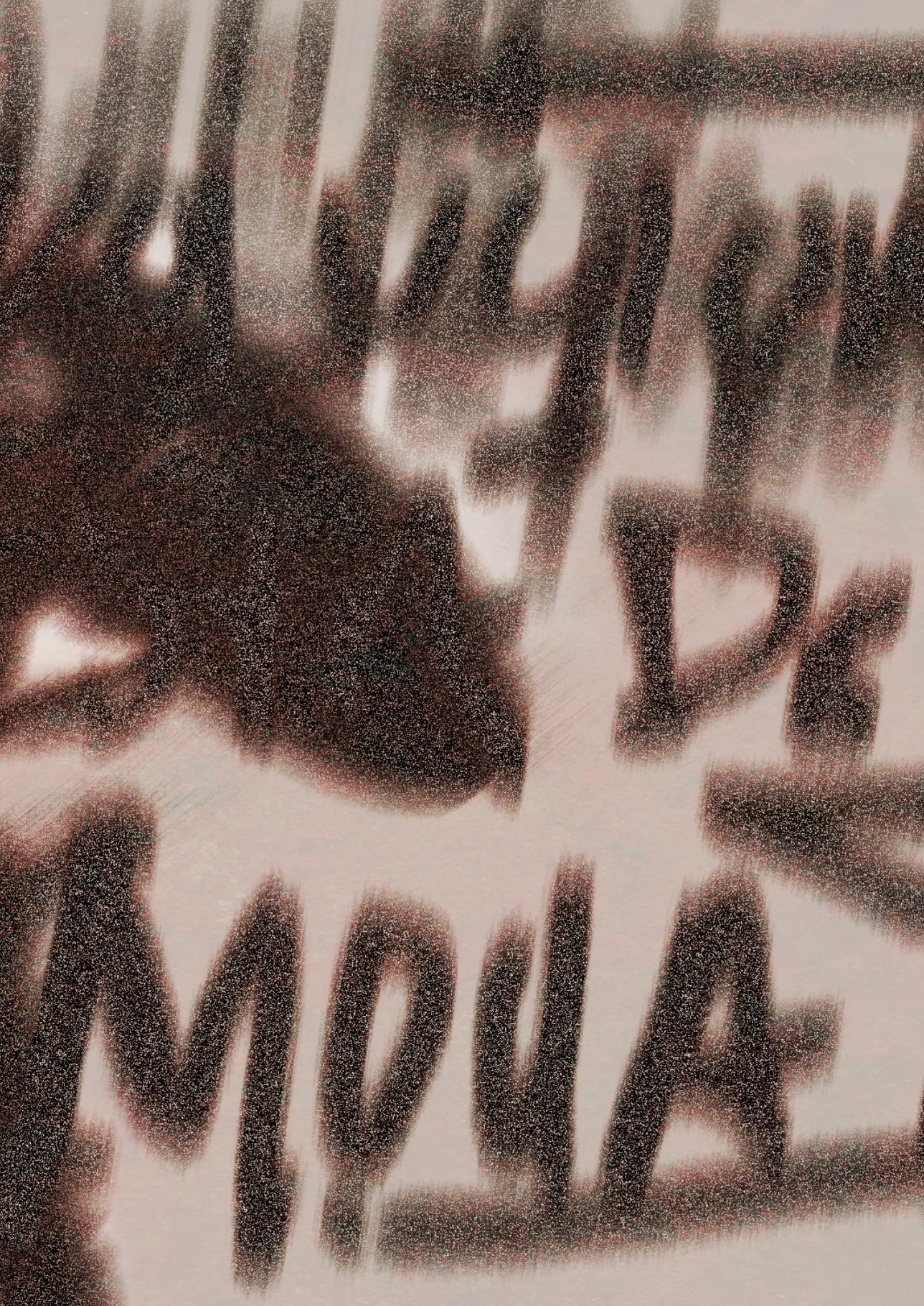
(ii) O segundo bloco, por sua vez, apresenta dois textos escritos um seguido do outro, como uma continuação do processo de pensamento. Em *Das Revoluções aos Levantes e 68 e Depois*, nós duas (com parceria de Danilo Caporalli no segundo texto) buscamos, inicialmente, uma aproximação de conceitos que tangenciam o universo revolucionário como revolta, insurreição, contraconduta e levantes. Buscávamos nosso próprio vocabulário, a forma como nos referiríamos a diferentes momentos de mobilização social. Como alerta Didi-Huberman (2016, p. 29) um erro nesta conceituação, pode comprometer ou deturpar o sentido de toda a pesquisa. Posteriormente, nos inclinamos a compreender os adventos de Maio de 1968, entendido como um dos mais marcantes levantes do século XX e que é associado por vários autores como Luc Boltanski e Eve Chiapello (2009), além de Peter Pál Pelbart (2011), como elemento fundamental para a nova configuração do capitalismo que emerge com o fim do fordismo, aqui compreendida como neoliberalismo. O mergulho na efervescência dos anos 1960 e no evento francês foi acompanhado e motivado pela participação na construção da Mostra de Cinema 68 e Depois⁴ que fez emergir a sétima arte como elemento cartográfico. Ao final dos dois artigos deste bloco, ensaia-se uma aproximação entre os debates elencados e a realidade vivenciada pelos levantes que ocuparam as ruas de diversas cidades em todo o planeta após a crise do capitalismo de 2008, com destaque para as Jornadas de Junho de 2013;

(iii) No terceiro bloco busca-se aproximar desta nova realidade de movimentos sociais, analisando a influência tanto das tecnopolíticas quanto das pautas urbanas para a emergência das insurreições. *Entre Redes e Ruas: tecnopolíticas dos novíssimos movimentos sociais*, escrito por nós duas em parceria com Jéssica Borges, apresenta o levante espanhol 15M (2011) pensando as suas estratégias de associação entre os movimentos digitais e a ocupação dos espaços públicos. Entende-se tal movimento como um laboratório tecnopolítico para a experiência que viria a se desenvolver no Brasil dois anos depois: as Jornadas

⁴ “A mostra tem como interesse central de discussão o modo como o cinema elabora as imagens e as narrativas do passado e do presente e como os filmes produzem reflexão, engajamento e intervenção em nossa situação política contemporânea, assim como nos auxiliam no pensamento, na mobilização e na ação política efetiva. O evento é correalizado pelo grupo de pesquisa Indisciplinar (UFMG) e tem a curadoria de Natacha Rena e Pedro Rena.” (Página da Mostra: <https://www.facebook.com/events/482233478863809/>). É possível acessar também o site da mostra entrando em: <https://68edepois.cartografia.org/>. Acesso em 07 de agosto de 2021.

de Junho de 2013. Entretanto, antes de adentrar a temática específica deste levante, que será abordada no último artigo do livro, dedica-se, em *A dimensão Geopolítica do Golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/estrangeirização*, a um mergulho nos processos geopolíticos que levaram à construção do Golpe realizado em Brasil em 2016, introduzindo as Jornadas como um dos principais pilares para a derrubada da Presidenta Dilma Rousseff. Escrito em parceria com Henrique Porto e Danilo Caporalli, esse texto visa levantar algumas hipóteses para a desconstrução de um projeto de país que vinha se desenvolvendo desde os primeiros anos do século XXI. Trata-se, portanto, de apostas e questões que inquietavam nossas mentes ali, em meados de 2019, e que foram fundamentais para que, posteriormente, se aprofundasse alguns dos pontos ali elencados. Esse é o caso das Jornadas de Junho de 2013 que, como elemento (des)orientador de umas de nossas hipóteses, se desdobrou em amplas pesquisas, tematizando o último texto desta série. *Jornadas de Junho de 2013: geopolítica e territórios* escrito por Maíra Nobre em parceria com Ana Luísa Schoenell e Henrique Porto, busca uma análise transescalar deste marcante movimento de luta trazendo a temática urbana como uma possível brecha no fomento dessa “potência multitudinária”.





A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE COMO INSTRUMENTO DE PERPETUAÇÃO DO NEOLIBERALISMO¹

Maíra Ramirez Nobre²

Introdução

De acordo com os autores Michael Hardt e Antonio Negri (2000) existe uma nova forma de governo global, pautada na fragilidade das fronteiras e aceleração das conexões, na descentralização, na velocidade e na produção de afetos, à qual dão o nome de Império. O Império é um conceito que caracteriza um modo de fazer governamental diretamente relacionado com os processos de globalização, ou melhor, dependente da globalização para que se efetue e propulsione a lógica neoliberal à qual está imerso. Entendendo, neste momento, o neoliberalismo como uma razão de mundo que atua sobre Estados, mercados e sujeitos (DARDOT; LAVAL, 2016). Império e neoliberalismo dependem de dois elementos centrais para sua perpetuação: a globalização e produção de subjetividades.

Deve-se salientar que 'Império' é usado aqui não como metáfora, o que exigiria uma demonstração das semelhanças entre a ordem mundial de hoje e os impérios de Roma, da China, das Américas e assim por diante, mas como conceito, o que pede basicamente uma abordagem teórica. O conceito de Império caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo Império não tem limites. Antes e acima de tudo, portanto, o conceito de império postula um regime que efetivamente abrange a totalidade do espaço, ou que de fato governa todo o mundo 'civilizado'. Nenhuma fronteira territorial confina seu reinado. Em segundo lugar, o conceito de Império apresenta-se não como um regime histórico nascido da conquista, e sim como uma ordem que na realidade suspende a história e dessa forma determina, pela eternidade, o estado de coisas existente. Do ponto de vista do Império, é assim que as

1 Artigo escrito para a disciplina Espaço, técnica e informação: o território e as variáveis do período histórico atual, oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável - UFMG. Professores Natacha Rena e Fábio Tozi.

2 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais.

coisas serão hoje e sempre – e assim sempre deveriam ter sido. Dito de outra forma, o Império se apresenta em seu modo de governo não como um momento transitório no desenrolar da História, mas como um regime sem fronteiras temporais e, nesse sentido, fora da História ou no fim da História. Em terceiro lugar, o poder de mando do Império funciona em todos os registros da ordem social, descendo às profundezas do mundo social. O Império não só administra um território com sua população mas também cria o próprio mundo que ele habita. Não apenas regula as interações humanas como procura reger diretamente a natureza humana. O objeto do seu governo é a vida social como um todo, e assim o Império se apresenta como forma paradigmática de biopoder. Finalmente, apesar de a prática do Império banhar-se continuamente em sangue, o conceito de Império é sempre dedicado à paz – uma paz perpétua e universal fora da História (HARDT; NEGRI, 2000, p.14-15).

O objetivo deste texto é compreender a produção de subjetividades como uma das principais ferramentas utilizadas pelo Império para a manutenção de uma hegemonia global. Neste sentido, trabalha-se com a articulação entre quatro conceitos divididos em dois blocos. O primeiro bloco aborda a interface entre globalização, neoliberalismo e Império. Já o segundo debate a produção de subjetividades como ferramenta fundamental para manutenção do *status* dos três pilares anteriores, ou seja, crescimento e aceleração do processo de globalização, sustentação da razão neoliberal, manutenção da hegemonia das forças imperiais.

Em se tratando de um estudo teórico conceitual o método utilizado é uma revisão bibliográfica. Para os conceitos trabalhados na primeira seção serão utilizados como autores base Zygmund Bauman (1999) no debate sobre globalização, tendo em vista a possibilidade de uma compreensão ampla do termo no que tange as relações entre o local e o global; Pierre Dardot e Christian Laval (2016) discutindo neoliberalismo, principalmente devido a perspectiva do termo como razão de mundo e sua análise segundo as instâncias do mercado, do Estado e dos sujeitos; e Michael Hardt e Antonio Negri (2000) abordando o Império, já que eles cunharam o conceito. Em relação à produção de subjetividade, colocada aqui como um atravessamento aos debates anteriores, será realizada uma retomada da discussão supracitada de Dardot e Laval (2016) acrescida pelo pensamento de Félix Guattari e Suely Rolnik (2011).

Entende-se como relevância deste estudo compreender a lógica de governança neoliberal utilizada pelo Império que coordena as populações em instâncias que vão muito além da economia, transpassando a vida social, o papel exercido pelo Estado e as relações individuais mais íntimas. Para que o modelo neoliberal pudesse ser instalado e perpetuasse sua atuação ao longo dos anos, foi necessária a implementação de uma nova forma de racionalidade que atingisse todos os âmbitos da vida. E, para que este modo fosse incorporado, foram criadas diferentes estratégias de subjetivação que contam com a tecnologia e os sistemas de informação como importantes aliados.

Globalização

A “globalização” está na ordem do dia; uma palavra na moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. Para alguns, “globalização” é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, “globalização” é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo “globalizados” - e isso significa basicamente o mesmo para todos (BAUMAN, 1999, p.7).

Não existe um consenso sobre a origem do que se entende enquanto globalização. Para alguns trata-se de um fenômeno tão antigo quanto as grandes navegações quando já era possível observar várias trocas culturais mediante encontro de diferentes grupos. Autores como Amin (2018)³ afirmam que a globalização já estava presente no período das primeiras colonizações, sendo necessário, ao se tratar do tema, localizar a abordagem temporalmente. Entretanto, há uma leitura marcada primordialmente pelo pensamento de Milton Santos (1996) que afirma ser a globalização um conceito contemporâneo. Isso porque o autor divide tais processos de trocas culturais em três momentos que se distinguem primordialmente em relação a questões de ordem técnica/tecnológica: (i) mundialização; (ii) internacionalização; (iii) globalização. O primeiro deles existe desde os hominídeos,

3 Entrevista ao Instituto Tricontinental. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/sobre/>. Acesso em 07 de junho de 2019.

enquanto o segundo surge com a formação do mercantilismo e do capitalismo modificando a relação com os objetos de troca. O terceiro, localizado por alguns autores no período pós Segunda Guerra Mundial, surge com a incorporação das novas tecnologias, principalmente de informação, que modificam as relações de tempo e espaço, fenômeno ao qual Harvey (2008) dá o nome de *compressão espaço tempo*.

A relação entre globalização e este outro entendimento de tempo e espaço está, para Nancy Fraser (2002) relacionada a um novo modelo de capitalismo. Segundo a autora é fundamental que se entenda a transição do capitalismo fordista para o pós-fordista simultânea a transformação de uma sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento, construída após a Terceira Revolução Industrial, cujas bases são a tecnologia da informação. “Há ainda que referir a mudança de uma ordem internacional dominada por Estados-nação soberanos para uma ordem globalizada em que os enormes fluxos transnacionais do capital restringem as capacidades de governação dos Estados nacionais”. (FRASER, 2002, p.9).

Esta nova forma de organização mundial conduz a uma crescente integração das economias e sociedades - principalmente no que tange a produção de mercadoria e serviços, ao fortalecimento do mercado financeiro e à difusão de conhecimento (uso de novas tecnologias de informação e processamentos de dados). Articulada ao neoliberalismo, a ser explicado de forma mais aprofundada na sequência deste texto, a globalização abrange um modelo hegemônico do capitalismo pós-fordista, que envolve novas relações entre centro e periferia, modifica a função do Estado interna e externamente e garante a expansão do capital financeiro transnacional (NOBRE, 2019, p.99).

No mesmo sentido, Bauman (1999) traz a globalização como um processo de enfraquecimento dos Estados-nação e de suas fronteiras. Se anteriormente a função do Estado era a proteção de seus territórios, com o passar do tempo ela se tornou servidão ao neoliberalismo que, via de regra, faz usos dos processos de universalização trazidos pela globalização. O autor afirma que a função mais importante que foi perdida pelo Estado neste processo foi a da manutenção do “equilíbrio dinâmico”, ou seja, a aproximação dos índices de produção e consumo, o que levou à intensificação das importações e exportações. “A própria distinção entre o mercado interno e o global ou, mais genericamente, entre o

‘interior’ e o ‘exterior’ do Estado é extremamente difícil de manter” (BAUMAN, 1999, p. 73). Assim, ele alerta para o fato de que o Estado deixou de ter recursos e liberdade suficientes para aguentar as pressões externas. O autor entende tal processo como um definhamento do Estado frente a forças transnacionais que, em geral, são anônimas ou, ao menos, difíceis de identificar, tendendo a agir de forma “invisível”.

Fragilização do Estado e exteriorização do capital são, então, processos que andam juntos. Finanças, comércios e indústrias de informação global necessitam desta fragmentação política e da existência de Estados socialmente fracos para garantir o livre fluxo de capitais.

Estados fracos são precisamente o que a Nova Ordem Mundial, com muita frequência encarada com suspeita como uma nova desordem mundial, precisa para sustentar-se e reproduzir-se. Quase-Estados, Estados fracos podem ser facilmente reduzidos ao (útil) papel de distritos policiais locais que garantem o nível médio de ordem necessário para a realização de negócios, mas não precisam ser temidos como freios efetivos à liberdade das empresas globais (BAUMAN, 1999, p.76).

Segundo Bauman (1999) a globalização atuou em dois sentidos principais que são consonantes entre si: uma modificação das relações territoriais que pode ser compreendida por uma disputa entre o local e o global que, na maioria das vezes produz desigualdades socioespaciais entre “confinamento e universalização”; e uma transformação nos fluxos informacionais cuja velocidade é totalmente modificada com a criação da internet. A informação torna-se mais veloz que o corpo.

A modificação da velocidade da informação e, conseqüentemente, das relações territoriais apontada por Bauman (1999) dialoga com a supracitada modificação do capitalismo e, conseqüentemente, das relações sociais, trazida por Fraser (2002). Debate sobre o qual a autora acrescenta outra camada: as relações culturais. Relações estas diretamente atreladas ao debate sobre produção de subjetividades a ser traçado a seguir por meio do qual será possível compreender a importância da construção de discursos e narrativas tanto nas disputas entre hegemonias e resistências, quanto a própria guerra intercapitalista.

Neoliberalismo

O neoliberalismo é para Laval e Dardot (2009) uma nova razão do mundo, para Harvey (2012), uma hegemonia discursiva incorporada ao cotidiano, para Hardt e Negri (2001, 2005, 2009), um aparelho Imperial de desterritorialização que incorpora o mundo inteiro. De fato estes autores avançam no debate que lança o neoliberalismo para fora do simples entendimento de que ele seria apenas um estágio avançado do liberalismo que recusa a presença do Estado como limite ao capital. Mas talvez, o mais interessante é que para todos eles, além dos processos de tomada do Estado pelo mercado, da privatização dos bens públicos, de precarização das leis trabalhistas, de políticas econômicas de austeridade, o neoliberalismo é um modo de atuação do Estado-capital na construção de novas subjetividades atravessadas pela noção de empreendedorismo individual e competitividade em diversos níveis da vida, incentivando assim, a competição por uma melhor posição econômica e social, induzindo o mundo inteiro a um comportamento empresarial e corporativo, seja como modelo de gestão governamental, seja como modo de vida cotidiana (RENA, et. al., 2018, p.220-221).

A ampla investigação acerca do neoliberalismo e as tantas variáveis conceituais apresentadas apontam por um lado a complexidade do sistema e, por outro, seu impressionante alcance. Como apresentado na introdução deste texto, a leitura aqui a proposta terá como base a conceituação de Dardot e Laval (2016) abordando, ainda que de forma breve, as três principais instâncias de atuação do neoliberalismo: o mercado, o Estado e a sociedade civil. Será dado maior destaque para a última delas, tendo em vista o paralelo a ser traçado entre os conceitos trabalhados nesta seção e a produção de subjetividade. Mais que um sistema econômico, o neoliberalismo é uma racionalidade de coordenação a vida em vários aspectos por meio, principalmente, de estratégias de subjetivação.

Entende-se, de modo geral, que o neoliberalismo nos moldes como age na contemporaneidade tem suas bases marcadas pelos governos de Margaret Thatcher (primeira ministra da Inglaterra entre 1979 e 1990) e Ronald Reagan (Presidente dos EUA entre 1981 e 1989), e a criação do Consenso de Washington (1989). Consenso este que, articulado por organizações financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento

do Tesouro dos Estados Unidos, formulou dez diretrizes para que os países em desenvolvimento pudessem construir um acordo levando a um ajuste macroeconômico. São eles: (i) disciplina fiscal; (ii) redução dos gastos públicos; (iii) reforma tributária; (iv) juros de mercado; (v) câmbio de mercado; (vi) abertura comercial; (vii) investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; (viii) privatização das estatais; (ix) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); (x) direito à propriedade intelectual.

A consagração do neoliberalismo se deu com a criação do *slogan* TINA (There is no alternative), por Thatcher, ao afirmar que não haveria outra saída para o mundo se não as regras do capital e o livre mercado. A estratégia biopolítica da Primeira Ministra atuava sobre as subjetividades de forma a assegurar a preponderância do mercado e suas regras sobre o Estado.

Tanto em Thatcher quanto em Reagan a implementação do neoliberalismo significava um desmonte da social democracia. Para eles tal política possibilitaria uma superação da inflação e um aumento dos lucros, funcionando como uma resposta à crise fordista de acumulação de capital. Em princípio criticavam a “propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas, especialmente em matéria de direito trabalhista e a representação dos assalariados”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.189). Ou seja, o que outrora representava um intervencionismo estatal com lógica predominantemente social, passa a uma liberação do mercado com forte regulação do Estado a fim de flexibilizar processos que outrora eram restritivos. Observa-se na Inglaterra, após o período Thatcher, um desmonte do Estado de bem-estar social acoplado a um grave processo de desindustrialização, precarização do trabalho, desemprego e quebra dos bancos que levaram à recessão. (RENA, et al 2018, p. 218).

Harvey (2005) lembra que o discurso de Thatcher e a criação do TINA foram fundamentais para a implementação e expansão do neoliberalismo. Neoliberalismo este colocado por Dardot e Laval (2016) como atuante no sentido de reduzir políticas públicas e ampliar a ação do mercado. Assim, vale lembrar que o neoliberalismo não conta com um Estado mínimo, tal qual os liberais desejam, mas necessita de um Estado forte que atenda aos interesses do mercado e fraco no que tange questões sociais.

Para que fosse possível implementar esta nova forma de organização, sabia-se que as atuações não poderiam se dar meramente em relação à questões econômicas. Seria preciso construir uma nova lógica de governo subordinado à “racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.190). Ao Estado caberia cuidar das regras jurídicas e comportamentais criando indivíduos dispostos a defender as lógicas do mercado. Em 1980 foi criado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) um novo paradigma para os Estados que deveriam ser mais flexíveis, reativos, fundamentados no mercado e orientados para o consumidor.

Portanto, estamos muito bem embasados para falar, nesse sentido, de uma ‘estratégia neoliberal’: entenda-se o conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos (DARDOT; LAVAL, 2016, p.191).

O que ocorre, de acordo com Dardot e Laval (2016), é uma incorporação da lógica empresarial para as instâncias pessoais e estatais, por meio de uma racionalidade criada sobre governo e governados. Adjetivações, como “empresarial” designadas o Estado, são parte de um processo de produção de subjetividades gerado por meio de narrativas que atua na maneira como as pessoas interpretam o substantivo e, no caso do Estado, produzem e gerem. Ao Estado foi incorporada, além do adjetivo supracitado, uma palavra fundamental: governança⁴. Governança, “nesse momento, tornou-se a principal categoria empregada pelos grandes organismos encarregados de difundir mundialmente os princípios da disciplina neoliberal, em especial pelo Banco Mundial nos países do Sul” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 275). Assim, um Estado deixa de ser julgado por sua capacidade de assegurar soberania e passa a ser respeitado de acordo com o que seriam as “boas práticas econômicas da governança”.

⁴ Em documento intitulado *Governance and Development*, de 1992, o Banco Mundial define governança como “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo”, ou seja, “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”, implicando ainda “a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções”.

De forma geral, o que se pode observar no neoliberalismo é uma constante transferência dos riscos em diferentes escalas. Ou seja, não é só o Estado que arca com o que outrora seria responsabilidade do capital, mas também os sujeitos. O neoliberalismo não é somente destruidor de regras, de instituições e de direitos, é também produtor de certos tipos de relações sociais, de certas maneiras de viver e de certas subjetividades. Com o neoliberalismo em ação mais efetiva desde os anos 1980, o que está em jogo, segundo Dardot e Laval (2016), é a própria existência humana, seus comportamentos e relacionamentos com os outros e consigo mesmos. Esse novo paradigma se dá sob a forma de gestão da competitividade e do risco. Sobre este tema, Harvey (2013) afirma que:

O neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais (HARVEY, 2013, p.32).

Neste sentido, questões que outrora eram de responsabilidade do Estado passam a ser realizadas por instituições privadas, Organizações Não Governamentais (ONGs) ou pela sociedade civil. Sociedade esta que passa a ver vista pelo Estado não mais como usufrutuária de serviços básico, mas como consumidora que deve receber pelo que paga, o que acaba levando a uma despolitização da relação Estado-sociedade. “A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel”. (BAUMAN, 1999. p.88).

Império⁵

O sistema neoliberal atua na lógica imperial em contraste com o imperialismo. Ele não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas pois é um aparelho de descentralização e desterritorialização global “que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão, já que o Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras (HARDT; NEGRI, 2000, p.12-15).

No ano 2000 os autores Hardt e Negri lançaram o primeiro livro de uma importante trilogia. De nome *Império*, uma das principais análises sobre o neoliberalismo, o livro apresenta o contraste entre o novo modelo de organização mundial e a lógica imperialista, que perpetuou aproximadamente até os anos 1980. De acordo com os autores, esta ordem rizomática, flexível e articulada em rede, de nome Império, intrinsecamente relacionada aos processos de globalização e neoliberalismo em muito se difere do imperialismo, estrutura baseada na forte presença de Estados-nação.

O Império é uma articulação em rede que não apresenta um centro específico de poder, nem mesmo fronteiras fixas e bem definidas, trata-se de um dispositivo de desterritorialização global “que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão, já que o Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas

5 É importante ressaltar que, apesar de o conceito aqui abordado datar do século XXI, ainda no início do século XX, Lenin (1984) já anunciava as transformações sofridas pelo capitalismo no sentido da criação de uma ordem global. Segundo o autor, “o velho capitalismo caducou”. Segundo o autor “a propriedade privada baseada no trabalho do pequeno patrão, a livre concorrência, a democracia, todas essas palavras de ordem por meio das quais os capitalistas e a sua imprensa enganam os operários e os camponeses, pertencem a um passado distante. O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro a imensa maioria da população do planeta por um punhado de países ‘avançados’. A partilha deste ‘saque’ efetua-se entre duas ou três potências armadas até os dentes que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a sua guerra pela partilha do seu saque”. (LENIN, 1984). Apontando a centralidade que assume o capital financeiro nos embates geopolíticos, Lenin (1984) traz à tona a relação dos monopólios na construção de cartéis que se tornam a base do capital e sua dominação. Mas alerta que este conceito ainda é muito reduzido se não for levado em consideração a atuação dos bancos. Os bancos são quem de os donos do capital, já que tem nas suas mãos o controle sobre a renda de todos os capitalistas. Fato que, além de dar-lhes ciência sobre os montantes de cada um, lhes dá poder sobre as operações financeiras, podendo, por exemplo, restringir ou ampliar os créditos segundo seus próprios interesses. Sendo necessário destacar que os principais bancos do mundo encontram-se nas mãos de poucas famílias das quais, no início do século, de quando é datado o texto, Lenin (1984) dá destaque aos Rockefellers e J.P. Morgan.

de comando reguladoras” (HARDT; NEGRI, 2000, p.12-15). Estabelecido no modelo de capitalismo pós fordista e, preponderantemente financeiro, o Império age por meio da produção imaterial, baseada na captura de desejos e produção de subjetividades, tornando os indivíduos cada vez mais moldados a seus interesses.

Da mesma maneira que Dardot e Laval (2016) estabelecem o neoliberalismo como uma razão de mundo, Hardt e Negri (2000, p.11) definem o Império como uma “nova ordem global, uma nova lógica e estrutura de comando, uma nova forma de supremacia”.

O Império não substitui o Imperialismo, eles coexistem e encontram-se constantemente em colaboração ou disputa. O que ocorre é um fortalecimento desta lógica de atuação frente ao que outrora era domínio imperialista. Define-se, então, o Imperialismo, como uma estrutura baseada em Estados-nação fortes e fronteiras rígidas, na qual há um centro de poder visível e estruturado que se articula por meio da soberania nacional e da exploração e controle de outros territórios, tendo em vista que sua economia é baseada em um regime de acumulação.

Observa-se, então, que o Império, ao contrário do que definido enquanto Imperialismo, atua sobre espaço e tempo, de acordo com Pelbart (2003), como uma estrutura definitiva e eterna que penetra subjetividades e desejos. Enquanto o Imperialismo se interessa na produção de riqueza, o Império produz e reproduz a vida em si. Ou seja, de um lado uma lógica disciplinar de sociedade, de outro, um biopoder pautado em uma sociedade de controle.

Rena, et. al. (2018) explicam a transferência do que outrora representava um poder central, para esta força descentralizada chamada Império:

A centralidade do poder pós-moderno é direcionada para os territórios onde o paradigma imperial é estabelecido em sua forma íntegra. Grupos de poder vinculados às nações hegemônicas no mundo ocidental, européias e norte americanas, reunidas em organizações como a OTAN, concentram a maioria das chamadas “cidades globais”, que funcionam como centro de controle de toda economia imperial e também como polo da produção biopolítica mundial, de subjetividade em escala global.

Abaixo é apresentado um quadro síntese no qual pode-se perceber as principais diferenças apontadas por Hardt e Negri (2000) entre os conceitos de Império e Imperialismo.

	IMPERIALISMO	IMPERIO
ESTADO NAÇÃO	O Estado-nação no imperialismo é o centro absoluto. Concentra todas as riquezas e é o responsável por toda a lógica administrativa de seu território. (HARDT; NEGRI, 2000, p.12)	Os Estados-nação no império ocupam função secundária. Têm sua capacidade administrativa e amplitude retraídas, sendo apenas (no caso das nações centrais) agentes do poder imperial, que operam em nome da consolidação dos “consensos” (dentro e fora de seus territórios) estabelecidos por instituições de caráter supranacional. (HARDT; NEGRI, 2000, p.14)
FRONTEIRAS	As fronteiras de uma nação imperialista delimitam seu centro de poder, que exerce influência e controle sobre os demais territórios. É estabelecida uma hierarquia de territórios e fronteiras, baseada na concentração do poder. (HARDT; NEGRI, 2000, p.12)	No império as fronteiras dos Estado-nação são enfraquecidas pelo estabelecimento de fluxos comerciais, populacionais e de informação. Estes fluxos compõem a rede do capital internacional, que opera dentro dos limites territoriais de diversas nações simultaneamente. (HARDT; NEGRI, 2000, p.14).
ECONOMIA	O sistema econômico de uma nação imperialista é centrado na lógica de exploração dos recursos e naturais e humanos das nações subordinadas, em função da acumulação de riquezas do Estado-nação soberano. (HARDT; NEGRI, 2000, p.12)	A economia no império é substancialmente determinada pela tecnologia da informação. Não só a produção industrial e agrícola são modificadas pelas novas tecnologias, pela capacidade de comunicação, etc, mas também, as próprias demandas e relações mercadológicas são reinventadas por uma ‘nova natureza humana’ concebida pela informatização. (HARDT; NEGRI, 2000, p. 308)

Quadro 01: Império X Imperialismo

Fonte: produzido pela autora.

De acordo com Hardt e Negri (2000), os fluxos comerciais, populacionais e informacionais no Império, que compõe a rede do capital internacional, enfraqueceram as fronteiras dos Estados-Nação, de forma que a economia do Império tem como base a atuação de grandes grupos do capital transnacional nos mercados das nações globalizadas. Esses grupos operam favorecidos pela diminuição do controle dos Estados-Nação sobre seus mercados e, muitas vezes, em parceria com os próprios Estados-Nação, implementando empreendimentos, fechando contratos e atuando em resoluções geopolíticas (RENA, et. al., p.222-223).

A não aniquilação do Império sobre o Imperialismo que configura uma possível coexistência entre ambos compõem, principalmente após a crise do capitalismo de 2008, uma estrutura geopolítica diversificada. Neste contexto, observa-se uma mudança no modo de organização de alguns países centrais que retomaram uma forma de atuação com características predominantemente imperialistas, buscando responder às perdas políticas econômicas e sociais que abarcaram seus países. Destaca-se neste contexto a atuação trumpista nos EUA. Para além disso, alguns países de industrialização tardia assumiram lugar de destaque frente às relações geopolíticas por meio de estratégias político-econômico-militares baseadas em um fortalecimento dos Estados-nação, ainda que imerso em práticas neoliberais vinculadas ao capital financeiro. Membros deste grupo emergente conformaram um outro bloco geopolítico de grande expressividade, denominado Eurásia.

Enquanto este retorno ao Imperialismo é pautado por uma mudança de prática de países que outrora encontravam-se no centro do capitalismo imperial, a Eurásia une uma tradição política-militar histórica a um grande avanço econômico “impulsionado pela transferência do centro de produção material para o oriente” (RENA, et. al., 2018, p.223), com destaque para os casos de Rússia e China. Além destes, outros países são assinalados como parte do bloco, principalmente por sua integração na *Rota da Seda*, como Irã, Síria e Turquia.

O Império e a produção de subjetividade

Guattari e Rolnik, já em 1986⁶ lançam um livro de nome *Micropolítica: cartografias do desejo*, no qual se propõem debater o tema da produção de subjetividade. Logo no início de sua investigação, os autores questionam a relação estabelecida entre sujeito e subjetividade, propondo inverter a lógica habitual na qual a subjetividade está atrelada a natureza humana, de forma que passe a ser entendida como uma “natureza industrial” que é fabricada e consumida por diferentes máquinas que podem estar localizadas em determinado território ou, tal qual estimulado pelos processos de globalização, serem transnacionais.

Os autores falam da existência de uma “economia produtiva do desejo” atuante tanto na esfera da macro quanto da micropolítica. Em relação ao micro, existe a construção de uma espécie de “vontade de potência”, vinculada sobretudo a mecanismos de tecnologia e informação, que foi percebida pelas “forças sociais que administram o capitalismo” quando compreenderam a centralidade da produção de subjetividade na contemporaneidade, sendo ela, mais importante que qualquer outro tipo de produção. “Tais mutações da subjetividade não funcionam apenas no registro das ideologias, mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho e com a ordem social suporte dessas forças produtivas” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.33-34). Todas as informações recebidas, seja pelo núcleo familiar, social ou pelos meios informacionais, são “sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.35). O que se torna central no âmbito neoliberal, já que é impossível separar a construção teórico-ideológica da práxis social.

Segundo Guattari e Rolnik (2011) há uma espécie de *agenciamento coletivo de enunciação* que não corresponde nem a uma entidade individual, nem a uma entidade social predeterminada. “A subjetividade é produzida por

6 Observa-se que o debate travado por estes autores não se refere ao neoliberalismo, mas a estratégias do capitalismo que, muitas vezes, ainda estão relacionadas a questões de ordem primordialmente industrial. O neoliberalismo pode ser compreendido como um estágio ainda mais avançado dessas relações e produções de subjetividade que conta com estratégias cada vez mais refinadas.

agenciamentos de enunciação” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.39). Ou seja, os processos de subjetivação não são concentrados em agentes individuais nem coletivos, são, por sua vez, duplamente desconcentrados e controlam operações maquinicas que podem ser tanto de natureza interpessoal quanto infra-humana., sendo os últimos relacionados ao desejo, produção de valor, de ideias, de afeto, dentre outros. A questão que se coloca é como estes agenciamentos de enunciação podem conectar elementos que se encontram em diferentes instâncias e a resposta é, justamente, a produção de subjetividades.

Quando falo em ‘processos e individuação’, de ‘singularização’, isso não tem nada a ver com o indivíduo. A meu ver, não existe unidade evidente da pessoa: o indivíduo, o ego ou a política do ego, a política da individuação da subjetividade, são correlativos de sistemas de identificação os quais são modelizantes (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.47).

A subjetividade não é passível de totalização no nível do indivíduo sendo, para os autores, fabricada e modelada em nível social. É claro que o corpo do indivíduo encontra-se presente em tais processos, principalmente no que se refere a um jogo no qual a pretensão do ego assume o lugar da mais ampla fragilidade.

Mas a produção da fala, das imagens, do desejo, da sensibilidade, não se cola absolutamente a esta representação do indivíduo. Esta produção é adjacente a uma multiplicidade de agenciamentos sociais, a uma multiplicidade de processos de produção maquinica, a mutações de universos de valor e universos de história” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.40).

Guattari e Rolnik (2011) lembram que o lucro do capitalismo advém, basicamente, de um processo de produção subjetivo relacionado à produção social e material. Existe, para os autores, uma economia coletiva de agenciamentos que leva a construção do que eles entendem por *subjetividade capitalista*.

Os autores abordam, então, a existência de um mecanismo de produção de nome Capitalismo Mundial Integrado (CMI) que gera trabalhos manuais e semióticos. As subjetividades criadas no CMI não estão ligadas

apenas ao controle das relações sociais, mas atuam sobre qualquer produção dos sujeitos, ou seja, todo e qualquer fenômeno de relevância ocorrido na contemporaneidade está relacionado ao desejo e à subjetividade produzida em escala planetária.

Segundo Guattari e Rolnik (2011) o CMI atua de diferentes formas dependendo do país ou camada social com a qual está lidando, mas sempre por meio de um processo de dupla opressão: (i) por uma repressão econômico social direta que controla produção de bens e relações sociais mediante coerção externa e sugestão de conteúdos de significação; (ii) pela instalação do CMI na produção de subjetividade sendo a base da formação da força coletiva de trabalho e controle social.

As máquinas ganham uma importância cada vez maior nos processos de produção. As relações de inteligência, de controle e de organização social estão cada vez mais adjacentes aos processos maquínicos; é através dessa produção de subjetividade capitalística que as classes e castas que detém o poder nas sociedades industriais tendem a assegurar um controle cada vez mais despótico sobre os sistemas de produção e vida social.

(...)

A ordem capitalística é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica. Ela incide nos esquemas de conduta, de ação, de gestões, de pensamento, de sentido, de sentimento, de afeto, etc. Ela incide nas montagens da percepção, da memorização e na modelização das instâncias intra subjetivas - instâncias que a psicanálise reifica nas categorias de ego, superego, ideal do ego, enfim, naquela parafernália toda.

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se transa, como se fala, e não para por aí. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro - em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.48-51).

Neste sentido é possível perceber que as supracitadas estratégias do Império de controle via subjetividade são eficientes mediante este caráter planetário de produção que possibilita, por exemplo, que o neoliberalismo se instaure enquanto uma razão de mundo. Assim, a criação de narrativas potencializada pela ampliação dos meios e velocidade de informação e comunicação, apresenta-se como importante dispositivo na conformação desta produção de subjetividade neoliberal. De acordo com Byung-Chul Han (2018) o neoliberalismo se apropria dos indivíduos por meio de discursos que os agradam e, aparentemente, se aproximam de preceitos de resistência, justiça social, autonomia e liberdade (os dois últimos lembrados por Harvey - 2016) atuando no sentido de uma transferência de responsabilidade para os indivíduos.

Quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso. Aí está a inteligência peculiar do regime neoliberal: não permite que emerja qualquer resistência ao sistema. No regime de exploração imposta por outros, ao contrário, é possível que os exploradores e solidarizem e juntos se ergam contra o explorador. Esta é a lógica que fundamenta a ideia marxista da ‘ditadura do proletariado’, que pressupõe, porém, relações repressivas de dominação. Já no regime neoliberal de autoexploração, a agressão é dirigida contra nós mesmos. Ela não transforma os explorados em revolucionários, mas sim em depressivos (HAN, 2018, p.16)

A produção estratégica de depressão é também abordada por Dardot e Laval (2016) ao falarem sobre uma eterna frustração gerada pelo neoliberalismo. Segundo eles, o *sujeito consumidor*, *sujeito neoliberal* ou *sujeito empresa*, deve ser sempre estimulado a consumir ao mesmo tempo que encontra-se insatisfeito com o que possui, ou seja, deve estar submetido ao que os autores chamam de dispositivo de desempenho e gozo, governado pelo prazer e pela dor. “O novo sujeito é o homem da competição e do desempenho. O empreendedor de si é um ser feito para ganhar, ser bem-sucedido”. Portanto, “exige-se do novo sujeito que produza ‘sempre mais’ e goze ‘sempre mais’ e, desse modo, conecte-se diretamente com um ‘mais-de-gozar’ que se tornou sistêmico” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.353-355). Entretanto, junto ao gozo

vem também a dor da eterna frustração também produzida e chamada, por Dardot e Laval (2016) de *patologia da insuficiência* que, muitas vezes, se transforma em depressão. Entre o consumo e o gozo, a dor reverbera de forma mais profunda a produção de subjetividade neoliberal.

“Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Deve-se reconhecer nele a parte irredutível do desejo que o constitui” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.327). Foram criados sujeitos empreendedores de si mesmos que, por si mesmos, tratarão de reproduzir e ampliar as lógicas de competição. É incorporado nos indivíduos, em todos os níveis (profissional, pessoal e empresarial), um sentimento de que cada um é uma empresa de si mesmo.

Desse modo, injunge-se o sujeito a conformar-se intimamente, por um trabalho interior constante à seguinte imagem: ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal. Foi Margaret Thatcher quem deu a formulação mais clara dessa racionalidade: “Economics are the method. The object is to change the soul” [a economia é o método. O objetivo é mudar a alma] (DARDOT; LAVAL, 2016, p.331).

Dardot e Laval (2016) afirmam que até mesmo o que se entende como domínio próprio foi modificado dentro da lógica neoliberal. Ele não diz mais de uma rigidez e linearidade, mas, ao contrário, de uma flexibilidade e capacidade de adaptação. Espera-se de cada indivíduo autonomia e determinação, para que seja capaz de desenvolver “estratégias de vida” e ser bem-sucedido. Neste ponto, o que se encara como sucesso na carreira, se confunde com sucesso na vida. O que faz com que valha a pena arriscar. O risco é um dos pilares da empresa de si mesmo e foi, também, apropriado por

uma lógica comercial. Isso porque os indivíduos são ensinados a competirem entre si, não podendo contar com mecanismos públicos de solidariedade. Os autores alertam que a forma como as coberturas sociais foram reduzidas por parte dos governos permite que se compreenda esta mercantilização como uma estratégia. O avanço do neoliberalismo acaba com a lógica coletiva, destruindo estruturas como a família e as classes sociais e promovendo um processo amplo de individualização e solidão. Neste contexto, o que antes seria crise social, se transforma em crise individual de responsabilidade não mais do Estado, mas de cada sujeito.

Considerações finais

Entende-se, por fim, que o processo de globalização iniciado após a Segunda Guerra Mundial, que tem como principal potencializador a produção de informação associada ao avanço tecnológico em um sentido de compressão do espaço tempo, é fundamental para a produção de uma razão neoliberal que atua sobre tudo e todos. Razão esta que pode ser entendida como a base para uma nova forma de governo global: o Império - compreendido como uma estratégia geopolítica de manutenção de hegemonia global por meio da qual o capital financeiro e as agências transnacionais têm viabilizado seu controle mundial. Para o exercício do poder imperial uma das principais ferramentas utilizadas é a produção de subjetividades, tendo em vista que, dentro da lógica de formulação da razão de mundo imposta pelo neoliberalismo, os sujeitos passaram a se comportar como forças do capital. Neste sentido, o grande ataque ao Estado e suas políticas, associando-o via de regras aos ditames do capital, foi uma das bases para tal subjetivação. Junto a isso, a responsabilização da sociedade civil do que outrora era função do Estado corroborou para seu desmonte no sentido indicado. Entretanto observa-se que tal ataque não age, como é de discurso liberal, em direção à criação de um Estado mínimo, ao contrário, o que se tem formado é um Estado forte que atende aos interesses do mercado arcando com os riscos de forma geral. Riscos estes, em sua maioria, também assumidos pelos sujeitos que agora, na posição de empreendedores de si e estimulados à competição, tendem a sempre querer vencer segundo méritos próprios. Condição esta que corrobora para situações de frustração e depressão.

Observa-se, desta forma, uma atuação perversa do Império que, utilizando um falso discurso progressista e anti neoliberal (ao atacar o Estado segundo sua parceria com o mercado), acaba gerando uma situação em que a sociedade civil atua contra a manutenção dos próprios direitos. A esta articulação perversa que age tanto de cima para baixo, por meio das estratégias de mercado, quanto de baixo para cima, através da sociedade civil, Evelina Dagnino (2002) dá o nome de confluência perversa.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1999.

DAGNINO, Evelina. (Org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 63, 2002, 7-20.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda. , 2011.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Globalização e sua alternativa: uma entrevista com Samir Amin**. Tricontinental Cadernos Políticos, n.1, 2018.

LENIN, Vladimir. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**.

NOBRE, Maíra. **Levantes Urbanos**: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008. Dissertação - UFMG. Belo Horizonte, 2019.

PELBART, Peter Pal. **Vida capital**. Ensaio de biopolítica. Ed. Iluminuras: São Paulo, 2003.

RENA, Natacha; NOBRE, Maíra; BARBOSA, Danilo; PORTO, Henrique. (2018). A dimensão geopolítica do golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/ estrangeirização. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 4 n.2, p. 210 - 243. Disponível em: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=.download/007.pdf>. Acesso em 05 de dezembro de 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. São paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

TERCEIRO SETOR: Governança e participação na administração urbana ¹

Henrique Dias Porto²

Natacha Rena³

Introdução

A década de 1990 foi um período de grandes mudanças no âmbito da sociedade civil no Brasil e no mundo. Vivia-se, globalmente, um período de grandes quebras de paradigma, acompanhando a queda do Muro de Berlim e o fim das utopias do socialismo real, enquanto ampliava-se a hegemonização do projeto neoliberal. No Brasil, acabávamos de ter instituída a constituição cidadã de 1988 como resultado de um período de abertura democrática, além de termos, contraditoriamente, eleito Fernando Collor de Mello em 1989 como o primeiro presidente escolhido pelo voto direto após o longo período ditatorial. Em meio a todas essas mudanças e contradições, formava-se uma nova sociedade civil efervescente e mobilizada em torno dos inéditos desenhos institucionais sendo também qualificada por uma “nova noção de cidadania” (Dagnino, 1994, p.103), transformando os espaços públicos brasileiros e instituindo a participação da sociedade civil como uma realidade concreta de um Brasil pós-ditatorial.

Os Orçamentos Participativos, os Conselhos Municipais, a reorganização partidária, o crescimento dos movimentos sociais organizados, os surgimentos e multiplicação das Organizações Não-Governamentais (ONGs), dentre outros acontecimentos, são marcos desse período de amplas transformações sociais. Muitas experiências construtivas se desenvolveram, assim como, muitas foram as mudanças institucionais ocorridas para que se pudesse configurar esse novo cenário.

1 Texto publicado no e-book do II Seminário de Urbanismo Biopolítico (SUB) organizado pelo grupo de pesquisa Indisciplinar. Disponível em: https://wiki.indisciplinar.com/webdav/seminarios/06-05_FN1_ANAIS%20UB_2019_FN-5.pdf

2 Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG com período sanduíche de seis meses realizado na Università di Bologna, Itália. Faz parte do grupo de pesquisa Indisciplinar desde 2017, no eixo de pesquisa “Geopolítica e Territórios”.

3 Professora dos cursos de Arquitetura e de Design da EA UFMG, assim como dos programas de pós-graduação NPGAU e PACPS, também da EA UFMG. Atualmente é líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ INDISCIPLINAR e coordena o Programa de Extensão IndLab.

Nesse momento, a gestão e o planejamento das cidades aparecem como protagonistas dos debates, caracterizados pela importância do município como foco das transformações políticas e uma progressiva descentralização rumo ao ideário das cidades inteligentes e competitivas. Em 1996, a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre assentamentos humanos, também denominada Habitat II, surge como consequência e fomento a todos esses debates. Realizada em Istambul, sob grande influência das deliberações da Eco 92 (conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada quatro anos antes no Rio de Janeiro) e de todo o restante da conjuntura geopolítica do momento (caracterizada por um grande enfraquecimento dos governos nacionais), o encontro foi protagonizado pelas pautas do “Desenvolvimento Sustentável” e fortalecimento dos poderes locais.

A conferência assume, como prioridade, o fomento às iniciativas de participação da sociedade civil nas diversas instâncias das municipalidades, instituindo definitivamente a participação como pauta da agenda urbana. Érica Rabelo e Marcel Fantin, pesquisadores da USP São Carlos, em um estudo dedicado a avaliar as três conferências Habitat, classificam o encontro de Istambul como o reflexo dessa nova conjuntura, marcada pela emergência do neoliberalismo no âmbito do pensamento sobre as cidades:

O novo paradigma passa a ser a descentralização e o fortalecimento do poder local, sendo a Habitat II instituída como a primeira conferência das Nações Unidas que incluiu oficialmente na programação as autoridades locais, ONGs, movimentos sociais, sindicatos, líderes locais, entre outros, com poder de influir formalmente nas decisões da conferência por meio de um Comitê próprio para estes atores, paralelo ao Comitê governamental (Rabelo; Fantin, 2017, p.895)

Em um momento de ajuste financeiro propagado por todo mundo, o enxugamento e “otimização” das máquinas públicas não deixaria de alcançar a gestão das cidades, especialmente nos países periféricos. Nesse momento, portanto, a participação da população nas instâncias do poder público é inserida na conferência, não só como um mecanismo de democratização, mas também como um instrumento para garantir a “efetividade” e a “boa governança” nas cidades. Rabelo e Fantin, apoiando-se na avaliação de Ermínia Maricato a respeito da conferência, apontam que:

Os conceitos de parceria e participação foram outros paradigmas defendidos na Conferência. A ideia da parceria público-privado e da participação popular na gestão de serviços públicos e de infraestrutura foi incentivada e elogiada ao passo que não faltaram críticas à ineficiência do Estado. O PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - apoiou através da LIFE - Local Initiative Facility for Urban Environmental - 50 experiências ditas inovadoras, todas elas contavam com a participação de comunidades. Há uma relação direta entre esses paradigmas e a demissão do Estado, seja pela privatização de alguns serviços nas parcerias entre os setores públicos e privados, seja pela 'privatização indireta' endossando a autogestão ou cogestão de serviços públicos (Rabelo; Fantin, 2017, p.898)

Assim, a Habitat II instituiu (ou formaliza), dentro do debate urbanístico, as diversas formas de participação como boas práticas para o desenvolvimento das cidades nesse novo contexto político-econômico estabelecido. Com isso, concomitantemente a diversos outros marcos do período, várias foram as remodelações pensadas e executadas para os espaços de participação pública brasileiros - alguns de maneira pioneira - em função da adequação das cidades do país a esse novo modelo de sucesso.

Cerca de vinte anos depois, após o desenrolar de diversas das soluções encontradas para a participação nas cidades, questiona-se o verdadeiro impacto destas medidas, sob a perspectiva da democratização e efetividade das gestões públicas. Quais os efeitos desta institucionalização sobre as formas de organização existentes na sociedade? Qual a real relevância da participação popular sobre os orçamentos e políticas públicas nas cidades? Quais os interesses existentes (e conflitantes) por trás da elaboração dos mecanismos de participação? São esses alguns dos questionamentos que tentaremos desenvolver neste trabalho, tendo em vista a realidade da produção do espaço no capitalismo avançado e suas especificidades frente à cidade brasileira/latino americana na contemporaneidade.

Duas décadas de participação



Figura 01: Linha do Tempo de duas décadas de participação.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Dagnino (2004), Batista (1994), Oliveira (2016) e SGPR (2015).

Evelina Dagnino, cientista política e pesquisadora pela Unicamp que investiga desde meados da década de 1990 a participação da sociedade civil e os “novos sujeitos sociais”, acompanha, desde muito embrionários, todos estes processos referentes à transformação da sociedade civil, com publicações regulares ao longo do período em questão, tendo acompanhado o desenrolar de diversas das dinâmicas que se pretendem compreender aqui.

Para traçar uma breve perspectiva histórica dos processos participativos no país, a autora aponta a constituição de 1988 como “marco formal (...) que consagrou o princípio de participação da sociedade civil” no Brasil (Dagnino, 2004, p.141). Dagnino entende que, como resultado de uma série de esforços de diversos atores comprometidos com a redemocratização no país (reunidos historicamente na luta contra a ditadura militar), a Constituinte se consolida como aglutinadora de um processo de “expansão da cidadania” e “aprofundamento da democracia”. Elaborada a partir da contribuição desses atores que, a partir da restituição da democracia formal e das eleições livres e diretas, conseguem incidir efetivamente sobre o Estado, a Constituição institui diversos espaços públicos voltados para a contribuição da sociedade civil - entendendo-se por sociedade civil justamente os grupos e formas de organização constituídos nesse processo - e abre espaço para a constituição de diversos outros.

A partir de então, afloram pelo país processos participativos exemplares, constituindo a década de 1990 como “cenário de numerosos exemplos desse trânsito da sociedade civil para o Estado” (Dagnino, 2004, p.141). O mais emblemático e pioneiro desses processos é o Orçamento Participativo, elaborado (nos moldes e termos em que se popularizou) pela primeira vez na administração do prefeito Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), em Porto Alegre a partir de 1989. A política foi um modelo de participação baseado na realização de “Plenárias Regionais”, onde a população, sobretudo, as associações de bairro - muito presentes em Porto Alegre - poderiam opinar a respeito das prioridades orçamentárias da administração municipal. O modelo foi um absoluto sucesso, e multiplicou-se rapidamente pela América Latina (primeiramente no Brasil, em especial, nas prefeituras do PT) e, posteriormente, chegaria a outros continentes como África e Europa (Oliveira, 2016). Vale ressaltar que, como aponta o pesquisador do Departamento de Relações Internacionais da Unifesp, Osmany Porto de Oliveira, o Orçamento Participativo foi, em um segundo momento, incentivado, financiado e propagado por instituições e bancos multilaterais (BID, Banco Mundial e FMI) e também recomendado na conferência Habitat II, quando Porto Alegre recebeu a distinção de “Melhor Prática” (Oliveira, 2016, p.226).

Oliveira, em seu estudo realizado acerca do OP (Orçamento Participativo) e sua difusão global, aponta como, a partir da circulação de ideias e personalidades influentes, da realização de eventos temáticos - Habitat II e o Fórum Social Mundial - e da criação de agências e instituições especializadas, o OP circulou o mundo, tendo como principal propagador o Banco Mundial. Entretanto, diferentemente da abordagem adotada pelos entusiastas da política no PT (baseada no entendimento de uma radicalização da democracia), o banco passa a propagar a prática como uma forma de “combate à corrupção, controle social e luta contra a pobreza” (Oliveira, 2016, p.220), o que ainda assim não impediu que as diversas recomendações internacionais da prática fossem utilizadas por seus executores nas prefeituras do PT como forma de legitimação do OP em território nacional.

Oliveira destaca ainda como, tanto o Banco Mundial, quanto a ONU e a União Europeia, passam a divulgar o OP como uma espécie de “prescrição global” para todos os municípios:

A difusão massiva é fomentada especialmente nessa década [de 2000], quando as organizações internacionais como a ONU, a União Europeia e o Banco Mundial passam a recomendar o OP, publicar manuais sobre essa política, organizar encontros internacionais para reunir pessoas interessadas no tema e financiar diretamente o desenvolvimento de novas experiências e o intercâmbio entre práticas já existentes (Oliveira, 2016, p.226)

Para o autor, essa divulgação é feita a partir de um discurso tecnicista com pretensões universalizantes, baseado em alguns conceitos chave desse momento de reestruturações administrativas e diminuição do estado, como demonstrado a partir de Shah: “para o Banco Mundial o OP é um instrumento para melhorar as instituições locais e está associado a princípios como o da ‘boa governança’, transparência, empowerment e accountability” (Shah, 2007 apud Oliveira, 2016, p.238).

Esse é um processo desencadeado pelo Banco Mundial e outras instituições multilaterais, estudado e classificado pelo professor Pedro Fiori Arantes (Unifesp), como parte de uma “Agenda Urbana do Ajuste” (Arantes, 2006). Arantes explica, sob a perspectiva da economia, que, com a falência dos modelos de financiamento das cidades brasileiras e latino-americanas na década de 1980, e o conseqüente endividamento destas, diversas foram as condicionalidades instituídas pelas instituições financeiras multilaterais aos empréstimos e financiamentos que ofereciam a essas nações e cidades a partir desse período. Com isso, o Banco Mundial teve grande ingerência sobre as administrações destas cidades, sobre as formas de financiamento de suas políticas urbanas e também sobre as formas de participação civil nelas instituídas. Um conceito chave levantado por estes bancos nesse momento é justamente o de “governança”. Sob a alegação de que a pobreza e os demais problemas sociais das cidades do terceiro mundo eram fruto da “má administração” por parte de seus governantes, foram propagadas diversas técnicas e modelos de governança (que muito se assemelham com os adotados no setor privado) para, como descrito em um documento do próprio Banco Mundial: “introduzir métodos e técnicas modernas de management e tornar o setor público menor e mais eficiente” (Price, 1991, p.9 apud Arantes, 2006, p.68).

Como parte dessas boas práticas, foram também recomendadas, e implantadas pelo Banco Mundial e outras instituições, algumas medidas em forma de processos participativos para a remediação do degradado quadro social de então, que serviriam também como reguladores desta “nova governança” que se pretendia implantar nas cidades da periferia global:

(...) a criação de mecanismos de participação local e inúmeros conselhos, apesar de seu limitadíssimo poder de acesso aos fundos públicos, pretende criar um sentido de legitimidade para o novo governo. Advoga-se uma participação restrita (aos problemas “da comunidade”), mediada por ONGs, e, sobretudo, apaziguada (Arantes, 2006, p.68).

Ainda nessa linha temporal, outro marco pontuado por Dagnino no âmbito da participação institucional é a Reforma Administrativa do Estado, de 1995 (Dagnino, 2004, p.152). A reforma, formalmente denominada “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”, foi um projeto capitaneado pelo então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Apresentava-se como objetivo do plano remodelar a estrutura administrativa do Estado em função de sua modernização frente aos desafios enfrentados pela administração pública brasileira, ou, nas palavras do então presidente, Fernando Henrique: “dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de “gerencial”, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão” (Presidência da República, 1995, p.07).

Dentre as medidas apresentadas ao congresso no Plano, estava a instituição das “Organizações Sociais”, ou “OSs”. As OSs seriam - como forma de pôr em prática a participação da sociedade civil nas políticas públicas, instituída pela Constituição de 1988 (Dagnino, 2004, p.152) - uma maneira de garantir a efetividade de determinados serviços públicos, transferindo-os para organizações não-estatais.

O Projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não-exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público não-estatal.

Entende-se por “organizações sociais” as entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito à dotação orçamentária (Presidência da República, 1995, p.60).

Com isso, diversas organizações da sociedade civil puderam adquirir o título de “OS”, podendo, assim, trabalhar em parceria com o poder público na execução de políticas. Essa estrutura foi apontada no plano como uma forma de aproximar a população das funções administrativas.

(...) busca-se através das organizações sociais uma maior participação social, na medida em que elas são objeto de um controle direito da sociedade através de seus conselhos de administração recrutado no nível da comunidade à qual a organização serve. Adicionalmente se busca uma maior parceria com a sociedade, que deverá financiar uma parte menor mas significativa dos custos dos serviços prestados (Presidência da República, 1995, p.60).

É possível observar um alinhamento preciso da reforma proposta com os princípios de “boa governança”, anteriormente mencionados, na evidência da participação da sociedade civil colocada como um instrumento de “otimização” e “regulação” da administração pública. Dagnino avalia o papel de “participação” designado às OSs como restrito à “implementação e a execução de políticas públicas, provendo serviços antes considerados como deveres do Estado, [mais] do que compartilhar o poder de decisão quanto à formulação dessas políticas.” (Dagnino, 2004, p.152). Dagnino também destaca que a estrutura proposta tem o papel de deslocar o significado político da participação da sociedade civil, que passa a ser designada a funções meramente gerenciais.

Contudo, as OSs alcançam grande abrangência dentre as organizações da sociedade civil, que passam a atuar na gestão de setores importantes dentre as funções públicas. Vale ressaltar a grande popularização e crescimento do número de OSCs (Organizações da Sociedade Civil) atuantes no Brasil ao longo das décadas de 1990 e 2000, quando foram criadas 71,7% (de 1991 a 2010) de todas as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos já estabelecidas no país (IBGE, 2012, p.30). Ocorre, também neste período, uma sucessão de diferentes formas de organização jurídicas que surgem como atualização ou mesmo alternativas institucionais às OSs - destacam-se as OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse

Público), instituídas pela lei nº 9.790 de 1999, que alcançam grande relevância prática e numérica. Assim, as OSCs assumem grande importância no âmbito da sociedade civil no país, a ponto que, no ano de 2014 (sob grande influência das transformações políticas e demandas levantadas dentre a sociedade no ano de 2013), a Secretaria-Geral da Presidência da República (governo da presidenta Dilma Rousseff) elabora um “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil” (MROSC). O MROSC consiste em um estudo acerca das OSCs no Brasil e suas relações com o poder público, que resultou numa série de normas que compõem a lei 13.019/2014. A lei institui e formaliza uma série de instrumentos legais para o estabelecimento de parcerias entre o poder público e as OSCs na execução de políticas públicas. Além disso, o processo de elaboração do Marco (que se estendeu de 2011 a 2014) resultou na publicação de diversos materiais e dados a respeito da atuação de OSCs no país. No livreto publicado em 2016 pela Secretaria de Governo da Presidência da República, intitulado “Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014”, o Marco foi classificado como um instrumento de “aprofundamento da democracia” e “qualificação” das políticas públicas:

A nova lei vai impactar as relações entre poder público e OSCs em todo o País. A sua implementação estimula a gestão pública democrática nas diferentes esferas de governo e valoriza as organizações da sociedade civil como parceiras do Estado na garantia e efetivação de direitos.

As parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil qualificam as políticas públicas, aproximando-as das pessoas e das realidades locais e possibilitando a solução de problemas sociais específicos de forma criativa e inovadora.

Com a nova lei, as OSCs podem ampliar suas capacidades de atuação e incorporar muitas de suas pautas à agenda pública. Além disso, as parcerias com o poder público estão agora amparadas em regras claras e válidas em todo o País, com foco no controle de resultados das parcerias.

Com um marco legal próprio e práticas institucionais que valorizem as OSCs, é possível responder adequadamente às necessidades de uma sociedade civil atuante, que se expandiu e diversificou nas últimas décadas e que tem muito a contribuir com a democracia brasileira (Secretaria de Governo da Presidência da República, 2016, p.06).

Fica evidente no texto como as OSCs são apontadas como uma representação legítima da sociedade civil e de seus diversos interesses e necessidades. Evidencia-se ainda a persistência do discurso da “otimização” e “regulação” de políticas públicas como uma atribuição das OSCs, adotado no plano de reformas administrativas do governo Fernando Henrique, anteriormente mencionado, e propagado como “melhor prática” de governança pelas instituições financeiras multilaterais ao longo das décadas de 1990 e 2000. Entende-se que, no decorrer deste período, as OSCs cresceram em número e relevância nos espaços públicos brasileiros, e aparecem agora como um componente definitivo nos processos de execução de políticas públicas e gestão dos territórios, o que, de certa forma, evidencia um relativo sucesso da agenda mencionada.



> IBGE, 2012

Figura 02: Crescimento do número de OSCs no Brasil.
Fonte: Elaborado pelos autores com base em IBGE (2012).

Neoliberalismo e participação: uma “Confluência Perversa”

Por outro lado, é importante ressaltar que, paralelamente a todo esse movimento de “efervescência” da sociedade civil e “aprofundamento da democracia”, em uma perspectiva geopolítica, têm-se como marco principal deste período o “Consenso de Washington” como grande receituário de todas as movimentações político-econômicas que viriam a se concretizar em toda América Latina e demais países “em desenvolvimento”. Consenso de Washington fora o termo utilizado para designar a série de medidas desenvolvidas por representantes de instituições financeiras, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), reunidos em novembro de 1989 sob convocação do

Institute for International Economics na capital estadunidense (Batista, 1994, p.6). Tais medidas, a partir de então, pautaram as recomendações (ou imposições) oficiais das instituições financeiras multilaterais para os países latino-americanos que enfrentavam dificuldades financeiras após o período de grandes turbulências vivenciado na década de 1980. Destacam-se dentre essas medidas a privatização de empresas estatais, a flexibilização de leis trabalhistas, a prática de juros e câmbio de mercado, o incentivo a investimentos estrangeiros diretos, a redução dos gastos públicos, dentre outras que compuseram as estratégias neoliberais, aplicadas no Brasil, principalmente a partir do governo Collor.

É a partir da análise deste contexto que, no âmbito da participação civil, Dagnino indica a existência de uma “Confluência Perversa” entre o projeto neoliberal e o “participativismo” que se desenvolvia no Brasil (Dagnino, 2004). Para Dagnino, a coexistência de um projeto de democratização dentre a sociedade civil e um projeto de um “Estado que deve se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil” (Dagnino, 2004, p.142) configura uma perversidade que se manifesta através da captura e da disputa de significados. Para a autora, estes dois projetos políticos disputam a concepção cultural de termos como “sociedade civil”, “participação” e “cidadania”, o que resulta em uma captura dos espaços constituídos - ou mesmo dos atores envolvidos - nos processos participativos, que acabam por corroborar em suas atividades para um fim antagônico ao projeto democratizante, porém, expresso em termos coincidentes.

Essa estratégia se manifesta, por exemplo, a partir do deslocamento do significado de “sociedade civil”, como mencionado. Segundo Dagnino, a marginalização dos Movimentos Sociais e a escalada de relevância das ONGs representam uma face dessa perversidade (Dagnino, 2004, p.149). Para a autora, as ONGs parecem ter sido “escolhidas” como representação legítima da sociedade civil no paradigma neoliberal por representarem uma inserção suficientemente “legítima” dentre a sociedade, ao mesmo tempo que uma possibilidade de interlocução eficiente e técnica com o poder público.

As relações entre Estado e ONGs parecem constituir um campo exemplar da confluência perversa que mencionamos antes. Dotadas de competência técnica e inserção social, interlocutores “confiáveis” entre os vários possíveis interlocutores na sociedade civil, elas são frequentemente vistas como os parceiros ideais pelos setores do Estado empenhados na transferência de suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil (Dagnino, 2004, p.149).

Além disso, as ONGs configuram uma representatividade baseada nos saberes técnicos que estas instituições acumulam, determinando o reconhecimento das diversas multiplicidades que estas organizações supostamente representam como fator determinante da sociedade civil, em detrimento da representação numérica baseada em vínculos orgânicos que configuram os movimentos sociais e organizações comunitárias.

A questão da representatividade assume facetas variadas e/ou é entendida de formas diversas por parte de diferentes setores da sociedade civil. Por um lado, a capacidade de pressão do Movimento Sem Terra (MST), por exemplo, se evidencia na realização de protestos e manifestações de massa que, assim como o número de participantes no Orçamento Participativo e sua capacidade de mobilização atestam as suas respectivas representatividades, entendidas num sentido clássico. Por outro lado, há um deslocamento no entendimento da representatividade, tanto por parte do Estado quanto por parte de atores da sociedade civil. No caso das ONGs, por exemplo, essa representatividade parece se deslocar para o tipo de competência que possuem: o Estado as vê como interlocutoras representativas na medida em que detêm um conhecimento específico que provém do seu vínculo (passado ou presente) com determinados setores sociais: jovens, negros, mulheres, portadores de HIV, movimentos ambientais, etc. Portadoras dessa capacidade específica, muitas ONGs passam também a se ver como “representantes da sociedade civil”, num entendimento particular da noção de representatividade. Consideram ainda que sua representatividade vem do fato de que expressam interesses difusos na sociedade, aos quais “dariam voz”. Essa representatividade adviria então muito mais de uma coincidência entre esses interesses e os defendidos pelas ONGs do que de uma articulação explícita, ou relação orgânica, entre estas e os portadores destes interesses (Dagnino, 2004, p.150).

Outra estratégia pontuada pela autora como constituinte dessa confluência perversa é a desnaturação e captura dos próprios espaços e formas de participação. Além do grande incentivo a uma forma de “participação solidária” (Dagnino, 2004, p.151), baseada em ações filantrópicas, sobretudo vinculadas às fundações privadas ou mesmo a ONGs (o chamado “terceiro setor”), e desprovida de qualquer forma de reflexão crítica acerca dos problemas sociais que enfrentam ou mesmo sem qualquer compromisso com a efetiva inserção da população marginalizada nos processos políticos, têm-se também um intenso esforço do poder público em instituir as parcerias com organizações da sociedade civil na execução de políticas públicas como uma forma de participação civil legítima e suficiente ao processo democrático, em detrimento dos espaços de participação que de fato colocam a sociedade civil para discutir e deliberar acerca da concepção destas mesmas políticas públicas.

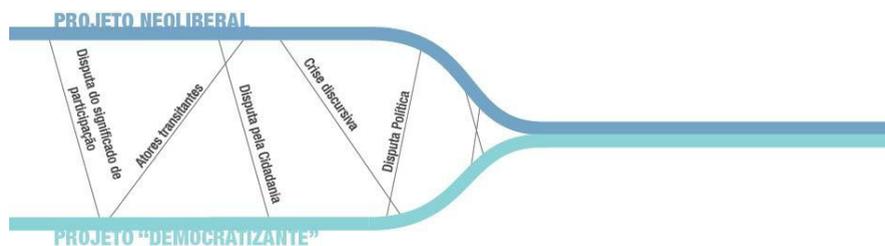


Figura 03: Ilustração do conceito de “Confluência Perversa”.
 Fonte: Elaborado pelos autores com base em Dagnino (2004).

Tais estratégias aparecem muito nitidamente nos casos analisados na seção anterior. Seja na “Reforma Administrativa” de Fernando Henrique Cardoso, que institui as OSs como responsáveis pela execução de políticas públicas (no lugar do Estado) e a persistência deste discurso duas décadas mais tarde no Marco Regulatório das OSCs, ou mesmo no processo de difusão do Orçamento Participativo, descrito por Oliveira, a respeito do qual o autor pontua a existência de uma “destilação ideológica” do OP por parte do Banco Mundial para fins de sua divulgação global com caráter técnico, neutro e universal (Oliveira, 2016, p.237).

Diante deste cenário de questionável representatividade das formas de participação instituídas - e da constatação de suas reais persistências e relevâncias no cenário atual, como demonstra o MROSC - destaca-se uma evidente deslegitimidade destes espaços frente ao verdadeiro ambiente político da sociedade brasileira na atualidade. Vale ressaltar que, diante das crises levantadas

pelas Jornadas de Junho, em 2013 (que tiveram a representatividade como uma das principais pautas), várias foram as formas de organização que surgiram, dentre elas, várias OSCs que hoje atuam em parceria com o poder público na lógica acima descrita. As “novas instituições” da sociedade civil surgem a partir da multiplicidade da sociedade, dos “novos sujeitos sociais”, em busca de uma “cidadania ampliada”, entretanto, pouco se evidencia o impacto ou as verdadeiras modificações estruturais das lógicas de poder a partir das da vontade da sociedade civil, uma vez que, à princípio, nascem e operam dentro de uma lógica cooptada.

Dagnino, uma década antes, já alertava a respeito da real legitimidade das representações da sociedade civil instituídas:

O predomínio maciço das ONGs expressa, por um lado, a difusão de um paradigma global que mantém estreitos vínculos com o modelo neoliberal, na medida em que responde às exigências dos ajustes estruturais por ele determinados. Por outro lado, com o crescente abandono de vínculos orgânicos com os movimentos sociais que as caracterizava em períodos anteriores, a autonomização política das ONGs cria uma situação peculiar na qual essas organizações são responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviços, mas não perante a sociedade civil, da qual se intitulam representantes, nem tampouco perante os setores sociais de cujos interesses são portadoras, ou perante qualquer outra instância de caráter propriamente público. Por mais bem intencionadas que sejam, sua atuação traduz fundamentalmente os desejos de suas equipes diretivas (Dagnino, 2002).

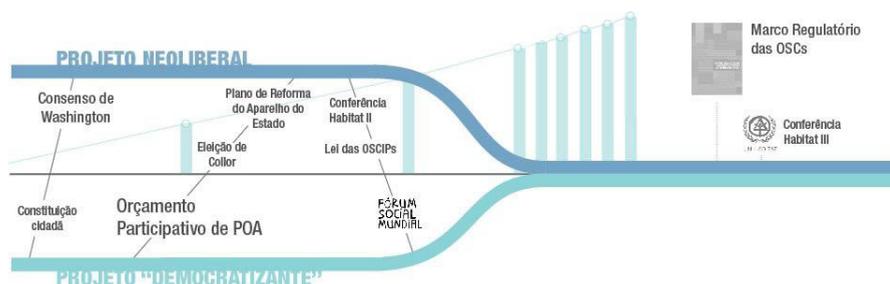


Figura 04: Ilustração da Hipótese de uma “Confluência Perversa”.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na atualidade, a situação parece não ter mudado muito. A fundação Open Society - fundação filantrópica internacional instituída a partir de doações patrimoniais do magnata húngaro-americano George Soros - que se estabeleceu no Brasil no ano de 2014, segundo dados publicados na página da própria fundação, destinou, respectivamente, 16%, 17% e 28% do orçamento anual de U\$940.700.000,00 em 2017 para projetos comprometidos com “Reforma da justiça e do estado de direito”, “Governança e avanço econômicos” e “Prática democrática e direitos humanos”, ao redor do mundo. No Brasil, segundo o estudo da Secretaria-Geral da Presidência da República, realizado como parte do processo de formulação do MROSC, a principal forma de financiamento das OSCs são as doações de origem privada, sendo parte significativa delas provenientes da chamada “Cooperação Internacional”, que consiste em agências não governamentais de cooperação, agências governamentais estrangeiras e agências multilaterais estrangeiras (Secretaria Geral da Presidência da República, 2015, p.129). Na mesma publicação, um estudo realizado entre as 250 OSCs vinculadas à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) no ano de 2010, mostrou que 50% dos recursos financeiros dessas instituições provêm da mencionada “Cooperação e solidariedade internacional” (Secretaria Geral da Presidência da República, 2015, p.132).

Com tantos vínculos financeiros e institucionais com entes privados e públicos estrangeiros e tão poucos com a população, faz-se necessário questionar o verdadeiro papel destas “participações” e “representações” da sociedade civil junto ao poder público brasileiro. Se não expressando as vontades da população nestes espaços institucionais, o que estariam expressando essas organizações colocadas com tanto protagonismo no espaço público? Seriam as Organizações da Sociedade Civil um elo mais frágil da democracia brasileira, escolhido pelas agências da “Cooperação Internacional” como espaço de ingerência de suas agendas e interesses? Ou ainda, seriam essas organizações os parceiros ideais, construídos pelas instituições financeiras multilaterais dentro do desenho institucional brasileiro para substituir o Estado em suas funções essenciais? Qual a razão de ser de tanta pressão e marginalização dos movimentos populares no país, enquanto as OSCs crescem e fortalecem-se progressivamente?

São esses alguns questionamentos que devem ser colocados e investigados no ambiente público brasileiro por uma questão, não só de representatividade da população, mas de soberania sobre nossos próprios

processos administrativos. Inauguramos com este artigo uma linha de investigação que denominamos Geopolítica e Territórios, que pretende avançar também sobre como esses mecanismos de globalização neoliberal avança sobre as políticas urbanas, ambientais, culturais de maneira mais evidente, através de mecanismos multilaterais mais evidentes como a ONU, e também como movimento disperso e aparentemente popular de ação através de ONGs, muitas vezes difusoras de pautas advindas dos novíssimos movimentos sociais e ativistas (GOHN, 2014).

Considerações finais

Diante desta análise sobre o perigo do avanço neoliberal como uma confluência perversa, faz-se necessário questionar a própria existência e protagonismo da participação da sociedade civil na agenda urbana. Se, desde a década de 1990 - quando a participação da sociedade civil fora pioneiramente instituída e recomendada na Habitat II - até a atualidade, observou-se um desvirtuamento e cooptação das formas de participação elaboradas no seio de uma sociedade civil ativa, sobretudo, na América Latina, é preciso observar na presente realidade qual papel estes espaços têm, de fato, cumprido nas cidades em questão.

Observa-se uma crescente diversidade de OSCs colocadas como atores definitivos da produção do espaço nas cidades, uma vez que, não só aparecem em grande número nas cidades, mas também estão instituídas formalmente como componentes da elaboração e execução de políticas públicas, como demonstrado, sobretudo a nível municipal. Diante disso, é preciso dedicar atenção aos espaços de participação instituídos e às práticas e lógicas por trás destas instituições, para que, com isso, seja possível questionar e reivindicar esses espaços e a própria pauta da participação da sociedade civil na agenda urbana. Esse é um esforço imprescindível, no contexto da produção contemporânea do espaço, para efetivamente construir cidades realmente mais justas e participativas voltadas e referenciadas na expressão popular, na soberania de nossos territórios e no desenvolvimento e bem-estar da população.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **Pós-: Revista do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da fauusp**, São Paulo, nº 20, p. 60- 74, dez. 2006.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo, 1994.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. 86 p. Brasília, 1995.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, n. 5, p. 139- 164, out. 2004.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. (Org.). **Os Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina. (Org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**: 2010. Rio de Janeiro: ibge, 2012.

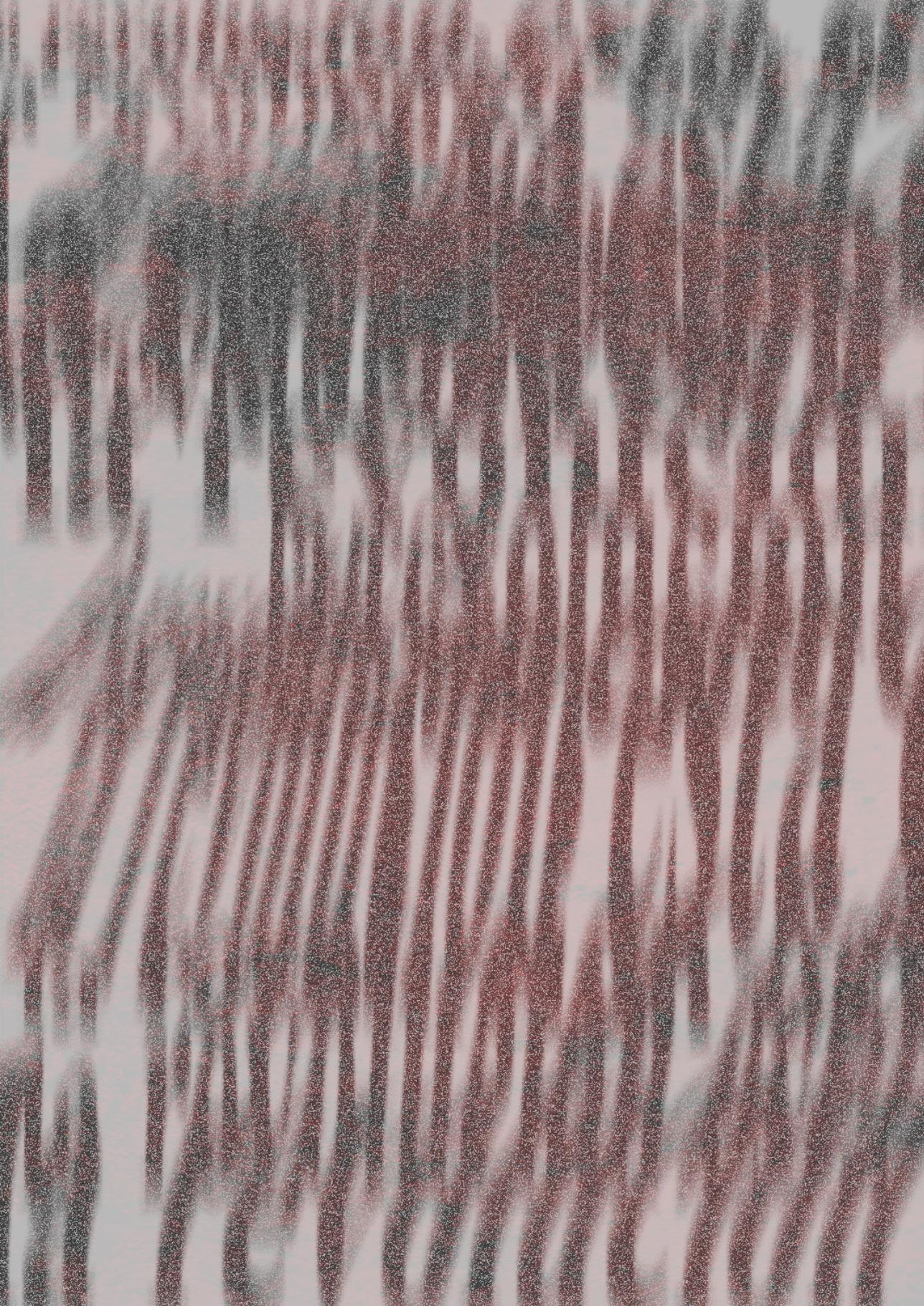
OLIVEIRA, Osmany Porto de. Mecanismos da difusão global do Orçamento Participativo: indução internacional, construção social e circulação de indivíduos. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 22, nº 2, p. 219- 249, ago. 2016.

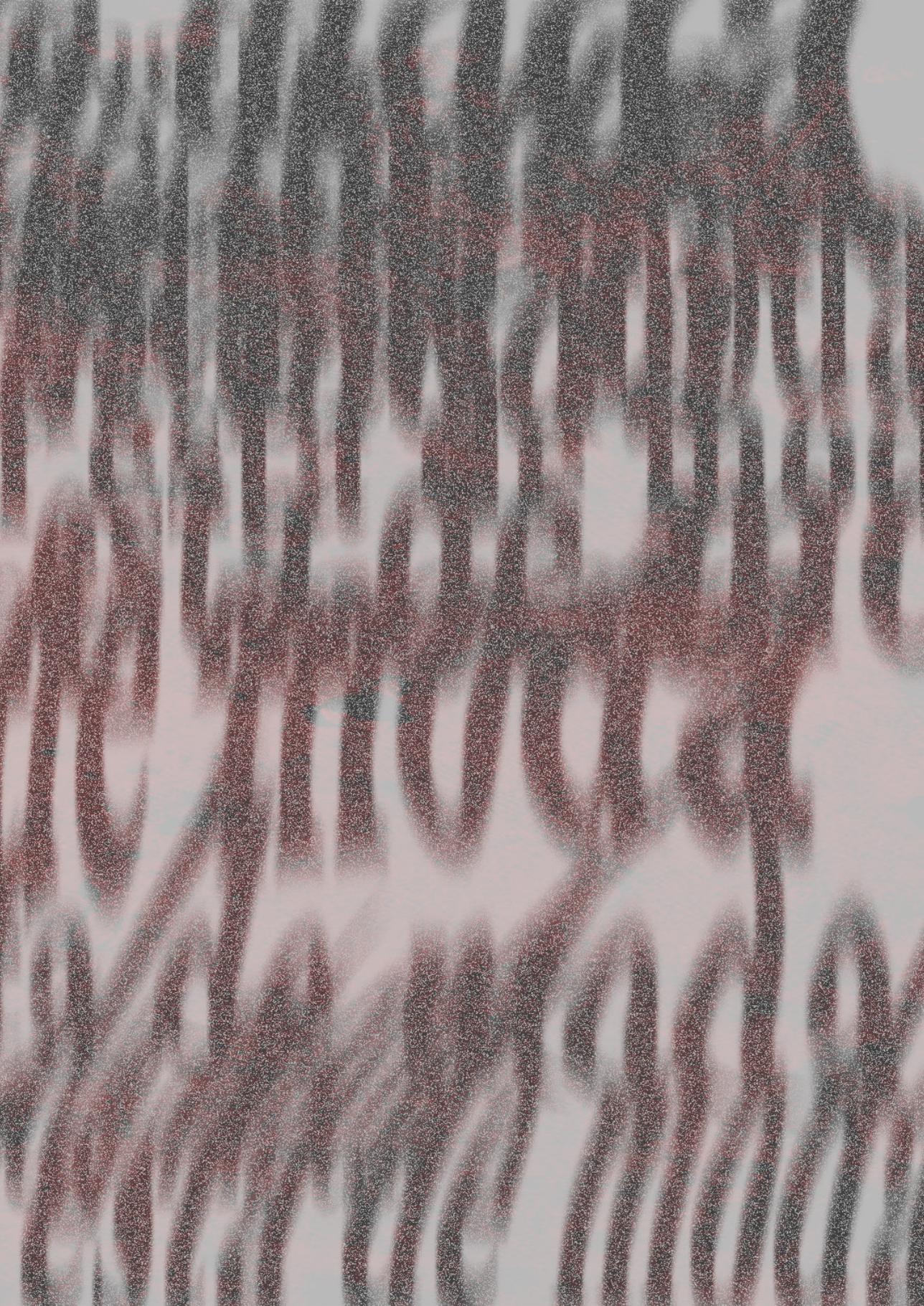
RABELO, Erica; FANTIN, Marcel. Prioridades e diretrizes das conferências

habitat: entre o neoliberalismo e o bem comum. In: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (orgs.). **I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Fluxos, 2018. p. 930-947.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LOPES, Laís de Figueirêdo; SANTOS, Bianca dos; XAVIER, Iara Rolnik (orgs.). **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: A Construção da Agenda no Governo Federal – 2011 a 2014**, Brasília: Governo Federal, 2014. 240 pp.

SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LOPES, Laís de Figueirêdo; SANTOS, Bianca dos; BROCHARDT, Viviane. **Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014**. Brasília: Presidência da República, 2016. 130p.





DAS REVOLUÇÕES AOS LEVANTES¹

Maíra Ramirez Nobre²

Natacha Rena³

Introdução

Frente à incômodos advindos de arranjos sociais contraditórios, exercícios de poder julgados inadequados, conflitos de interesses e ideologias, dentre outros que expressam insatisfação com o poder vigente, é comum que as pessoas se organizem em movimentos de luta contra opressões, em busca de reafirmar as próprias convicções. Estas organizações podem se dar por formação de grupos utilizando-se de estruturas institucionais como sindicatos e partidos políticos, coletivos autônomos como ONGs ou em aglomerações sociais espontâneas, nas quais diferentes atores ocupam espaços públicos ou privados por julgarem possuir objetivos comuns que os levam a lutar lado a lado. Estas manifestações de indignação podem receber nomes distintos de acordo, principalmente, com sua organização e finalidade. No presente artigo, algumas dessas formas de resistência serão tratadas com o intuito de compreender as semelhanças e diferenças entre suas manifestações, das quais pode-se citar com maior destaque: revoluções, revoltas, insurreições e levantes. Cabe ressaltar que, apesar de propor um debate em torno dos distintos temas, o principal foco delineado diz respeito às revoluções e aos levantes, trazendo à tona eventos como o Maio de 68 francês e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil.

Georges Didi-Huberman lançou, em 2016, o livro *Levantes*, fruto de uma exposição do próprio autor na Galeria Internacional Jeu de Paume, em Paris. Didi-Huberman buscou trabalhar, por meio do visível e do invisível, os processos do que ele intitula levantes. Ao longo da introdução do livro uma pergunta acompanha seu pensamento: o que faz com que os sujeitos se subletem? Esta indagação vem acoplada ao questionamento do *que fazer* em tempos nebulosos, dando a entender

1 Artigo publicado na Revista arq.urb. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/36>, Acesso em 11 de agosto de 2021.

2 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais.

3 Professora dos cursos de Arquitetura e de Design da EA UFMG, assim como dos programas de pós-graduação NPGAU e PACPS, também da EA UFMG. Atualmente é líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ INDISCIPLINAR e coordena o Programa de Extensão IndLab.

que sublevar-se é um movimento que nasce da escuridão de alguns períodos. De acordo com Michel Foucault (1994, p.547) “a sublevação é um modo pelo qual a subjetividade (não aquela dos grandes homens, mas aquela de qualquer um) é introduzida na história e lhe dá seu sopro”. Já sobre o negrume, tempos obscuros, o próprio Didi-Huberman tece ideias:

Tempos sombrios; o que fazer quando reina a obscuridade? Pode-se simplesmente esperar, dobrar-se, aceitar. Dizemos a nós mesmos que vai passar. Tratamos de nos acostumar. Ou melhor, na escuridão, pintamos o piano de branco. De tanto nos acostumarmos - e isso logo acontece, pois o homem é um animal que se adapta rápido -, não esperamos mais nada. O horizonte temporal do esperar acaba desaparecendo, como já tinha desaparecido nas trevas todo horizonte visual. Onde reina a obscuridade sem limites não há mais o que esperar. Isso se chama submissão ao obscuro (ou se preferirem obediência ao obscurantismo). Isso se chama pulsão de morte: a morte do desejo (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.14).

Segundo Didi-Huberman, levantes aconteceriam como respostas a estes momentos de escuridão, por meio dos quais, levadas a seus limites, as pessoas se manifestam de forma organizada, ou não, considerando, ou não, estratégias de luta. Nem sempre há, nesses instantes, um objetivo claro em relação ao ato de sublevar-se. Em alguns casos acontece um estopim que dá início a uma onda quase incontrolável de luta e potência, em outros são traçados modos de organização e há um objetivo comum em manifestar-se, muitas vezes relacionado à expectativa de tomada do poder. É preciso ressaltar que estes momentos são distintos entre si e que, mesmo dentro destas formas de demonstração de indignação há maneiras diferentes de manifestar-se.

Quando pessoas se manifestam dessa maneira, a ação pode muito bem ser chamada por um nome inexato pelo que se opõe a seus objetivos ou táticas. Esse tipo de aproximação às vezes é compreensível: afinal, levantes, rebeliões e revoltas podem se assemelhar em certos aspectos e, em determinadas condições, podem evoluir ou até se confundir. Há, entretanto, situações em que essa proximidade indica um desconhecimento fundamental do que está em jogo (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.29).

Na tentativa de desdobrar esse questionamento sobre “levantes, rebeliões e revoltas”, optou-se, neste texto, por percorrer por semelhanças e diferenças entre os conceitos de revolução, revolta, levante, insurreição, dentre outros, a fim de iniciar uma pesquisa que aponte alguns importantes processos de sublevação que ocorreram nos últimos 220 anos da história ocidental, ou seja, desde as revoluções burguesas.

Das revoluções aos levantamentos: maio de 68, contracondutas, resistências e movimentos sociais no cenário contemporâneo

O historiador Ricardo Oliveira da Silva, no artigo *Revolução, História e Tempo*, publicado na revista *História: debates e tendências*, de 2015, afirma que o conceito moderno de revolução surgiu na Europa, na segunda metade do século XVIII. No mesmo período a História também recebeu sua concepção moderna, fato que está vinculado ao processo de secularização, ou seja, rompimento com vínculos religiosos e com o passado e apontamento para um futuro (em noção linear de tempo) que concretize um novo mundo. Assim, a conceituação de História da modernidade vem acompanhada de uma “uma tarefa da revolução” (SILVA, 2015, p.251). Esta revolução de gênese similar à modernidade, segue, de acordo com o autor, cinco premissas que influenciaram diretamente os movimentos políticos e sociais desde o século XVIII, são elas: (i) aceleração do tempo; (ii) finalidade social dos movimentos políticos; (iii) caráter universal e permanente; (iv) surgimento do novo, do inédito; (v) rejeição do passado como valor no presente. É possível definir revolução como “o espaço histórico que separa um poder de outro poder, e onde uma idéia de ação humana sobre a história substitui-se ao instituído” (FURET, 1988, p.40).

Apesar de Silva (2015) afirmar que o conceito de revolução, como é entendido hoje, teve sua gênese no século XVIII, o autor lembra que o vocábulo em termos políticos foi utilizado já no século anterior. Entretanto, naquele momento, seu sentido ainda se aproximava da origem do substantivo que designava retorno a uma ordem do passado. Nesse período, as manifestações que visavam um rompimento com o governo eram denominados motim, sublevação, insurreição, tumulto ou rebelião; não revolução. Portanto, foi no século seguinte, por meio do pensamento iluminista, que revolução passou a ser entendida como transformação, rompimento, apontando para o futuro, não mais para um

retorno. Além disso, destaca-se a aproximação do conceito de revolução com a noção de aceleração do tempo, com um dinamismo nos movimentos e com uma mudança do modo de se relacionar com o passado. Aparece no texto de Silva (2015) outras características que dão forma ao termo, das quais pode-se citar uma alongação da esfera política para a social e seu caráter universal. Diz-se, então que a revolução como conceito moderno se relaciona com dois principais elementos: ruptura e tempo. Na soma dos dois, um terceiro: irreversibilidade.

O debate acerca da noção de revolução foi realizado por muitos outros pensadores e tem em Hannah Arendt uma referência importante. A autora aponta que, no século XVIII, o conceito de revolução deixa de ser ligado a acontecimentos astronômicos e passa a designar ações humanas (ARENDDT, 2001). Neste contexto, o termo começa a tratar da expectativa de um novo começo, ainda disforme, após o fim de um período de opressão. Arendt (2001) afirma que a busca por mudanças que leva às revoluções têm, de modo geral, intento de liberdade.

A ideia de liberdade se torna central na busca por compreender o sentido de revolução para Arendt, o que faz com que nem todos os conflitos, tomadas de Estado e/ou realização de guerras, possam enquadrar no que a autora designa *processo revolucionário*. Caso não haja uma nova forma organização por meio da qual os grupos que se sublevaram se tornem parte da arena política, não há revolução.

Só podemos falar de revolução quando esta característica de novidade está presente e quando a novidade se liga à ideia de liberdade. É evidente que isto significa que as revoluções são mais que insurreições bem sucedidas e que não temos o direito de chamar revolução a qualquer golpe de estado ou até de vermos uma revolução em cada guerra civil (ARENDDT 2001, p.39).

Cabe ressaltar que a liberdade aqui tratada diz de uma relação direta com a política. Segundo a autora, não há possibilidade de liberdade que se afaste do âmbito social e de relações externas. A liberdade interna está diretamente relacionada, em Arendt, com certa passividade que acaba por fazer dos indivíduos seres apáticos e, algumas vezes, escravos. A liberdade implica, então, no contato com outros indivíduos em espaços públicos comuns (ARENDDT 2001). Portanto, é preciso entender em Arendt o conceito de revolução enquanto forma que leva

à liberdade não individual, mas vinculada à política, compreendendo a relação direta entre esta liberdade e a existência de espaços públicos plurais por meio dos quais seja possível, a esses homens livres, falar e agir em termos políticos.

Walter Benjamin, por sua vez, entende que a revolução só é possível se houver a destruição do capitalismo. Para tanto, ele denuncia a falsa aliança de luta entre burguesia e proletariado, apontando para o fato de que já na Comuna de Paris ficou claro que não seria possível que as duas classes lutassem lado a lado.

Assim como o Manifesto Comunista encerra a época dos conspiradores profissionais, também a Comuna põe fim a fantasmagoria que domina o primeiro período do proletariado. Ela desfaz a ilusão de que seria tarefa da revolução proletária concluir a obra de 1789 de mãos dadas com a burguesia. Esta ilusão domina a época de 1831 a 1871, da insurreição de Lyon até a Comuna. A burguesia nunca compartilhou desse erro. Sua luta contra os direitos sociais do proletariado inicia-se já na Grande Revolução e coincide com o movimento filantrópico que a encobre que experimenta sua máxima expansão sob Napoleão III (BENJAMIN, 2006, p.50).

Este modo de ver a revolução, pautado, não pela liberdade, mas pela luta de classes, denunciando a impossível aliança entre burguesia e proletariado, está presente também em Florestan Fernandes (2000). O que afasta ambos, Benjamin e Fernandes, de Arendt é o fato de que, apesar da autora não deixar de lado a relação entre revolução e mudanças estruturais de classe, para ela o fim da pobreza não se dá pelo espectro político e a revolução tem como principal foco a liberdade. Já Fernandes (2000) associa revolução à uma tomada de poder de caráter social e político.

[...] mesmo na linguagem de senso comum, sabe-se que a palavra se aplica para designar mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade. Daí o contraste frequente de “mudança gradual” e “mudança revolucionária” que sublinha o teor da revolução como uma mudança que “mexe nas estruturas”, que subverte a ordem social imperante na sociedade (FERNANDES, 2000, p.55).

Partindo da ideia de que revolução é uma ruptura, apesar de afirmar que não o interessa a definição do conceito por si só, Fernandes (2000) atenta para o fato de que o uso do termo “traduz relações de dominação”, afirmando que quando um golpe de Estado é definido enquanto revolução, isso não se dá por mero acaso, simula-se que o processo democrático não foi interrompido de forma que sua ocorrência serve à Nação. Ou seja, confundir o significado de palavras-chave é estratégico no intento de inverter as relações de dominação, fazendo com o que o oprimido não perceba que está ocupando essa posição e legitimando os abusos de poder (FERNANDES, 2000). Mas a apropriação das palavras-chave também pode ser feita pelos revolucionários. Segundo Fernandes (2000), se os operários quiserem realizar tarefas criadoras, eles têm que se apropriar de determinadas palavras, que não podem ser compartilhadas com outras classes e “calibrá-las cuidadosamente” para que seu sentido se confunda com o sentido de ações coletivas relacionadas à tarefa histórica da revolução.

Pensando a realidade brasileira dos anos de 1980, o autor lembra que o significado de revolução não estava apenas ligado ao desejo da classe trabalhadora. Algumas mudanças estruturais, chamadas revolução agrária, urbana, demográfica, dentre outras, apontam para aproximações ou afastamentos do crescimento da ordem burguesa. Isso porque, caso uma sociedade capitalista não realize nenhuma dessas transformações, ela estará em déficit com as revoluções nacional e democrática. “Essas transformações são concomitantes e se regulam pelo grau de diferenciação interna do sistema de produção propriamente dito” (FERNANDES, 2000, p.56). Nas sociedades onde o capitalismo está menos desenvolvido a revolução deveria ser realizada pelas “classes despossuídas e trabalhadoras”, entretanto o modelo que se apresenta advém, em geral, de locais onde tal sistema encontra-se mais adiantado e que os processos revolucionários ficam majoritariamente a cargo de membros da classe alta ou média (FERNANDES, 2000, p.56).

Para o autor, um capitalismo “semi-democrático” é melhor que uma sociedade capitalista sem nenhuma democracia, pois no primeiro modelo há possibilidade de existência de sindicatos e de algum crescimento do movimento operário. Entretanto, Fernandes (2000) lembra que revoluções possibilitadas pelo processo capitalista acabam trazendo danos à classe trabalhadora. Para ele, a revolução deveria ser calcada por esta classe em oposição à burguesia, denunciando o fim dos tempos do modelo de revolução vigente e apontando para o fato de que sua realização nos países de periferia advém de um “egoísmo

autodefensivo das burguesias” (FERNANDES, 2000, p.57). Esta ação se justifica pela possibilidade de revolução realizada pelo proletariado, da periferia para o centro do capitalismo. Fato que fomenta um movimento de autoproteção das burguesias do centro que “se organizam como verdadeiras bastilhas e promovem seu ‘pluralismo democrático’ ou seu ‘socialismo democrático’ como se fossem equivalentes políticos do socialismo revolucionário e do comunismo” (FERNANDES, 2000, p.57).

Fica exposto, neste momento, a forma como o capitalismo relaciona o desenvolvimento da burguesia e do proletariado - classes sociais que são sua base de formação e consolidação - e agrava o antagonismo entre capital e trabalho. Deste acirramento Fernandes (2000) aponta para a existência de uma guerra civil permanente e, em termos, velada, o que leva à abertura da possibilidade da revolução. Essa constante tensão, vez ou outra desequilibrada, é o que gera, para o autor, as principais transformações da sociedade. Assim a revolução em Fernandes (2000) só tem sentido pelas mãos dos trabalhadores, mas é preciso ter ciência da existência de uma “contra-revolução” relacionada à burguesia que alimenta esta tensão social. Revolução e contra-revolução aparecem como guerra política e/ou civil e a vitória de uma ou outra depende da relação das forças sociais que cada classe aplica para a transformação revolucionária ou defesa da ordem.

Revolução e contra-revolução constituem, por conseqüência, duas faces de uma mesma realidade. Sob a guerra civil latente, a pressão autodefensiva da burguesia pode ser contida nos limites da “legalidade”; por sua vez, o contra-ataque proletário fica circunscrito à defesa de sua autonomia de classe e de sua participação coletiva no sistema de poder burguês. Em outras palavras, a burguesia afasta-se das tarefas históricas impostas por sua revolução de classe, mas o proletariado não. Ele força e violenta os dinamismos da sociedade capitalista, obrigando os setores estratégicos das classes burguesas a retomar pé na transformação revolucionária da ordem social competitiva (FERNANDES, 2000, p.62)

Na sequência do texto *O que é Revolução*, escrito em 1981, Fernandes (2000) recorre à Lenin ao afirmar que, em *A Falência da II Internacional* (1914-1915), o autor aponta para a impossibilidade da revolução caso a sociedade não

esteja imersa em uma *situação revolucionária*, entretanto, isso não basta para a eclosão da revolução. Em seguida, Fernandes (2000) lista três indícios do que seria uma *situação revolucionária*: (i) uma crise que gere impossibilidade da classe dominante manter seu poder de forma inalterada; (ii) um agravamento da pobreza e miséria; (iii) intensificação, derivada das situações anteriores, da ação das massas. Mas essa soma de fatores não é o suficiente para que aconteça uma revolução. Ela só ocorre, de acordo com Fernandes (2000) se, somado aos itens supracitados, houver uma *transformação subjetiva*, ou seja, uma capacidade das massas de conduzirem a revolução na direção de destruição total ou parcial do antigo governo. Para além de tudo isso, o autor destaca que o centro da revolução está na luta de classes, colocando-a como ponto zero da “situação revolucionária”.

Pensando na relação revolução contra-revolução, chega-se a outro ponto colocado por Fernandes (2000): a burguesia não sabe lidar com a luta de classes. Assim, o autor denuncia uma cooptação burguesa tanto do socialismo quanto do capitalismo, o que fez com que sua centralidade fosse posta sobre a forma de democracia criada pela própria burguesia. O que não significa o fim das possibilidades revolucionárias, mas aponta para o avanço da luta em direção aos interesses da burguesia ao mesmo tempo que ocorre um declínio da possibilidade da classe operária alcançar o poder.

Se se procede a uma análise rigorosa, que leve em conta as evoluções ocorridas nas sociedades capitalistas centrais, descobre-se que a burguesia não só aprendeu a conviver com a luta de classes - ela foi mais longe e vergou o próprio movimento socialista, primeiro, e o movimento comunista, em seguida, forçando-os a definir como seu eixo político a forma burguesa de democracia (isto é, forçou-os a renegar a luta de classes e os meios violentos, “não democráticos”, de conquista do poder) (FERNANDES, 2000, p.66).

A situação tende a agravar-se ainda mais quando Fernandes (2000) afirma que o surgimento da indústria “ultramoderna” minimizou o poder de atuação da classe operária. Isso porque, de acordo com o autor, houve um crescimento da classe média e estreitamento da trabalhadora, principalmente com a predominância do trabalho intelectual, tendendo a uma sociedade de massas onde os indivíduos são despolitizados. Esse fato pode ser relacionado

ao pensamento de Eric Hobsbawm (1995) ao afirmar que a década de 1960, principalmente Maio de 68, representa a última revolução, especialmente se acometida no sentido da universalidade da palavra. Também Silva (2015) afirma que os anos 1970 representam a queda do sentido da revolução no mundo ocidental. Neste período a classe operária deixa de ser considerada um grupo revolucionário potente, principalmente em países da Europa Ocidental e EUA, devido às políticas do *estado do bem estar social* e ao crescimento da sociedade de consumo. A forma de atuação deste tipo de sociedade é pautada pelo “roubo” de energia dos trabalhadores, que corrobora para uma alienação em massa, pautada pelo uso sistemático de vocábulos estratégicos ao neoliberalismo tanto no que tange a produção e aquisição de produtos, informações e modos de vida, quanto à mobilidade, flexibilidade e produtividade, apostando na lógica do efêmero.

Dentre o caos presente ao longo da década de 1960, o mês de maio de 1968 em Paris se apresenta como o mais simbólico, aquele que perdurou com intensidade nas mentes e questionamentos sobre os fatos e as forças que o conduziram e que dele brotaram, principalmente em relação aos levantes urbanos.

A França dos anos de 1960 vivia um período de contradições. Sob a figura de De Gaulle, o país passou por uma rápida modernização industrial e econômica que alterou substancialmente a estrutura social francesa. Esse crescimento da indústria fez aumentar o investimento em educação, principalmente entre os anos de 1962 e 1968. Alain Badiou (2012) afirma que, com o crescimento na indústria, não foi possível evitar a criação de universidades de massa, e que “uma ampla fração da pequena burguesia progressista (isto é, tentada a se unir ao proletariado, em razão de sua exclusão do poder) teve acesso ao ensino superior, exercendo uma pressão cada mais forte sobre seu academicismo servil” (BADIOU, 2012, p.28). Este fato, influenciado pelos exemplos internacionais de revolução que ocorreram com intensidade durante aquela década, pelo fracasso estadunidense na Guerra do Vietnã e pela complexa situação das universidades criadas, representou um dos grandes potenciais que influenciaram o início das manifestações francesas.

Em termos gerais, o país encontrava-se em um momento econômico e social favorável que vinha apresentando, como exposto, avanços significativos ao longo dos dez anos anteriores. Assim, para, Alan Woods (2008), o intenso fluxo de mobilizações foi uma surpresa não só para a direita, mas também para parte da esquerda que não via mais nos operários o potencial revolucionário. Entretanto, o ano de 1968 se revelou como a maior efervescência do século

XX. Cabe lembrar que esse processo iniciou alguns anos antes, já em 1966 aconteceu a primeira manifestação em Paris que denunciava a oposição dos estudantes franceses à Guerra do Vietnã. No ano seguinte o estudante Benno Ohnesorg foi morto em Berlim pela polícia alemã e as manifestações germânicas ecoaram na França. Em 1968 houve outro atentado a um estudante alemão, desta vez Rudi, ferido com dois tiros na cabeça disparados por um simpatizante da extrema direita.

Em 1967, os impactos da recessão mundial chegaram até Paris gerando desemprego. As indústrias começam a estagnar, principalmente as de aço e tecido e os sindicatos organizam manifestações a fim de não perder o controle da situação, porém os processos foram duramente reprimidos pela polícia. Além disso, houve uma onda de manifestações no campo, por meio da qual produtores rurais denunciaram significativa queda de rendimento de sua produção. Este ano foi marcado por vários conflitos nas ruas do oeste rural francês. As manifestações de 1968 começam já no início de janeiro, na Universidade Nanterre, uma das fundadas naquela década, em proveito da presença do ministro da juventude François Missoffe, que estava na região para inaugurar uma nova piscina. As principais pautas de reivindicação no momento estavam ligadas ao livre acesso às universidades e melhoria no ensino; libertação dos estudantes presos e mais liberdade política e pessoal.

Alguns acontecimentos importantes ocorreram na França no ano de 1968, destes pode-se destacar a ocupação do prédio da administração da Universidade de Nanterre, em 22 de março; a marcha em Paris em solidariedade a Rudi Dutschke, 12 de abril; o confronto entre estudantes e policiais após a ordem do reitor da universidade de desocupação do campus, resultando em mais de cem estudantes feridos, 03 de maio; e, por fim, a Noite das Barricadas, nos dias 10 e 11 de maio, na qual o Quartier Latin, antigo centro universitário de Paris, foi envolto por dezenas de milhares de pessoas.

De acordo com João Bernardo (2008) é comum se considerar que na França de 68 havia duas principais correntes ideológicas seguidas pelos estudantes. A primeira, vinculada ao pensamento de Marcuse, dizia que a classe operária se integrou ao capitalismo por meio do consumo e colocava os jovens de diferentes origens sociais como responsáveis pela revolução, já que eram vítimas de diversas opressões. A segunda se baseava no pensamento marxista e sustentava a ideia de que a classe operária era mais potente para realizar revolução. Havia então uma

questão: como luta estudantil e operária se dariam de forma conjunta? A ideia era uma recusa à universidade burguesa que propagava a exploração, buscando sua transformação radical e visando a formação de intelectuais dispostos a lutar ao lado dos trabalhadores e não contra eles. A “convergência das lutas estudantis e operárias se devia fazer não através das negociações entre dirigentes sindicais mas na rua, nos confrontos com a polícia” (BERNARDO, 2008, p.26).

As reivindicações iniciais dos operários estavam mais relacionadas às pautas locais e imediatas como a defesa dos direitos dos trabalhadores, salários mais justos e nenhuma demissão, mas o movimento foi tomando proporções inesperadas e no dia 20 de maio toda a França estava parada. De acordo com Woods (2008), as escolas estavam fechadas e foram ocupadas por professores e estudantes que organizavam atividades para os filhos dos grevistas; havia comitês de mulheres e advogados; o observatório foi ocupado pelos astrônomos; e as reivindicações chegaram até na igreja, onde debates políticos ocupavam os horários das missas. Até a polícia deu apoio aos estudantes, lançando uma nota em 13 de maio na qual repreendia a renúncia de diálogo anunciada pelo general de De Gaulle.

O governo aparentemente já não tinha controle sobre os levantes e muitos começaram a pedir a renúncia de De Gaulle, que respondeu aos protestos em 24 de maio por meio de um discurso para a televisão no qual prometeu um plebiscito que daria aos estudantes e trabalhadores mais direitos.

Em outra tentativa de uso da mídia, dessa vez endereçando o recado aos líderes sindicais e ao Partido Comunista, De Gaulle usou o rádio, em 30 de maio, para anunciar a dissolução da Assembléia Nacional, a manutenção das eleições para a data já programada e de George Pompidou como primeiro ministro. Pode-se entender que havia uma oferta para sindicatos e PC - Partido Comunista - para ocuparem uma secretaria ministerial no governo gaullista. Ao mesmo tempo, foi feita uma ameaça de repressão às manifestações com o uso da força, deixando claro que a burguesia não entregaria seu poder sem lutar. Woods (2008) lembra que houve uma reestruturação na condição vigente e as eleições foram marcadas para os dias 23 e 30 de junho, simultaneamente à tentativa de De Gaulle de mobilizar apoio fora do parlamento. Em decorrência disso, houve uma marcha, na qual dezenas de milhares de apoiadores do governo manifestaram sua posição. Essas pessoas enroladas em bandeiras francesas eram cidadãos de classe média, prefeitos aposentados, pensionistas e outros aparentemente indignados com os levantes que estavam ocorrendo.

Para Woods (2008), o contraste entre as manifestações, mostrava a potência da revolução, entretanto ainda era preciso um último golpe para a tomada de poder. Mas este nunca foi dado. Os operários não conseguiram se manter mobilizados por muito mais tempo e começaram a voltar para as fábricas, a presença nas assembleias diminuiu, e o cansaço que começou a tomar os corpos outrora indóceis. Já no início de junho, as greves começam a se deparar com seu fim. Com a queda do movimento, a força do Estado aumentou e manifestou-se na forma de agressões. Em 11 de junho houve um massacre com muitos feridos e detidos, no dia seguinte, manifestações foram proibidas na França. Jornalistas e estudantes foram presos e a polícia ocupou as universidades.

As análises sobre Maio de 68 geram, ainda hoje, diversas hipóteses e fragmentações na tentativa de compreender as ocorrências do período. Badiou (2012) explica o momento por meio da divisão em quatro diferentes maio: o estudantil, o operário, o libertário e o que não terminou em 68.

O primeiro é formado pelos estudantes universitários e secundaristas munidos de duas principais forças: de um lado a ideologia e o símbolo marxista representados pela ideia de revolução, de outro a aceitação da violência anti-repressiva.

O segundo foi construído pela classe operária que realizou a maior greve geral da história da França. Este também contava com elementos radicais e inovadores, apesar de ser classificado pelo autor como um movimento “classicamente de esquerda”. Badiou (2012,) cita três principais elementos de radicalidade: a gênese grevista, que foi externa às organizações operárias tradicionais; a estratégia de ocupação das fábricas; e a ocorrência sistemática de confrontos periféricos e violentos, como sequestros dos patrões.

Já, o terceiro maio, diretamente relacionado com o primeiro, é chamado por Badiou (2012) de “maio libertário”, e contava com pautas que questionavam as tradições morais e sociais em busca de liberdades individuais, principalmente dos corpos e sentimentos. Esse viés formador dos movimentos de 68 ocupou a esfera cultural, propondo novas formas de ação coletiva, principalmente em relação ao teatro e ao cinema. Trata-se também de “um componente particular de Maio de 1968, que podemos chamar de ideológico e que, apesar de cair algumas vezes no anarquismo esnobe e festivo, faz parte do tom geral do evento” (BADIOU, 2012, p.20). O confronto ideológico entre a esquerda clássica e o esquerdismo foi presente em todo o movimento que se mostrou muitas vezes contraditório e repleto de fissuras internas.

Apesar da relevância de todos esses maios, para o autor, o mais importante e emblemático é o quarto, pois é transversal aos outros três. Este maio durou de 68 a 78 e por isso é conhecido como década de 68. A principal questão deste momento foi a transformação da concepção da *política*, apostando que a chamada “velha política” teria acabado e, assim, buscando desesperadamente nos anos 70 e 80 a construção de uma “nova política”. Com essa concepção que nascia, houve também a crença na existência de um “agente histórico que traz a possibilidade de emancipação” (BADIOU, 2012, p.20). O responsável por isso seria o proletariado e sua existência enquanto potencial de modificação, para o autor, é a principal diferença entre aquele período e o atual. Acreditava-se em uma emancipação completa, marcada naturalmente pela linha da história, não era apenas um inconformismo generalizado que deu origem à união de diferentes grupos.

Para Badiou (2012), a existência de atores objetivos traz consigo a necessidade de criação de uma força subjetiva. Para que esta soma funcione como potência é necessária uma organização própria dos sujeitos que se sublevam, entendida como os partidos. Assim, grande parte da força de 68 estava na bandeira vermelha, entretanto, o que estava escondido ali que foi aos poucos aparecendo é que este processo foi um dos responsáveis pelo sumiço gradual de tal símbolo. “Maio de 1968 apresenta uma ambiguidade fundamental entre uma linguagem unanimemente compartilhada e o começo do fim do uso dessa linguagem” (BADIOU, 2012, p.21). O apagamento gradual da bandeira comunista que se iniciou em 68 e continuou nos anos que seguiram e, com ele, ganhou força o questionamento sobre as instituições básicas da esquerda como os sindicatos, os partidos e os líderes conhecidos. Houve uma aproximação muito grande do movimento de 1968 com as linhas anarquistas e uma crítica profunda à democracia representativa. O mais contraditório é que frente a toda essa manifestação e indignação, as eleições que sucederam maio de 68 levaram à câmara mas reacionária que já havia se visto. “Estava claro para todo mundo que o dispositivo eleitoral não é apenas, e nem mesmo principalmente, um dispositivo de representação: ele é também um dispositivo de repressão dos movimentos, das novidades, das ruptura” (BADIOU, 2012, p.22).

Diante desse movimento revolucionário e contraditório, o que aconteceu como resposta visível foi um forte mover-se da burguesia no sentido de recuperar a hostilidade ao proletariado e ao socialismo científico, acompanhado

de desconfiança e rejeição à luta de classe, evidenciado num processo profundo de individualismo entreposto à decepção, à frustração e ao cansaço.

Foucault, como coloca o estudioso César Candiotto (2013), viu, neste final de século XX, o que pode ser entendido como fim dos processos de revolução. Ou pelo menos, o fim da forma como eram entendidos até então. Após o ocorrido em 1968, com destaque para o enfraquecimento do Partido Comunista e aproximação da luta estudantil do cotidiano, da liberdade e do autonomismo, o autor afirma que a nova fase de revoluções não ocorreria no âmbito institucional, dentro dos partidos ou sindicatos, mas no domínio social, por meio do qual outras formas de convívio surgiriam.

É sobre esta nova maneira de manifestar-se que Foucault trabalha o conceito das contracondutas. Quando não há luta de classes, ou significativos embates sociais, não se pode falar em revolução, mas é muito possível denominar o evento de contraconduta. Esta forma de luta não está vinculada a um partido ou uma classe e nem mesmo tem a intenção de tomada de poder.

[...] movimentos coletivamente identificáveis, como a sublevação, o levante, a insurreição, a clandestinidade e todas as lutas anárquicas inscritas no interior de uma história imediata, somente para lembrar o texto *Le sujet et le pouvoir*. Essas modalidades de contracondutas impõem limites à condução da vida e da individualidade de parte dos governantes, sempre que ela envolve abuso de poder, opressão de um povo, utilização de meios questionáveis e de justificativas escusas (CANDIOTTO, 2013, p.228).

Foucault (1994) diferencia revolução de insurreição afirmando que a primeira, como já colocado por outros autores supracitados, tem relação íntima com o tempo e, portanto, ocupa um lugar na história, enquanto a segunda diz do homem e sua humanidade em um recorte pequeno do tempo. Insurreições são como interrupções do fio da história que ocorrem do lado de fora dela. A insurreição pode ser vista, então, como um escape ligado à busca pela liberdade e pelos direitos.

Outra diferença fundamental entre revolução e insurreição apontada por Candiotto (2013) é a forma de valoração e avaliação dos movimentos. No caso da revolução é fundamental analisar se ela foi bem ou mal sucedida para que possa ser considerada ou não uma revolução, o que a distingue, também, de um processo revolucionário. Já a insurreição e as contracondutas fogem desse método

de análise, já que não têm por finalidade a tomada de poder. Sendo assim, qualquer ato que vá contra a servidão, qualquer sublevação, tem valor significativo nestas categorias de luta.

Mais uma forma conhecida de contraconduta é a revolta. Ela é marcada como momentos de contestação que, tal como as insurreições, não objetivam diretamente a vitória. Entretanto, se aproximam um pouco mais do que conhece-se como revolução. Isso porque uma insurreição não é vitoriosa, não se aplica a ela esse valor, ela é composta por pequenas perdas e ganhos, comumente instauradas na escala do micro, mas uma revolta pode ser vitoriosa e quando isso acontece, ela se transforma em uma revolução. Além disso, Luiz Arnaut (2017) lembra que há uma constante nas revoltas relacionada à existência de um referencial teórico que não só acompanha, mas também modifica a prática. Esta tende a acontecer por um período menor que as reflexões acerca da revolução (que vem sendo construída há mais de um século), mas maior do que acontece, de forma geral, nas insurreições e nos levantes.

Os levantes também não têm em si a vitória ou derrota como forma de análise e valoração. De acordo com Didi-Huberman (2016), os levantes estão sempre ao lado das submissões, mas podem ser entendidos como a sobrevivência do desejo “neste espaço concebido para neutralizá-lo” (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.16). Eles podem ser entendidos como um gesto. As mão estendidas, o pulso fechado, o movimento dos corpos, a inclinação do tronco, a profanação da palavra. Tudo isso pode ser um levante e não há escala capaz de medir essas ações. Os levantes “vão do mais minúsculo gesto de recuo, ao mais gigantesco movimento de protesto” (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.16). Para o autor, trata-se de um sinal infinito, retomado várias vezes e soberano, como pode ser também denominado o desejo pela liberdade.

O levante é um pôr-se de pé junto a outros contra uma forma de poder, é se mostrar e se fazer ouvir em situações nas quais, justamente, não é permitido se pôr de pé, se mostrar e se fazer ouvir. O levante não se dá simplesmente pelo valor simbólico de aparecer em público quando esse ato é proibido. Ele se faz com certa energia, força, com uma intenção física e visceral que não é apenas individual, mas compartilhada - o levante se dá com uma determinação que um dia vai pôr fim a uma condição comum por tempo demais suportada (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.25).

Didi-Huberman alerta para o fato de que é impossível fazer um levante sem uso de determinada força, mas ele não explica de onde vem essa força. O que se sabe é que o levante é o lugar que se chega quando um limite foi ultrapassado e por isso atenta-se ao fato de que é preciso levantar-se. Retirar-se daquele espaço de sublevação. Trata-se de duas faces da mesma moeda. O levante é, então, o impulso que busca o fim a uma condição que perdurou por tempo demais e se tornou insuportável.

Uma diferença significativa entre levante e revolução, para além da valoração da vitória ou derrota, é que a revolução é um singular-universal e, dentro disso, é coletiva, já o levante é individual. De acordo com Didi-Huberman (2016) um Estado, por exemplo, é incapaz de fazer um levante, mesmo que entre em guerra com outro Estado.

Num levante, são indivíduos que participam da ação que tem uma forma e um sentido de ordem sociopolítica, mesmo que figuras do Estado não estejam nele engajados. No âmbito dessa ação social, indivíduo algum age sozinho, mas nem por isso emerge um sujeito coletivo capaz de homogeneizar diferenças individuais (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.23-24).

Não se imagina que, em um levante, todas as pessoas estejam de acordo com os mesmos objetivos políticos. O que leva ao levante, não é a pauta final dele, mas um sentimento coletivo de indignação, alimentado pelo desejo do fim de uma situação que se coloca como insuportável. A questão do levante está em negar a escuridão e não na luz que se espera, ele vem da recusa e não da proposta. O levante é contra determinada coisa não a favor de outra já traçada. Está aí uma diferença fundamental entre levantes e revoluções.

É importante ressaltar que um levante não é a mesma coisa que uma manifestação pontual, mas para Didi-Huberman, quando se trata de manifestações mais intensas e duradouras, elas podem vir a se tornar levantes.

Levantes, insurreições e contracondutas e a questão urbana em tempos de capitalismo pós-fordista

Atualmente os principais levantes, insurreições e contracondutas - o que pode-se chamar de forma genérica de resistência - estão relacionados com a questão urbana. Isso se dá não apenas pelo fato que esses movimentos têm ocupado os espaços da cidade, que pode ser considerada o “chão de fábrica” das lutas contemporâneas, mas também porque apresentam questões tocantes à urbes como debates centrais. Esse é o caso, por exemplo, das pautas relacionadas ao direito à cidade e à moradia, também o direito à mobilidade, à ocupação dos espaços públicos, incluindo uma disputa pelo que é comum, assim como o questionamento da propriedade privada.

Observa-se no século XXI uma onda de resistências com níveis de intensidade que lembra o ocorrido na década de 1960. Levantes ocuparam parte significativa dos mundos oriental e ocidental. Maria da Glória Gohn (2014a) relaciona essas manifestações com o que denomina *novíssimos movimentos sociais*. Esses se diferenciam dos *novos movimentos sociais*⁴ tratados pela autora principalmente por seu caráter horizontal e híbrido, ou, se buscarmos em Gilles Deleuze e Felix Guattari (2011), rizomático, e por apresentarem pautas que, de forma geral, não tratam mais da luta de classes, mas de reivindicações por direitos, em sua maioria identitários. Estes movimentos de caráter global foram alimentados, em grande parte, pelos reflexos da crise de 2008 e tem seus principais exemplares na chamada Primavera Árabe, abarcando diversos países (Tunísia, Argélia, Jordânia, Omã, Egito, Sudão, Iraque, Líbia, Síria, dentre outros) e nos Occupies, como é o caso do Occupy Wall Street em Nova Iorque, do 15M na Espanha, das Jornadas de Junho no Brasil, dentre outros. Como denunciou a artista Maria Mercedes Salgado, em vídeo exposto na Feira ARTBO - International Art Fair of Bogotá - em 2012 e registrado por Natacha Rena (Figura 1), as revoluções, ou o que entende no senso comum por elas, estavam na moda.

4 Gohn (2014a) relaciona os novos movimentos sociais à onda de movimentos ocorrida entre as décadas de 1970 e 1980 que se caracterizava por apresentar pautas de caráter mais universal, relacionadas primordialmente à luta de classes e estruturas institucionais como sindicatos e partidos políticos. Os movimentos grevistas brasileiros do período, incluindo a Greve do ABC de 1979, são exemplos importantes do que pode ser caracterizado como estes movimentos. Em geral apresentam estrutura verticalizada, ou melhor, arbórea, relacionada ao que pode ser definido como militância.



Figura 01: Foto de trabalho exposto por Maria Mercedes Salgado, na Feira ARTBO - International Art Fair of Bogotá - 2012.

Foto: Natacha Rena.

Manuel Castells (2013) se questiona sobre o que aproximou movimentos que ocorreram em contextos econômicos, sociais e culturais tão distintos. De acordo com ele, a principal semelhança apresentada é a indignação com a cumplicidade perversa entre as elites financeiras e políticas. Esta descrição se aproxima do que Didi-Huberman (2016) aponta pela motivação que dá origem aos levantes. Pode-se, então, pensar que as formas de sublevação dos novíssimos movimentos sociais se aproximam mais das insurreições e levantes que da revolução? Se adotarmos a aposta de Foucault (1994), sim! O autor afirma que as revoluções tiveram seu fim ainda no século XX, indicando que a partir deste momento, o que viria a ocorrer estaria enquadrado no âmbito das contracondutas. Mas, para que se possa desenhar este debate, é preciso que se apresente, de forma mais clara, a diferenciação entre os novos e os novíssimos movimentos sociais proposta por Gohn.

Na atualidade, os movimentos sociais são distintos tanto daqueles que levaram à sua emergência na cena pública do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX (movimento operário e movimentos revolucionários desde a Revolução Francesa) como dos movimentos que emergiram nos Estados Unidos nos anos de 1960 (direitos civis, feminismo, contra Guerra do Vietnã, estudantil etc). Na América Latina, especialmente no Brasil, os atuais movimentos sociais são distintos dos movimentos que ocorreram na fase do regime político populista, assim como são diferentes também dos movimentos do final da década de 1970 e parte dos anos de 1980 (movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar etc.), embora muitos dos atuais movimentos sejam herdeiros dos anos de 1980. Naquela década, os movimentos lutavam para ter “direito a ter direitos”. Como só podemos falar em direitos se contemplarmos o universal, aqueles movimentos não estavam autocentrados, não miravam apenas a si próprios. Na atualidade, muitos dos novíssimos movimentos, ou ações civis denominadas movimentos, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social (GOHN, 2014a, p.11-12).

O que se pode entender dessa nova conformação de lutas desenhadas pelos novíssimos movimentos sociais é a articulação da sociedade civil de forma organizada (ou não) afim de posicionar-se contra políticas públicas e decisões tomadas pelo que se tem chamado por Estado-Capital⁵. Essa associação da sociedade civil ocorre, em sua maioria, por meio do que se entende por ativismo. De acordo com Bernardo Neves et al. (2018, p.230) as principais características do ativismo estão na sua forma de organização rizomática que “conta com estruturas evanescentes, difusas, fragmentadas, que se alternam contingencialmente, em rede, numa lógica de enxame bastante variável, criando sempre novas conexões e novos agenciamentos de pautas, atores, modos de fazer”. Rena (2015) localiza os movimentos que surgiram pós crise de 2008 na gama

5 Estado-Capital, entendido sob as lentes de Pierre Dardot e Christian Laval (2016) é uma associação entre a instituição Estatal e as empresas em uma lógica na qual o Estado se faz forte quando associado aos desejos empresariais e cada vez se esvazia mais quando se trata dos interesses sociais. Não se tem, neste contexto, um Estado mínimo, pelo contrário, ele é suporte fundamental para o bom funcionamento do capitalismo, chegando a assumir em seu funcionamento interno lógicas e vocabulários empresariais.

do ativismo e aponta para sua formação heterogênea, vínculo com as ruas e redes, tanto em termos de ação quanto de divulgação, tendo como base, a indignação com as constantes expropriações daquilo que é público ou comum por parte do Estado-Capital, que é privatista.

Entende-se, dessa forma, três mudanças, totalmente imbricadas, que marcaram as formas de resistência em todo o mundo a partir da década de 1960. A primeira delas se dá no fato de que as revoluções deixaram de estar presentes e deram lugar ao fortalecimento das contracondutas, como os levantes e insurreições; a segunda, que ocorre no Brasil após o final dos anos 80, diz da transferência dos novos movimentos sociais para os novíssimos; e a terceira se relaciona com um enfraquecimento da militância - engajada, nacional e vertical - que dá lugar ao ativismo - de enxame, local/ global e horizontal -. Totalmente relacionadas, essas modificações têm relação direta com mudanças no modo de atuação do capitalismo⁶ que amplia a tendência ao pós-fordismo suscitando outras maneiras de organização, mesmo que seja em sua oposição. Segunda Pelbart (2003):

O ideal hoje é ser o mais enxuto possível, o mais leve possível, ter o máximo de mobilidade possível, o máximo de conexões úteis, o máximo de informações, o máximo de navegabilidade, a fim de poder atentar para os projetos mais pertinentes, com duração finita, para o qual se mobilizam as pessoas certas, e ao cabo do qual estão todos novamente disponíveis para outros convites, outras propostas, outras conexões. A própria figura do empreendedor já não coincide com aquele que acumula tudo, capital, propriedade, família - ao contrário, é aquele que pode deslocar-se mais, de cidade, de país, de universo, de meio, de língua, de área, de setor. O mundo conexonista é inteiramente rizomático, não finalista, não identitário, favorece os hibridismos, a migração, as múltiplas interfaces, metamorfoses etc. Claro que o objetivo final do capitalismo permanece o mesmo, visa o lucro (...) (PELBART, 2003, p.97).

As Jornadas de Junho de 2013 foram a marca brasileira de participação nos movimentos do supracitado ciclo de lutas globais pós crise econômica mundial de 2008. Dentre as categorias aqui abordadas, pode-se compreender que tratou-se de um conjunto de levantes, composto, em sua maioria, por ativistas envolvidos em

⁶ A transferência do que se chama capitalismo fordista para o pós-fordista é fundamental para que se entenda de forma geral as transformações nos modos de vida e de manifestar-se. O capitalismo contemporâneo é imaterial e apresenta fortes características rizomáticas.

processos denominados por Gohn (2014a) como novíssimos movimentos sociais. Tal análise só é possível quando se pensa a formação dos grupos e os interesses envolvidos naquele contexto. Segundo Gohn (2014b) em seu livro *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo*:

Deve-se observar, entretanto, que as manifestações de junho no Brasil não são ‘nacionalistas’; ao contrário, mostram-se como modos e formas de agir coletivo, especialmente adquirido/ construído via redes sociais e telefonia móvel, e advêm de ondas globais, internacionais. (...) Os manifestantes de junho no Brasil atuam em coletivos não hierárquicos, com gestão descentralizada, produzem manifestações com outra estética; os participantes têm mais autonomia, não atuam sob coordenação de uma liderança central. São movimentos com valores, princípios e formas de organização distintas de outros movimentos sociais, a exemplo dos sindicais, populares (urbanos e rurais), assim como diferem dos movimentos identitários (mulheres, quilombolas, indígenas etc) (GOHN, 2014b, p.11).

Tal qual o descrito a respeito dos levantes, as Jornadas de Junho de 2013 foram uma espécie de trama muito complexa de movimentos que se fez presente nas redes e ruas, construído por individualidades que compunham um coletivo, mas não por possuírem objetivos comuns transversais como em uma revolução, e sim por partilharem insatisfações diversas. Não havia luta por tomada de poder aos moldes revolucionários e muito menos um conjunto homogêneo de pautas e propostas claramente desenhadas. Os corpos nas ruas se punham contra grandes projetos urbanos, contra a política, contra as organizações verticais e institucionalizadas e, em muitos momentos, negavam as instituições partidárias e suas bandeiras. Os levantes se espalhavam de forma aparentemente incontrolável e os grupos que compunham os atos eram tão diversos (e por vezes opostos) quanto se é impossível imaginar. Havia liberais, marxistas, anarquistas e autonomistas, todos juntos nas indignações e separados nos desejos e ideias.

Pela multiplicidade de leituras sobrepostas, força e impacto dos levantes, 2013 em muito se assemelha a 1968. Entretanto, não apenas em relação a isso. A boa situação de desenvolvimento da economia nacional, se considerados indicadores clássicos da condição social, são pontos intrigantes que compõem os levantes franceses e brasileiros. Neste sentido, nasce a dúvida sobre o que levou tantos corpos a se levantarem com gestos descritos por Didi-Huberman (2016). Em ambos os

casos pode-se citar o que Badiou (2012) coloca como a crença de que haveria agentes envolvidos nos processos de resistência capazes de mudar a história em um sentido emancipante. Estes agentes presentes apresentavam características muito semelhantes como a presença de uma forte crítica ao que se poderia chamar de *democracia representativa*. Para além disso, dos movimentos novíssimos por múltiplos direitos (moradia, transporte, natureza urbana, etc) pode-se citar reflexos parecidos como o crescimento de partidos de extrema direita e um ataque constante aos partidos tradicionais de esquerda, levando ao surgimento de outros que apresentam ideias socialistas dentro do espectro da “nova política”.

A ausência de espaço para manifestações partidárias e participação dos sindicatos nas Jornadas de Junho entra como outro elemento que se deve levar em conta quando se dispõe a analisar as ocorrências no período. Em geral, as lutas traçadas por essas organizações estão vinculadas ao que entende-se por novos movimentos sociais que tradicionalmente pautavam a questão de classe como base importante de sua disputa. Vazias destes grupos, as manifestações foram, em geral, marcadas pela presença de uma sociedade civil de classe média que tinha por interesse central questões relativas a direitos individuais e coletivos. O que sobrou de luta deixou de lado a narrativa da luta de classe e incorporou pautas relativas às questões urbanas, no mais, almejava-se o direito à cidade⁷, moradia, transporte, assim como repetido discurso vinculado ao apartidarismo e a nova política destituída de corrupção.

Benjamin (2006) e Fernandes (2000) alertaram sobre as ciladas presentes em composições revolucionárias que somam burguesia e proletariado. O primeiro diz que a revolução fica a cargo da classe operária que não deve ser influenciada pela burguesia; enquanto o segundo traz a classe burguesa como grupo responsável por um contra-revolução, apontando para a existência de uma constante guerra civil entre os revolucionários (operários) e os contra-revolucionários (burgueses).

Por fim, a maioria das lutas contemporâneas se dá no âmbito dos direitos e não da luta de classes e essa é uma mudança radical que toca frontalmente as incertezas supracitadas. Tem surgido, ainda de forma tímida, a preocupação com o que se chama transversalidade, na tentativa de somar às pautas identitárias à questão das classes. Entretanto, essa formação típica dos movimentos contemporâneos, que tende a se distanciar de uma unidade de pautas e objetivos, tem preocupado vários

⁷ Caso seja de interesse do leitor, o artigo A disputa pelo direito à cidade: narrativas e territórios (NOBRE; LOTT; RENA, 2018) será publicado na próxima edição do e-book Seminário de Urbanismo Biopolítico, no qual o debate acerca do direito à cidade é tratado de forma mais completa.

teóricos como David Harvey (2016), principalmente no que tange a centralidade do tema da liberdade, ocupando espaço do que antes era tomado por assuntos relativos à justiça social.

Será que trabalhamos, quase sem saber, com conceitos parciais, corrompidos e, por fim, restritivos de liberdade e autonomia, que só fazem apoiar o status quo e, em sentido mais profundo, representam a visão deformada do capital sobre o que são os direitos humanos e a justiça social? Será que o motor econômico do capital está tão fortemente ligado a certos conceitos fundamentais, embora parciais, de liberdade e autonomia a ponto de tolher uma abordagem que não seja, na pior das hipóteses, empresarial e, na melhor, humanista liberal da questão política crucial da liberdade versus dominação? (HARVEY, 2016, p.186).

Considerações Finais

Apesar de apontar o levante como uma ação individual, Didi-Huberman (2016) diz da presença de um “nós” que aparece no compartilhamento da ação, mas que só acontece no agora, não há comprometimento futuro. Nesse movimentar-se do presente há posições com as quais se ocupa. O autor aponta para o fato de que atualmente é praticamente impossível pensar um levante sem cibermilitância, o que indica uma possibilidade contemporânea de diferentes espaços ocupados pelos corpos para a realização das ações: o físico e o virtual, que para Manuel Castells (2013) seriam as redes e ruas atuando sincronicamente.

Desta forma, os gestos contemporâneos dos quais os levantes aqui tratados fazem uso, apresentam semelhanças inegáveis independentemente das diferenças temporais, mas os contemporâneos são compostos por uma forma de articulação peculiar que conta com a sobreposição dos espaços físicos e virtuais. Essa nova característica diz do surgimento de outras maneiras de articulação e criação de redes, diretamente relacionada às estratégias de atuação dos ativistas. A flexibilização da luta, inserida na lógica neoliberal de articulação da vida, seu foco no presente e a maneira de comprometer-se que muito difere das ações militantes, tanto em envolvimento teórico, quanto de tempo, aponta para um distanciamento dos padrões propostos pela esfera militante que, em grande parte das vezes, tem perdido espaço de atuação.

Diante do exposto quadro de transformações nas formas de luta, que inclui desde o “fim” das revoluções, até o surgimento do ativismo dentro do contexto dos

novíssimos movimentos sociais, cabe questionar quais os reflexos que tais mudanças trazem para as formas de organização política e social das resistências como um todo. Para além disso, é importante que se pense sobre a origem de tais mudanças que, certamente, se relaciona com o modo de vida em uma sociedade pós-fordista.

De onde surgiram estas novas demandas de formação de grupos e estratégias de lutas? A quem interessa que haja essas mudanças? Quem financia as principais Fundações e ONGs que financiam as principais pautas dos novíssimos movimentos sociais ativistas? Porque o fazem?

Também seria necessário recuperar o que é possível aplicar do modelo de militância e novos movimentos sociais no processo contemporâneo já que as classes populares no Brasil são muito mais evidentemente representadas pelos movimentos populares como MST e não pela ampla classe média enredada nos novíssimos movimentos sociais?

Como é possível que os movimentos militantes e populares possam avançar para o campo do ativismo, principalmente para o urbano, sem que se perca uma visão de luta mais ampla, mais nacional e universal, envolvendo, para além das pautas por direitos, as amplas pautas sociais por real distribuição de renda e riqueza, como é o caso da reforma agrária? Como imbricar os novos movimentos sociais aos novíssimos movimentos sociais ganhando mais velocidade e intensidade quando é necessário ocupar as redes e as ruas para além do campo dos militantes organizados no campo popular?

Estas questões são tão fundamentais quanto a necessidade de entender os resultados vitoriosos ou fracassados das revoluções e os reflexos positivos ou não dos levantes no sentido de compreender a complexidade de tais ocorrências em direção a uma análise composta pela sobreposição das inúmeras controvérsias que se revelam ao longo das investigações. É preciso que se compreenda a multiplicidade de interesses e atores relacionada não só a cada movimento, mas também a ligação entre eles no sentido das mudanças externas e internas que se apresentam. Em se tratando de movimentos que participam de ondas globais ou de que alguns denominam *#globalrevolution*, também se faz necessário ampliar as investigações sobre as lutas dentro de um contexto geopolítico.

Por fim, esta pesquisa está só começando e avançar no sentido de produzir mais dados e informações, conceitos e teorias que possam clarear os processos de luta na contemporaneidade é parte do objetivo principal.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Tradução de I. Morais. Lisboa: Relógio D'Água. 2001.

ARNAUT, Luiz. Dossiê Temático: Revoltas e Revoluções no Século XX. **Temporalidades, Revista de História**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, ed. 24, v. 9, n. 2, mai./ago. 2017. p.8-11.

BADIOU, Alain. **A Hipótese Comunista**. São Paulo: Biotempo, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Organização de Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

BERNARDO, João. Estudantes e trabalhadores no maio de 68. **Revista Lutas Sociais**. São Paulo n. 19/20, 2008 p.22-31.

CANDIOTTO, Cesar. Política, Revolução e insurreição em Michel Foucault. **Revista de Filosofia: Aurora**. Curitiba, v. 25, n. 37, jul./dez. 2013, p.223-264.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar. 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova Razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: vol.1**. São Paulo: Editora 34, 2011.

DID-HUBERMAN, Georges (Org.). **Levantes**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

FERNANDES, Florestan. O que é revolução. In: PRADO Jr., Caio;

FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. 1. ed. São Paulo:

Editora Expressão Popular, 2000. cap.3, p.55-148.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos, III**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1994.

FURET, François. **Pensar a Revolução Francesa**. Portugal: Edições 70, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2014a.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo**. São Paulo: Editora Vozes, 2014b.

HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NEVES, Bernardo et al. Lutas territoriais: resistências ao avanço do urbanismo neoliberal. In: ROLNIK, Raquel et al. (org). **Cidade Estado Capital**. São Paulo: FAU USP, 2018. p.222-241.

PELBART, Peter Pal. **Vida capital**. Ensaios de biopolítica. Ed. Iluminuras: São Paulo, 2003.

RENA, N. S. A. Arte, espaço e biopolítica. In: RENA, OLIVEIRA, CUNHA. (Org.). **Arte, espaço e biopolítica**. 1ed. Belo Horizonte: Do Editora, 2015, v. 1, p.22-74.

SILVA, Ricardo Oliveira. Revolução, história e tempo. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 15, n. 1, jan./jun. 2015, p.251-267.

WOODS, Alan. **A revolução francesa de maio de 1968**. Maio 2008. Disponível em: <https://www.marxist.com/revolucao-francesa-maio-1968.htm>. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

68 E DEPOIS: uma cartografia dos filmes “Mor- rer aos 30 Anos” e “O Fundo do Ar é Vermelho”¹

Maíra Ramirez Nobre²

Natacha Rena³

Danilo Caporalli Barbosa⁴

Introdução

Este artigo é uma continuação do texto recém escrito por nós denominado Das Revoluções aos Levantes que foi publicado em 2018, na revista ARQ.URB 23. O artigo propunha discutir os conceitos de revoltas, levantes, insurgências e revoluções, tendo Maio de 1968 na França como principal evento insurgente a ser analisado dentro de um conjunto de manifestações desde a Revolução Francesa:

(...) existem diferentes formas de manifestar-se nomeadas por diversos autores (DIDI-HUBERMAN, 2016; FOUCAULT, 1994; ARENDT, 2001; BENJAMIN, 2006; FLORESTAN FERNANDES, 2000; BADIOU, 2012; HOBSBAWM, 1995; CANDIOTTO, 2013). Das revoluções aos levantes, por exemplo, há claras diferenças em relação à organização interna, objetivo e atuação. Até mesmo dentro de cada um dos conceitos, é possível observar leituras distintas quando analisadas as perspectivas de escrita de cada pensador (NOBRE; RENA, 2018).

1 Este artigo foi publicado na Revista Cadernos Benjaminianos e está disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cadernosbenjaminianos/article/view/15461>. Acesso em 11 de agosto de 2021.

2 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais.

3 Professora dos cursos de Arquitetura e de Design da EA UFMG, assim como dos programas de pós-graduação NPGAU e PACPS, também da EA UFMG. Atualmente é líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ INDISCIPLINAR e coordena o Programa de Extensão IndLab.

4 Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG (2016), com graduação sanduíche na Leeds Beckett University (2014-2015). Pós-graduado em Gestão de projetos pela Fundação Getúlio Vargas (2019). Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável na UFMG com bolsa CAPES. Atualmente é doutorando em Arquitetura e Urbanismo no NPGAU da UFMG. É pesquisador do Grupo de Pesquisas INDISCIPLINAR.

Diferente do que perseguíamos no texto supracitado, escrito à época da organização da *Mostra 68 e depois* realizada em Belo Horizonte em 2018, aqui o debate acontece com objetivo investigar o levante francês de forma transversal rastreando diferentes formações de grupos, pautas e narrativas presentes como pistas nos filmes *Morrer aos 30 anos*, de Romain Goupil e *O Fundo do Ar é Vermelho* de Chris Marker, ambos expostos na *Mostra 68 e depois*. Os dois filmes apresentam múltiplos rastros no seio do próprio movimento de 68 que colaboram no entendimento ampliado das conformidades e contradições presentes no levante francês. Para tanto, entende-se necessária uma apresentação sucinta dos filmes, seguida de uma aproximação histórica com o contexto. Esta aproximação se dará, principalmente, via o texto *A hipótese comunista* de Alain Badiou (2012), que anuncia a existência de quatro Maiores de 68 (o estudantil; o operário; o libertário; o que não terminou em 1968), entreposto a imagens e narrativas provenientes dos dois filmes-documentários. O texto da tese de doutorado da pesquisadora brasileira Júlia Fagioli (2017) - *Por que as imagens se põem a tremer? Militância e montagem em O fundo do ar é vermelho, de Chris Marker* - também foi exaustivamente utilizado neste artigo, já que se mostrou fundamental, não só para uma compreensão geral do evento, mas também para a análise da produção de Marker⁵.

É importante ressaltar que, para além da análise textual proposta, o presente artigo traz montagens de cenas dos filmes também como exercício de investigação. Mais do que ilustrar os temas debatidos, as imagens-montagens assumem espaço de aproximação dos documentários e foram criadas a partir do agrupamento temático das cenas consideradas mais importantes para a abordagem.

Em termos de organização, o artigo é composto por esta “Introdução”, seguida de uma apresentação e breve análise dos dois filmes selecionados “Sobre os filmes”, incluindo o debate gerado pela tese de Fagioli (2017). A partir daí, será apresentada uma pequena contextualização do Maio de 1968, associada, principalmente, a um mergulho no texto de Badiou (2012) “Os Quatro Maiores de 68: uma leitura de Badiou”. Já o item seguinte, “Entre reforma e revolução, o 68 que não acabou”, traz um debate sobre os conceitos de reforma e revolução, subsidiada por conflitos presentes desde as Internacionais até a atualidade. Por fim,

5 Outros autores que abordam os acontecidos em Maio de 68, ou temas importantes ao debate aqui estabelecido, surgem pontuando algumas passagens, como: Guy Debord, João Bernardo e o próprio cineasta João Moreira Salles, diretor do filme *No intenso agora*, filme que abriu a mostra de cinema 68 e depois e foi comentado e debatido em mesa formada pelo próprio diretor e por Juca Ferreira, ex-Ministro e atual secretário de Cultura de Belo Horizonte.

as “Considerações finais: entre maio de 68 em Paris e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil” apresentam questionamentos sobre a relação entre Maio de 68 e o novo ciclo de lutas global pós crise de 2008, incluindo, principalmente, as Jornadas de Junho de 2013⁶.

Maio de 1968 é visto como um dos levantes mais significativos do século XX, principalmente porque sua relevância extrapolou o contexto das resistências coletivas, alcançando, por um lado, a esfera do indivíduo (com pautas de temas muito íntimos como o da liberdade sexual) e, por outro, a da estrutura política (principalmente em relação à formação de novos grupos de esquerda). Assim, apesar do tempo decorrido e de certo desgaste dispensado sobre o tema, compreende-se a necessidade do desenvolvimento de tal análise, tendo em vista a relevância histórica do evento e sua relação com a atualidade - devido aos desdobramentos e influências que gerou sobre a concepção política formal e militante. Observa-se uma possibilidade de, na retomada do passado, compreender-se melhor o presente. Exercício praticado por Marker quando, ao longo das versões de *O Fundo do ar é vermelho*, realizou um processo compreendido por Julia Fagioli (2017) como uma “historicização da política” ou “politização da história”, por meio do qual o mergulho proposto nos ocorridos de 1968 dizia também de uma necessidade do diretor compreender o momento histórico e político no qual se dava cada retomada. A semelhante desafio, tanto a *Mostra 68 e Depois*, quanto o presente texto se propõe.

Sobre os filmes

O lema [a revolução ou a morte] já não é a expressão lírica da consciência revoltada, é a última palavra do pensamento científico do nosso século. Isto tanto se aplica aos perigos da espécie como à impossibilidade de adesão, no tocante aos indivíduos. Nesta sociedade em que o suicídio progride como sabemos, os especialistas tiveram de reconhecer, com um certo despeito, que em Maio de 1968 ele diminuiria quase para zero. Essa Primavera alcançou também um belo céu, sem precisamente se ter lançado ao seu assalto, porque alguns carros se incendiaram e a todos os outros faltou gasolina para poluírem (DEBORD, 2015).

6 Este é o tema da dissertação de mestrado da primeira autora deste artigo Maíra Ramirez Nobre, sob orientação da segunda autora Natacha Silva Araújo Rena. Intitulada Levantes urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008.

Pouco antes de se matar, Guy Debord escreveu o texto acima em referência a Maio de 1968, associando ao movimento uma queda significativa dos casos de autoextermínio. Entretanto, seu suicídio em 1994, ainda que 26 anos após Maio, não foi o único dentre os militantes e ativistas que se envolveram neste processo.

Romain Goupil abre *Morrer aos trinta anos* afirmando para Anne Sylvie, Dominique e Pierre Louis que este poderia ser seu filme. Poderia ser a história de muitos que participaram do Maio de 1968, mas Goupil parte da trajetória de seu amigo Michel Recanati, que tirou a própria vida em 1981, para contar o ocorrido naquele período.

Ao longo do documentário Goupil traz inúmeras cenas de suicídio e morte, normalmente atreladas às experiências cinematográficas realizadas por ele e seus amigos Coyotte e Baptiste (FIGURA 1).



Figura 01: As mortes em *Morrer aos trinta anos*.

Fonte: *Morrer aos trinta anos*, 1982. Organizado pelos autores.

Seguindo o mesmo caminho de *Morrer aos trinta anos*, diversos outros filmes que abordam a temática de Maio de 1968 têm a morte como elemento fundamental, como é o caso de *O fundo do ar é vermelho*, de Marker. Algo que vai do ano com menos suicídios na França, como apontado por Debord (2015), aos anos seguintes repletos de mortes autoprovocadas. Uma pergunta paira: para onde foi a potência de vida de 1968? Ou melhor: como lidar com o vazio que toma os corpos sublevados com o término da luta? O que fazer quando o levante acaba? Tais indagações trazem à lembrança que sempre há um dia depois da revolução e que este, como afirmou Lênin, é o pior dia.

João Moreira Salles (2017)⁷ ao falar sobre o filme *No intenso agora*, retoma a temática da melancolia que acompanha os corpos após o fim da utopia dos levantes e a vincula aos inúmeros suicídios que acompanharam aquela geração.

De acordo com André Brasil e Júlia Fagioli (2018), o luto e a luta são os dois motivos principais de *O fundo do ar é vermelho*. Na primeira cena do documentário, a bola vermelha vai diminuindo sobre a tela preta até dar origem ao “o” do *rouge*, enquanto o título vem se formando em um gesto gráfico ao mesmo tempo “simples e sofisticado”. É assim que Brasil e Fagioli (2018) enxergam esta cena, afirmando que “movimento, tão breve, da tipologia reencontra e enfatiza certo tom crepuscular que o título sugere: o crepúsculo que se lança sobre Maio de 1968, fazendo da luta simultaneamente uma experiência de luto (luto que se precisa elaborar para que a luta se renove)” (BRASIL; FAGIOLI, 2018, p.82).

A morte tem espaço especial na filmagem de Marker, mas torna-se ainda mais relevante no momento em que caveiras tomam a cena lembrando uma celebração mexicana do dia dos mortos em relação irônica com as Olimpíadas de 1968 (FIGURA 2). Aparentemente uma relação entre o massacre de Tlatelolco, ocorrido dez dias antes dos Jogos Olímpicos do México de 1968, e a situação política mundial daquele ano.



Figura 02: Caveiras de Marker entre o dia dos mortos e os Jogos Olímpicos mexicanos. *O fundo do ar é vermelho*.

Fonte: *O fundo do ar é vermelho*.1998. Organizado pelos autores.

Após a última imagem da sequência de caveiras, quando uma delas aponta uma arma para a câmera, inicia-se uma sucessão de cenas que varia entre os cassinetes policiais atacando manifestantes e a tocha Olímpica sendo

⁷ Em entrevista a Flávia Marreiro, jornalista do El País, logo após o lançamento do filme *No intenso agora*, no qual o diretor aborda questões relacionadas ao Maio de 1968. Na Mostra 68 e depois, após exibição do filme, o diretor comentou sua relação com Maio de 1968 e tornou a citar tais questões.

erguida pelas mãos de uma atleta. Em narração, Marker anuncia “O maio de 68 mexicano, uma provocação que rapidamente causou 200 mortos, e os jogos começaram numa capital pacificada sem que uma única nação os boicotasse”.

Seja pelas caveiras, pelo funeral de Jan Palach (Praga - 1968), pelos momentos dedicados a morte de Che Guevara, pelo suicídio de Salvador Allende, pelo sumiço de vários militantes, ou por diversos outros instantes, “o luto atravessa – como espécie de sombra crepuscular – a história da revolução tal como retomada por Marker” (BRASIL; FAGIOLI, 2018, p.95).

Para além da tristeza suicida pós-catártica que ocupa o espaço do que outrora era utopia e paixão, do descaso com a vida advindo da violência policial, ou até mesmo de mortes heróicas, os filmes aqui abordados tratam também de outro fim, ou melhor, de outra disputa entre vidas e mortes: a marcada pelo conservadorismo e pela liberdade que atingiu a fundo as esquerdas daquele período. Esta disputa/morte ou luta/luto está presente em quedas inexplicáveis de corpos na composição de Goupil e em alguns lobos machucados e outros de pé na cena de fechamento de Marker. A batalha se dá entre o que há de se manter erguido e aquilo que será silenciado e ocupa os terrenos mais íntimos da esquerda até a atualidade.

O que nos interessa aqui é rastrear em ambos os filmes como as múltiplas esquerdas em Paris de 68 deslizam entre pólos dicotômicos de disputa: reforma x revolução, conservadorismo x liberdade, velha esquerda x nova esquerda, esquerda clássica x esquerdismo. Nesse sentido, para que seja possível compreender as tensões políticas entre os movimentos de esquerda daquele período, seria preciso uma rápida apresentação das temáticas e conteúdos de cada uma das produções cinematográficas.

Foucault, como coloca o estudioso César Candiotto (2013), viu, neste final de século XX, o que pode ser entendido como fim dos processos de revolução. Ou pelo menos, o fim da forma como eram entendidos até então. Após o ocorrido em 1968, com destaque para o enfraquecimento do Partido Comunista e aproximação da luta estudantil do cotidiano, da liberdade e do autonomismo, o autor afirma que a nova fase de revoluções não ocorreria no âmbito institucional, dentro dos partidos ou sindicatos, mas no domínio social, por meio do qual outras formas de convívio surgiriam (NOBRE; RENA, 2018, p. 53).

Morrer aos Trinta Anos (Romain Goupil - 1982)

Há diferentes maneiras de narrar Maio de 1968, algumas sob a lógica foucaultiana da última revolução (NOBRE; RENA, 2018), outras que permeiam seu caráter festivo e libertário, ou até mesmo, aquelas que apostam em uma crítica dura por uma possível abertura ao neoliberalismo. Mas Goupil, apesar de tocar em todas, não escolheu nenhuma dessas entradas para sua primeira produção. O diretor de *Morrer aos trinta anos* optou por tratar dos ocorridos na França por meio de uma história de vida e morte, registrada por uma câmera Super 8 que ganhara de presente do pai, Pierre Goupin. Com ela foram filmadas manifestações e assembleias. As imagens, compiladas e organizadas sob uma perspectiva pessoal dotada de subjetividades deram origem ao documentário.

Desde a infância os Coyottes, grupo de amigos formado por Goupil, Coyotte e Baptiste, demonstraram admiração pelo cinema. O documentário começa a ser contado em 1964 e já neste momento, os meninos realizavam filmagens amadoras. Goupil era encarregado de filmar, enquanto os outros dois atuavam.

Goupil dedica o filme a seu amigo Michel Recanati. Companheiros de militância na Juventude Comunista Revolucionária (JCR) e na Liga Comunista, Recanati e Goupil lutaram lado a lado durante, não só os protestos de Maio de 1968, mas também em ações que se deram nos anos seguintes. A história destes dois amigos é contada por meio da relação entre os grupos de esquerda franceses entre 1966 e 1978.

Por meio de uma narrativa em primeira pessoa, sólida e de entoação pouco alterada, o documentário apresenta forte influência do que se entende por cinema militante. Neste sentido, pode-se considerar, inclusive, que a produção apresenta uma análise metalinguística. O cinema militante produzido por Goupil é tratado no filme por meio de um debate sobre sua própria relação com a sétima arte desde a adolescência. É possível observar que, em um primeiro momento, a produção de *Os Coyottes* é infantil e lúdica. Ao longo do filme a temática vai se modificando e, por fim, se torna totalmente política, contando com a produção de Goupil e Recanati de *Da revolta a revolução*, um filme que conta a luta nos *liceus*.

Sob a figura específica de Recanati, há uma exposição dos conflitos presentes em Maio de 1968 tanto por disputas geracionais quanto ideológicas e que adentram elementos internos e externos da formação e atuação política dos

grupos de esquerda. Tais dissonâncias são abordadas já de início quando Goupil traz diversas dualidades entre os posicionamentos dele e de seu pai, militante do Partido Comunista (PC), evidenciando a tensão entre a esquerda clássica e os esquerdistas desde aqueles tempos. Isso é retratado no filme em vários momentos, mas o debate se inicia quando Goupil, obrigado a distribuir os jornais do Partido Comunista, se sente incomodado com esta forma de ação. “Mas esta estratégia do comunismo porta a porta aos domingos de manhã levantava-me imensas questões sobre a forma como era gasta a minha sede de justiça social e meu ideal revolucionário” (MORRER, 1982).

Dentro desta perspectiva em formação, há também uma aproximação da esquerda com questões artísticas, que funciona como mais uma tensão interna, um desvio das lutas violentas, um terceiro ponto de força. Esta aproximação se dá em termos de uma reformulação da vida expressa por uma arte libertária que atinge cinema e teatro e se associa fortemente aos ideais anarquistas e à revolução de costumes que assola os Estados Unidos e a Inglaterra principalmente. Tal pauta, ou melhor, tal formação de grupo presente em Maio de 68, é abordada primordialmente em dois momentos quando: (i) a narrativa traz o cinema amador produzido pelos estudantes; (ii) as manifestações seguiram em 1969 formadas, principalmente, por artistas e com caráter festivo.

Conduzindo estas discussões está a vida de Recanati. Um dos principais militantes da JCR, membro da cúpula da organização, tímido e calado, assumiu importantes responsabilidades no movimento de 1968 e nas manifestações dos anos seguintes, dentre as quais pode-se citar a linha de frente dos protestos, o destaque nas assembléias estudantis, o comprometimento com a Liga Comunista e a participação nos atos de 1973 que renderam o fim da organização e a prisão de vários líderes, incluindo ele próprio. Recanati suicidou-se em 1981.

O Fundo do Ar é Vermelho (Chris Marker - 1977, 1988, 1993, 1998)

Fagioli (2017) afirma que Marker decidiu realizar *O fundo do ar é vermelho* após o golpe de Estado no Chile e a morte de Salvador Allende em 1973. A proposta inicial era uma produção formada por um arquivo de imagens de 1967 a 1973, período que acabou se estendendo até 1977. São cenas das greves de 1967, de uma viagem à Bolívia, da marcha sobre o Pentágono, de uma entrevista com Fidel Castro, de documentos inéditos de 1968, de imagens e sons clandestinos de Praga, dos Jogos

Olímpicos do México, da Guerra do Vietnã, do Chile, do Uruguai, da ditadura brasileira, dentre outras (FAGIOLI, 2017). O principal argumento utilizado pelo diretor para a retomada destas imagens diz de um desejo de “remontar as cascas, os restos dos filmes militantes para, a partir daí, produzir uma reflexão”, cujo objetivo específico é “perceber as modulações e metamorfoses do tema da revolução no mundo atual - de 1973 - e, particularmente, no que diz respeito aos acontecimentos de maio de 1968 na França” (FAGIOLI, 2017, p.8-9). Ou seja, desde sua primeira versão, *O fundo do ar é vermelho* já apresenta um processo de retomada do vivido no intento de pensar individual e coletivamente os fatos sob um viés histórico e político.

A montagem de Marker, mais que uma montagem dialética, é formada por outros procedimentos que dão um toque ensaístico, ainda que engajado. Há uma ampliação no processo de montagem que adia a síntese, em busca do múltiplo (FAGIOLI, 2017). Esse percorrer de Marker produz um filme de arte e militância que, em alguns momentos, pode ser compreendido como metalinguístico: a militância sobre a militância ou a arte militante sobre a arte militante. Neste caminho, o autor apresenta importantes sequências que, por meio da repetição, reforçam o debate e intensificam as sensações propostas. Fato que pode ser observado, por exemplo, na montagem a seguir (FIGURA 3), por meio da qual um gesto posto em sequência, sob diferentes filtros, anuncia a repetição de uma ação em diversos momentos e espaços históricos.



Figura 03: Sequência de gestos: pessoas lançando objetos em manifestações. *O fundo do ar é vermelho*.

Fonte: *O fundo do ar é vermelho*.1998. Organizado pelos autores.

Ao longo de vinte anos, Marker lança quatro versões de *O fundo do ar é vermelho* - 1977, 1988, 1993 e 1998 - caracterizando-o como um filme-processo. A última delas conta com uma hora de duração a menos que a primeira e apresenta um número menor de imagens e maior número de narrativas, indicando as transformações no processo reflexivo de Marker (FAGIOLI, 2017).

O diretor retoma imagens da história, mais especificamente aquelas referentes aos movimentos sociais e revolucionários dos anos 1960 e 1970, não simplesmente para uma reconstrução factual dos acontecimentos do passado, mas para uma investigação interessada no contexto social e político presente. (FAGIOLI, 2017, p. 26).

O filme é composto por duas partes: *Mãos frágeis* e *Mãos cortadas*. A primeira delas começa com a Guerra do Vietnã e diz sobre o fortalecimento do ideal revolucionário e do socialismo. A segunda se inicia com a Primavera de Praga e aborda muitas das questões que surgem para os movimentos de esquerda com os levantes da década de 1960 e com o declínio do socialismo.

Mãos frágeis começa com uma apresentação do contexto da década de 1960, colocando a Guerra do Vietnã como o ponto de partida para as diversas manifestações que ocuparam parte do mundo, influenciando organizações estudantis e Partidos Comunistas. Da Guerra, uma ponte para Maio, estabelecida por uma fala de Daniel Cohn-Bendit, principal líder do levante francês. E, da França, um encontro com a América Latina, com destaque para os líderes Fidel Castro e Che Guevara, que ocupam posição de destaque ao longo de toda a narrativa. América Latina, Vietnam e China são fundamentais na construção do maio de 68 parisiense. O avanço das influências soviéticas e a disputa declarada entre blocos traz à tona também os conflitos internos franceses.

Em seguida as imagens retratam a noite das barricadas. Elas foram filmadas no calor da manifestação e trazem movimento, velocidade, violência e repressão policial (FIGURA 4). Vale ressaltar que nos filmes de 1993 e 1998 muitas destas imagens são retiradas e substituídas por uma narrativa de Marker com tom distante e analítico, o que faz pensar sobre o processo de memória e reflexão do diretor.



Figura 04: Repressão policial. *O fundo do ar é vermelho*.
 Fonte: *O fundo do ar é vermelho*.1998. Organizado pelos autores.

As mão frágeis são as mãos dos estudantes, em oposição às mãos sofridas dos trabalhadores (FIGURA 5). Nota-se que Marker diz da distância entre os diferentes Maio que será, posteriormente, categorizada por Badiou (2012). Mãos que colam cartazes, mãos trabalhando, mãos presas, mãos que manipulam armas e outras que tateiam livros. O gesto é fundamental para a montagem de Marker e, nesse momento, elucida as contradições presentes no movimento de 1968. Como complemento à imagem, a narrativa: “Os operários pegarão das mãos frágeis dos estudantes a bandeira da luta” (BRASIL; FAGIOLI, 2018).

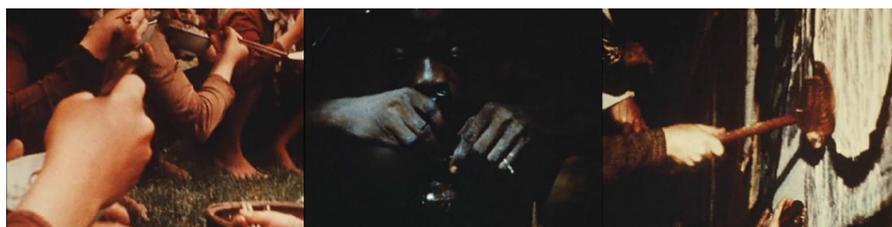


Figura 05: As Mãos de Marker - *O fundo do ar é vermelho*.
 Fonte: Fagioli (2017).

Entretanto, mais que isso, há uma crítica profunda em Marker a outra distância: a realidade dos estudantes-manifestantes, suas pautas e estratégias e a pobreza e ao sofrimento presente em países periféricos. Para tanto, o diretor fez uso de uma sobreposição de imagens: o rosto maquiado de uma estudante parisiense e o ferido de um menino negro, africano (FIGURA 6).



Figura 06: A distância entre a estudante francesa e o menino africano. *O fundo do ar é vermelho*.

Fonte: *O fundo do ar é vermelho*. 1998. Organizado pelos autores.

Na conclusão aparecem os emblemáticos Lobos de Marker entre tiros disparados por um helicóptero (FIGURA 7). Nas duas últimas versões de *O fundo do ar é vermelho* a exposição desta cena deixa claro que mesmo passados tantos anos, para Marker, ainda há lobos, ou, em outras palavras, ainda há possibilidade de se sublevar, levantar. Nessas retomadas, o filme encerra com a seguinte reflexão do diretor:

Imagine agora que quem fez essa montagem em 1977 de repente tenha a oportunidade de ver essas imagens anos depois. Poderia ser, por exemplo, 1993, 15 anos depois, o espaço de uma juventude, a idade que tinham vários dos heróis desse ano lendário: 1968. Poderíamos meditar sobre esse tempo que passou e medir as mudanças com um instrumento simples, enumerando as palavras que não fariam sentido nos anos 60: Palavras como boat-people, AIDS, tatcherismo, aiatolá, territórios ocupados, Perestroika, coabitação, ou essa sigla que substituiu a URSS e ninguém consegue pronunciar: C.E.I. A poderosa e temida União Soviética deixara de existir. A motivação dessa transição havia sido “Direitos Humanos” e agora era a “economia de mercado”. O terrorismo substituíra o comunismo como encarnação do mal absoluto. Ainda nem se compreendia que em certa época não era tão errado sequestrar o embaixador dos EUA para libertar uma brasileira dos seus carrascos (O FUNDO, 1998, apud FAGIOLI, 2017, p.49).



Figura 07: Os lobos de Marker. *O fundo do ar é vermelho*.
Fonte: *O fundo do ar é vermelho*. 1998. Organizado pelos autores.

Os Quatro Maiores de 68: uma leitura de Badiou

Os anos de 1960 foram marcados, na França, por um período de grandes modificações. Sob o comando de De Gaulle, o país passou por um processo de intensa e acelerada modernização que culminou em significativas mudanças econômicas e sociais. A ampliação da indústria levou a um grande crescimento da nação e, com ele, à inauguração de várias universidades, principalmente entre 1962 e 1968, ocupadas, em sua maioria, por uma pequena burguesia progressista, como lembra Badiou (2012). Entretanto, a partir de 1966 o crescimento do país desacelerou levando, com isso, a um momento de fragilidade econômica e de enfraquecimento da indústria, principalmente nas áreas rurais, gerando um quadro preocupante de desemprego.

As primeiras manifestações referentes a este contexto ocorreram em regiões rurais, distantes da capital francesa, coordenadas por sindicatos e realizadas por operários. Entretanto, já em 1966, Paris foi alvo de protestos estudantis referentes à Guerra do Vietnã. Em sequência, várias outras manifestações foram emergindo na capital francesa, estimuladas, em sua maioria, por questões externas, como, em 1968, o assassinato ocorrido em Berlim do estudante Rudi Dutschki. A morte de Rudi influenciou diretamente os levantes franceses, como apontado por Goupil. Recanati havia, há pouco, viajado para Berlim onde conheceu o alemão. “De repente o drama, Rudi Dutschki é atingido a tiro por um fascista. Nesse dia, sentimos isso como o assassinato de um dos nossos. Imediatamente, mobilização geral” (MORRER, 1982).

Observa-se que o contexto internacional influenciou diretamente a eclosão do Maio de 1968 na França. No livro *A hipótese comunista*, Badiou (2012) cita grande parte destes eventos, com ênfase ao movimento chinês. Isso porque Mao Tsé-Tung e o *Livro Vermelho* ocupam lugar de destaque na história da maioria dos conflitos mundiais ocorridos entre as décadas de 1960 e 1970. Marker, por sua vez,

traz junto a Revolução Cultural, a Guerra do Vietnã, mostrando a forma como os acontecimentos fora do ocidente passaram a influenciar esta parte do planeta. O diretor aborda ainda a Primavera de Praga que, também datada de 1968, carregava a ilusão de uma transição pacífica de um “regime comunista ortodoxo” para uma social democracia ocidentalizada. O movimento foi reprimido em 20 de agosto quando as tropas do Pacto de Varsóvia invadiram a capital. Houve ainda levantes em outras regiões do mundo, como na Itália e na América Latina.

Em meio a uma década de pensamentos efervescentes surgiu a possibilidade de criação de uma “nova esquerda”. Uma espécie de alternativa à esquerda tradicional, muito combatida pelo que se entendia da postura dos líderes soviéticos. Tratava-se de um grupo de composição social diversificada que não defendia o pensamento de Marx, nem mesmo se dizia socialista. A possível libertação destas “amarras” dependia, então, de uma mudança de posicionamento não só político, mas também ético-sexual, propondo uma subversão capaz de, ao mesmo tempo, fazer livre a sexualidade e a agressividade reprimidas. Esta nova esquerda via as ruas como o principal espaço de manifestação. Os membros da JCR, por exemplo, eram, em sua maioria, anti-maoísta, anti-stalinista, antifascista e identificados com Trotski, como indicado por Goupil (FIGURA 8)



Figura 08: Traços comuns a Goupil, Recanati e membros da JCR. *Morrer aos trinta anos*.
Fonte: *Morrer aos trinta anos*, 1982. Organizado pelos autores.

Dentro do contexto de levantes, o caso francês apresenta alguns pontos específicos e, por vezes, mais complexos. Marker, de acordo com Fagioli (2017), coloca duas importantes questões ao final da primeira parte do filme (*As mãos frágeis*): (i) o quadro francês no período de eclosão da revolução era estável, a França não vivia uma crise econômica, de forma que a insurgência dizia mais de uma crítica à existência social do que a realidade da sociedade naquele momento; (ii) os motivos que levaram a população a se sublevar estavam relacionados a questões globais, não a pontos internos do país. Ainda assim, universidades, escolas, fábricas e ruas foram tomadas por cartazes com dizeres revolucionários e libertários, seja no âmbito social,

seja no individual. Marx, Trotski, Pelloutier, dentre outros pensadores, ganharam visibilidade junto a ideias autonomistas e de contraconduta que buscavam a liberdade dos corpos e das mentes (FIGURA 9).



Figura 09: Cartazes na França de 1968. *O fundo do ar é vermelho*.
Fonte: *O fundo do ar é vermelho*.1998. Organizado pelos autores.

A fala de Daniel Cohn-Bendit apresentada por Marker nas duas últimas versões do filme trata da perspectiva de um dos maiores líderes do movimento a respeito do que havia passado na França naquele momento. Esta fala foi pronunciada dez anos após o Maio e deixa claro que, para Cohn-Bendit, 68 estava morto e que o levante era, na verdade, frágil ou, em outras palavras, uma “utopia revolucionária”.

Salles (2017), questionado sobre sua relação com Maio de 68, aponta que o levante não alcançou suas finalidades primeiras, mas conquistou outras coisas. De acordo com ele, os principais objetivos eram derrubar o Governo de De Gaulle e mudar o sistema, o que não ocorreu. Por outro lado, questões que tangenciavam estas pautas centrais, como é o caso da expansão dos discursos sobre as liberdades individuais - principalmente sexuais - e a relação com a arte, ficaram marcadas. “As pautas que acabaram se impondo, das minorias, das mulheres, da liberdade sexual, não eram explicitamente o que a garotada reivindicava” (SALLES, 2017).

Maio de 68 foi construído por diferentes grupos e bandeiras, dentre eles artistas, estudantes e operários. Estes últimos se mobilizaram principalmente devido à chegada da recessão mundial à França em 1967. Após o rápido crescimento, as indústrias, principalmente de aço e tecido, se viram marcadas por um momento de estagnação, o que levou a uma ação sindical na capital

fortemente reprimida pela polícia. As reivindicações dos operários estavam relacionadas a questões locais e imediatas, como salários mais justos, fim das demissões e defesa dos direitos dos trabalhadores em uma escala mais ampla (NOBRE; RENA, 2018).

As manifestações estudantis, por sua vez, se iniciaram em 1968, na Universidade de Nanterre, recém fundadas por De Gaulle, e tinham como pautas centrais o acesso ampliado à universidade, a melhoria do ensino, a permissão de que homens e mulheres frequentassem os mesmos dormitórios e mais liberdade política e social. Dos fatos importantes que tocam tais manifestações pode-se citar: (i) 22 de março - ocupação do prédio administrativo da Universidade de Nanterre; (ii) 12 de abril - marcha em solidariedade a Rudi Dutschke, em Paris; (iii) 03 de maio - confronto entre policiais e estudantes visando a desocupação do campus que levou a mais de cem discentes feridos; (iv) 10 e 11 de maio - Noite das Barricadas, na qual o Quartier Latin foi tomado por dezenas de milhares de pessoas (FIGURA 10)

E de repente, numa bela noite de primavera, nessa cidade que na véspera se achava calma e próspera, vimos barricadas, vimos carros em chamas, vimos burgueses nas janelas aplaudindo estudantes e insultando a polícia. Vimos aparecerem inscrições que se tornariam lendárias: “Sob os paralelepípedos, a praia”, “É proibido proibir”. Vimos a polícia perseguir manifestantes até dentro das casas, um prêmio Nobel acusando o ministro da Educação no rádio, e pelo rádio, justamente, toda a cidade e o país acreditaram que sua história estava se fazendo pelos choques ocorridos numa única pequena rua do Quartier Latin (O FUNDO, 1998, apud FAGIOLI, 2017, p. 45).



Figura 10: Noite das Barricadas. *O fundo do ar é vermelho*.
Fonte: *O fundo do ar é vermelho*. 1998. Organizado pelos autores.

Goupil narra alguns destes eventos e seus antecedentes em 1968:

2 de fevereiro. Manifestações pela vitória do Vietnã. 7 de fevereiro. Ao lado dos maoístas, contra um comício fascista em Mutualité, vimos as primeiras bombas lacrimogêneas. Éramos convocados para um lado, aparecíamos às centenas noutro. E no 20 de março, uma manifestação organizada pela CVN, ainda mais radical que as outras, porque também ela era semi-clandestina. Ninguém nos passeios um minuto antes. De repente, centenas no meio da rua. Uma vitrine partida, bombas de tinta. (...) 1 de maio de 68. A CGT opõe-se à entrada dos estudantes na manifestação. Dei de cara com um estudante da minha antiga célula do PC. Cumprimentei-o. (...) Ainda não éramos os raivosos, mas já os provocadores, os esquerdistas. 2 de maio. A faculdade de Nanterre é encerrada. 3 de março. A Sorbone é fechada. Reencontros no Quartier Latin. 4 de maio, sábado. Reunião de urgência do pessoal dos *liceus* sob a presidência de Michel Recanati (MORRER, 1982).

Diante deste quadro, no qual grupos distintos de manifestantes tomavam as ruas francesas, uma questão se colocou: como integrar as lutas estudantis e operárias? Em teoria, rechaçava-se a universidade burguesa em busca de uma formação de intelectuais dispostos a lutar conjuntamente com o proletariado e não em vias contrárias ou paralelas e tal convergência deveria ser feita “não através das negociações entre dirigentes sindicais mas na rua, nos confrontos com a polícia” (BERNARDO, 2008, p. 26). Entretanto, no filme *No Intenso Agora*, Salles indica que houve apenas um encontro entre os dois grupos e esse ocorreu sem que houvesse hibridação de seus membros. As imagens, que não registram cumplicidade, mostram os operários no alto e os estudantes na rua, separados não só pela estrutura de um edifício, mas também pelas pautas, alianças e ideias que defendiam. Apesar de não ter sido possível a associação total dos movimentos observa-se ajuda mútua em alguns momentos. Os professores e estudantes secundaristas, por exemplo, pararam as práticas formais em grande parte das escolas (liceus) de Paris e ofereceram atividades aos filhos dos grevistas nestes espaços. Até mesmo a polícia aderiu ao movimento em certo momento, lançando uma nota em 13 de maio na qual repreendia o posicionamento de não diálogo adotado por De Gaulle. Em 20 de maio, Paris encontrava-se praticamente parada (NOBRE; RENA, 2018).

O general, aparentemente, não tinha mais controle sobre as manifestações e fez alguns pronunciamentos, nos quais o objetivo era conter o levante, afirmar seu posicionamento, dialogar com o Partido Comunista, com os sindicalistas em geral - destaque para a Confederação Geral do Trabalho (CGT) - e com os apoiadores de George Pompidou (Primeiro Ministro da França no período) e ameaçar os manifestantes com uma forte repressão policial. Em decorrência destas declarações, principalmente as veiculadas pela rádio em 30 de maio, houve uma marcha na qual dezenas de milhares de apoiadores do governo (número de pessoas superior ao atingido em qualquer ato contrário a De Gaulle) foram às ruas, enrolados em bandeiras francesas. Tratava-se de cidadãos de classe média, professores aposentados, pensionistas e outros indignados com o momento do país.

Era o declínio do levante de 1968. Ao conseguirem parte das reivindicações, os operários não mantiveram a mobilização por muito tempo e foram aos poucos esvaziando as assembleias enquanto voltavam às fábricas. Já no início de junho, observou-se o fim dos movimentos grevistas que levou a um aumento da força do Estado e, conseqüentemente, das repressões. O que pode ser observado por um massacre ocorrido em 11 de junho que resultou em um alto número de feridos e detidos. No dia seguinte as manifestações foram proibidas no país e as universidades ocupadas por policiais. Ainda que o movimento de 68 tenha continuado com muita energia até 1969 e, um pouco menos agitado, até 1978, Goupil anuncia o fim de Maio já nas primeiras semanas de junho de 1968.

Diante deste quadro de manifestações e disputas que compuseram o levante, Badiou (2012) detecta e analisa em *A hipótese comunista* quatro diferentes Maos: (i) o estudantil; (ii) o operário; (iii) o libertário; (iv) o que não terminou em 1968, que serão explicados a seguir.

O autor dedica o início do livro a um debate sobre o fracasso, no qual, pontuando os diversos movimentos que ocorreram no que denomina “década vermelha”, aponta para um momento histórico onde foi levantado o maior número de bandeiras comunistas que se tem notícia, mas que, ao mesmo tempo, determinou o fracasso do que ele entende como ideal comunista.

O fim deste ideal comunista, ou o surgimento de uma nova maneira de pensar o comunismo, tem a França como um de seus expoentes mais relevantes, principalmente por meio do que o autor chama de “nova filosofia”⁸. O comunismo

8 Os “novos filósofos”, ou “filhos de maio de 68”, é um grupo de pensadores franceses da década de 1970, oriundos da extrema esquerda maoísta, repensando os fundamentos deste princípio

passou a ser visto como uma utopia fracassada que deveria ceder lugar a uma cultura dos “direitos humanos”, na qual exista, ao mesmo tempo, culto à liberdade “e uma representação vitimária do Bem”. Lembrando que o Bem não passa de uma luta contra o Mal e o que é Mal é definido pelo Ocidente (BADIOU, 2012, p. 7-9)

O que restou do labor dos “novos filósofos”, que nos iluminaram, isto é, emburreceram durante trinta anos? Qual é o último destroço da grande máquina ideológica da liberdade, dos direitos humanos, da democracia, do Ocidente e de seus valores? Tudo isso se reduziu a um simples enunciado negativo, modesto como constatação, nu como uma mão: no século XX, os socialismos, únicas formas concretas da ideia comunista, fracassaram totalmente. Eles próprios tiveram de voltar ao dogma capitalista e desigualitário. Diante do complexo da organização capitalista da produção e do sistema parlamentar de Estado, esse fracasso da Ideia nos deixa sem escolha: devemos aceitar, volens nolens. É por isso, aliás, que hoje devemos salvar os bancos sem confiscá-los, dar milhões aos ricos e nada aos pobres, jogar os nativos contra os operários de origem estrangeira, em resumo, administrar de perto todas as misérias, para que as potências sobrevivam. Não há escolha, escutem o que eu digo! Não que, como admitem nossos ideólogos, a direção da economia e do Estado pela cobiça de uns poucos vigaristas e a propriedade privada desenfreada sejam o Bem absoluto. É que esse é o único caminho possível. Stirner, em sua visão anarquista, falava do homem, agente pessoal da História, como “o único e sua propriedade”. Hoje, é “a propriedade como único” (BADIOU, 2012, p.9).

Badiou (2012) se propõe ao debate sobre o fracasso do comunismo porque ele atingiu direta ou indiretamente o pensamento político dos indivíduos e grupos de direita e também de parte dos de esquerda. No momento em que a repulsa ao comunismo atingiu o pensamento da esquerda, ela se tornou ferramenta para o crescimento do neoliberalismo. Isso não só porque o fim de uma hipótese comunista significa também a diminuição da resistência aos ditames do capital, nem apenas porque a fragmentação da esquerda a enfraquece, mas também devido ao fato de que parte desta esquerda emergente atende, em discursos e ações, alguns interesses neoliberais.

revolucionário. O grupo formado por pensadores como André Glucksmann, Christian Jambet, Guy Lardreau, Bernard-Henri Lévy e Jean-Paul Dollé, mostrava-se contrário aos pensamentos de Sartre, Nietzsche e Heidegger.

Em Maio de 1968, observa-se um movimento de ruptura de parte da esquerda (a maioria que foi as ruas principalmente em meio ao movimento dos estudantes) com o Partido Comunista e com os sindicatos, principalmente o CGT, ou seja, com a “velha esquerda”, em direção à formação de uma “nova esquerda”. Ao analisar este movimento, o que Badiou (2012) pretende é, em certo sentido, semelhante ao proposto por Marker: politizar a história associando o ocorrido no passado e a situação presente. Elucidando o fato de que não trará, em suas análises, respostas fechadas, o autor anuncia um estudo baseado na teoria supracitada de existência dos quatro Maio: “A força, a particularidade do Maio de 1968 francês foi ter entrelaçado, combinado, sobreposto quatro processos que afinal eram bastante heterogêneos” (BADIOU, 2012, p. 18-19).

O primeiro Maio, o estudantil, pode ser entendido como uma revolta da juventude universitária e secundarista munida de duas principais forças: de um lado a ideologia e o símbolo marxista, representados pela ideia de revolução, de outro, a aceitação da violência anti-repressiva.

De acordo com o autor, este é o Maio mais espetacular, aquele do qual se fala com maior frequência, sendo relacionado, em geral, com força, juventude e rebeldia. Foi o responsável pela maioria das imagens e expressões que vêm a mente dos que pensam sobre o evento, sejam elas de barricadas, manifestações e confrontos com a polícia, sejam de ironia e irreverência como nas frases “abaixo o realismo socialista, viva o surrealismo”; “o álcool mata, tomem LSD”; “a barricada fecha a rua, mas abre a via”; “dez horas de prazer já”; “proibido não colar cartazes”; “trabalhador: você tem 25 anos, mas seu sindicato é de outro século”.

Apesar da supremacia em termos de divulgação e alcance deste primeiro Maio, Badiou (2012) lembra dois fatos importantes a ele referentes. O primeiro diz respeito ao contexto mundial. As imagens de força e repressão não são exclusivas da França, mas se fazem presentes também em outros eventos, como na Primavera de Praga, na Alemanha, no México, na Itália, nos Estados Unidos e em outros. Já o segundo é sobre o percentual de jovens engajados na luta, que significava uma expressiva minoria da juventude francesa. O autor lembra que, nos anos de 1960, apenas 10% a 15% dos jovens completavam o ensino médio naquele país. Ou seja, “quando falamos de ‘universitários e secundaristas’, estamos falando de uma pequena fração da juventude, muito distinta da massa da juventude popular” (BADIOU, 2012, p.19).



Figura 11: Maio estudantil. *Morrer aos trinta anos*.

Fonte: *Morrer aos trinta anos*, 1982. Organizado pelos autores.

O segundo Maio, conhecido como Maio operário, foi construído pelos trabalhadores das indústrias francesas e contou com a maior greve geral da história da França. Foi pautado por termos presentes nos movimentos da esquerda clássica sendo estruturado nas grandes fábricas com apoio dos sindicatos, principalmente do CGT, e ficando conhecido como a “última grande greve da Frente popular”. Entretanto, para Badiou (2012), este Maio apresentou apenas três elementos de radicalidade: (i) o início das greves ocorreu fora das instituições tradicionais, tendo como impulsionadores, em sua maioria, jovens operários ainda não inseridos nas grandes organizações sindicais; (ii) a ocupação das fábricas foi uma estratégia recorrente do movimento, que, apesar da herança das greves de 1936 e 1947, apareceu de forma mais ampla - quase todas as fábricas foram tomadas por bandeiras vermelhas; (iii) houve, por quase dois anos, sequestros de patrões e confrontos com a polícia.

Ao terceiro Maio, Badiou (2012) dá o nome de Maio Libertário. Ele está relacionado ao primeiro, já que os jovens são seus atores centrais, entretanto, pensando em pautas e antagonismos, apresenta diferenças fundamentais. Suas reivindicações principais estão ligadas às mudanças de costumes, novas formas de relação amorosa, liberdade individual, movimento das mulheres e emancipação homossexual. Este Maio foi formado primordialmente por jovens intelectuais e artistas atuando majoritariamente na esfera da produção artística cultural, criando, assim, uma nova ideia de teatro, uma outra maneira de discursar e se posicionar frente ao público, uma diferente concepção/execução

de ação coletiva e transformações intensas na produção cinematográfica. Trata-se também de “um componente particular de Maio de 1968, que podemos chamar de ideológico e que, apesar de cair algumas vezes no anarquismo esnobe e festivo, faz parte do tom geral do evento” (BADIOU, 2012, p.20).

Badiou (2012) alerta que, apesar dos perceptíveis atravessamentos entre os três Maio apresentados, eles tratam, em seu cerne, de elementos muito diferentes que levaram a conflitos significativos, o que poderíamos chamar de controvérsias. Ainda que inseridos no que se entende por esquerda, o autor anunciou disputas intensas entre a esquerda clássica, o esquerdismo político - essencialmente trotskista e maoista - e o esquerdismo cultural - em sua maioria anarquista. Para o autor, tais contradições deram a 68 um tom de contrariedade que superou uma concepção de “festa unificada”. Algumas dessas disputas são exploradas por Goupil (1983) quando, por exemplo, apresenta os questionamentos e a ruptura de parte significativa dos jovens com o PC e do CGT, elucidando, justamente, o crescimento da “nova esquerda” ou do “esquerdismo” em um caminho diferente do trilhado pela esquerda clássica. O filme expõe, ainda, parte dos jovens articulados com o terceiro Maio, atuando na política por meio da arte e da cultura. Neste sentido, seu amor pelo cinema e a forma do fazer cinematográfico vai se modificando e se politizando ao longo do tempo, reiterando a relevância deste grupo para a configuração do evento de 68 francês. Os trotskistas eram vistos como vanguarda da vanguarda.

Há ainda um quarto Maio, que Badiou (2012) considera fundamental para a compreensão não só do levante, mas de sua relação com o presente, já que, de acordo com o autor, foi determinante para a construção política do futuro. Trata-se do Maio que atravessa os outros três, como uma aproximação, ou, quem sabe, um alinhamento de continuidade. É o mais difícil de se entender dentre os quatro, justamente pelo alongamento temporal e pelos rebuliços políticos que causou até o ano de 1978. “Fala-se dele como ‘década de 1968’, e não como ‘Maio de 1968’” (BADIOU, 2012, p. 20).

A principal questão relativa a este momento é a transformação da concepção política. A década de 1960 põe fim, de acordo com Badiou (2012), à velha forma de se fazer e pensar política, levando a uma busca desesperada ao longo dos anos 1970/80 por uma nova política. A pergunta que rege o Quarto Maio é: “O que é política?” (BADIOU, 2012, p. 34).

Buscava-se romper com a velha política que atuava sobre todo o campo militante na forma de um ator emancipatório que poderia ser denominado por povo, classe operária ou proletariado. Para Badiou (2012) essa compreensão de um agente específico responsável pela revolução é a principal diferença entre o que se passou antes e depois da década de 1980, compreendendo o Quarto Maio (1968-1978) como fundamental para o rompimento. O autor aponta que, antes deste tempo de transição, havia um entendimento de que o ator revolucionário deveria ser além de uma força objetiva, um ente subjetivo, de maneira que sua existência dependia de organizações específicas que podem ser identificadas como partidos populares. “Essa organização política deve ter evidentemente correspondentes sociais, as organizações de massa, que mergulham nas raízes da realidade social imediata. Essa é toda a questão do lugar do sindicalismo, de sua relação com o partido, do que significa um sindicalismo de luta de classes” (BADIOU, 2012, p. 34). Ele coloca, ainda, a existência dos sindicatos e movimentos sociais como parte desta estrutura, atuando em parceria com os partidos. Esta é, então, o que se entende como composição clássica, ou esquerda clássica, que começa a ter sua estrutura questionada.

Pode-se dizer que o advento de Maio ainda estava imerso num contexto da velha esquerda, principalmente em termos linguísticos, até mesmo por parte daqueles que o questionavam. Entretanto, observa-se apontamentos que foram se intensificando ao longo do tempo, de interrogações acerca do léxico da luta de classes, dos partidos e das organizações de massa, ainda que se mantivesse a bandeira vermelha como principal símbolo. “Sustento sem nenhuma dificuldade que a unidade de Maio de 1968, para além de suas contradições veementes, foi a bandeira vermelha (...). Por volta do fim do mês de maio de 1968, ela podia ser vista até nas janelas dos apartamentos de uma fração da burguesia” (BADIOU, 2012, p. 35).

Entretanto, observa-se um desuso de tal símbolo com o término do levante. Neste sentido, Badiou (2012) coloca a quase impossibilidade de, nos dias de hoje, bandeiras vermelhas serem hasteadas. “Maio de 1968 apresenta uma ambiguidade fundamental entre o começo e o fim do uso desta linguagem” (BADIOU, 2012, p. 35). A década de 1968 foi o momento em que tal símbolo foi se apagando, juntamente com os inúmeros questionamentos levantados sobre a legitimidade das “organizações históricas da esquerda” como os sindicatos, os partidos e líderes políticos, a estrutura dos movimentos sociais e até mesmo a forma como se davam as greves. Observa-se uma aproximação muito grande do movimento de 1968 com as linhas anarquistas e uma crítica profunda à democracia representativa.

Houve enfim, e talvez sobretudo, uma crítica radical da democracia representativa, do quadro parlamentar e eleitoral, da “democracia” em seu sentido institucional, constitucional. E, principalmente, não podemos nos esquecer de que a palavra de ordem final de Maio de 1968 era: “Eleições, armadilha para imbecil!”. E não se tratava de um simples arrebatamento ideológico, havia razões precisas para essa hostilidade contra a democracia representativa. Depois de um mês de uma mobilização estudantil, operária e popular sem precedentes, o governo conseguiu organizar eleições e o resultado foi a Câmara mais reacionária que já se viu! Estava claro para todo mundo que o dispositivo eleitoral não é apenas, e nem mesmo principalmente, um dispositivo de representação: ele é também um dispositivo de repressão dos movimentos, das novidades, das rupturas (BADIOU, 2012, p. 35-36).

O Quarto Maio de Badiou (2012) é, então, a criação de uma nova concepção política independente da visão clássica. Trata-se, para o autor, de um uso das organizações e símbolos clássicos, pondo fim às próprias instituições, ou conforme a leitura chinesa por ele citada, “a bandeira vermelha contra a bandeira vermelha”.

Se nós, maoistas, chamávamos o Partido Comunista Francês (PCF) e seus satélites de “revisionistas”, é porque pensávamos, como Lenin pensava dos sociais-democratas Bernstein ou Kautsky, que essas organizações transformavam em seu contrário a linguagem marxista que elas aparentemente utilizavam. Ainda não percebíamos que era essa mesma linguagem que precisava ser mudada, dessa vez de maneira afirmativa (BADIOU, 2012, p.36).

Citando a própria experiência, Badiou (2012) anuncia a ação transversal exercida pelo Quarto Maio sobre os demais, na tentativa de unir os movimentos, ainda que contraditórios, fora das organizações clássicas, como um “deslocamento cego” que acreditava em um fim dos lugares instituídos. Entretanto se atenta ao fato de que, ainda que compreendido como um potencial gerador de desvios e desaparecimentos, o comunismo necessita de organizações políticas cujas hierarquias não se dão pelos lugares.

O autor finaliza o debate sobre 1968 colocando o presente em relação ao passado, o que significa que, por meio das brechas deixadas, ainda que sob outras estruturas e categorias, questões semelhantes são vivenciadas, ou seja, “*nós temos o mesmo problema*” (BADIOU, 2012, p.39 grifo do autor).

Extrapolando a leitura de Badiou, cabe ressaltar alguns pontos fundamentais no que tange o aspecto político, agora não mais ideológico, mas estrutural, que acometeu a França já nas eleições seguintes ao advento de Maio. Elas foram responsáveis pela formação de uma câmara reacionária como o país jamais havia presenciado. Diante do movimento revolucionário observou-se um rearranjo burguês que buscava a manutenção de sua hegemonia frente às classes populares, com as costumeiras rejeição à luta de classes e hostilidade ao povo.

OS QUATRO MAIOS DE BADIOU	PRINCIPAIS ATORES HUMANOS	PAUTAS CENTRAIS	LUGAR SIMBÓLICO
1º MAIO - ESTUDANTIL	Jovens universitários e secundaristas	Ampliação do acesso à universidade, melhoria do ensino, liberdade política e social	Sorbonne
2º MAIO - OPERÁRIO	Operários das indústrias francesas	Mais nenhuma demissão, aumento salarial e defesa dos direitos dos trabalhadores	Fábricas de automóveis (destaque para Billancourt)
3º MAIO - LIBERTÁRIO	Jovens artistas e intelectuais	Liberalização sexual, novas formas de relacionamento amoroso, liberdade individual, emancipação das mulheres e dos homossexuais	Ocupação do Teatro Odéon
4º MAIO - QUE NÃO ACABOU (1968 - 1978)	Transversal aos outros três Maios, buscava a participação de todos os atores, ainda que compreendendo suas complexidades	Rearticulação política e rompimento com as velhas estruturas da esquerda	Toda a França

Quadro 1 - Os Quatro Maios de Badiou em *A hipótese comunista* (2012).

Fonte: Produzido pelos autores.

Entre reforma e revolução, o 68 que não acabou

As narrativas de Marker e Goupil e a análise proposta por Badiou (2012) e Fagioli (2017) trazem, dentre as semelhanças pontuadas, uma questão posta aos conflitos supracitados da esquerda: o embate entre reforma e revolução. Este conflito, já presente na formação das quatro Internacionais, assume papel de destaque no que diz respeito ao levante aqui analisado.

O atrito entre comunistas e anarquistas, por exemplo, foi estabelecido em Maio de 68 primordialmente pelas discordâncias entre os militantes do PC e os atores do Terceiro Maio de Badiou (2012) e representadas em *Morrer aos trinta anos* pelos empaces travados entre Romain Goupil e seu pai. Mas tal conflito é anterior a esta data. Sabe-se que já na Primeira Internacional⁹ (também conhecida como Associação Internacional dos Trabalhadores), criada em 1864, Karl Marx e Mikhail Bakunin protagonizaram algumas discussões, dentre as quais a mais conhecida ocorreu no Congresso de Haia (1872). Tais contendidas, somadas aos debates acerca da estrutura centralizadora proposta, foram as principais causas do fim desta Internacional. De acordo com Dantas (2013), Marx e Engels assim como Bakunin nunca acreditaram no Estado como fim em si, mas a questão posta na primeira Internacional Comunista que findou com o rompimento dos dois primeiros com o terceiro é precisamente a disputa sobre o fim do Estado. Para Marx e Engels, a abolição do Estado é o ponto final de uma revolução comunista, enquanto para Bakunin este seria o ponto de partida da mesma revolução.

As dissonâncias internas das Internacionais não foram exclusividade da primeira versão, atingindo todas as demais. A Segunda Internacional (1889 - 1914)¹⁰, por exemplo, era formada por diversas correntes partidárias e sindicalistas, entre social democratas e trabalhistas, trazia elementos revolucionários e reformistas, não tendia a um centralismo, como a anterior, e caracterizava-

9 Em 28 de setembro de 1864 ocorreu uma grande reunião pública internacional de operários no St.Martin's Hall de Londres, onde foi fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), posteriormente conhecida como Primeira Internacional. A AIT simbolizava, no período, o centro da cooperação da classe operária na intenção de organizar o movimento e iniciar o internacionalismo.

10 Em 1889 surge a Segunda Internacional, conhecida como Internacional Operária e Socialista. Sua fase mais efetiva condiz com um momento de grande dinamismo do sistema capitalista e imperialista, quando as organizações proletárias de massa na Alemanha e na França cresceram com as novas condições materiais da sociedade às quais, naquele momento, o operário tinha mais acesso. Entretanto, a descentralização da organização acabou fazendo com que, muitas vezes, os partidos levassem a cabo desejos próprios em detrimento do que seria uma causa coletiva, o que gerava intensos conflitos.

se como uma federação de partidos e grupos autônomos, coordenados por meio de congressos trienais. A ausência de uma centralidade potencializada por posicionamentos divergentes frente à Primeira Guerra Mundial levou ao seu fim. Enquanto parte dos membros declararam apoio ao conflito, a outra parcela acreditava que este posicionamento era anti-socialista, o que gerou um rompimento da Internacional. Diante deste quadro, Lenin se dedicou à criação da Terceira Internacional, conhecida oficialmente como Internacional Comunista.

A Terceira Internacional foi composta por vários Partidos Comunistas do mundo que seguiam as ideias da Primeira Internacional, mas acrescentavam a ela alguns pontos colocados pela segunda. Andavam de acordo com a linha revolucionária marxista e buscavam formação de quadros dirigentes dos partidos comunistas, transformando-os em partidos revolucionários de massa¹¹. Em 19 de janeiro de 1919 foi lançado um manifesto que criava o Comitê Central do Partido, do qual faziam parte, dentre outros, Lênin e Trotski. A formalização desta Internacional ocorreu no dia 03 de março do mesmo ano. Em 1943, a Internacional Comunista foi dissolvida.

Já a Quarta Internacional foi criada por Trotsky em 1938, nove anos após ser expulso da antiga União Soviética. Os grupos franceses mais influentes que integravam este movimento fizeram parte, mais tarde, do Maio de 1968, dos quais pode-se citar Liga Comunista Revolucionária, Luta Operária, Voz Operária e o Partido Comunista Internacional, dirigido por Pierre Bousset.

Como foi possível perceber, os debates internos da esquerda estão presentes desde sua composição e se anunciaram ao longo das quatro Internacionais. A questão da reforma e da revolução representa, então, um dos principais pontos que subsidiam tais discussões. Dentre os autores que debatem o tema, Rosa Luxemburgo assumiu posição de destaque com a publicação,

11 Os partidos políticos costumam ser divididos em dois grupos de acordo com sua estrutura, organização e objetivos: partidos de massa e partidos de quadro. Os partidos de massa, também conhecidos como partidos militantes, apareceram no último quarto do século XIX, e são, em geral, representados pelos social-democratas e socialistas. Estes partidos carregam forte carga ideológica e atuam por meio de recrutamento massivo, ou seja, o número de integrantes tende a ser mais importante do que quem são estes integrantes. Sua organização interna é bem estruturada e centralizada, apresentando, em geral, burocracia própria, que tende a seguir o modelo organizacional do Estado. A atividade política é constante, com uso, em geral, de formação de base com as massas. Os partidos de quadro, por sua vez, apareceram nos começos da democracia demo-liberal, como é o caso do partido conservador britânico e dos partidos políticos norte-americanos. São formados por um núcleo reduzido, que comporta, em geral, integrantes escolhidos por alguma notoriedade, como alguns intelectuais, por exemplo. Ao contrário dos partidos de massa, sua estrutura interna tende a ser descentralizada, fluida e flexível.

em 1889, do livro *Reforma ou revolução*, em resposta aos atos revisionistas do Partido Social-Democrata Alemão, representado, principalmente, pela figura de Eduard Bernstein. Em termos gerais, o que o partido propunha era a substituição da revolução proletária pela realização de reformas graduais no capitalismo. De acordo com Dantas (2013) esta disputa travada, inicialmente pelos dois autores foi a responsável pela quebra de unidade do pensamento político de Marx e Engels, onde reforma e revolução estavam presentes simultaneamente. “Parece que esta percepção se perdeu ao longo do século passado, dividindo ao meio a luta dos trabalhadores”. Outra questão apontada pelo autor para tal dissidência é o pensamento de Lênin que, somado à Revolução Russa, “subverteu a combinação até então suposta entre reforma e revolução” (DANTAS, 2013, p. 88).

Luxemburgo e Bernstein vivenciavam a Social Democracia Alemã e as contradições postas pelo contexto entre reforma e revolução. Entretanto, cabe questionar, em um cenário contemporâneo qual a possibilidade real de atuação por meio de alguma das estratégias. É fato que, ao apontar a capacidade adaptativa do sistema capitalista, em um momento em que era impossível pensar as relações pós-fordistas e, mais ainda, as concepções neoliberais, é um entendimento múltiplo da forma como, entre crises e mutabilidades, o capitalismo conseguiu anular grande parte das conquistas reformistas. Entretanto haveria hoje viabilidade para a realização de revoluções? Como os movimentos de resistência pós década de 1960 se enquadrariam no que foi tratado como revolução?

Questões como as acima colocadas são fundamentais para que se pense o contexto de manifestações da década de 1960 e também o ciclo de lutas que se iniciou após a crise mundial do capitalismo de 2008. As disputas reforma vs. revolução, velha vs. nova esquerda ainda estão presentes, mas de que forma elas aparecem? Ideologicamente o que se põe em jogo?

Considerações Finais: entre maio de 68 em Paris e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil.

O ano de 2013 no Brasil foi marcado por um dos principais levantes que o país já experimentou. As Jornadas de Junho de 2013 foram, reconhecidamente, um momento de manifestação intensa que tomou as ruas de quase todo o país. Coincidentemente, os passados cinco anos de tal acontecimento coincidiram com o marco de 50 anos de Maio de 68, o que levou ao surgimento de textos,

análises e eventos que realizavam paralelos entre os dois momentos, tal qual a *Mostra 68 e depois*. Muitas questões semelhantes e outras distintas estavam em jogo nos dois momentos, entretanto, especificamente neste artigo cabe a análise sobre as perguntas acima colocadas que evidenciam incômodos referentes aos membros da esquerda.

Antes de começar complexo debate, vale ressaltar que o levante brasileiro estava inserido em um contexto mundial de movimentos, tal qual explicitado em relação ao ocorrido em 1968. No caso do Brasil é preciso reconhecer que eventos como a Primavera Árabe (2010/2011)¹², o 15M (2011)¹³ e o Occupy Wall Street (2011)¹⁴ exerceram grande influência sobre as manifestações, isso sem contar o levante turco que ocorreu quase simultaneamente, por ventura do anúncio governamental sobre a destruição do Parque Taksim Gezi¹⁵. Tais movimentos apresentam semelhanças importantes entre si, como pautas pouco definidas ou genéricas; questões urbanas aparecendo com destaque tanto no debate quanto nas ocupações propriamente ditas; rápida expansão pelos territórios nacionais que as abrigava; a internet e as redes sociais funcionando como importante plataforma

12 As manifestações da Primavera Árabe tiveram início no ano de 2010, na Tunísia, mas já em 2011 se estenderam por vinte países: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Comores, Djibouti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Marrocos, Mauritânia, Omã, Catar, Síria, Somália e Sudão. O que todos estes territórios têm em comum? A mesma língua e a mesma religião, o islamismo.

13 O Movimento 15 de Maio ocorreu na Espanha no ano de 2011 e chamou muita atenção da imprensa internacional. As manifestações se espalharam por mais de cento e setenta cidades espanholas e tiveram como principais territórios praças importantes de Madri (Puerta del Sol), Barcelona (Praça Catalunha), Sevilha e Valência. Dentre as pautas levantadas pelos jovens estava a demanda por empregos, democracia real e críticas à corrupção. “Quando uma convocatória feita por redes sociais reuniu milhares de pessoas em sessenta cidades espanholas; muitos deles ficaram acampados em praças públicas. Não foram os sindicatos ou partidos que convocaram as manifestações, foram cidadãos” (GOHN, 2014a, p. 109).

14 O Movimento Occupy Wall Street ocorreu em Nova Iorque e teve início no dia 17 de setembro de 2011 quando centenas de pessoas se reuniram no Parque Zuccotti, em Manhattan, com o uso de slogans diversos, dos quais dá-se maior destaque ao Injustiças perpetradas por 1% da população - elites políticas e econômicas afetam os outros 99%, nós - ocupem Wall Street. Não havia uma pauta clara para o levante, entretanto, tal slogan angariou multidões que criaram uma identidade em torno da crítica ao capitalismo financeiro.

15 O levante que tomou a Turquia no ano de 2013 teve como ponto inicial a questão ambiental associada à não demolição do Parque Taksim Gezi. O que se iniciou com esta fagulha, posteriormente tomou todo o território nacional em forma de combate ao governo. O primeiro momento, voltado à manutenção do parque, foi liderado por cinquenta ambientalistas contrário ao corte de seiscentas árvores do parque de Istambul que dariam lugar à reconstrução do Quartel Militar Taksim Gezi, demolido em 1940. A repressão policial sofrida pelos manifestantes é um dos motivos principais, narrados pelos ativistas, que justificam a expansão do movimento para grande parte do país e a transferência da pauta para uma luta contra o governo.

de luta; ausência de lideranças centrais e movimentos clássicos da esquerda (muitas vezes estes grupos se assustaram com a eclosão do levante, se recusaram a participar ou tiveram seus símbolos rejeitados por parte da multidão); e, por fim, acabaram gerando consequências políticas complexas para os seus países.

O mais interessante é que parte significativa dos elementos supracitados esteve, de alguma maneira, também presente em Maio de 68: (i) a indefinição das pautas, táticas e estratégias, trazida pelo filme *Morrer aos trinta anos*, por meio de uma entrevista dada, no período do levante, por Cohn-Bendit na qual ele defende tal abertura como parte de uma ideologia; (FIGURA 12) (ii) a ocupação da cidade que no caso de 1968 tem a particularidade das barricadas; (iii) os conflitos entre as esquerdas e, muitas vezes, a hostilidade do movimento à esquerda clássica; (iv) as consequências políticas que contaram com as eleições mais reacionárias do país e com possíveis reflexos favoráveis ao capitalismo.



Figura 12: Pautas, táticas e estratégias Maio de 1968. *Morrer aos trinta anos*.

Fonte: *Morrer aos trinta anos*, 1982. Organizado pelos autores.

Em relação específica às Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, vale ressaltar que a indefinição presente em Maio, por mais de cinquenta anos, já é percebida pelos cinco passados de Junho. O evento é ainda hoje objeto de especulação por parte de teóricos, militantes e ativistas que não chegaram a um consenso sobre as múltiplas facetas do ocorrido. Entretanto, praticamente não há contradição na leitura de que, seja da natureza que for, as Jornadas de Junho impactaram diretamente o cenário político, econômico e social brasileiro não só no momento da ação, mas também nos anos seguintes.

Em termos gerais as manifestações de Junho são divididas entre a ocupação das ruas por ativistas cuja causa central era a mobilidade pública, norteados pelo Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo, seguida de uma rápida expansão do movimento, principalmente com o uso de ferramentas digitais e mídias livres que levou a uma ampliação e indeterminação das pautas e uma virada ideológica por meio da qual observou-se uma maioria de militantes da direita nas ruas se posicionando contra o governo da Presidenta Dilma Rousseff. Em linhas gerais é sabido que esta sequência foi primordial para o Golpe de Estado sofrido pelo país em 2016.

Entretanto, mais que tal sequência, é preciso analisar de forma mais cuidadosa os primeiros momentos do levante, quando a multidão que tomava as ruas se punha, em sua ampla maioria, contra grupos da esquerda clássica. Dizeres como “sem bandeira”, “apartidário”, “apolítico”, foram comuns naquele momento. É difícil saber o que tal situação presente em 1968 e 2013 têm em comum além dos fatos dados, mas é preciso avançar nas investigações.

Como pode-se perceber ao longo deste artigo as disputas políticas vão muito além dos simplificados embates entre direita e esquerda. Formada por uma estrutura complexa, a esquerda apresenta inúmeras controvérsias num sentido tanto ideológico, quanto prático, que influem em todas as suas escalas de atuação. Estas segmentações que, em alguns momentos, se tornam disputas internas, estão presentes na esquerda desde sua origem e se manifestam em distintos momentos.

Pensando tais disputas dentro do quadro político mundial contemporâneo, percebe-se a relevância da compreensão da ascendente divisão entre nova e velha esquerdas, fortalecida com as manifestações de Maio de 1968. Goupil e Badiou anunciam uma continuação deste movimento que se dá após o fim de 1968.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Tradução de I. Morais. Lisboa: Relógio D'Água. 2001.

BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo: Biotempo, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Organização de Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

BERNARDO, João. Estudantes e trabalhadores no maio de 68. **Revista Lutas Sociais**. São Paulo n. 19/20, 2008 p. 22-31.

BRASIL, André; FAGIOLI, Julia. O fundo do ar é vermelho: a subterrânea matéria sensível da história. **Significação**. São Paulo, v. 45, n. 50, jul-dez. 2018 | 79, p. 79-101.

CANDIOTTO, Cesar. Política, Revolução e insurreição em Michel Foucault. **Revista de Filosofia: Aurora**. Curitiba, v. 25, n. 37, jul./dez. 2013, p. 223-264.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da Internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. **O Planeta doente**. Lisboa: Letra Livre, 2015.

DID-HUBERMAN, Georges (Org.). **Levantes**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. – 3ª ed. – São Paulo: Martin Fontes, 2007.

FAGIOLI, Júlia. O cinema de Chris Marker e o duplo gesto de retomada em O

fundo do ar é vermelho. **Devires**, Belo Horizonte, v.12, n.1, jan/jun 2015. p. 28-51.

FAGIOLI, Júlia. **Por que as imagens se põem a tremer? Militância e montagem em O fundo do ar é vermelho, de Chris Marker**. 2017. 270 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

FERNANDES, Florestan. O que é revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000. cap. 3, p. 55 - 148.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**, III. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1994.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

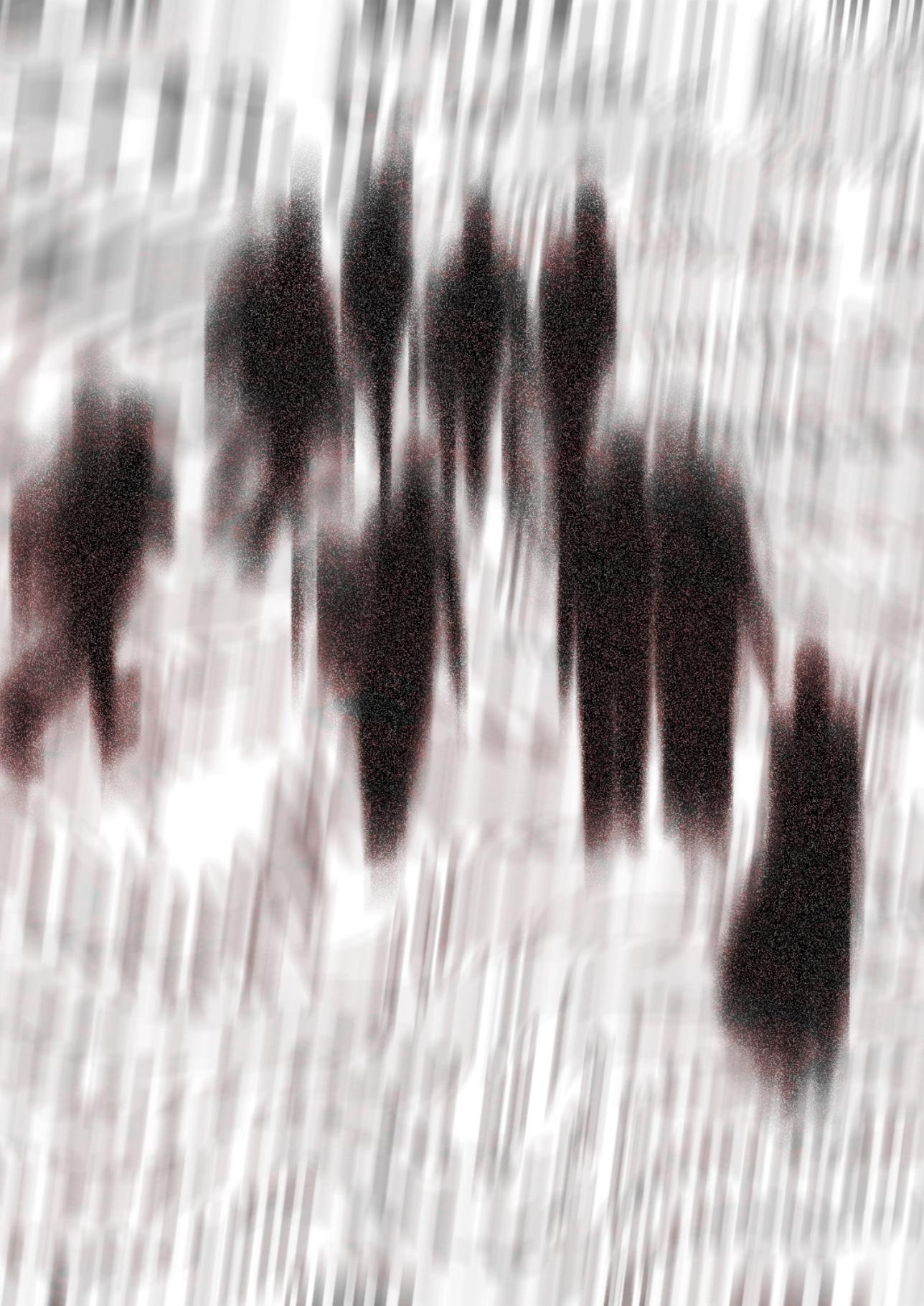
GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. 2. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

MORRER aos trinta anos. Direção: Romain Goupil. Produtora: MK2 Productions. França: 1982.

NOBRE, Maíra Ramirez; RENA, Natacha Silva Araújo. Das Revoluções aos Levantes. **ARQ.URB**, v. 23, p. 41-63, 2018.

O FUNDO do ar é vermelho. Direção: Chris Marker. França: 1998.





ENTRE REDES E RUAS: Tecnopolíticas dos novíssimos movimentos sociais¹

Maíra Ramirez Nobre²

Jéssica Dayane de Abreu Borges³

Natacha Rena⁴

Introdução

Enganar-se sobre a verdadeira natureza do neoliberalismo, ignorar sua história, não enxergar suas profundas motivações sociais e subjetivas era condenar-se à cegueira e continuar desarmado diante do que não ia demorar a acontecer: longe de provocar o enfraquecimento das políticas neoliberais, a crise conduziu a seu brutal *fortalecimento*, na forma de planos de austeridade adotados por Estados cada vez mais ativos na promoção da lógica da concorrência dos mercados financeiros. Parecia-nos, e hoje nos parece mais do que nunca, que a análise da gênese e do funcionamento do neoliberalismo é condição para uma resistência eficaz em escala europeia e mundial (DARDOT e LAVAL, 2016, p.13-14).

Com esse texto, Pierre Dardot e Christian Laval abrem o livro *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*, chamando a atenção para a crise que envolve a falência do banco Lehman Brothers em setembro de 2008. Os autores atentam para a importância de dissecar a lógica normativa global do neoliberalismo, ou seja, defendem que é preciso compreendê-lo como *estratégia* universal.

Essa nova razão, segundo os autores, difere de uma simples refundação teórica do liberalismo tradicional, porque tem uma fundamental articulação com a globalização e a financeirização do capitalismo. Estas não poderiam se

1 Este artigo foi publicado na Revista Indisciplinar e está disponível em: <https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=.download/010.pdf>. Acesso em 11 de agosto de 2021.

2 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais.

3 Graduada em Arquitetura e Urbanismo na EA/UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Técnica em Informática pelo CEFET-MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais).

4 Professora dos cursos de Arquitetura e de Design da EA UFMG, assim como dos programas de pós-graduação NPGAU e PACPS, também da EA UFMG. Atualmente é líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ INDISCIPLINAR e coordena o Programa de Extensão IndLab.

estruturar dessa maneira não fossem as transformações da técnica que levaram à convergência dos momentos e, mesmo, do espaço. As técnicas da informação permitiram a aceleração das trocas nos mercados internacionais e chegaram também, com a capilarização da internet nos anos 2000, a níveis de comunicação mais baixos, como de mensagens interpessoais e de organização política.

Essa articulação entre neoliberalismo, globalização e internet se revela na onda de manifestações que foi ativada paulatinamente pela crise do capitalismo ocorrida em 2008⁵ em diferentes partes do mundo. Os protestos explodiram com mais força em 2011, com a Primavera Árabe, seguida do 15M na Espanha e do *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos. No caso do Brasil, essa onda chegou em 2013, quando eclodiram as Jornadas de Junho. Tais eventos tinham como características centrais: a relação entre as escalas local e global e a forma como foram se conectando em rede. Era principalmente através das redes sociais que esses levantes acabavam contaminando não somente o território nacional, mas também protestos em outros países.

Essas insurgências que tomaram redes e ruas mundo afora apresentaram, além das características supracitadas, outras semelhanças que serão abordadas ao longo deste texto: (i) foram impulsionadas pela crise do capitalismo; (ii) apresentam relações de ordem global, ou seja, estão vinculadas ao processo de globalização; (iii) são formadas primordialmente por conexões em rede, o que elucidada a importância da internet para esse contexto. Desses três pontos, podem-se extrair três elementos base: (i) o neoliberalismo; (ii) a globalização; (iii) a internet. A partir dessa configuração, pretende-se aqui compreender como se dão as resistências múltiplas dentro desse novo ciclo de lutas global pós crise econômica de 2008.

O artigo aqui apresentado é formado por quatro momentos que se relacionam localizados entre esta introdução e as considerações finais: (i) Neoliberalismo e globalização; (ii) Seria uma 'outra globalização' possível?; (iii) A internet e as lutas; (iv) Os movimentos sociais em rede.

Em um primeiro momento, neoliberalismo e globalização são discutidos como base e contexto para, então, investigarem-se as mobilizações do novo ciclo de lutas e suas estratégias de atuação, vinculadas, principalmente, ao uso da internet

5 A crise do capitalismo de 2008 é entendida por Castells (2013) como um questionamento da prosperidade da Europa e dos EUA, gerando uma ameaça de colapso financeiro de países hegemônicos e grandes empresas e um encolhimento do Estado de bem-estar-social.

e outras tecnologias ligadas à globalização. Os momentos subsequentes se baseiam na possibilidade ou não de existência de uma outra construção da globalização. A introdução a esse conteúdo é dada, então, na sessão de nome “Seria uma ‘outra globalização’ possível?;” que, além da temática base, inicia o debate sobre a atuação dos movimentos sociais em rede por meio de diferentes abordagens que emergem ao longo do texto. São elas: os modos de agenciamento entre redes e ruas, as plataformas utilizadas para essas associações, as articulações local-global, as pautas e as formas e estratégias de organização desses grupos. O próximo tópico apresenta um breve estudo sobre o funcionamento da internet e a forma como ela pode ser compreendida como uma ferramenta para as lutas analisadas. Por fim, após a construção desse debate, dedica-se um tópico específico para a análise dos novíssimos movimentos sociais, com destaque para o 15M, ocorrido na Espanha. É importante ressaltar que este texto é composto por mais perguntas que formulações de hipóteses ou respostas. Trata-se de uma escolha metodológica que parte de questionamentos fundados, principalmente, em Foucault (2005), Deleuze e Guattari (1996) e Latour (2011) e que pode ser melhor compreendido mediante a leitura do artigo *Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma*⁶, escrito por Marcela Lopes, Natacha Rena e Ana Isabel de Sá.

Neoliberalismo e globalização

Em uma sociedade conectada em rede, principalmente com uso da internet, compreende-se que a globalização neoliberal não apenas dificulta a identificação dos principais mecanismos de expropriação por parte das elites ocidentais transnacionais. Expropriação essa da renda, do trabalho, da vida, dos desejos, das políticas públicas sociais, dos direitos trabalhistas, da autonomia dos povos, das riquezas naturais, dos direitos sociais. Ela também possibilita a organização de redes que agenciam múltiplos atores, movimentos, ONGs e pautas de resistência. Por um lado, na sociedade industrial, fordista, a luta de classes se dava de forma clara entre operário e burguês, trabalhador e patrão, explorado e explorador. Atualmente, entretanto, em uma sociedade ocidental pós-industrial, flexível, criativa, própria da neoliberalização generalizada da vida, torna-se mais difícil promover lutas coesas com objetivos bem delimitados.

6 O artigo está disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>. Acesso em 28 de agosto de 2020

A imbricação de movimentos sociais com ONGs internacionais em países periféricos seria, já de partida, um ótimo exemplo da complexidade envolvida nos estudos que queiram definir onde estão os exploradores e os explorados, já que se articulam de modos transversais para além do empregador x empregado, produtor x consumidor, dono dos meios de produção x trabalhador. Onde está a exploração? Nos juros de cartão de crédito? Na transferência de recursos públicos para o mercado via Parcerias Público-Privadas? Contra-quem, como e com quem resistir? Acredita-se que para iniciar uma resposta a essas questões seria preciso compreender que o neoliberalismo é uma *razão de mundo*, ou seja, nada escapa a ele, já que se manifesta de maneira singular em cada situação.

O neoliberalismo é mais que uma evolução do liberalismo, como lembram (DARDOT e LAVAL, 2016). Não se trata de um Estado mínimo e muito menos da lógica do *laissez faire, laissez passer*. Ao contrário, há uma manutenção de um Estado influente a serviço do capital, no qual as medidas sociais são deixadas de lado, em prol de uma subserviência aos interesses mercadológicos. Para os autores, trata-se da incorporação de uma forma de gestão empresarial para a organização do Estado e dos sujeitos, na qual responsabilidades e riscos são assumidos por esses dois grupos e eximidos do mercado.

Não é abordada aqui uma mera relação de monocausalidade (da ideologia até a economia ou vice-versa), mas sim de uma multiplicidade de processos heterogêneos que têm conduzido, em virtude de apoio recíproco, à coesão e à integração em efeito global que visa à instauração de uma nova racionalidade governamental. Trata-se de um sistema de normas já profundamente inscritas em práticas governamentais, em políticas institucionais, em estilos empresariais, que levou a cabo uma extensão gigantesca da lógica do mercado especialmente produzindo subjetividade contábil mediante o procedimento de fazer competir sistematicamente indivíduos entre si.

Não é nossa intenção contestar a existência e a difusão dessa ideologia, tampouco negar que ela tenha alimentado as políticas econômicas impulsionadas maciçamente a partir dos anos Reagan e Thatcher e encontrado em Alan Greenspan, o ‘maestro de Wall Street’, seu adepto mais fervoroso - com as consequências que todos conhecemos. Mas o neoliberalismo está muito distante de se resumir a um ato de fé fanático na naturalidade do mercado. O grande erro cometido por aqueles que anunciam a ‘morte do liberalismo’ é confundir a representação ideológica que

acompanha a implantação das políticas neoliberais com a normatividade prática que caracteriza propriamente o neoliberalismo. Por isso, o relativo descrédito que atinge hoje a ideologia do laissez-faire não impede de forma alguma que o neoliberalismo predomine mais do que nunca enquanto sistema normativo dotado de certa eficiência, isto é, capaz de orientar internamente a prática efetiva dos governos, das empresas e, para além deles, de milhões de pessoas que não têm necessariamente consciência disso. Este é o ponto principal da questão: como é que, apesar das consequências catastróficas a que nos conduziram as políticas neoliberais, essas políticas são cada vez mais ativas, a ponto de afundar os Estados e as sociedades em crises políticas e retrocessos sociais cada vez mais graves? Como é que, há mais de trinta anos, essas mesmas políticas vêm se desenvolvendo e se aprofundando, sem encontrar resistências suficientemente substanciais para colocá-las em xeque? (DARDOT e LAVAL, 2016, p.15).

Segundo os autores, a resposta a essas questões não é e não pode ser limitada apenas às negações feitas pelas políticas neoliberais, ou seja, à destruição sistemática das regulamentações e das instituições:

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da ‘modernidade’. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade. As circunstâncias desse sucesso normativo foram descritas inúmeras vezes. Ora sob seu aspecto político (a conquista do poder pelas forças neoliberais), ora sob seu aspecto econômico (o rápido crescimento do

capitalismo financeiro globalizado), ora sob seu aspecto social (a individualização das relações sociais às expensas das solidariedades coletivas, a polarização extrema entre ricos e pobres), ora sob seu aspecto subjetivo (o surgimento de um novo sujeito, o desenvolvimento de novas patologias psíquicas). Tudo isso são dimensões complementares da *nova razão do mundo*. Devemos entender, por isso, que essa razão é *global*, nos dois sentidos que pode ter o termo: é ‘mundial’, no sentido de que vale de imediato para o mundo todo; e, ademais, longe de limitar-se à esfera econômica, tende à totalização, isto é, a ‘fazer o mundo’ por seu poder de integração de *todas* as dimensões da existência humana. Razão do mundo, mas ao mesmo tempo uma ‘razão-mundo’ (DARDOT e LAVAL, 2016, p.16. grifo do autor).

Além dessa lógica corporativa, empreendedora, estatal, social, subjetiva, que constitui a *nova razão de mundo* neoliberal baseada na subjugação dos Estados ao capital, há também uma relação com o enfraquecimento das soberanias nacionais e, conseqüentemente, de suas fronteiras. A supremacia do capital financeiro internacional frente a questões de ordem nacional, que tanto interessa ao neoliberalismo, só é possível em um mundo globalizado. Ou seja, é impossível pensar em neoliberalismo sem vinculá-lo ao processo contemporâneo de globalização.

De acordo com Bauman (1999), a globalização modifica as relações do homem com o espaço e com o tempo, leva à redução do poder exercido pelos Estados-nação e é uma ferramenta de produção de subjetividades. Mais que a mobilidade física, o processo de globalização contou com uma aceleração da distribuição das informações. Para ele (BAUMAN, 1999), quando o fluxo de informações se separou do movimento de quem as portava e dos objetos, houve uma diferenciação das velocidades, por meio da qual as informações se tornaram muito mais velozes que os corpos e, até mesmo, que o conteúdo do qual eram compostas. Isso se deve, de maneira geral, ao surgimento, em um primeiro momento, dos computadores e, posteriormente, da internet.

A internet e as redes sociais têm sido instrumentos fundamentais para a construção de processos globais, sejam eles voltados aos interesses hegemônicos ou contra-hegemônicos. Atualmente a internet é um dos principais mecanismos utilizados para a construção de narrativas, formação de opiniões e, conseqüentemente, produção de subjetividades, o que a torna um elemento central para compreender as relações sociais e comerciais contemporâneas de escala nacional e global.

Tendo em vista a notável perversidade das ações de cunho neoliberal e globalizante ao longo das duas últimas décadas do século XX, vários movimentos de resistência se posicionaram de forma contrária a tais processos, caracterizando-se antineoliberais e antiglobalização. Entretanto, como apontam alguns autores, como Hardt e Negri (2005), Castells (2013), Toret (2016), Malini e Antoun(2013), levantou-se a possibilidade de subversão da globalização tornando-a favorável às resistências. É o que Milton Santos (2000) entende como *globalização por baixo*. Ou seja, as mesmas estratégias traçadas pela globalização hegemônica poderiam ser usadas em favor dos interesses de grupos periféricos. Essa percepção gerou uma virada nos movimentos sociais, marcada pela Revolução de Seattle (1999), quando o mote das resistências mundiais deixa de ser a antiglobalização e se torna, aos poucos, *revolução global*, tema que, posteriormente, ocupa as redes por meio da *#globalrevolution*.

Associando redes e ruas, os movimentos inseridos no novo ciclo de lutas se articularam em redes globais de apoio e influência e alcançaram resultados que variam desde a conquista das pautas inicialmente reivindicadas até mudanças estruturais, como a queda de governantes ou o surgimento de novos partidos políticos. A incorporação de novas demandas e desdobramentos inesperados aponta uma capilaridade e flexibilidade no alcance de novos grupos, sugerindo certa vulnerabilidade desses movimentos às diversas influências que recebem. O movimento 15M ocorrido na Espanha em 2011, por exemplo, posicionou-se inicialmente com um viés crítico às eleições e posteriormente acabou elegendo oito prefeitos através de plataformas municipalistas e cidadãs, compostas por ativistas e partidos de esquerda e de centro esquerda como Ahora Madrid e Barcelona en Comú, que elegeram Manuela Carmena e Ada Colau como prefeitas. No Brasil, também surgiram muitas plataformas políticas pós Jornadas de Junho de 2013, envolvendo, principalmente, partidos como o PSOL e coletivos ativistas, como é o caso da Bancada Ativista em São Paulo e das Muitas em Belo Horizonte.

Seria “Uma outra globalização” possível?

Se a internet e a sociedade em rede são hoje elementos que sustentam a forma globalizada de organização do mundo, alguns autores como Castells (2013) levantam a possibilidade do uso dos mesmos instrumentos para

realizar o que posteriormente foi compreendido como uma *globalização por baixo, antiglobalização, alterglobalização* ou, de acordo com Santos (2000) e Hardt e Negri (2005), *outra globalização*. Tais termos designam processos globais de resistência à globalização e ao estágio avançado do neoliberalismo mundialmente difundido.

Os novíssimos movimentos sociais ou movimentos sociais em rede - como Gohn (2014) e Castells (2013) entendem, respectivamente, os levantes que surgem após a crise do capitalismo de 2008 - têm como características gerais organização horizontal, híbrida, multitudinária e com tendência à presença de pautas que não tratam especificamente da luta de classes, mas de reivindicações por direitos, em sua maioria identitários. Considera-se, portanto, importante compreender esse novo ciclo de lutas, tendo como principais exemplares a chamada Primavera Árabe, capilarizada em diversos países como Tunísia e Egito, e os Occupies, como é o caso do *Occupy Wall Street* em Nova Iorque, do 15M na Espanha e das Jornadas de Junho no Brasil.

Na atualidade, os movimentos sociais são distintos tanto daqueles que levaram à sua emergência na cena pública do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX (movimento operário e movimentos revolucionários desde a Revolução Francesa) como dos movimentos que emergiram nos Estados Unidos nos anos de 1960 (direitos civis, feminismo, contra Guerra do Vietnã, estudantil etc). Na América Latina, especialmente no Brasil, os atuais movimentos sociais são distintos dos movimentos que ocorreram na fase do regime político populista, assim como são diferentes também dos movimentos do final da década de 1970 e parte dos anos de 1980 (movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar etc.), embora muitos dos atuais movimentos sejam herdeiros dos anos de 1980. Naquela década, os movimentos lutavam para ter “direito a ter direitos”. Como só podemos falar em direitos se contemplarmos o universal, aqueles movimentos não estavam autocentrados, não miravam apenas a si próprios. Na atualidade, muitos dos novíssimos movimentos, ou ações civis denominadas movimentos, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social (GOHN, 2014, p.11-12).

Para Castells (2013), o que gerou esses levantes foi, em muitos casos, a diminuição da qualidade de vida acrescida de uma crise de legitimidade dos governantes locais. O autor aponta que, em decorrência da crise econômica, houve, em muitos países, ascensão de grupos de cidadãos indignados que, desacreditados dos governos, optaram por se posicionar à frente das mudanças desejadas por meio de ações coletivas autônomas.

Entretanto, o autor se pergunta, na mesma lógica de Didi-Huberman (2016), o que leva tais sujeitos a se sublevarem, já que detecta uma tendência humana à sujeição. Segundo Castells (2013), o comportamento subversivo inicia-se com um evento capaz de desencadear emoções suficientemente fortes para romper o medo. A raiva é o principal sentimento desse processo e sua reverberação tem a comunicação como importante elemento. Esta, para Castells (2013), induz mudanças coletivas, gera entusiasmo e reforça mobilizações. Nesse sentido, a ação comunicativa seria um processo de atuação sobre as subjetividades que, por meio de um senso de identificação e estímulo, inibe o medo.

Assim, a mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão de redes em redes neurais dos cérebros humanos estimuladas por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação. A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado (CASTELLS, 2013 p.158).

De acordo com Javier Toret (2016), as redes sociais são utilizadas de forma intensiva e estratégica pelos novíssimos movimentos sociais produzindo mobilizações afetivas que geram impactos enormes para parcela significativa da sociedade. Para Castells (2013), suas ações não estão ligadas apenas a situações sociais críticas, mas também a uma “mobilização emocional” promovida, de um lado, pelo crescimento da indignação e, de outro, pela fomentação da esperança de possíveis mudanças, que pode ser induzida pela existência de revoltas em outros países. Essa conexão afetiva é maximizada pela divulgação desses levantes na mídia de forma geral e nas redes sociais, onde tendem a ter destaque, gerando, muitas vezes, uma rede mundial de revoltas que envolve atores, pautas e estratégias semelhantes. Assim, Castells (2013) aponta que,

independentemente de questões específicas de cada país que tenha abrigado tais processos, há uma semelhança indiscutível entre eles: “o modelo dos movimentos sociais na era da internet” (CASTELLS, 2013, p.159).

Segundo o autor, esses movimentos são conectados de múltiplas formas, com a formação de redes que os associam entre si a partir de diferentes partes do mundo. Nessa configuração, as tecnologias da informação são fundamentais para o estabelecimento, a expansão e, inclusive, para as transformações dos levantes.

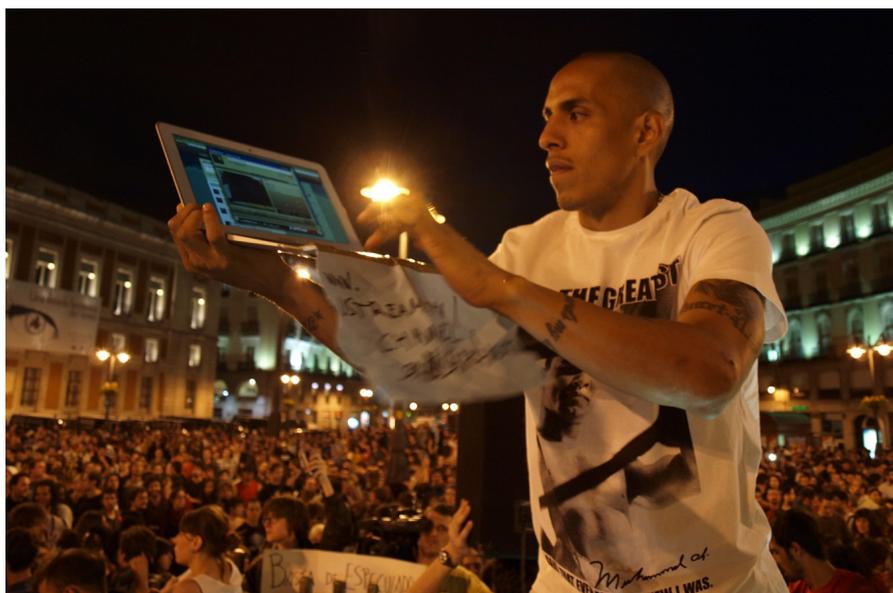


Figura 01: Streaming nas manifestações do 15M. Fonte: LOZANO, Cristina. *Streaming*. Foto Spanish Revolution, 2011. Disponível em: <<https://fotospanishrevolution.org/viewsection.aspx?view=0&id=7df1df48-88ae-4d07-8db3-bb2f430d281e>>. Acesso em: 15 de março de 2019.

Apesar da relevância das plataformas na configuração das ações, é nos espaços urbanos que os movimentos se consolidam. Para Castells (2013), há sempre uma interação entre as redes digitais de comunicação e a ocupação das ruas e dos prédios. “Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia” (CASTELLS, 2013, p.161).

Esse encontro nas ruas é o momento em que há uma virada na forma de ativismo, levando a uma mobilização social mais concreta. A ocupação desses espaços é, na maioria das vezes, potencializada por estratégias como as observadas no mapa de organização da Puerta del Sol (Imagem 3). Nas narrativas dos

movimentos, essa organização é discutida coletivamente, mas fica clara a existência de lideranças que, ainda que não assumam destaque aparente, têm papel de relevância no processo, iniciando diálogos e propondo soluções, o que aponta como controversa a premissa de Castells (2013): de espontaneidade vinculada à autonomia.



Figura 02: Mapa de organização do 15M na Puerta del Sol, em Madrid. Fonte: DE SOTO, Pablo. Os mapas do #15M: a arte da cartografia da multidão conectada. Rio de Janeiro: Liinc em Revista, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Plano-da-Acampada-Sol_fig1_317893775>. Acesso em: 15 de março de 2019.

Quando Castells (2013) afirma que os movimentos sociais contemporâneos são ao mesmo tempo locais e globais, o autor demonstra que, apesar de muitas vezes se organizarem por razões locais, eles geram conexões em redes globais. Para ele (CASTELLS, 2013), os movimentos são estimulados e aprendem com outras experiências para iniciar mobilizações próprias que geram uma forma particular de tempo e espaço: um “tempo atemporal”, ou seja, uma atuação “trans-histórica” que comporta dois tipos distintos de experiência: o cotidiano local e um horizonte indeterminado de possibilidades globais.

A partir do livro *Globalização* em 1999, o modo de atuação local-global aparece, em Bauman, como importante característica da globalização, já que, para ele, esse processo apresenta simultaneamente um movimento de união e divisão. Ele afirma que “junto com as dimensões planetárias dos negócios, das

finanças, do comércio e do fluxo de informações, é colocado em movimento um processo ‘localizador’, de fixação no espaço” (BAUMAN, 1999, p.8). A globalização, pensada dessa forma é, então, um ator de privação social, já que as atuações locais dependem de ações globais que as dão sentido, perdendo sua potencialidade territorial. Bauman (1999) afirma, então, que há um processo de desterritorialização do poder acompanhado de uma configuração cada vez mais restrita do território, denunciando um controle não-físico que molda a realidade sob o discurso de uma “nova liberdade” vivenciada no ciberespaço. Neste, “os corpos não interessam — embora o ciberespaço interesse, de forma decisiva e inexorável, para a vida dos corpos (...) a desterritorialização do poder anda de mãos dadas, portanto, com a estruturação cada vez mais estrita do território” (BAUMAN, 1999, p.27).

No texto supracitado, Bauman (1999) aborda a relação local global de forma distinta à colocada, anos depois, por Castells (2013). Ao contrário do segundo, que acredita em uma demanda inicial local, o primeiro aponta para a chegada de mensagens externas via meios de comunicação, independente de *líderes locais*, que levam a mobilizações e ações dentro de um território cada vez mais fragmentado.

A leitura de Bauman (1999) acaba conduzindo a uma construção de pensamento por meio da qual as posteriores colocações de Castells (2013), a respeito de um caráter espontâneo das manifestações, se apresentem um tanto quanto ingênuas ou desprovidas de uma base conceitual consolidada no que tange a compreensão dos mecanismos de globalização. Se há, para o primeiro, nos processos globais, uma construção de demandas e estímulos via meios de comunicação que atua sobre a elaboração das pautas locais, uma possível espontaneidade de sua construção torna-se elemento, no mínimo, questionável. Vale ressaltar que ambos concordam no que tange a existência de estímulos dos eventos globais sobre os locais, mas a *simples* inversão de ordem da fonte primária do desejo de revolta indica pontos de vista diametralmente opostos. A visão de Castells (2013) sobre a viralidade dos movimentos contemporâneos torna-se, então, indício para o apontamento de Bauman (1999) no sentido de que há uma influência externa na construção das ações locais. Em suma, há consonância entre os pensamentos no que tange a importância do global para a execução local, entretanto, a despreocupação de Castells (2013) em relação ao embrião propulsor das ações apresenta-se, em termos gerais, um tanto quanto distante da leitura de Bauman (1999).

Nesse sentido, pode-se apontar uma convergência entre os autores: ambos concordam com uma ausência aparente de liderança local direta. A organização dos movimentos sociais pelas redes é um dos principais fatores que permitem a ausência da imagem de um líder. Castells (2013) coloca o impacto gerado pela mensagem como mais importante que a fonte do evento. Ou seja, assume-se uma potência da comunicação independentemente de quem a gerou ou com qual intenção ela foi propulsada. Líderes cada vez mais dispersos ou “escondidos” pelas redes, configuram uma dificuldade maior de ataque aos movimentos.

Autonomia refere-se à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses. A transição da individuação para a autonomia opera-se por meio da constituição de redes que permitem aos atores individuais construir sua autonomia com pessoas de posição semelhante nas redes de sua escolha. Eu afirmo que a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura da liberdade na prática da autonomia. Isso porque a tecnologia da internet incorpora a cultura da liberdade, como mostra o registro histórico de seu desenvolvimento” (CASTELLS, 2013, 168).

A ideia de autonomia, baseada na organização horizontal em rede que parte de uma ausência de liderança aparente é típica do que se entende por ativismo. Natacha Rena (2016) considera que os levantes ocorridos pós crise do capitalismo de 2008 ocupam a esfera de movimentos ativistas e não militantes. Isso devido, justamente, à sua formação heterogênea que parte das tecnopolíticas e tem como pauta base o debate sobre a expropriação do público por meio do Estado-Capital. Bernardo Neves *et al* (2018, p.230) apontam as seguintes características para os movimentos ativistas: de organização rizomática, tais ações contam “com estruturas evanescentes, difusas, fragmentadas, que se alternam contingencialmente, em rede, numa lógica de enxame bastante variável, criando sempre novas conexões e novos agenciamentos de pautas, atores, modos de fazer”.

João Teixeira Lopes (2016) traz outras características transversais a esses novíssimos movimentos sociais: (i) discurso centrado na denúncia do sistema econômico e na captura das instituições e agentes políticos pelo poder financeiro; (ii) exigência de *mais* ou de uma *verdadeira* democracia; (iii) a juventude precarizada

como catalisadora das lutas; (iv) certa recusa da delegação ou ceticismo com a ação institucional; (v) produção de novas referências plásticas e estéticas; (vi) ocupação transgressiva do espaço público; (vii) valorização da diversidade de expressão nos protestos de rua; (viii) uso intensivo das redes sociais; (ix) importância da cultura audiovisual e das novas tecnologias de informação e comunicação; (x) busca de formas tendencialmente horizontais. A estas pode-se acrescentar, ainda, um constante discurso de ataque às esquerdas tradicionais, tanto em termos ideológicos (comunistas, socialistas), quanto às suas estruturas (partidos e sindicatos).

De acordo com Lopes (2016), em sua maioria, tais movimentos se sustentam em grupos pertencentes à nova classe média urbana, de forma que carregam em si algo da insurgência, da flexibilidade e da adaptação em uma sociedade que tem visto sua base se deslocar do emprego para o trabalho cada vez mais precarizado. Dentro dessa lógica de formação adaptada ao neoliberalismo, tais movimentos se apresentam, de forma geral, muito vulneráveis ao sistema. O autor, então, questiona:

Esses novíssimos movimento sociais conseguem ser uma ‘comunidade’, uma ‘comunidade interlocutora’, com agenda própria ou assumir-se-ão preferencialmente como instância interlocutora, de cariz emotivo? Propõe uma esfera pública, dotada de autodeterminação e discernimento político ou reenviam para o aqui e o agora da efervescência coletiva, representando um mero somatório de ‘espaços’ de expressão? Assumem programas alternativos com um mínimo denominador comum, capaz de construírem como alternativa à hegemonia, ainda que com um calendário gradualista, ou contribuem, ainda que inadvertidamente, para a consolidação do poder que todavia contestam? A prática é mutante e informe ou acumula, perpassando uma continuidade de projeto capaz de alargar campos de possibilidades? Quem representa quem, na multidão? Tudo é absorvido pelo sistema, não havendo ponto exterior que permita a crítica? (LOPES, 2016, p.342).

Pode-se observar, neste momento, a existência de um impasse: os novíssimos movimentos sociais, posicionando-se contra o neoliberalismo em uma lógica de alterglobalização têm alcançado seus objetivos? Eles conseguiram subverter a lógica hegemônica da globalização? Tais respostas dificilmente serão alcançadas. Entretanto, para que seja possível compreender melhor esse quadro, é preciso pensar dois fatores cruciais. O primeiro refere-se ao uso das tecnologias

de comunicação, já que para aplicá-las invertendo as intenções habituais de seu uso é necessário um amplo domínio da técnica e da dinâmica de seus impactos. A segunda questão, muitas vezes invisível à maioria da sociedade, é a capacidade dos subsistemas de dominação de adaptarem-se para a produção e cooptação de pautas. Tendo isso em vista, é feito aqui um panorama da construção e evolução dos mecanismos de rede, pensando como eles impactam as relações sociais e, principalmente, se e como são utilizados como possíveis (re)produtores de resistência.

A internet e as lutas

O embrião da internet surge nos Estados Unidos no auge da Guerra Fria a partir da necessidade de descentralizar a comunicação e o armazenamento de dados, já que o desenvolvimento de tecnologias bélicas que ganhou força durante a Segunda Grande Guerra facilitou as investidas contra centros de comando. A Arpanet é criada, então, para permitir que os aliados se comunicassem e planejassem ações juntos mesmo em cenários caóticos gerados por ataques nucleares (MALINI e ANTOUN, 2013, p.32).

Envolvidas também nesse projeto, as universidades usaram a rede como uma importante ferramenta de cooperação, desenvolvendo pesquisas em conjunto, com uma forma de trabalho que antes não era possível. Um exemplo dessa cultura está na Usenet, que foi criada por estudantes como um fórum de discussões sobre o sistema operacional Unix - utilizando a linha telefônica para conectar computadores ponto a ponto - e acabou por se tornar uma das primeiras redes de conversação digital em grande escala (CASTELLS, 1999 apud MALINI e ANTOUN, 2013, p.19).

Quando, em 1984, os militares abandonam a Arpanet e criam a Milnet, essa dinâmica se intensificou, pois o acesso à rede foi expandido para além dos fins bélicos ou de pesquisa (MALINI e ANTOUN, 2013, p.32). Nesse mesmo ano, Tom Jennings, um programador anarquista e ativista gay, possibilitou que um usuário comum operasse de sua casa uma comunidade digital, os *Bulletin Board System* (BBS), tornando os grupos de discussão mais personalizáveis, sem as restrições de servidores comuns na Usenet. Surgiu também a *Free Software Foundation*, encabeçada por Richard Stallman, contra a propriedade privada do software e a favor do compartilhamento do conhecimento e da coletivização da

produção de programas de computador (MALINI e ANTOUN, 2013, p.41).

Inicia-se, nessa época, uma noção de ciberespaço, onde é possível criar campanhas, vaziar informações sigilosas, produzir um debate intelectual teórico ou mesmo coordenar ações coletivas contra sistemas autoritários (MALINI e ANTOUN, 2013, p.19). Os grupos de discussão, que se popularizaram na Usenet e, sobretudo, nos BBSs, se tornaram arena para diversas organizações sociais, que agora articulam ações diretas de forma mais rizomática e menos hierárquica. Em paralelo, as ONGs ganharam espaço, ao passo que as instituições e os movimentos clássicos, como os partidos políticos, perderam força.

Os programadores ativistas pelo software livre criam redes de colaboração para desvendar, através de engenharia reversa, o que estava por trás dos códigos dos programas proprietários. Então, faziam versões para livre distribuição, consulta e modificação e divulgavam as funções maliciosas que encontravam, como quando Richard Stallman levou a público que uma das versões do Windows enviava à Microsoft o que foi instalado no computador de seus clientes (STALLMAN, 2002, p.117). Além dos ciberativistas da produção de software, emergem outros hackers que conquistam e quebram redes, como o *Cult of Dead Cow*, que criou um programa chamado *Back Orifice* capaz de invadir o Windows NT, mostrando, assim, que o sistema operacional da Microsoft não era seguro como a empresa o vendia (MALINI e ANTOUN, 2013, p.45-46).

Similarmente ao que Malini e Antoun (MALINI e ANTOUN, 2013) chamam de hackers de código, os hackers de narrativa utilizam as tecnologias da comunicação, principalmente a partir da difusão dos grupos de discussão nos anos 80, para produzir uma mídia menos concentrada e mediada. Por um lado, os movimentos sociais organizados encontram mais meios para construir mídias populares oferecendo uma voz contra-hegemônica, ainda que na mesma lógica um-muitos dos rádios, jornais e canais de televisão tradicionais. De outro, em um antagonismo a toda forma de mediação, ciberativistas apostam em uma comunicação em rede, com conversas muitos-muitos possibilitadas pelos grupos de discussão. Este último tipo de *midialivrisimo*⁷ vai se mostrar fortemente presente nos movimentos mais recentes, em que é possível assistir imagens da repressão policial a uma manifestação em tempo real a partir das transmissões ao vivo do Facebook ou Youtube.

7 Malini e Antoun (2013, p.21) denominam midialivrisimo a tendência a uma nova mídia que tenta se contrapor à mídia hegemônica.

Outros tipos de disputa aparecem quando Tim Berners Lee cria a *World Wide Web*. No ar em 1991, a WWW dá início a uma topologia em teia e reúne o material disperso dos grupos de discussão, possibilitando o aparecimento da guerra em rede (*netwar*), que vai ser conceituada pela primeira vez por Arquilla e Ronfeldt (1993 apud MALINI e ANTOUN, 2013, p.68) dois anos depois. Essa definição foi feita em oposição à ideia de guerra do controle (*cyberwar*), também formulada por eles, que se refere a uma luta de alta intensidade de base militar fortemente tecnológica travada por Estados-nação. A *netwar* seria uma disputa de baixa intensidade empenhada por grupos organizados em rede com uso das novas tecnologias, muitas vezes contra o Estado. Para Malini e Antoun (2013, p.57), esses grupos operam de forma que as resistências de diversos lugares do globo se conectam e trabalham colaborativamente, destituindo de efetividade, na visão dos autores, a glocalidade do poder global das redes de regulação que submetem os lugares às suas vontades.

Sérgio Amadeu Silveira (2016) também contribui para compreender essa dinâmica. Para ele, as redes digitais são tecnologias cibernéticas, ou seja, agem tanto na comunicação quanto no controle. Esta última instrumentalidade se dá porque a conquista de poder na sociedade e no Estado depende da comunicação e do imaginário gerado pela internet, e esta atua diretamente sobre a formação de opinião pública, se tornando fundamental na disputa por controle social. Ao mesmo tempo, é também espaço de conversações livres, organização de grupos autônomos e convocação para manifestações.

Embora Arquilla e Ronfeldt (2001 apud MALINI e ANTOUN, 2013, p.68) pareçam apostar na guerra em rede sempre exercida pelas forças de baixo, sejam elas ativistas ou terroristas e criminosas, não é difícil imaginar que os Estados ou outros grupos de poder teriam também meios e interesse para atuar na rede de forma invisível. Essa possibilidade é ilustrada pelo medo que, de acordo com Silveira (2016), alguns membros do Estado chinês e da NSA têm de que a ausência de controle na internet ameace a soberania nacional de seus países. Corroborando com esse sentimento, há vários exemplos de influência da rede nos comportamentos sociais, como nos levantes do novo ciclo de lutas urbanas pós crise de 2008 e até mesmo em eleições, como o caso de Donald Trump nos EUA e Jair Bolsonaro no Brasil, e é difícil determinar com clareza as intenções, os atores e os resultados indiretos dessa influência.

No plano econômico, há dois aliados importantes das políticas da internet: as operadoras de telecomunicação e a indústria *copyright*. As primeiras fazem pressão com a finalidade de maximizar seu lucro através da cobrança por velocidade e tipo de acesso. Já a segunda age para “bloquear o compartilhamento de arquivos digitais que não gerem divisas para os detentores dos direitos de bens simbólicos” (SILVEIRA, 2016, p.347). Esses dois setores, muitas vezes em parceria com Estados ou grupos de interesse, atuam no sentido de destruir o princípio de neutralidade da rede. A quebra desse mecanismo permite que atores chave - donos da infraestrutura ou de plataformas de destaque na internet - interfiram sobre os dados enviados e recebidos, selecionando as informações que serão passadas e até mesmo bloqueando-as quando acharem necessário.

Esse controle da circulação pode acontecer para excluir conteúdos específicos ou privilegiar determinados veículos. No primeiro sentido, está a curadoria de dados realizada por plataformas como o Google⁸, que seleciona o que aparece em suas buscas, e o Facebook. No caso desta rede social, tem sido divulgado⁹ que as informações que aparecem no *feed* de notícias de cada usuário são escolhidas a partir de uma análise de perfil individual. Além desse filtro, páginas e conteúdos considerados impróprios são apagados da plataforma. “A remoção de publicações ocorre, aparentemente, por motivos morais, pelas preferências comportamentais de seu criador, mas existem exclusões por razões políticas” (SILVEIRA, 2016, p.349). Em outro caminho, crucial para o sucesso do primeiro na medida em que aumenta a superfície de vigilância desses poderes, há também uma tentativa de fazer com que poucos canais se tornem centrais na rede. Isso pode ser observado nos planos de internet móvel¹⁰ cada vez mais comuns que oferecem acesso ilimitado a veículos como o Whatsapp, enquanto todo o resto da circulação da web fica restringida a uma quantidade de dados.

8 A Central de Ajuda do Google explica o que pode fazer um site não aparecer na busca. Disponível em: <https://support.google.com/webmasters/answer/6347750?hl=pt-BR>. Acesso em 13 mar 2019.

9 Quais os tipos de publicação que verei no Feed de Notícias?. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/help/166738576721085>. Acesso em 15 mar 2019.

10 Plano Tim Pré Turbo Whatsapp. Disponível em: <https://www.tim.com.br/sp/para-voce/planos/pre-pago/turbo-whatsapp>. Acesso em: 13 mar 2019.

Silveira (2016, p.349) analisa os números de utilização do Facebook e do Youtube - duas redes sociais centrais no Brasil, que apresentam, respectivamente, 127¹¹ e 82 milhões¹² de usuários, - e afirma que as redes sociais ocupam hoje o espaço do debate político que nos séculos XVII e XVIII era vivido nos cafés e nas reuniões comensais, gerando uma “nova abordagem da política e do poder”. Para ele, há, por isso, a possibilidade de participação de sujeitos que outrora encontravam-se apartados do debate político. “Essas conversações não são, *a priori*, favoráveis à esquerda ou à direita, apesar de beneficiarem o senso comum, que, em geral, reproduz ideias-força do sistema capitalista” (SILVEIRA, 2016, p.348). Assim, torna-se preocupante a estratégia supracitada do Facebook de selecionar o conteúdo a ser acessado por seu usuário, já que a rede o influencia pessoal e politicamente.

Observa-se, então, que a internet não é um espaço tão livre quanto parece. Poderia-se levantar, ao longo da história da tecnologia, que sua criação faz parte das disputas de poder que, em geral, envolvem relações bélicas. Assim, seria possível entender que o uso das redes como ferramenta de luta pelos novíssimos movimentos sociais também se insere nessa disputa. Para compreender esse cenário, é importante pensar o marco fundamental para a virada do que se tinha por movimentos antiglobalização, com uso e discurso pelo software livre, para os que acreditam em uma globalização por baixo como estratégia, usando uma atuação ativista que utiliza softwares e plataformas proprietárias, como foi o caso de alguns articuladores das insurgências #globalrevolution.

Os movimentos em rede

A luta em rede esteve presente na Batalha de Seattle, em 1999, mas já começava a se desenhar em 1994, com a resistência zapatista ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). O movimento emerge no México, na região de Chiapas - rica em urânio, madeira e petróleo - com a criação do Exército Zapatista pela Libertação Nacional (EZLN). Inicialmente de tática guerrilheira, o EZLN começa majoritariamente formado pela classe média educada mexicana e,

11 Facebook chega a 127 milhões de usuários mensais no Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>. Acesso em: 15 mar 2019.

12 Youtube chega a 82 milhões de usuários no Brasil. Disponível em: <https://tecnologia.ig.com.br/2016-10-05/youtube-usuarios.html>. Acesso em: 15 mar 2019.

após derrotas na luta armada, faz conexões com ONGs e outros grupos da sociedade civil global e com as comunidades indígenas. Como resultado das novas parcerias, há mudanças não apenas nas estratégias e táticas, como na própria narrativa. Ao conflito militar armado soma-se o uso das tecnologias de comunicação e a organização em uma topologia de teia de aranha, com eixos bem estruturados, hiperconectados entre si e ligados a nós de conexão fraca entre eles, semelhante ao que vai acontecer posteriormente em Seattle (MALINI e ANTOUN, 2013, p.76). Grupos do México e de outros países como Canadá¹³, Estados Unidos¹⁴, Itália¹⁵ e Espanha¹⁶ compõem a rede zapatista e transformam as pautas do movimento, fazendo com que o EZLN abandone a conquista do governo como principal objetivo e centralize questões como direitos indígenas, proteção ambiental, a mulher na política e os direitos trabalhistas (MALINI e ANTOUN, 2013, p.80-83). Os meios técnicos para a luta em rede também são fornecidos por essa teia, em especial pela ONG *Association for Progressive Communications* (APC), que, a partir da sede em São Francisco, tem servidores locais nos cinco continentes (BISCO JR. e LINO, 2006, p.3-4.) e atua com financiamento de fundações internacionais, como *Open Society Institute* (OSI)/*Soros Foundation* e *Ford Foundation*¹⁷.

Construída pela coalizão de ativistas *Direct Action Network* (DAN), a Batalha de Seattle utilizou uma topologia parecida com a dos zapatistas, usando, entretanto, estratégias e táticas de resistência pacífica, através de deslocamento, enxameamento, afluência e contaminação, tanto espacial quanto virtual. O DAN pretendia paralisar as negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e se organizava por grupos de afinidades, que poderiam ser congregados em células ou agir como flutuantes. Nenhum agrupamento tinha um único líder e a coordenação era feita a partir de um conselho de porta-vozes, onde representantes dos grupos decidiam por consulta democrática e consenso.

13 Chiapas Human Rights Observer Project. Disponível em: <http://www.vcn.bc.ca/building/bbwho.htm>. Acesso em: 11 mar 2019.

14 Chiapas Peace House Project. Disponível em: <http://bapd.org/gch-ct-1.html>. Acesso em: 11 mar 2019.

15 TM Crew. Disponível em: <http://www.tmcrew.org/chiapas/chiapas.htm>. Acesso em: 11 mar 2019.

16 Colectivo de Solidaridad con la Rebelión Zapatista de Barcelona. Disponível em: <http://mexico.indymedia.org/spip.php?article400>. Acesso em: 11 mar 2019.

17 A Open Society Institute (OSI)/Soros Foundation financiou a APC até 2016 e a Ford Foundation financia a ONG ainda hoje. Disponível em: <https://www.apc.org/en/about/people/funders>. Acesso em: 11 mar 2019.

Os atores da rede em Seattle definiram suas pautas de maneira dinâmica e pouco clara. Nesse sentido, foi fundamental a contranarrativa à grande mídia, que ora apresentava o acontecimento como crítica corporativista ao liberalismo econômico, ora descrevia os ativistas como baderneiros. O DAN concebeu, então, o *Independent Media Center* (IMC), uma nova mídia participante, ativista, colaborativa, em regime *copyleft* e baseada, essencialmente, na internet. Também conhecido como Indymedia, o projeto se tornou permanente e se espalhou por várias cidades dos Estados Unidos e do mundo, tendo vital importância em lutas posteriores, como o 15M, na Espanha.

Se o Movimento Zapatista e a Batalha de Seattle tiveram sua base comunicativa nas mídias livres usando o *copyleft* e produção aberta, a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha e o Occupy Wall Street estruturaram suas redes a partir de plataformas proprietárias. No Egito, o primeiro meio importante na revolta contra Hosni Mubarak foi a página no Facebook “Todos somos Khaled Said”, curiosamente criada de forma anônima pelo diretor de marketing do Google para o Oriente Médio, Wael Ghonim¹⁸. O papel dos controladores da ferramenta de buscas mais importante na atualidade também foi crucial para que os opositoristas se comunicassem pelo Twitter, lançando um serviço que driblava o bloqueio imposto à plataforma¹⁹.

Na Espanha, as mobilizações do 15M também tiveram início nas redes sociais. As primeiras interações públicas virtuais foram com as discussões da Lei Sinde através da hashtag #NoLesVotes lançada por blogueiros, em crítica aos políticos, em especial do PSOE e PP, que aprovaram uma lei impopular (MALINI e ANTOUN, 2013, p.221) que criminalizou sites que possuem *links* para arquivos sob licença *copyright*. Formaram-se diversas pequenas organizações a partir de grupos no Facebook e, em março, foi criada a página web do *Democracia Real Ya* (DRY), que, em parceria com o *Juventud Sin Futuro*, convocou para o ato de 15 de maio de 2011²⁰.

18 G1 (2011). No Egito, executivo do Google nega que vá se dedicar à política. Disponível em: <http://g1.globo.com/crise-no-egito/noticia/2011/02/no-egito-executivo-do-google-nega-que-va-se-dedicar-politica.html>. Acesso em: 9 mar 2019.

19 G1 (2011). Google dribla bloqueio à rede no Egito e cria acesso ao Twitter via fone. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/01/google-dribla-bloqueio-rede-no-egito-e-cria-acesso-ao-twitter-fone.html>. Acesso em: 9 mar 2019.

20 É importante destacar a controvérsia entre o posicionamento de Bauman (2016) e Castells (2013) com relação ao 15M. Um é extremamente crítico ao movimento, outro, um grande entusiasta do novo ciclo de lutas global. Em duas entrevistas cedidas ao El País El 15-M *es emocional, le falta*

Característica comum aos novíssimos movimentos sociais, o 15M baseia sua comunicação em plataformas proprietárias, sendo fundamentais os grupos e eventos do Facebook, por exemplo. As hashtags utilizadas no Twitter desde as primeiras interações, como #SpanishRevolution, #15m, #AcampadaSol, #YesWeCamp, #DemocraciaRealYa e #NoLesVotes, são cruciais para o crescimento e desenvolvimento da rede e, a partir da primeira manifestação, perfis oficiais como o @acampadasol vão surgir para coordenar as mobilizações (MALINI e ANTOUN, 2013, p.228).

A partir do debate gerado pela Lei Sinde, essas organizações e grupos de discussão criaram outras pautas. A demanda por empregos e a contraposição às medidas de austeridade e ao resgate de bancos às custas da dívida pública se mostraram presentes nas reivindicações do *Juventud Sin Futuro* e no lema do 15M - “Não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros” (TORET, 2016). Como aponta Gohn (2014), muito do programa dos Indignados está relacionado com a crise de 2008, que levou a um forte quadro de desemprego no país e foi respondida com o desmonte do Estado de bem-estar social, à revelia da opinião da população. Isso poderia estar relacionado com uma série de demandas por uma democracia mais participativa e com maior combate à corrupção, bem presentes no discurso do *Democracia Real Ya* (DRY). Há, também, um forte antagonismo a diversas instituições, como o parlamento, os partidos políticos, os sindicatos, a igreja e a imprensa tradicional.

Como descrevem Lidia Posada, integrante do DRY, e Pablo Padilla, do *Juventud Sin Futuro*, no documentário *15M: Excelente. Revulsivo. Importante* (2012), os primeiros passos da mobilização acontecem primordialmente online, com encontros físicos em pequenos grupos que articulam entre si. A estratégia é levar o movimento para as ruas e praças, relacionando os espaços físicos e virtuais, e levando ao que Toret (2016) chama de contágio tecnologicamente estruturado via tecnopolíticas que ubiquem redes e ruas. Essa ocupação do espaço não se dá apenas com protestos, mas também com acampamentos, que, em várias cidades,

pensamiento (2011) e Zygmunt Bauman: “As redes sociais são uma armadilha” (2016), Bauman observa inconsistências e contradições dentro do movimento dos indignados, enquanto no livro *Redes de Indignação e Esperança*, Castells (2013) apresenta-se encantado com a forma de organização deste e de outros movimentos de mesma linha. As entrevistas podem ser encontradas em: https://elpais.com/diario/2011/10/17/cultura/1318802401_850215.html; https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html. Em resposta ao posicionamento de Bauman, ativistas ligados ao movimento criam um documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z5fsxKIMDNU>. Acesso em: 11 de março de 201

articularam a mobilização por meio de comissões, estudos em grupo e assembleias, além de uma vivência em comum autogerida. Esse caminho foi exitoso, já que, segundo o autor, a rede do 15M no Twitter passou de 3.403 seguidores nos dias que antecederam a primeira manifestação para 110.198 na fase de maior alcance. Outro ponto interessante é que, de acordo com informações da *Gather Estudios*, trazidas por Toret (2016), 71% dos participantes não pertenciam a nenhum partido, sindicato, ou movimento social, e apenas 6% dos envolvidos não faziam parte de nenhuma rede social, demonstrando um alcance incomum em comparação a movimentos sociais clássicos.



Figura 03: Puerta del Sol durante o 16 de maio de 2011 em Madrid.

Fonte: ORTIZ, Alvaro. *Manifestación de Democracia Real Ya en Madrid el 16 de mayo de 2011*. Madri: 2011. Disponível em: <<https://15mpedia.org/wiki/Archivo:Manifestacionpuertasolmadrid23.jpg>>. Acesso em: 15 de março de 2019.



Figura 04: Biblioteca da Acampada.

Fonte: BRAMIDO, Bluchi. Foto Spanish Revolution. Madri: *Foto Spanish Revolution*, 2011. Disponível em: < https://15mpedia.org/wiki/Archivo:FotoSpanishRevolution_-_bramido_-_C8F96080-B77C-4BB4-BBFC-37F677E09AE9.jpg>. Acesso em: 15 de março de 2019.

Diferentemente da dinâmica descrita por Posada e Padilla, as narrativas do movimento o trazem como de forte caráter espontâneo. No mesmo documentário (15M: Excelente. Revulsivo. Importante, 2012), é Miguel Arana, um estudante de física sem trajetória de organização política relevante, quem aparece coordenando o início do acampamento em Madri, cena que também está no filme *15M: Málaga despierta* (2013). Também nesta produção, a jornalista Laura Rueda conta ter tido o primeiro contato com as mobilizações através de um evento no Facebook e decide espontaneamente reproduzir o convite às ruas em seu programa na Rádio Vallekas, de Madri, destacando em seu anúncio que “esa convocatoria no tiene color, no más convocamos a todos los ciudadanos”.



Figura 05: Miguel Arana coordena o início do acampamento na Puerta del Sol.

Fonte: *15M: Excelente. Revulsivo. Importante*. Direção de Stéphane M. Grueso. Madri: 15m.cc, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z5fsxKIMDNU>>. Acesso em: 9 de março de 2019.

No âmbito comunicativo, é interessante atentar para o nome mais usado para descrever o movimento dos Indignados, 15M, que, segundo Gohn (2014), faz referência à data de seu início, 15 de maio. Outras hashtags com datas convocatórias de manifestações posteriores também são utilizadas, como #19J que convocava para protestos contra o Pacto do Euro em 19 de junho de 2011 ou #17S chamando para a primeira manifestação do *Occupy Wall Street*. Essa nomenclatura demonstra uma dinâmica ágil, já que à medida que o movimento cresce, muda não só a data, mas também o nome e as pautas, caráter já presente nos Zapatistas, cujo programa muda a partir de novas conexões na rede. Essa dinâmica na internet aponta também para a relação entre os Indignados e outros levantes, como o caso do *Occupy Wall Street*, já destacada por Toret(2016). De acordo com o autor, as hashtags do segundo estavam presentes de forma massiva na Espanha, antes mesmo de chegarem a Nova Iorque. Referências a movimentos de outros países, como a Frente Povo Sem Medo, brasileiro, podem ser encontradas em meio às faixas do 15M espanhol.



Figura 06: Faixa em referência à Povo Sem Medo, uma frente brasileira, em manifestação dos indignados.

Fonte: 15M: *Excelente. Revulsivo. Importante*. Direção de Stéphane M. Grueso. Madri: 15m.cc, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z5fsxKIMDNU>>. Acesso em: 9 de março de 2019.

Esse desempenho adaptativo é observado, ainda, nos desdobramentos do movimento. Apesar de as eleições não fazerem parte do programa inicial e de o lema “no nos representa” ter sido frequente, notáveis e exitosos projetos com o pleito como objetivo emergiram. Apesar da desconfiança de alguns que vão às ruas acusar o partido de apropriar-se do movimento, não é possível ignorar a conexão entre as inquietações iniciadas em 2011 e o surgimento do Podemos, principalmente se levase em conta que “[...] o sucesso eleitoral do Podemos coincidiu com a atenuação da tensão nas ruas”²¹. O partido chegou a eleger 5 eurodeputados em 2014²² e compõe duas das mais relevantes plataformas municipalistas: Ahora Madrid e Barcelona en Comú. A primeira trata-se de uma coalizão junto ao Ganemos e, com o apoio de 9 votos do PSOE, elegeu Manuela Carmena, que agora governa a prefeitura com 20

21 As marcas do 15-M: os indignados espanhóis e os partidos políticos. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/16/opinion/1463423568_540429.html. Acesso em: 19 mar 2019.

22 Podemos se convierte en la sorpresa y logra cinco escaños en Estrasburgo. Disponível em: https://elpais.com/politica/2014/05/25/actualidad/1401009854_060215.html. Acesso em: 19 mar 2019

concejales, dos quais Pablo Soto²³, Rita Maestre²⁴ e Guillermo Zapata²⁵, a título de exemplo, são fortemente ligados ao 15M. Na capital catalã, por sua vez, o Barcelona en Comú guarda conexão com os indignados já através de sua prefeita, que foi porta-voz e uma dos fundadores do Plataforma de los Afectados por la Hipoteca (PAH), movimento atuante principalmente durante e após os acampamentos. É interessante notar que, apesar de fortalecer-se no rechaço às esferas formais de poder, o 15M acaba por criar vias (outras?) de acesso a essas mesmas instituições.

Inevitavelmente, a flexibilização da programática se coloca nesses levantes uma vez que são constantes a mudança nos objetivos principais, a subtração de antagonismos e a aparente espontaneidade de sua origem. Considerando, ainda, o recorrente esforço de supressão de líderes ou porta-vozes, que tipo de estruturas os novíssimos movimentos sociais teriam para manter suas pautas fiéis às intenções de seus ativistas? Seria a mudança cultural proposta por eles suficiente para barrar a capacidade adaptativa dos interesses do capital?

Considerações Finais

O neoliberalismo é uma razão de mundo. Como razão de mundo, entende-se que nada foge aos processos e interesses neoliberais, sendo necessário perguntar de qual maneira as resistências se colocariam em oposição a esse sistema. E, mais que isso, tendo em vista a capacidade de mutabilidade do capitalismo, indaga-se se é possível conceber algum processo, ainda que resistente, que não seja fagocitado por seus ditames e interesses. É possível resistir sem compreender que a nova razão-mundo neoliberal é também, e principalmente, geopolítica?

Mais que respostas, este relato tem por finalidade o levantamento de questões. Logo na introdução do texto afirmou-se necessário compreender, em relação aos processos resistentes, a quem se aliam e contra quem se opõem. Além disso, aponta-se a importância de saber por quem são financiados e a quais interesses, expostos ou não, estão servindo. Por exemplo, tal como

23 Um dos fundadores do projeto 15M.cc, Pablo de Soto aparece no documentário 15M: Excelente. Revulsivo. Importante (15M, 2012)

24 Reconhecidamente ligada ao Juventud Sin Futuro, Rita Maestra aparece em vídeo convocando para as manifestações que dariam nome ao movimento dois dias antes de seu acontecimento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7mW14YzIGno>. Acesso em 19 mar 2019.

25 No documentário 15M: Excelente. Revulsivo. Importante (15M, 2012), Guillermo Zapata comenta sua experiência na acampada sol e nas mobilizações dos indignados como um todo.

supracitado, muitas ONGs atuantes em parceria com movimentos sociais de países periféricos recebem financiamento de atores vinculados à grande rede de capital transnacional. Pergunta básica neste caso seria acerca dos interesses destes grupos em fomentar tais ações. Não é intenção, neste momento, colocar em xeque qualquer levante que esteja inserido em um contexto neoliberal, mas acredita-se fundamental buscar respostas para não cair em ciladas traçadas pelo próprio capital. Indica-se, portanto, uma necessidade premente de rastrear os principais atores, as narrativas, os interesses e os financiamentos de fundações transnacionais ligadas ao capital para que seja possível compreender mais a fundo a rede na qual se insere determinada pauta, coletivo ou movimento social.

O processo relacionado à investigação de possíveis manipulações sofridas pelos agentes de resistência, além de seguir os financiamentos, deve pensar a formação dos indivíduos dentro do contexto neoliberal. Neste momento, a internet entra em voga como importante plataforma no debate acerca da produção de subjetividades, fazendo-se necessário pensar a respeito da maneira como esse instrumento atua sobre os inconscientes produzindo gostos, desejos, narrativas, ansiedades, e ampliando ou reduzindo medos e esperanças. Mais uma vez, entende-se que há um controle sobre o material exposto, ainda que a internet carregue o discurso de circulação livre de informações. Desta forma, vale outra pergunta: seria possível acreditar que é viável atuar em rede global sem a influência direta tanto dos proprietários das plataformas como Facebook e Twitter, quanto sem o controle do que se produz via *big data*? Levantados esses pontos, ainda que incômoda, outra pergunta emerge: é possível que haja uma produção de dissidência como estratégia do neoliberalismo em benefício próprio? Casos como os de Revoluções Coloridas e Guerras Híbridas indicam que sim. Ou que, pelo menos, há interesses escusos de blocos hegemônicos atuando na produção de levantes em algumas partes do mundo.

Sobre a possibilidade de cooptação dos novíssimos movimentos sociais e seus levantes, é preciso indagar quais as brechas deixadas em parte dos processos que os tornaram vulneráveis a ponto de serem subvertidos e passarem a atender interesses de grupos hegemônicos. Responder a uma pergunta dessa ordem só é viável mediante uma análise histórica e transescalar. Nessa construção, ao nos deparar com uma significativa transferência de um modelo de militância para ativismo, ou da lógica do povo para a da multidão, observa-se que a fragmentação das mobilizações, principalmente relacionada à pauta e ao discurso, acabou por

fragilizá-las. Isto é, em tempos de sujeitos neoliberais, é muito difícil recuperar a ideia da unidade do povo. Entretanto, acredita-se possível pautar as questões relacionadas à identidade transversalmente às pautas estruturais, como a questão do gênero e da raça atrelada à luta de classes e aos direitos dos trabalhadores, fortalecendo a luta dentro de um espectro de necessidades coletivas.

Observa-se que, em geral, a solução encontrada para o problema da expropriação e da exploração pelos novos coletivos e novíssimos movimentos abre algumas ciladas para as resistências populares, pois há o risco de um grande engano com relação ao campo real das lutas. Muitas das vezes o nível de colaboração com processos aparentemente mais democráticos via redes digitais, plataformas colaborativas, governo aberto, participação, traz um perigo enorme de construção ingênua de uma linha auxiliar do neoliberalismo rentista, porém progressista, dentro da lógica da precarização, inclusive, das próprias lutas.

Um modo de iniciar a investigação sobre as resistências atuais seria traçar uma genealogia que inclua os desdobramentos da radicalização tecnopolítica dos novíssimos movimentos sociais, dos novos ativismos, e verificar quais as repercussões históricas deste ciclo de lutas. À princípio, o que assistimos é um avanço do jogo neoliberal somado ao ressurgimento intenso e planetário do conservadorismo comandado por elites locais que resistem tanto ao neoliberalismo do capital das elites globais quanto às resistências progressistas, em sua maioria, com traços neoliberais.

Referências

15M: Excelente. Revulsivo. Importante. Direção de Stéphane M. Grueso. Madri: 15m.cc, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z5fsxKIMDNU>>. Acesso em: 9 de março de 2019.

15M: Málaga despierta. Direção de Rakesh B. Narwani e Laura Rueda. Madri: 15mmalaga.cc, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BISCOJR, José Gaspar; LINO, Sonia Cristina. **Guerrilha Eletrônica: o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e o uso das mídias audiovisuais contemporâneas.** In: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH-RIO, 12., 2006, Niterói. Anais... Niterói: Usos do passado, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DIDI-HUBERMAN, Georges (Org.). **Levantes.** São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão. Guerra e democracia na era do Império.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **La nueva razón del mundo**: ensayo sobre la sociedad neoliberal. Barcelona: Editorial Gedisa, 2013.

LOPES, João Teixeira. **Movimentos ou momentos?** Algumas notas sobre “novíssimos movimentos sociais”. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abílio; FILGUEIRAS, Fernando (Org.). Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MALINI, Fabio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

NEVES, Bernardo et al. Lutas territoriais: resistências ao avanço do urbanismo neoliberal. In: ROLNIK, Raquel et al. (Org.). **Cidade Estado Capital**. São Paulo: FAU USP, 2018.

NOBRE, Maíra; RENA, Natacha. Das revoluções aos levantes. **arq.urb**, n. 23, p.41-63, dez 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi23.36>>. Acesso em: 11 de maio de 2020.

OBSERVATORIO METROPOLITANO. **La apuesta municipalista**: la democracia empieza por lo cercano. Madrid: Traficantes de sueños, 2014.

RENA, Natacha. Arte, espaço e biopolítica. In: RENA, Natacha; OLIVEIRA, Bruno; CUNHA, Maria Helena (Org.). **Arte e espaço**: uma situação política do século XXI. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2016.

RENA, Natacha et al. A dimensão geopolítica do golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/estrangeirização. **Revista Indisciplinar**, v. 4, n. 2, p.210-243, 2018. Disponível em: <<http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=.download/007.pdf>>. Acesso em 22 de maio de 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

STALLMAN, Richard. **Free software, free society**: selected essays of Richard M. Stallman. Boston: GNU Press, 2002.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Insurgências, redes de opinião e coletivos de intervenção. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abílio; FILGUEIRAS, Fernando (Org.). **Democracia digital**: publicidade, instituições e confronto político. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

TORET, J. 15M: Acontecimento, emoções coletivas e movimentos na rede. In: RENA, Alemar; BAMBOZZI, Lucas; RENA, Natacha (Org.). **Tecnopolíticas do comum**: artes, urbanismo e democracia. Belo Horizonte: Fluxos, 2016. Disponível em: < http://www.editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/Rena_Bambozzi_Rena_ELTKN_Cidade_Baixa.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

Estrangeirização: A dimensão Geopolítica do Golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/estrangeirização

Natacha Rena¹

Maíra Ramirez Nobre²

Danilo Caporalli Barbosa³

Henrique Dias Porto⁴

Introdução

Este texto é resultado da preparação de material para compor a Conferência “A dimensão Geopolítica do Golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/estrangeirização” como parte da disciplina - “O Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado: Perspectivas jurídicas, filosóficas, políticas e históricas” - composta por 30 conferências de professores da UFMG, além da aula inaugural da Presidenta Dilma. Esta disciplina, coordenada pelo professor Thomas Bustamante, aconteceu na UFMG durante o segundo semestre letivo de 2018.

Para construção da Conferência, num primeiro momento, desenvolvemos uma espécie de glossário com conceitos fundamentais para a compreensão do aspecto geopolítico do Golpe de 2016 no Brasil, trazendo breves descrições sobre termos como: geopolítica e globalização, Império, Imperialismo e Neoliberalismo. Num segundo momento, sistematizamos uma metodologia

1 Professora dos cursos de Arquitetura e de Design da EA UFMG, assim como dos programas de pós-graduação NPGAU e PACPS, também da EA UFMG. Atualmente é líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ INDISCIPLINAR e coordena o Programa de Extensão IndLab.

2 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais.

3 Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG (2016), com graduação sanduíche na Leeds Beckett University (2014-2015). Pós-graduado em Gestão de projetos pela Fundação Getúlio Vargas (2019). Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável na UFMG com bolsa CAPES. Atualmente é doutorando em Arquitetura e Urbanismo no NPGAU da UFMG. É pesquisador do Grupo de Pesquisas INDISCIPLINAR.

4 Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG com período sanduíche de seis meses realizado na Università di Bologna, Itália. Faz parte do grupo de pesquisa Indisciplinar desde 2017, no eixo de pesquisa “Geopolítica e Territórios”.

específica para organização do conteúdo da Conferência: (i) transcrição de partes da Conferência de Abertura proferida pela presidenta Dilma Rousseff, sobretudo questões que envolvem soberania nacional, financeirização e estrangeirização/desnacionalização; (ii) fichamento do conteúdo em um documento de texto e em seguida, (iii) realização de grifos nos trechos com cores para separar em categorias criadas na organização temática. A partir daí, preparamos uma tabela contendo dados que ilustrassem as falas da Presidenta, utilizando categorias temáticas supracitadas em uma primeira coluna, trechos da fala da Presidenta Dilma em uma segunda coluna e dados complementares que pudessem nos auxiliar com a comprovação de algumas de nossas hipóteses sobre o Golpe de 2016 extraídos de diversos artigos, matérias e livros em outras colunas.

Depois da sistematização deste material de pesquisa, construímos os slides para a segunda parte da Conferência utilizando a seguinte sequência lógica para cada uma das 13 hipóteses sobre o Golpe internacional levantadas: hipótese; trecho da fala da aula inaugural da Presidenta Dilma; prints de notícias; citações de outros autores; mapas, infográficos, tabelas, usando a marcação lateral com a *tag* da cor de cada categoria temática - Geopolítica, Corrupção, Financeirização, Política Social, Crise da representação/ anti-política, Estrangeirização.

As 13 hipóteses que envolvem a realização do Golpe, que consideramos internacional, são:

Geopolítica

HIPÓTESE 01: O Golpe é para interromper a disputa do Brasil pela hegemonia na geopolítica mundial;

HIPÓTESE 02: O Golpe é para derrubar a hegemonia dos governos de esquerda na América Latina com Brasil protagonista;

HIPÓTESE 03: O Golpe é para reduzir a influência da China/Eurásia nos mercados emergentes;

HIPÓTESE 04: O Golpe é para diminuir a competitividade das empresas brasileiras nos mercados internacionais;

Corrupção

HIPÓTESE 05: O Golpe é operacionalizado via judiciário/Lava-Jato;
Financeirização

HIPÓTESE 06: O Golpe é financeiro;

Política Social

HIPÓTESE 07: O Golpe é para desmontar as políticas sociais - Saúde;

HIPÓTESE 08: O Golpe é para desmontar as políticas sociais - Educação;

HIPÓTESE 09: O Golpe é para desmontar as políticas sociais - Trabalho;

HIPÓTESE 10: O Golpe é para desmontar as políticas sociais - Previdência;

Crise Política

HIPÓTESE 11: O Golpe é operado via desmonte do sistema democrático;

Estrangeirização

HIPÓTESE 12: O Golpe é para estrangeirizar/privatizar nossos recursos naturais;

HIPÓTESE 13: O Golpe é para estrangeirizar/privatizar nossas empresas estatais e também estrangeirizar as privadas.

Neste artigo, decidimos abordar apenas 4 das 13 hipóteses levantadas. Iremos tratar apenas das HIPÓTESE 01, 06, 12 e 13, pois as consideramos fundamentais para compreensão dos processos de um Golpe tipicamente internacional realizado por blocos geopolíticos hegemônicos que atuam desestabilizando os poderes nacionais de países periféricos para realizar maior acumulação de renda e riqueza (por elites globais) dentro de uma lógica neoliberal, ou seja, em estágio avançado do capitalismo mundial.

Análise de Conjuntura Geopolítica

Em termos gerais, acredita-se que o Golpe de Estado, consolidado sob a máscara de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, foi realizado por meio de articulações internacionais, das quais pode-se apontar, como finalidade principal, a estrangeirização, tanto de recursos naturais, quanto de empresas brasileiras, sejam elas públicas ou privadas⁵. Para que seja possível elucidar esse processo, é preciso evidenciar cinco percepções tomadas como pressupostos para a investigação recém-iniciada: (i) O neoliberalismo é uma razão do mundo desde o ciclo de globalização pós Segunda Guerra Mundial, atingindo todo o planeta e adotando características singulares em cada país ou bloco político-econômico-social que atravessa; (ii) o Imperialismo com moldes de fortalecimento de Estados-nacionais se enfraqueceu perdendo poder entre os anos 1970 e 2016 e o Império Transnacional Global se expandiu (envolvendo elites globais configuradas em redes empresariais, financeiras, monarquias, meios de comunicação, principalmente via grupos envolvidos com União Europeia e com os Estados Unidos da América); (iii) a partir do Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia) e das eleições de Trump para presidente dos EUA em 2016, houve uma continuidade desta reação conservadora aos processos de globalização neoliberal também em toda Europa, assim como o avanço paralelo da consolidação do bloco Eurasiático (Rússia, China, Irã, Turquia, Síria, etc.) colocando em evidência um certo declínio da hegemonia do Império Transnacional Global e um retorno forte de um discurso conservador em defesa do Estado-nação com características racistas e nativistas (EUA, Itália, Áustria, até mesmo na Holanda); (iv) o avanço do Imperialismo Americano (com Trump no comando), que tem características ao mesmo tempo neoconservadoras e neoliberais, ressurgiu para disputar com o Império Transnacional Global (que possui características progressista para pautas como raça e gênero, e/ou liberdades individuais) e com o bloco Eurasiático (com destaque principalmente para o avanço econômico da China sobre a economia mundial); (v) o Golpe no Brasil em 2016 é importante para a aplicação deste país em um hiper neoliberalismo, com traços neoconservadores e fortes tendências à estrangeirização das riquezas nacionais, dentro de um processo de globalização perversa e desigual, na qual apenas os países hegemônicos, que comandam o

5 Estas, dentre outras investigações sobre estrangeirização, estão sendo realizadas pela equipe do Projeto de Pesquisa *Geopolítica e Território* que faz parte das ações do Grupo de Pesquisa *Indisciplinar* da Escola de Arquitetura da UFMG.

processo de internacionalização, acumularão riquezas e renda, espoliando grupos que configuram países periféricos, em desenvolvimento ou emergentes.

Apoiando a investigação sobre estes cinco pressupostos, faz-se necessário compreender alguns conceitos centrais com a finalidade de adentrar questões relativas à percepção de que o Golpe é parte de uma articulação internacional inerente a conflitos geopolíticos globais. São eles: geopolítica; globalização; neoliberalismo; Imperialismo, Império (no ocidente), no Eurásia (oriente:).

Geopolítica e globalização

O conceito geopolítica foi cunhado por Johan Rudolf Kjellén, cientista político, no ano de 1899. No primeiro momento tratava-se de uma articulação entre os termos geografia e política, entretanto, com o passar do tempo, geopolítica deixou de ser considerado como uma simples contração e passou a ser tomado por alguns autores como ação do Estado no espaço ou como algo que diz respeito às disputas complexas de poder no contexto mundial.

Bertha Becker (2005) aponta que a geopolítica sempre foi caracterizada pela presença de pressão de diferentes tipos. Ou seja, a geopolítica trata “de um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico” (BECKER, 2005, p.71). Em um primeiro momento o epicentro desta disputa era o Estado, por ser entendido como o principal detentor do poder, posteriormente, houve uma extensão do debate para a esfera territorial. Este deslocamento fez com que o conceito passasse a ser cunhado em relação à possibilidade de intervir na tomada de decisão dos Estados sobre os territórios. Neste sentido, ocorre o que pode-se denominar por *coerção velada*, ou seja, pressões de todo tipo para influir nestas decisões. Estas pressões são aplicadas por redes “desenvolvidas nos países ricos, nos centros do poder, onde o avanço tecnológico é maior e a circulação planetária permite que se selecionem territórios para investimentos, seleção que depende também das potencialidades dos próprios territórios” (BECKER, 2005, p.71).

Milton Santos, em 1993, já tratava da caracterização do intenso processo de globalização do espaço geográfico via instantaneidade da informação globalizada, antecipando um debate geopolítico envolvendo o que o autor chama de *rede global* atuando no enfraquecimento do Estado Territorial através de uma mundialização de “todos os indivíduos e de todos os lugares”:

A instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria, entre lugares e acontecimentos, uma relação unitária na escala do mundo. E, como já não é possível medir a mais-valia, esta, tornada mundial pelo viés da produção e unificada por intermédio do sistema bancário, constitui o motor primeiro. E aí que se situa a base da mundialização de todos os indivíduos e de todos os lugares.

O mundo oferece as possibilidades, e o lugar oferece as ocasiões. Não se trata aqui de um ‘Exército de reserva de lugares’, senão da produção racionada de um espaço, no qual cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico (SANTOS, 1993 apud 2005, p.146-147).

A imbricação entre os conceitos geopolítica e globalização são, portanto, desde os anos 90 principalmente, uma questão fundamental para a compreensão dos sistema-mundo no qual os blocos hegemônicos mundiais disputam os processos de acumulação capitalista entre si.

O ciclo de globalização contemporâneo teria se iniciado na segunda metade do século XX e conduzido à crescente integração das economias e sociedades, principalmente no que tange à produção de mercadoria e serviços, ao mercado financeiro e à difusão de informações (uso de novas tecnologias de informação e processamentos de dados). Articulada ao neoliberalismo, a globalização provoca um modelo hegemônico do capitalismo que envolve novas relações entre centro e periferia, modifica a função do Estado interna e externamente, garantindo assim, a expansão do capital financeiro transnacional.

De acordo com Bauman, já em 1999, a globalização é “uma palavra na moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. (...) Todas as palavras da moda têm o mesmo destino: quanto mais experiência pretendem citar, mais opacas se tornam” (BAUMAN, 1999, p.07).

O autor alerta para o fato de que o uso de conceitos como globalização e universalização, criaram expectativa da produção de uma nova ordem em escala global que suprima o que anteriormente era representado pelo símbolo do Estado. “O significado de ‘Estado’ era precisamente o de um agente que reivindicava

o direito legítimo e se gabava dos recursos suficientes para estabelecer e impor as regras e normas que ditavam o rumo dos negócios num certo território.” (BAUMAN, 1999, p.68). Entretanto, em um mundo globalizado e neoliberal, o papel do Estado tem sido constantemente modificado e adaptado à lógica fluida e desprovida de fronteiras. Há uma redistribuição mundial de soberania, poder e liberdade, alcançada com o desenvolvimento tecnológico e com a transformação da relação com o tempo. Frente à essa composição pode-se perceber a forma como, inerente aos processos de globalização, encontram-se privilégios e carência, riqueza e pobreza, recursos e impotência, liberdade e restrição.

Em 2005, Boaventura de Souza Santos afirmava que é com um consenso neoliberal que são gestadas as principais características da globalização contemporânea. Segundo Santos, “o período actual é já designado por pós-Consenso de Washington. No entanto, foi esse consenso que nos trouxe até aqui e é por isso sua a paternidade das características hoje dominantes da globalização” (SANTOS, 2005, p.27).

Immanuel Wallerstein (2003) já anunciava alguns impasses da globalização em seu texto *Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial*, publicado no livro coordenado por Theotônio dos Santos - *Os impasses da globalização. Hegemonia e contra-hegemônica* -:

Quanto ao aspecto da luta de classes mundial, o enfraquecimento dos movimentos anti-sistêmicos (tanto dos velhos quanto dos novos) permitiu que as forças da ordem mundial lançassem uma contra-ofensiva de alguma considerável magnitude. Esta contra-ofensiva tomou a forma, antes de mais nada, da chegada ao poder dos regimes neoliberais (de fato, furiosamente conservadores) na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos (Tatcher e Reagan); do chamado Consenso de Washington, que enterrou o ideal do desenvolvimentismo e o substituiu pelo ideal da ‘globalização’, do vigoroso crescimento do papel e da atividade do FMI (Fundo Monetário Internacional), do Banco Mundial e da recém-chegada OMC (Organização Mundial do Comércio) - todos eles buscando tolher a capacidade dos Estados das zonas periféricas de interferir no livre fluxo de produtos e sobretudo de capital.

Esta ofensiva mundial tinha três objetivos principais: rebaixar o nível dos salários em todo o mundo; restaurar a exteriorização dos custos de produção, acabando com os sérios impedimentos aos abusos ecológicos; reduzir os níveis tributários mundiais, diminuindo em parte ou

totalmente os suprimentos estatais para o bem-estar. Em primeiro lugar, esta ofensiva parecia espetacularmente bem-sucedida, e o slogan tina (*there is no alternative*) da Sra. Thatcher parecia ter alcançado a vitória. Mas, de fato, quase no final dos anos 1990, esta ofensiva tinha chegado a seus limites políticos.

As desvalorizações monetárias do final dos anos de 1990 na Ásia Oriental e no Sudeste, na Rússia e no Brasil levaram imediatamente ao poder Roh Moo-hyun na Coreia do Sul, Megawati Sukarnoputri na Indonésia, Vladimir Putin na Rússia e Luis Inácio (Lula) da Silva no Brasil. Nenhum destes líderes estava concertado exatamente com as expectativas do Consenso de Washington (WALLERSTEIN, 2003, p.18-19).

Como lembra Amin (2018), em entrevista para o Instituto Tricontinental pouco antes de sua morte, a globalização é muito mais antiga do que costuma-se observar. De acordo com o autor, trata-se de um importante aspecto do capitalismo que o acompanha há anos, tendo em vista que já a colonização era um tipo de globalização. A globalização conhecida como bipolar, instaurada com o fim da Segunda Guerra Mundial, seria caracterizada, por ele, muito mais como uma espécie de *Globalização Negociada*, ou seja, governos e povos da URSS, dos EUA, assim como da Ásia e da África, negociaram uma ordem mundial baseada em uma estrutura multipolar.

Segundo Amin (2018), esta estrutura negociada teve diversos desdobramentos, principalmente para a URSS que, além de se dividir em quinze repúblicas, teve parte delas integradas à União Europeia e compoando a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN). Diferente do que aponta o senso comum das mídias hegemônicas, a derrota do comunismo não significou uma vitória da social democracia, já que o segundo grupo se tornou social liberal, ou seja, se rendeu à ideia de irreversibilidade do capitalismo, aceitando a implantação de democracias de baixa intensidade ofuscando o que se tinha por política de classes. “Isso significa que tanto os antigos conservadores quanto os antigos socialdemocratas estão agora em aliança com o Capital Monopolista Global” (AMIM, 2018).

Seguindo este raciocínio de que a geopolítica contemporânea engloba um processo crescente de globalização desigual, por vezes negociada entre países periféricos emergentes e países centrais hegemônicos, entende-se que o neoliberalismo tem sido o *modus operandi* desenvolvido pelas elites globais dos

países centrais para criar uma racionalidade e um conjunto de estratégias para conduzir os fluxos do capital contemporâneo no ocidente ocupando o Estado e alinhando políticas econômicas e sociais de acordo com seus interesses. As sociais democracias ocidentais, mesmo quando com perfil declarado de esquerda ou progressista, levaram à cabo múltiplos procedimentos neoliberais de reforma do Estado para atender às demandas de acumulação do sistema financeiro mundial até o atual momento, conduzindo o sistema de controle, exploração e acumulação de renda e riqueza pelas elites mundiais ocidentais ao esgotamento, o que induziu a uma resposta neoconservadora por parte de grande parte das elites locais, muitas vezes com apoio popular (vide a votação pelo Brexit na Inglaterra, por Trump nos EUA e por Bolsonaro no Brasil).

Neoliberalismo

TINA ou “There is no alternative”, foi assim que o processo de neoliberalização se consagrou como um *slogan* de Margareth Thatcher, Primeira-Ministra do Reino Unido entre 1979 e 1990. Esse termo significava que não haveria alternativa para os processos sociais, políticos e econômicos no mundo que fosse diferente do conjunto de regras do mercado. Tal lógica, praticamente totalitária, apontava (e aponta) para a ausência de alternativas democráticas, nas quais a sociedade poderia decidir os futuros das políticas em seus países.

Do governo Thatcher surgiram os principais postulados que compuseram a cartilha neoliberal como o desmantelamento das políticas sociais envolvidas numa lógica de bem-estar-social keynesiana, incluindo saúde e educação públicas. Dentro deste pacote neoliberal, também estavam presentes a política de implementação da privatização generalizada, incluindo bancos públicos. Junto de Thatcher, outros políticos adotaram também esta lógica neoliberal para governar, é o caso do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan. Os dois chefes de Estado difundiram as políticas neoliberais assim como as diretrizes econômicas consideradas como “a única alternativa” à crise do capital dos anos 70 que se estendia aos 80 e 90.

O neoliberalismo é, para Lavale e Dardot (2009), uma *nova razão do mundo*, para Harvey (2012), uma *hegemonia discursiva incorporada ao cotidiano*, para Hardt e Negri (2001, 2005, 2009), *um aparelho Imperial de desterritorialização que incorpora o mundo inteiro*. De fato estes autores avançam no debate que lança o neoliberalismo para fora do simples entendimento de que ele seria apenas um

estágio avançado do liberalismo, que recusa a presença do Estado como limite ao capital. O mais interessante talvez seja que, para todos eles, além dos processos de tomada do Estado pelo mercado, da privatização dos bens públicos, de precarização das leis trabalhistas, de políticas econômicas de austeridade, o neoliberalismo é um modo de atuação do Estado-capital na construção de novas subjetividades. Estas subjetividades estariam atravessadas pela noção de empreendedorismo individual e competitividade em diversos níveis da vida, incentivando assim, a competição por uma melhor posição econômica e social, induzindo o mundo inteiro a um comportamento empresarial e corporativo, seja como modelo de gestão governamental, seja como modo de vida cotidiana. Trata-se da produção de uma nova subjetividade, de uma *subjetivação contábil e financeira* que é um modo de subjetivação do capitalismo contemporâneo.

Segundo Harvey (2012), o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe o bem-estar humano como mais bem promovido quando se libera as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livre mercado e livre comércio. Assim, neste contexto, o papel do Estado tem sido o de criar e manter uma estrutura institucional apropriada a essas práticas neoliberais. Para o autor, o neoliberalismo tem se tornado hegemônico nos discursos e passou a afetar modos de viver e pensar:

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita destruição criativa, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração (HARVEY, 2012, p.12-13)

Novos blocos de poder mundial: entre Imperialismo Neoconservador, Império Transnacional, e Eurásia.

Praticamente 10 anos antes de Dardot e Laval publicarem *A nova razão do mundo*, Hardt e Negri (2001) em *Império* já apontavam o sistema neoliberal atuando numa lógica imperial. Para os autores, o Império, diferente do Imperialismo (apoiado no sistema Estado-nação), não estabelece um centro

territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas, pois seria um aparelho de descentralização e desterritorialização global “que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão, já que o Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras” (HARDT; NEGRI, 2001, p.12-15). O Império atua em um registro de produção material e imaterial diferente do capitalismo fordista, no qual a mais-valia que era prioritariamente explorada via força de trabalho nas fábricas, atualmente se dá via capital em expansão dirigindo a exploração para todo o território metropolitano, dentro e, principalmente, fora das fábricas. A exploração capitalista atual passa pela captura dos desejos e, neste sentido, todo um sistema simbólico abduz a subjetividade e torna os indivíduos trabalhadores e consumidores obedientes, dentro de um sistema capitalista tipicamente financeiro.

Hardt e Negri (2001) consideram o Império como “uma nova ordem global, uma nova lógica e estrutura de comando, uma nova forma de supremacia” (HARDT; NEGRI, 2001, p.11), em que, num processo intenso de globalização, os Estados-Nação se veem cada vez com menos poder de regular fluxos de produção e troca. Elucida-se, portanto, as subjetividades que animam esta realidade social, e os processos de biopolítica em que o poder do Império atinge a produção da própria vida social, “na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro” (HARDT; NEGRI, 2001, p.13).

Diferentemente do que ocorre no Império, os Estados-Nação, no Imperialismo, representariam o centro absoluto, ou seja, seriam responsáveis pela administração do território e de suas riquezas. Além de contar com um território bem definido e protegido, estes Estados controlam outros territórios extra fronteiriços onde exploram recursos naturais e humanos, já que sua economia é baseada neste sistema de exploração e acumulação. Entretanto, com o avanço do Império transnacional, os Estados-Nação passaram a ocupar função secundária: sua capacidade administrativa e amplitude foram retraídas, sendo apenas (no caso das nações centrais) agentes do poder imperial, que operam em nome da consolidação dos “consensos” (dentro e fora de seus territórios) estabelecidos por instituições de caráter supranacional” (HARDT; NEGRI, 2001, p.14).

A centralidade do poder pós-moderno é direcionada para os territórios onde o paradigma imperial é estabelecido em sua forma íntegra. Grupos de poder vinculados às nações hegemônicas no mundo ocidental, europeias e norte

americanas, reunidas em organizações como a ONU e a OTAN, concentram a maioria das chamadas “cidades globais”, que funcionam como centro de controle de toda economia imperial e também, como polo da produção biopolítica mundial, ou seja, atuam também produzindo subjetividade em escala global. Isso porque, de acordo com Hardt e Negri (2001), os fluxos comerciais, populacionais e informacionais no Império, que compõe a rede do capital internacional, enfraqueceram as fronteiras dos Estados-Nação, de forma que a base da economia do Império acontece devido à atuação de grandes grupos do capital transnacional nos mercados das nações globalizadas. Esses grupos operam favorecidos pela diminuição do controle dos Estados-Nação sobre seus mercados e, muitas vezes, em parceria com os próprios Estados-Nação, implementando novas regulamentações que propiciem contratos e empreendimentos que reforcem resoluções geopolíticas vantajosas para os grupos econômicos e de poder das elites globais.

A partir da leitura da obra de Hardt e Negri, Pelbart (2003) afirma que o Império, ao contrário do imperialismo, não obedece a fronteiras. Ele engloba o espaço, domina o tempo ao se apresentar como eterno e definitivo e, principalmente, penetra na subjetividade, na inteligência, produzindo desejos. Se os Estados-Nação visavam o domínio sobre um território e a reprodução de riquezas, essa nova ordem globalizada é universal e visa a produção e a reprodução da própria vida em si. Se antes o poder soberano era mantido sobre uma sociedade disciplinar, o novo sistema exerce o biopoder sobre uma sociedade de controle⁶.

Entretanto, para além da análise de Hardt e Negri - feita em um momento de forte pulsão do neoliberalismo e consolidação de um paradigma pós-guerra fria - observam-se atualmente alguns atravessamentos. Considerando principalmente o contexto provocado pela crise financeira mundial de 2008, hoje é possível observar uma configuração geopolítica diversificada. Da mesma forma que a crise de acumulação do final da década de 1990 provocou algumas anomalias geopolíticas em relação ao ideal de globalização neoliberal, após quase uma década de reestruturação, a crise de 2008 retoma uma reconfiguração radical do ambiente geopolítico com o crescimento do poder militar russo e

6 Segundo Pelbart (2003), o biopoder está ligado à mudança fundamental na relação entre poder e vida. Na concepção de Foucault, o biopoder se interessa pela vida, pela produção, reprodução, pelo controle e ordenamento de forças. A ele competem duas estratégias principais: a *disciplina* (que adentra o corpo e dociliza o indivíduo para otimizar suas forças) e a *biopolítica* (que entende o homem como espécie e tenta gerir sua vida coletivamente).

da economia chinesa em escala global. Esta análise permite compreender como, a partir de um certo esgotamento do sistema de acumulação flexível, alguns países de industrialização tardia assumem protagonismo geopolítico por meio de uma atuação política-econômica-militar vinculada a valores e padrões remetentes a um Estado-nação fortalecido, ainda que adaptado ao ambiente financeiro e às práticas políticas neoliberais. Além disso, essa crise acentua também um processo de fortalecimento de grupos conservadores, nos países centrais do capitalismo - até então, ocupados por uma lógica imperial, interessados na retomada de uma atuação imperialista, como forma de resposta à crise econômica e social perpetrada em suas sociedades.

Nesse sentido, aponta-se a reemergência de uma prática imperialista por parte dos Estados-Nação situados no centro de um capitalismo imperial. Além disso, destaca-se também a articulação de um terceiro bloco de poder pouco debatido em análises políticas no Brasil, abordado por alguns jornalistas e pensadores contemporâneos, dos quais pode-se citar Pepe Escobar (2016) e Andrew Korybko (2018): a Eurásia. Híbridando uma tradição político-militar histórica e remanescente de períodos de imperialismo a um crescimento econômico fervoroso, impulsionado pela transferência do centro de produção material para o oriente, ambos os autores apontam a emergência de um novo grupo protagonista na geopolítica mundial a partir do fortalecimento do Estado como é o caso do bloco que une China e Rússia, com evidentes articulações políticas, militares e econômicas feitas em torno do continente eurasiático. O exemplo da formação de uma “Nova Rota da Seda” por meio do projeto “*One Belt One Road*”, envolvendo também o Irã, a Síria e a Turquia, podem configurar um eixo geopolítico em atuais condições de disputar com os outros dois grandes blocos ocidentais: tanto o Império Transnacional Progressista quanto com o Imperialismo Nacionalista Neoconservador aos moldes trumpista. Neste sentido, como parte do desafio de análise geopolítica em desenvolvimento, iniciamos um esboço experimental de um quadro comparativo sobre as principais características destes três grupos supracitados (FIGURA 01) a fim de facilitar a compreensão destas relações geopolíticas que compõem as reconfiguradas redes de poder globais, atentando para suas semelhanças e divergências. Faz-se necessário entender que há, geopoliticamente, atritos e aproximações entre tais conjuntos em situações, relações e interesses distintos, de modo que o Golpe agenciado sobre o Brasil está diretamente ligado à disputa travada por esses grupos.

Blocos de poder em disputa global	OCIDENTE		ORIENTE
	Imperialismo Nacionalista Neoconservador	Império Transnacional Progressista	Eurásia
Características	<p>Neoconservadorismo</p> <p>Resistência ao capitalismo</p> <p>do Império Global Transnacional</p> <p>Aposta no Estado-nação forte e no nacionalismo</p> <p>Anti-globalização</p>	<p>Neoliberalismo Progressista</p> <p>Envolvendo Redes transnacionais. Esta rede é configurada por:</p> <p>famílias - Rockefellers, etc.; reinados, ex: Príncipe da Holanda; grupos capitalistas como petroleiras, ex: Exxon, BP, Shell, etc.; bancos: Banco da Inglaterra, FED, Banco Mundial, JP Morgan;</p> <p>mídias: Times, New York Times, The Economist, CNN, etc.;</p> <p>empresas de tecnologia " Vale do Silício" (Nasdaq em geral); Universidades (Harvard, MIT, Oxford, etc); circuitos culturais, museus, etc.</p> <p>Aposta na multipolaridade e na integração mundial em rede com enfraquecimento do Estado-nação; globalização perversa</p>	<p>Outra lógica política/ outras Redes</p> <p>Bloco envolvendo países da Europa e da Ásia</p> <p>Nacionalismo</p> <p>Eurasianismo</p> <p>Capitalismo neoliberal e/ou capitalismo de Estado, com foco no fortalecimento do Estado-nação e na formação de um bloco oriental para disputar com redes e países do ocidente</p>
Exemplos de políticos, países e redes	<p>Trump/ EUA</p> <p>Le Penn/ França</p> <p>Orban/ Hungria</p> <p>Salvini/ Itália</p> <p>Bolsonaro no Brasil (com a diferença que é um falso nacionalismo pró EUA comandado pelo grupo neoconservador aliado a Trump)</p> <p>The Movement (Rede coordenada por Steve Bannon com sede em Bruxelas)</p>	<p>União Européia com alguns grupos americanos</p> <p>Bush, Clintons, Obamas/ Estados Unidos</p> <p>Trudeau/ Canadá</p> <p>Macron/ França</p> <p>Famílias Reais: inglesa, holandesa, espanhola, etc.</p> <p>Otacentristas/ Atlanticistas (ex: OTAN, Clube de Bilderberg, Clube de Roma, Comissão Trilateral)</p>	<p>Putin/ Rússia</p> <p>Xi/ China</p> <p>Erdogan/ Turquia</p> <p>Irã</p> <p>UEE (União Econômica Eurasiática)</p> <p>BRICS</p> <p>APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacíficos)</p>

Figura 01: Quadro que configura a hipótese de diferenciação dos três principais blocos de poder mundiais na atualidade: Imperialismo Nacionalista Neoconservador (no ocidente), Império Transnacional Progressista (no ocidente) e Eurásia (parte da Europa e Ásia).

Fonte: Pesquisa Geopolítica e Territórios/Grupo Indisciplinar UFMG.

A partir desta análise, é possível indicar uma participação do Brasil neste ciclo que experimentou a contra-hegemonia na geopolítica mundial atuando junto ao Mercosul e à formação dos BRICS. Tendo tido um expressivo desenvolvimento no período dos governos petistas (entre 2003-2016), o Brasil fez parte de diversas movimentações internacionais chaves nesse momento de reconfiguração de forças mundiais. Entretanto, como resposta ou consequência à disputa supracitada, observa-se hoje a retração de boa parte daquilo que se estabeleceu como uma condição para o desenvolvimento nacional nesse período pós Golpe. Tendo uma maior vulnerabilidade geopolítica e uma tradição de subordinação internacional, o Brasil foi alvo de um movimento internacional perverso que hoje nos coloca em situação indefinida frente ao ambiente geopolítico global. Com o fim de uma política de desenvolvimento e defesa da soberania, instaura-se agora, desde o governo golpista de Temer, um estado de anomia, em que os recursos, os mercados, os territórios, e demais ativos brasileiros são postos, com mais evidência, em disputa por estes três grandes grupos preponderantes mundialmente.

Neste sentido, observa-se que existe uma conexão entre as lógicas geopolíticas, territoriais e de poder que envolvem processos estratégicos e hegemônicos de globalização por meio da ocupação do Estado pela lógica empresarial via neoliberalismo, assim como constituições de redes de poder globais que podem ser denominadas como Império, com intenção clara de desestabilização dos Estados-Nacionais ou de qualquer lógica que envolva a soberania nacional. A produção de subjetividade em escala global, promovida, principalmente, pelos novos meios técnico-científicos informacionais, acelera enormemente a globalização, gerando intensos processos de subjetivação via arte, cultura, mídias variadas como redes sociais (Facebook, Whatsapp, Twitter, etc) aproveitando-se do enfraquecimento gradual das fronteiras fixas e do poder do Estado, assim como da potência da fluidez das informações em escala global.

1. O Golpe é internacional e tem como principal característica a Desnacionalização

A seguir o artigo apresenta as 4 hipóteses selecionadas para aprofundamento, parte do conjunto de 13 hipóteses elencadas na introdução do trabalho.

HIPÓTESE 01: O Golpe é para interromper a disputa do Brasil pela hegemonia na geopolítica mundial

Aqui a gente tem de perguntar: por que é que foi dado o Golpe? O Golpe foi dado, por vários motivos, (...) mas a grande questão é que tinha de enquadrar o Brasil econômica, social e geopoliticamente. O Brasil era a sétima economia, às vezes a gente chegava a sexta, variava, mas nós éramos isso. Esse país que era a sexta ou a sétima economia nadava contra a corrente (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:19-1:20).

Elemento recorrente nos pronunciamentos da presidenta Dilma, a colocação do Brasil no cenário internacional durante os governos petistas é matéria de destaque para qualquer análise geopolítica da contemporaneidade, sobretudo quando se trata do Golpe. O protagonismo assumido pelo Brasil em escala global ao longo da última década e o icônico momento em que Barack Obama declarou publicamente que o presidente Lula era “o cara” tem uma razão geopolítica de ser.

A política externa “altiva e ativa”, como classificou o ex-Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim, colocou o Brasil em uma posição de grande articulador internacional, assumindo papel decisivo em diversos acordos. Partindo dos princípios e objetivos de um mundo menos assimétrico e mais multipolar, de uma lógica de desenvolvimento das economias periféricas e do fortalecimento das relações Sul-Sul, a diplomacia brasileira se colocou com altivez e independência nos fóruns internacionais, conquistando espaços tais como o Grupo dos 20 (G20)⁷ com representação dos chefes de Estado, cuja articulação contou com marcante presença brasileira; a formação de blocos como os BRICS⁸; a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC); e a União de Nações Sul-americanas (UNASUL), além de decisivas participações em fóruns econômicos, climáticos, sociais, etc. Esse novo posicionamento do país tem uma grave importância geopolítica: a medida que confere ao Brasil autonomia comercial e política perante o mundo, amplia as condições para seu desenvolvimento. Nesse sentido, serão abordados adiante alguns acordos e formulações decorrentes.

7 Grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo e a União Europeia.

8 BRICS é o acrônimo para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Juntos, estes países formam um grupo de cooperação política e econômica.

América Latina: CELAC, UNASUL e Mercosul

A importância da América Latina afinal é o nosso espaço geopolítico, econômico, social (...). E isso significou - não só o Mercosul porque o Mercosul já existia. Mas significou a Unasul e a CELAC. A Unasul e a CELAC tinham um problema sério, por que significavam os latino americanos entre si, e não a OEA (...) a OEA congrega, além de nós, os Canadenses e os EUA. A CELAC não, a CELAC é América do Sul, América Central e o Caribe e o México. E tinha um objetivo, construir uma política Latinoamericana, construir um processo em que nós pensássemos a América Latina, não só como espaço de cooperação econômico (...), mas como espaço de uma política econômica de desenvolvimento comum. Não gostaram muito disso não. (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:27-1:29).

Como mencionado, as relações Sul-Sul foram um eixo orientador para a política externa brasileira no período de governo federal petista. Nesse sentido, a América Latina - como nosso “espaço geopolítico” - tem um papel fundamental, considerando-se o Mercosul, fortalecido neste processo, e a criação da UNASUL e da CELAC. Os dois últimos são locais de cooperação política, sendo a UNASUL composta por países da América do Sul, enquanto a CELAC conta também com a presença dos países caribenhos e da América Central. Tendo atuado como principal articuladora desses dois blocos, a diplomacia brasileira inicia um projeto de posicionamento unitário dos países latino-americanos no cenário político internacional, em oposição a uma lógica de “arquipélago”⁹, em que cada país dialoga com o restante do mundo individualmente. Esse processo ocorre paralelamente ao fortalecimento do Mercosul, bloco econômico que visa fomentar as relações comerciais no continente, em oposição a acordos como a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), elaborada a partir de uma tradição econômica de dependência das nações latino-americanas em relação aos EUA.

A partir desse processo, o Brasil passa a fortalecer sua posição como grande exportador de produtos manufaturados e serviços para o continente, fomentando a indústria nacional e a geração de renda. A participação brasileira nas exportações de manufaturados para o mundo cresceu de 0,64%, em 2003, para 1,32%, em

9 Mais informações. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-americanas>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

2014, enquanto as importações de produtos industrializados caíram de 0,68% para 0,59%, no mesmo período (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.69). A colocação do Brasil como nação progressivamente industrializada, assim como a formação de solidez e independência econômica (a partir de processos como a acumulação de reservas cambiais) nos conferiram um novo posicionamento perante o mundo e uma condição inédita de desenvolvimento que, no período foi representada por uma taxa de crescimento superior a média do comércio internacional (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.67).

BRICS

Além disso, vocês vão lembrar dos BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (...), os BRICS foram muito importantes, por quê? Porque os BRICS eram o reconhecimento de que havia uma nova correlação de forças no mundo, e que não era possível o G7, o G7 que incluía só os países desenvolvidos, e que os BRICS faria uma política para os países populosos, de todos os 5 continentes (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:29-1:31).

Neste mesmo contexto, outro acontecimento central no desenvolvimento da política externa brasileira, e crucial para o entendimento da conjuntura geopolítica do Golpe, é a constituição dos BRICS. A formação do bloco ocorre em meados de 2006 a partir de reuniões informais entre os chanceleres dos quatro países (inicialmente, apenas Brasil, Rússia, China e Índia participaram das negociações) e, pouco a pouco, encaminha-se para sua consolidação. A realização de encontros oficiais - cuja coordenação fora de responsabilidade do Brasil a partir de 2007 - formaliza o que era apenas um agrupamento do mercado financeiro para designar economias emergentes como um bloco multilateral de cooperação política e econômica entre cinco dos países mais populosos e economicamente proeminentes no mundo¹⁰. O bloco surge então com os objetivos de se estabelecer uma coordenação política internacional (posicionamento no âmbito do multilateralismo), cooperação econômico-financeira e cooperação multissetorial entre os países, no sentido de se constituir diálogos, políticas e mecanismos voltados

10 Informações disponíveis na página web do Itamaraty dedicada aos BRICS. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/>> . Acesso em: 11/12/2018.

para o desenvolvimento e um novo posicionamento dos países emergentes frente ao cenário geopolítico e econômico global. Com a adesão da África do Sul (como S) aos BRICS, o bloco passa a corresponder a 40% da população mundial e cerca de 25% da superfície do planeta, além de representar a junção de cinco grandes economias que, no momento, obtinham ritmos de crescimento expressivos, sobretudo, apostando no fortalecimento de suas cadeias produtivas e no fomento ao consumo de suas grandes populações, tudo isso operado a partir de mecanismos de distribuição de renda e a consolidação de uma grande classe média com padrões de vida progressivamente melhores (MANACE, 2018).

Em pouco tempo, a partir da realização de encontros anuais de delegações dos cinco países a fim de empreender negociações e debater temas comuns, os BRICS conquistaram grande relevância geopolítica. Destaca-se a participação incisiva do grupo em órgãos como o G20 e a Assembleia Geral das Nações Unidas em defesa de um mundo multipolar, dentre outras questões como a reforma das Nações Unidas e do Fundo Monetário Internacional. Entretanto, os principais resultados do agrupamento dizem respeito à cooperação econômico-financeira, representada por dois grandes instrumentos instituídos na IV cúpula do BRICS, realizada em Fortaleza no ano de 2014. Na ocasião, foram criados o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) - também conhecido como “Banco dos BRICS” - e o Acordo Contingente de Reservas (ACR). O NBD, primeiro banco multilateral criado desde a Conferência de Bretton Woods, tendo funcionamento similar ao Banco Mundial¹¹, é voltado para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países emergentes, e contou com um capital subscrito inicial de US\$ 50 bilhões. Enquanto isso, o ACR consiste de um acordo em que os cinco países comprometem-se a disponibilizar reservas cambiais para apoio mútuo em situações de flutuação nos balanços de pagamentos, ou seja, representa uma “blindagem” frente às crises da economia mundial, contando com um aporte inicial de US\$ 100 bilhões.

Dessa forma, estes dois grandes acordos econômico-financeiros entre os países BRICS, subscritos a uma postura soberana assumida por eles frente a economia mundial, têm o papel de desenhar progressivamente um novo cenário baseado na condição para o desenvolvimento a partir das sólidas e crescentes

11 Informações disponíveis na página web do Itamaraty. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/novo-banco-de-desenvolvimento>> . Acesso em: 11/12/2018.

economias de países periféricos, colocado em oposição à lógica perpetrada pela crise econômica mundial de 2008 que vigorava dentre os países desenvolvidos ocidentais. Nesse sentido, algumas iniciativas incipientes merecem destaque, como as sucessivas tentativas destes países (principalmente Rússia e China) de realizar transações comerciais internacionais em moedas alternativas ao Dólar, apostando no chamado sistema “Petro-Yuan”¹², e também, no que se refere a tecnologia, como o “BRICS Cable”. O BRICS Cable é um projeto em construção, anunciado em 2012, que consiste na ligação entre os cinco países por cabos de fibra ótica, com o intuito de viabilizar a comunicação e circulação de dados entre as nações sem a necessidade de se utilizar cabeamento norte americano¹³.

Assim, a medida que fortalece-se um projeto contra-hegemônico na geopolítica mundial, crescem também as tentativas de freá-lo. Frente a um galopante aumento da cooperação Sino-Russa em termos econômicos, políticos e militares, observam-se também as insistentes tentativas de interromper esse processo a partir de disputas comerciais, manobras políticas ou mesmo a iminência de conflitos armados em áreas de interesses divergentes. Percebe-se um notável protagonismo imperialista nacionalista e nativista dos EUA de Trump nesse processo, que atualmente recebe grande destaque midiático por conta de sua declarada guerra comercial à China, mas também há de se destacar o papel das grandes empresas representantes do capital transnacional Imperial, principalmente contando com países membros da União Europeia, que em diversas ocasiões figuram represálias políticas e econômicas à ameaçadora influência russa sobre seus mercados e territórios.

Nesse contexto, entendendo os BRICS como um espaço de instrumentalização dessa cooperação em que fortalecem-se também nações menos poderosas na geopolítica mundial, porém com grande potencial de crescimento - sobretudo Brasil e Índia - operam-se insistentes ataques ao bloco. Para o jornalista e analista geopolítico brasileiro - que vive entre Paris e Moscou - Pepe Escobar, os BRICS se tornam uma “sigla amaldiçoada no eixo Casa Branca-Wall

12 O Petro-Yuan é um sistema de moeda para negociações de petróleo que utiliza a moeda chinesa como base, em detrimento do dólar. Mais informações: <https://www.brasil247.com/pt/247/mundo/349458/China-lan%C3%A7a-petro-yuan-e-amea%C3%A7a-hegemonia-do-d%C3%B3lar.htm>

13 Mais informações: <https://thediplomat.com/2015/04/a-fiber-optic-silk-road/>

Street” por razões tais como a tentativa de “realizar comércio e negócios em suas próprias moedas, evitando o dólar norte-americano; a criação do banco de desenvolvimento dos BRICS; a declarada intenção de aumentar a integração na Eurásia” (ESCOBAR, 2016), dentre outras mencionadas anteriormente. Nesse sentido, para Escobar, além das fortes investidas operadas diretamente nas fronteiras de Rússia e China e a pressão comercial sobre esses dois atores, para os membro mais frágeis dos BRICS, aplicam-se estratégias mais sutis de desestabilização política e econômica, o que leva o autor a acreditar que o Brasil é alvo de uma “Guerra Híbrida”.

O conceito de Guerra Híbrida aparece, além da análise de Escobar, em diversos textos que tratam dos novos “manuais” de condutas militares utilizados no século XXI - sobretudo sob influência de inteligência norte-americana - que figuraram boa parte das revoluções/trocas de regime recentes no mundo, operadas, muitas vezes, a partir de manifestações da sociedade civil. Utiliza-se aqui a conceituação feita pelo analista político russo Andrew Korybko, em seu livro “Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes”, traduzido em 2018 pela editora expressão Popular (KORYBKO, 2018). Para o autor, a Guerra Híbrida é o modelo que conjuga uma “Revolução Colorida” e uma “Guerra Não-Convencional”. A chamada Revolução Colorida é entendida como a emergência de grandes manifestações de uma sociedade civil insuflada e convocada via internet, que protesta por pautas genéricas como “democracia, liberdade e combate à corrupção”. Por Guerra Não Convencional, define-se a interferência direta de forças políticas sobre uma estrutura de poder de um Estado, de maneira amplamente assimétrica. No livro - publicado pela primeira vez em 2015 - o autor destaca a aplicação desta técnica em conflitos como o da Síria e o da Ucrânia, relacionando-a à inteligência militar norte-americana em aplicação direta em territórios em disputa e/ou fronteiriços em relação à Rússia.

Escobar explora o conceito de Guerra Híbrida para explicar a instabilidade política e econômica provocada no Brasil. Para o autor, a técnica fora utilizada para se realizar um Golpe “soft”, sem a necessidade de violência ou fomento às células de terrorismo urbano, como na Ucrânia. Assim, o que se buscava era “intensificação da propaganda; e a preparação psicológica da população para a rebelião” (ESCOBAR, 2016), estratégias desenvolvidas em diversas frentes. Por um lado, a criação de um estado de incerteza e insegurança institucional, através de denúncias de corrupção de uma suposta “célula

criminosa” dentro da Petrobrás que, como se fez saber após as denúncias de Edward Snowden¹⁴, estava sob espionagem da NSA (Agência de Segurança Nacional dos EUA). Por outro lado, o fomento a grupos da sociedade civil (na lógica das revoluções coloridas), pelo financiamento de movimentos, pela articulação midiática e parlamentar, para criar dentre uma “classe média não engajada” um descontentamento crescente com seus governantes. Assim, é a partir destes instrumentos que Escobar descreve a criação de uma “infra-estrutura social para a mudança de regime” (ESCOBAR, 2016).

HIPÓTESE 06: O Golpe é financeiro

(...) uma coisa é como era na época do Fernando Henrique, outra quando o Lula assumiu: a nossa dívida era denominada em Dólar, portanto nós não tínhamos controle dela. O que nós fizemos desde o dia em que o Lula assumiu até o dia em que eu saí? Nós transformamos a nossa dívida em Real. Dívida em Real quem controla? Nós! (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:18-1:19).

Mas tinha uma coisa que incomodava muito. O Brasil tinha três bancos públicos grandes. Um (...) dos maiores, bancos comerciais - empatava com os privados grandes - que era o Banco do Brasil. Até por que durante a crise de 2008, o Banco do Brasil avançou muito, por que os bancos são anticrise, então o banco do Brasil tinha avançado. O maior banco imobiliário, a Caixa. E um banco de investimento, que eles tão corroendo e tirano do funding dele que era (...) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, era um pouco maior que o Banco Mundial. Três Bancos (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:24).

Outra questão explorada nessa análise (e que se relaciona muito com a hipótese anterior), é a dimensão financeira do Golpe. Dois elementos aparecem com protagonismo nas colocações da presidenta Dilma nesse sentido: a dívida pública e os bancos públicos.

14 A denúncia de espionagem fora feita por Edward Snowden através do portal Wikileaks, em meados de 2013. Além disso, o portal denunciou também (em 2009) o chamado “Projeto PONTES”, que consistiu em um programa de treinamento de juizes brasileiros e latino americanos, realizado no Rio de Janeiro por parte da CIA, para a capacitação no combate a “Crimes financeiros e terrorismo”. Mais informações:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130908_eua_snowden_petrobras_dilma_mm>. <https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1282_a.html>.

Implicando-se diretamente com a questão geopolítica, a dívida pública fora um elemento de importância central nos governos Lula e Dilma. Como mencionado, a partir de 2003, os governos petistas adotaram medidas econômicas no sentido de zerar a dívida externa, que em 2002 representava 32,7% do PIB, além de ser denominada em Dólar (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.68). Com isso, o Brasil se desvencilha da subordinação às exigências do FMI (do qual se tornou credor), e converte toda a sua dívida em Real, conferindo maior controle e soberania frente ao ambiente financeiro internacional.

O segundo elemento que está diretamente relacionado com o desenvolvimento obtido no período, diz respeito ao papel dos bancos públicos. Muito do que se passou no Brasil nas últimas décadas no que se refere a uma melhora das condições de vida da população, a modernização da infra-estrutura nacional e a ampliação do acesso a diversos serviços e bens de consumo deve-se a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (CEF). De um lado, o BNDES teve um papel fundamental como banco de investimento produtivo, aquecendo a indústria nacional, fomentando o desenvolvimento da infra-estrutura e gerando renda e empregos. No período, os desembolsos do banco saltaram de R\$ 35,2 bilhões, em 2003, para R\$ 190 bilhões, em 2014 (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.78), tendo uma participação decisiva na viabilização de programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o Minha Casa Minha Vida, e acumulando um volume de financiamentos superior ao Banco Mundial. Essa atuação do banco fora fundamental para uma rápida recuperação do país frente a crise mundial de 2008, incentivando o setor produtivo nacional e a movimentação do mercado interno de maneira anticíclica.

Em outra frente, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal desempenharam um papel decisivo, sobretudo com relação ao crédito disponível. Como bancos de varejo, Caixa e Banco do Brasil atuaram na disponibilização ampla de crédito consignado para a população, na ampliação e popularização dos serviços bancários, na redução das taxas de juros e *spreads* bancários em momentos decisivos para a economia do país, sem falar no financiamento direto e disponibilização de crédito em programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida e o Pronaf. No período, o crédito total na economia foi de 25% do PIB, em 2002, para 54,5%, em 2015 (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.78).

Essa atuação dos bancos públicos como garantidores da seguridade social, do desenvolvimento e da ampliação do acesso a diversos bens e serviços se tornou uma verdadeira afronta às práticas tradicionais de mercado. A redução das taxas de juros, por exemplo, foi vista com maus olhos pelo setor financeiro que perderia rentabilidade em seus investimentos. Hoje, portanto, após o Golpe de 2016, encaminha-se um desmonte e perda de protagonismo dos bancos públicos, evidenciados pela redução nos volumes de investimento, e mesmo pelos ataques políticos constantes a essas instituições, com investigações e denúncias de corrupção e ameaças de privatização no novo governo¹⁵.

HIPÓTESE 13: O Golpe é para estrangeirizar/privatizar nossos recursos naturais, nossas empresas estatais e também estrangeirizar as privadas.

(...) o quê que pode fazer a cadeia de petróleo e gás? Gerar emprego de ultra qualidade. Extrair petróleo (...) a cinco mil metros da lâmina d'água, com alta temperatura, alta pressão significa alta tecnologia, significa produto de alta tecnologia, e tudo era pra ser feito aqui, era possível ser feito aqui. Então essa é a segunda etapa do Golpe. (...) Além de acabar e vender partes do pré-sal, etc etc, como agora hoje estavam discutindo a cessão onerosa. São quase 350 bilhões de dólares, é quase isso (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:51-1:57).

Além disso, a venda dos blocos do pré-sal! Venda da Embraer! A Embraer concorre em jato médio com a Boeing, em vez da gente fortalecer a Embraer a gente entrega pra Boeing!! Isso é o maior crime cometido (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:50).

Passados, então, dois anos do Impeachment, alguns efeitos do Golpe ficam evidentes. Tanto naquilo que se refere a um desmonte das bases de desenvolvimento nacional, mencionadas nas hipóteses anteriores, quanto a uma investida direta em direção a expropriação do patrimônio nacional. Assim, o interesse estrangeiro passa a se manifestar diretamente em vários aspectos. O primeiro deles diz respeito àquilo que representa talvez o maior ativo de interesse geopolítico: o petróleo.

15 Lembrando que a construção das 13 hipóteses sobre o golpe parte da fala da presidenta Dilma na aula inaugural do curso que, como método de escrita adotado, dispara comentários e cria as hipóteses, sabe-se que muitos pontos sobre o golpe financeiro não estão abordados neste texto.

Durante os governos do PT, a descoberta de reservas de petróleo na camada do pré-sal aconteceu como grande marco para a exploração de recursos naturais no país. A partir disso, desenvolveu-se um sistema de exploração, baseado no protagonismo da Petrobras, no qual seria utilizada a dimensão estratégica deste recurso para promover o desenvolvimento de diversos setores produtivos, além de financiar a melhoria de serviços públicos como saúde e educação. Destaca-se a elaboração do regime de partilha, com a exigência de uma participação mínima de 30% da estatal brasileira em todos os consórcios de exploração do pré-sal, as exigências de conteúdo local para os fornecimentos e serviços relacionados à cadeia de petróleo e gás, e a aprovação, no governo Dilma, da lei que determina a destinação de 100% dos royalties do pré-sal para os orçamentos da educação e da saúde.

Desde de 2016, várias iniciativas foram tomadas na gestão da Petrobras e da exploração de petróleo como um todo no país (sobretudo do pré-sal) no sentido de se limitar a predominância estatal e flexibilizar os parâmetros em busca de maior “variedade e competição”. No governo Temer, grande destaque foi dado à alteração na política de preços realizada pela gestão de Pedro Parente na Petrobras que, dentre outros fatores, motivou a greve dos caminhoneiros em 2018. Além disso, boa parte daquilo que compôs a base do sistema de exploração instituído nos governos Lula e Dilma foi alvo de muitos debates e alterações substanciais. Destacam-se o fim da exigência de conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, as discussões em torno do fim da exigência de 30% de participação da Petrobras nos consórcios, os debates pela alteração do modelo de partilha, a realização de inúmeros leilões de partilha e concessão, com participação diminuta da empresa brasileira, além da intenção clara e manifesta de membros do governo eleito pela privatização da Petrobras.

Nesse sentido, os leilões de partilha do pré-sal (em que são escolhidos os consórcios para exploração de determinada área) representam muito bem a evolução da participação estrangeira como parte resultante do Golpe de 2016. Desde o início da exploração do pré-sal, várias empresas estrangeiras compuseram os consórcios vencedores, tendo sempre participação expressiva da Petrobras. Até 2016, era possível verificar empresas chinesas, americanas, europeias, sempre acompanhadas da estatal brasileira na composição dos consórcios. Entretanto, com a mudança de regime, o que se verifica é a progressiva perda de relevância da Petrobras nesses leilões e um crescimento da participação estrangeira, sobretudo de empresas norte-americanas e europeias.

Petróleo

Leilão do pré-sal: vitória das estrangeiras e derrota da Petrobras

por Eduardo Costa Pinto* — publicado 28/09/2018 18h00, última modificação 28/09/2018 17h07

O apetite das empresas internacionais mostra que era desnecessário o incentivo tributário aprovado por Temer

Tweet

 Compartilhar

Consórcios liderados por Exxon e Shell levam maiores áreas de leilão do pré-sal

Governo arrecada R\$ 6,8 bilhões por quatro áreas vendidas

Figura 02: Manchetes de Carta Capital e Folha de São Paulo sobre os últimos leilões do pré-sal.

Fonte: Carta Capital (2018). Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/leilao-do-pre-sal-vitoria-das-estrangeiras-e-derrota-da-petrobras>>. Acesso em: 16/11/2018. Folha de São Paulo (2018). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/consorcios-liderados-por-exxon-e-shell-levam-maiores-areas-de-leilao-do-pre-sal.shtml>>. Acesso em: 16/11/2018.

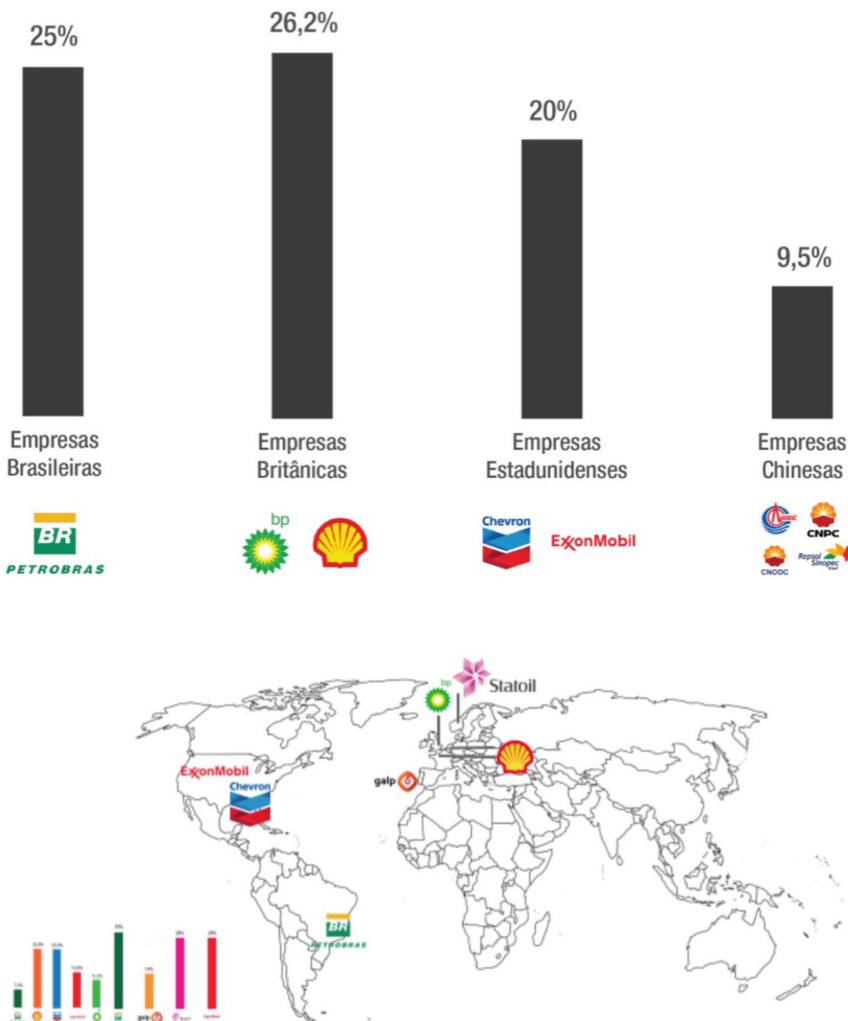


Figura - 03: Gráfico e mapa elaborado pelos autores contendo porcentagem adquirida das reservas leiloadas nas últimas 5 rodadas do pré-sal
 Fonte: ANP/Carta Capital. Mais Informações:
<https://www.cartacapital.com.br/economia/leilao-do-pre-sal-vitoria-das-estrangeiras-e-derrota-da-petrobras>

Além do petróleo e da Petrobras, é importante também mencionar as diversas declarações de membros do novo governo (Temer e atualmente Bolsonaro) que apontam uma intenção em privatizar uma série de empresas estatais, dentre elas a Eletrobrás. A empresa pode ser considerada estratégica, uma vez que atua no controle de um recurso fundamental para o desenvolvimento - a energia - e que, associa-se também a gestão das águas, por fazer parte do controle das barragens de usinas hidroelétricas.

Outro ponto de destaque nas declarações da presidenta Dilma é a situação da Embraer. A empresa - privada desde a década de 1990, é hoje a terceira maior de seu setor (atrás apenas de Airbus e Boeing) e uma das maiores exportadoras e mais importantes empresas brasileiras. A União conta, desde sua privatização, com a chamada *Golden Share*, ou ação de classe especial (assim como em relação à mineradora Vale), que consiste em uma participação acionária que condiciona ao governo brasileiro o poder de influir em decisões estratégicas da empresa. Tal condição é de suma importância, uma vez que a Embraer é responsável, não só por uma produção de altíssima tecnologia, com grande inserção nos mercados internacionais, capacidade de geração de empregos para mão de obra qualificada e desenvolvimento de tecnologia de ponta, mas também, por boa parte do desenvolvimento da tecnologia de defesa nacional. A Embraer é responsável, por exemplo, pela produção do cargueiro militar KC-390, recém desenvolvido, e apontado como potencial competidor do Hercules, da estadunidense Lockheed Martin, que hoje domina o mercado. As Forças Armadas Brasileiras já encomendaram 28 unidades do cargueiro brasileiro. Além disso, a Embraer participa, junto à empresa sueca Saab, da produção dos caças Gripen, que compõem a frota da aeronáutica brasileira, e também de projetos fundamentais para a soberania militar e territorial, como o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam)¹⁶.

Contudo, após uma série de negociações iniciadas em dezembro de 2017, a Embraer anunciou no dia 17 de dezembro de 2018 a aprovação de um *joint venture* para a área de aviação comercial com a norte-americana Boeing¹⁷. O acordo determina que a empresa americana terá 80% da participação na *joint venture*, frente a 20% da Embraer, passíveis de negociações futuras para compra por parte da primeira. O acordo depende ainda da aprovação do governo federal que, por deter uma *golden share*, pode vetar a decisão. Entretanto, tanto Temer, quanto o recém eleito Bolsonaro, se mostraram favoráveis às negociações. Com isso, a Boeing passa ter controle sobre o setor de aviação comercial da Embraer, que corresponde à maior parte dos lucros e exportações da empresa atualmente. Além disso, apesar de o acordo não

16 Mais informações: <<https://br.sputniknews.com/defesa/2018122612988147-defesa-embraer-boeing-venda-cargueiro-kc-390-estados-unidos-Lockheed-Martin/>>

17 Mais informações: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/dossie-adeus-a-embraer/?fbclid=IwAR04U7cBBaDqmxqTfDR_CtREhtEC7LPieDyVdp_uXb38la1FYB6bPfyxl-U>

incluir o setor da empresa destinado à defesa, firmou-se também uma segunda *joint venture* para a participação da Boeing nas vendas do KC-390. Apesar de permanecer independente, a divisão de defesa da Embraer sofre com o acordo por perder potencial de inovação e pesquisa estando agora desvincilhada da divisão comercial, que abarca os maiores montantes da empresa.

Além da Embraer, devem-se destacar outras empresas privadas nacionais de caráter estratégico que sofreram com o Golpe de 2016. Muitas empresas brasileiras, sobretudo no ramo da construção civil, tiveram um expressivo crescimento nacional e internacional nos governos petistas. Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, e mesmo o frigorífico JBS, tornaram-se grandes empresas com competitividade mundial. Muitas vezes com apoio do BNDES, essas empresas empreenderam no exterior, abrindo as portas dos mercados internacionais para o Brasil, e fizeram parte também das grandes obras de infra-estrutura em território nacional, do aquecimento da economia e da geração massiva de empregos. Durante o processo jurídico-midiático em que se situa o Golpe de 2016, boa parte dessas empresas perderam expressivamente seus valores de mercado e fecharam inúmeros postos de trabalho e empreendimentos após serem envolvidas em operações e investigações da polícia federal.

Processos como os descritos acima vêm ocorrendo de maneira sistemática no Brasil pós 2016. Seja no que diz respeito à exploração de recursos naturais, à produção de tecnologia, à produção de infraestrutura, etc, é flagrante como vêm-se desestruturando as bases de desenvolvimento nacional por meio da estrangeirização. No período que se configura agora, será necessário acompanhar cada vez mais processos como esses, que tendem à intensificação.

Neste momento, início de 2019, ainda não existem dados concretos levantados para calcularmos o nível de estrangeirização das riquezas e empresas brasileiras mas, vê-se necessário ampliar esta investigação observando com mais afinco, em um banco de dados com informações precisas, como este amplo processo de neoliberalização acomplam-se ao procedimento de estrangeirização através de uma disputa global entre os blocos de poder. Compreender melhor o que ocorria, em termos comerciais no sentido ampliado do termo, que incluiria concessões de territórios para exploração mineral, por exemplo, antes do Golpe de 2016 e depois. Como a hipótese aqui é que há 3 grandes blocos em disputa geopolítica e o Brasil tem sido afetado diretamente por esta disputa, seria necessário compreender como: a China vinha expandindo seu campo

de comercialização no Brasil e na América Latina velozmente e o que ocorreu pós Golpe de 2016; como os EUA e a UE ampliam compra de empresas ou substituem as empresas brasileiras por concorrentes de seus países.

Considerações finais

Ainda em processo, a pesquisa desenvolvida pelo projeto Geopolítica e Territórios, que deu origem à aula proferida na Conferência “A dimensão Geopolítica do Golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/estrangeirização”, parte de uma visão geopolítica para iniciar um processo de compreensão sobre como e porquê aconteceu o Golpe no Brasil, consolidado sob a forma de Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Compreende-se que o mundo está imerso em uma lógica de globalização, pautada por uma razão neoliberal, que atinge os países de maneiras e intensidades distintas. O desenvolvimento destes processos (globalização e neoliberalização, assim como estrangeirização) está diretamente relacionado à interesses geopolíticos de grupos de países hegemônicos que disputam entre si sua implementação e formato, visando benefícios próprios. Resumindo, acredita-se que neste momento histórico mundial há três principais blocos travando tal disputa: o Império Transnacional Progressista, o Imperialismo Norte-Americano Neoconservador Nativista - ambos no ocidente - e a Eurásia - no oriente - que, como supracitado, possuem características próprias e atuam de maneira particular neste embate.

Milton Santos em 1993 já se perguntava pelo que caracterizaria naquele momento de globalização o espaço geográfico:

De fato, os eventos são, hoje, dotados de uma simultaneidade que se distingue das simultaneidades precedentes pelo fato de ser movida por um único conjunto motor, a mais-valia em nível mundial, que é, em última análise, responsável direta ou indireta pela forma como os eventos se dão sobre os diversos territórios. Essa unificação se dá em grande parte através do nexo financeiro e conduz a uma reformulação do espaço à escala mundial (SANTOS, 2005, p.124).

Vinculadas aos conceitos abordados anteriormente, acredita-se em três razões centrais que levaram ao Golpe no Brasil, cuja principal finalidade era a estrangeirização de bens naturais e empresas nacionais (estatais ou privadas): (i) há um grande interesse mundial nos recursos nacionais, intensificado com a descoberta do pré-sal; (ii) o Brasil, pós 2003, passou a disputar hegemonia mundial; (iii) por meio principalmente do governo Dilma, com destaque para a criação dos BRICS, observou-se uma aproximação deste país com o bloco euroasiático.

Que o território brasileiro é rico em recursos naturais, é de conhecimento praticamente geral, fato que torna o país alvo de uma constante disputa internacional pela exploração de tais bens. Entretanto é preciso compreender que, mais que o desejo pela extração das riquezas naturais (ampliado devido à descoberta do pré-sal), o novo espaço (geopolítico e econômico) assumido pelo Brasil ao longo do século XXI, que o rendeu o sétimo lugar entre as potências econômicas mundiais, aumentou sua visibilidade e, conseqüentemente, o reposicionou ante a disputa mundial. Este novo posicionamento fez com que o Brasil passasse a simbolizar dois elementos geopolíticos principais: por um lado o país representava uma ameaça às outras potências, tendo em vista seu rápido e intenso crescimento, por outro, apresentava-se como alvo de cobiça mundial, através do anseio por estrangeirizações. Cobiça essa estendida para além dos bens naturais, alcançando também as empresas nacionais estatais e privadas. Estrangeirizar recursos e empresas representa, então, uma saída para os dois problemas, pois, além de direcionar os lucros aos países hegemônicos, atua como um agente de enfraquecimento político e econômico do Brasil. Trata-se de um ataque direto à sua soberania.

Por fim, observa-se que, principalmente durante o governo da Presidenta Dilma, o diálogo como bloco eurasiático se intensificou significativamente. A ampliação dos BRICS e a criação do NBD foram ações centrais dentre muitas outras relacionadas ao desenvolvimento de tecnologia própria e de canais de comunicação entre os países, que levaram à respostas diretas dos outros blocos em disputa e, conseqüentemente, ao Golpe. De acordo com a visão de Korybko (2018), a Eurásia representa o centro da disputa geopolítica mundial e, como indica Escobar (2016), a ofensiva ao Brasil por meio de uma Guerra Híbrida “soft” simboliza um

ataque aos BRICS estabelecido, primeiramente, sobre os países mais frágeis da sigla. Diante deste quadro, vale realçar um ponto fundamental: o rápido crescimento do Brasil, somado às alianças estabelecidas pelo país, deveria ter vindo acompanhado por um fortalecimento de sua soberania e bases de defesa, de forma a reduzir sua fragilidade frente às investidas internacionais. Tanto a leitura de Escobar (2016) quanto a de Korybko (2018), apontam para a escolha de alvos “secundários” como uma forma de “ataque indireto” de acordo com sua vulnerabilidade. José Luis Fiori (2014), em seu livro *História, estratégia e desenvolvimento para uma geopolítica do capitalismo*, já apontava para os riscos do avanço geopolítico do Brasil:

No século XX, o Brasil deu um passo enorme e sofreu uma transformação profunda e irreversível dos pontos de vista econômico, sociológico e político. No início do século, era um país agrário, com um Estado fraco e fragmentado, e com poderes econômico e militar muito inferiores aos da Argentina. Hoje, na segunda década do século XXI, o Brasil é o país mais industrializado da América Latina e a sétima maior economia do mundo; possui um Estado centralizado e democrático, uma sociedade altamente urbanizada - ainda que desigual - e é o principal *player* internacional do continente sul-americano. Além disso, é um dos países do mundo com maior potencial de crescimento pela frente se levarmos em conta seu território, sua população e sua dotação de recursos estratégicos, sobretudo se for capaz de combinar seu potencial exportador de *commodities* com a expansão sustentada do seu próprio parque industrial e tecnológico. Tudo isso são fatos e conquistas inquestionáveis, mas esses fatos e conquistas colocaram o Brasil frente a um novo elenco de desafios internacionais, e hoje, em particular, o país está enfrentando uma disjuntiva extremamente complexa (FIORI, 2014, p.275)

Observa-se que Golpe sofrido pelo Brasil dentro do contexto geopolítico globalizado e neoliberal faz parte de articulações supranacionais realizadas por elites globais que, ao controlar o fluxo de capital no ocidente, tendem a ocupar os Estados-nação, buscando formas de atuação alinhadas a seus interesses políticos, econômicos e sociais. É perceptível que no ocidente até as sociais democracias progressistas, com discursos à esquerda, levam este modelo neoliberal à diante, mesmo que em diferentes intensidades, atendendo às demandas de acumulação e controle (poder) do sistema financeiro mundial. Frente a isso, tem-se observado, em diferentes partes do oeste planetário,

reações neoconservadoras que visam um fortalecimento dos Estados-nação como potência contrária ao novo modelo de soberania global caracterizado pelo Império Transnacional, a exemplo do Brexit na Inglaterra, de Trump nos EUA e dos Coletes Amarelos na França. Em relação ao último grupo, têm ocorrido intensas manifestações na capital francesa que articulam membros da extrema esquerda aos de ultradireita atuando em contraponto às políticas neoliberais de Emmanuel Macron, forte *títtere* do Império Transnacional.

O caso do Brasil, por sua vez, apresenta-se complexo. O presidente eleito Jair Bolsonaro pode ser considerado um óbvio representante do grupo dos neoconservadores, alinhado a Trump, à Orban ou a Salvini, tendo Steve Bannon como mediador e articulista deste bloco neocon mundial agora representado pelo *The Moviment* (com sede em Bruxelas). Entretanto seu posicionamento nacionalista contraditório, por meio do qual se faz evidente uma sujeição ao governo norte americano, indica fortes vínculos coloniais e imperialistas aos moldes antigos, diferentemente do que se observa nos demais casos mundiais. Mas há que se notar também um alinhamento estabelecido entre o governo Bolsonaro e o que pode ser chamado de grupo ultra neoliberal que se faz cada dia mais claro por meio da escolha do Ministro da Economia Paulo Guedes. Guedes estudou na Universidade de Chicago, cujo nome de grande destaque era Milton Friedman, conhecido como pai intelectual dos *Chicago Boys*. No período, o futuro Ministro estabeleceu laços com estudantes chilenos que, posteriormente, desempenharam papéis relevantes na ditadura de Augusto Pinochet. No começo dos anos 1980, Guedes trabalhou no Departamento de Economia da Universidade do Chile e, junto aos *Chicago Boys* e a Pinochet, participou da implementação do que se entende como um dos primeiro exemplos no mundo de extremismo neoliberal. Portanto, o governo Bolsonaro vem apresentando tanto a vertente neoconservadora com discurso nacionalista, como uma vertente neoliberal ligada ao capital do Império Transnacional financeiro em geral, mas progressista nos costumes.

Por fim, em termos de disputa ideológica e geopolítica, é preciso indagar acerca do papel da esquerda neste processo. Qual é o espaço de atuação esperado das esquerdas de diferentes países frente esta crescente onda neoconservadora? Esta pergunta pode ser considerada uma das chaves para se pensar a abordada disputa. São muito comuns alianças da esquerda com o bloco globalista do Império Transnacional em defesa de pautas progressistas,

entretanto outras associações vêm sendo estabelecidas, como no caso francês, quando a esquerda tem se articulado à ultra direita contra o neoliberalismo. Tendo em vista estas variáveis, deixa-se, aqui, um questionamento no que tange possíveis passos da esquerda, principalmente em termos de Brasil. Frente ao governo neoconservador que aí está, quais devem ser as estratégias e articulações do que entende-se por resistência? Sabe-se que a corriqueira associação da esquerda às elites globais neoliberais (Império) é um caminho contraditório, tal qual o que se dá quando aliada aos neoconservadores (Imperialismo), por outro lado entende-se os riscos e potencialidades de um posicionamento pró Eurásia. Desta forma, é necessário que os pensadores e militantes da esquerda associados aos processos de globalização comandados pelo grupo neoliberal progressista, ou associados a grupos em defesa da soberania nacional ao molde do bolivarianismo, desenvolvam mais análises geopolíticas que permitam uma compreensão ampliada desta situação global e que possa nos munir de informações mais concretas fora da lógica binária direita x esquerda ou imperialismo americano x progressismo global.

Referências

ASSMAN, H. **A trilateral**. Nova fase do capitalismo mundial. Editora Vozes: Petrópolis, 1979.

BANDEIRA, Moniz. **A desordem mundial**. O espectro da total dominação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1999.

BECKER, B.. **Geopolítica da Amazônia**. in: ESTUDOS AVANÇADOS 19 (53), 2005. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004.

DARROT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCOBAR, Pepe. O Brasil no epicentro da guerra híbrida. **Jornal de Todos os Brasis**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida-por-pepe-escobar>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento**. Para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Globalização e sua alternativa: uma entrevista com Samir Amin. **Tricontinental Cadernos Políticos**, n.1, 2018.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. 1.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANCE, Euclides. **O Golpe** – Brics, Dólar e Petróleo. Passo Fundo: IFIBE, 2018.

MERCADANTE, Aloízio; ZERO, Marcelo. **Um Legado Para o Futuro: governos do PT**. São Paulo: : Fundação Perseu Abramo, 2018. 160 p.v. 23g. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/14zYq1ZugiH8H05qPRK5e4QzUMSIkf_bX>. Acesso em: 07 maio 2018.

PELBART, Peter. **Vida capital**. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 2003.

ROUSSEF, Dilma, Aula Inaugural Disciplina “O Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado: Perspectivas jurídicas, filosóficas, políticas e históricas”, 2018.

SANTOS, Boaventura. **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2a Edição, São Paulo: Organizador, 2002.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2005

WALLERSTEIN, I. Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial. in: DOS SANTOS, Theotonio (coord.); MARTINS; C.E., SÁ, Fernando; BRUCKMANN, Mônica. **Os impasses da globalização**. Rio de Janeiro: Edições Loyola. 2003.

JORNADAS DE JUNHO DE 2013: geopolítica e territórios

Maíra Ramirez Nobre¹
Ana Luísa Schoenell²
Henrique Dias Porto³

Introdução

As Jornadas de Junho de 2013 foram levantes que ocorreram no Brasil, pertencentes ao ciclo de lutas que tomou o mundo após a crise do capitalismo em 2008 (CASTELLS, 2013). Crise essa, marcada, sobretudo, pela quebra do sistema de crédito imobiliário nos EUA (HARVEY, 2014), que impactou diversas economias.

O levante, caracterizado por uma estrutura rizomática, tendo como plataforma principal de organização as redes sociais e mobilizando diferentes pautas e atores, é parte daquilo que foi descrito por Gohn (2014) como *novíssimos movimentos sociais*, caracterizados pela grande variação de pautas.

No caso das Jornadas, de caráter multitudinário - segundo a compreensão de multidão proposta por Hardt e Negri (2005) - esta variação se deu desde questões relativas ao espaço urbano, como mobilidade, até uma crítica à falta de representatividade política, passando pela insatisfação em relação ao direcionamento de dinheiro público para megaeventos esportivos.

Desta forma, a análise aqui proposta, parte de uma investigação sobre os cenários geopolítico e territorial que influenciaram na eclosão do levante. Busca-se compreender a conjuntura macroeconômica nacional, relacionada à investida em formações de arranjos contra-hegemônicos no ambiente político mundial - destacam-se, BRICS, UNASUL e Mercosul (RENA, et. al., 2018), suas implicações territoriais, sobretudo nos grandes núcleos urbanos, e as

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais.

2 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG.

3 Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG com período sanduíche de seis meses realizado na Università di Bologna, Itália. Faz parte do grupo de pesquisa Indisciplinar desde 2017, no eixo de pesquisa “Geopolítica e Territórios”.

transformações do espaço público (entendido aqui também como ambiente político) que precederam as manifestações de Junho no Brasil (MARICATO, 2013).

Diante disso, entende-se relevante analisar a emergência da agenda da reforma urbana (ROLNIK, 2013) e a relativa interrupção deste projeto. Observa-se que a cidade como espaço onde o homem está fadado a viver (PARK apud HARVEY, 2008) torna-se, então, ponto de inflexão no ambiente político, a partir do momento em que a percepção de um descaso com a questão territorial figura pautas de movimentos despontantes e motiva a politização dos anseios de transformação de diversos grupos. Ainda nesta direção, destaca-se uma progressiva institucionalização de movimentos e partidos relacionados a esquerda clássica a partir de 2003 (MARICATO, 2007), o que impulsiona a emergência de uma nova esquerda, descontente com o projeto de desenvolvimento empreendido e, portanto, avessa à presença e ao *modus operandi* das organizações tradicionais. Esta contraposição foi um dos elementos fundamentais que marcaram o espectro político das Jornadas. Espectro esse, complexificado pela incorporação aos movimentos de rua de uma classe média despolitizada, que acaba por mobilizar pautas conservadoras e neoliberais, resultando, também, na formação de grupos organizados de direita que contam com a ocupação das ruas em seu léxico político.

Tendo em vista a complexidade estabelecida nesta investigação, sua realização se dará através da aplicação do método *cartografia das controvérsias*, criado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar e adaptado à pesquisa de mestrado *Levantes Urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008* (NOBRE, 2019). Por meio do qual pretende-se analisar narrativas, atores e agenciamentos envolvidos na composição destes levantes. Destes atores destaca-se os Comitês Populares de Atingidos pela Copa de 2014 (COPAC), o Movimento Passe Livre (MPL) e a Assembleia Popular Horizontal (APH).

Método

Compreendendo que o método científico tradicional não responde a maior parte das questões postas por um mundo contemporâneo, neoliberal, fragmentado e rizomático, observou-se a necessidade de construir uma forma de investigação baseada, não mais na busca por verdades únicas e pré estabelecidas, mas na construção de uma pesquisa de rupturas, na qual haja espaço para desvios, multiplicações e controvérsias. Uma pesquisa que comece pelo meio, sem buscar uma origem e nem mesmo um final.

Vale lembrar que este debate não surgiu com o Grupo Indisciplinar, ele já vem sendo historicamente construído. O que o grupo propõe é a incrementação do método cartográfico, evitando binarismos e enrijecimentos e partindo para uma busca pelo movimento. Neste sentido apostou-se que uma boa estratégia de análise partiria de uma sobreposição de tempo, espaço, narrativas e atores. Foi neste contexto, então, que a cartografia, proposta por Deleuze (1995) e abordada em Kastrup (2008) e Romagnolli (2009), ganhou companhia da Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour (2012) no intuito de criação de uma *cartografia das controvérsias*.

Para que seja possível compreender esta proposta, é preciso entender, mesmo que de forma breve, os significados da cartografia e da TAR. Em Deleuze, a cartografia é colocada como uma forma de investigação que não procura uma origem, mas sim um buscar das “coisas onde elas crescem, pelo meio” (DELEUZE, 1992, p. 109), a fim de que se possa, em um desembranhar de linhas, encontrar “focos de unificação, nós de totalização” (DELEUZE, 1992, p. 109). Enquanto isso, Latour (2012) questiona o fazer científico tradicional ao propor que se abandone as verdades estruturais em nome de conceitos e entendimentos coletados a partir dos próprios atores investigados. Assim, Latour (2012) sugere uma compreensão dos eventos a partir de suas figurações em relatos, assim como dos atores associados aos mesmos, podendo ser eles humanos ou não-humanos, por entender que “os objetos também agem” e, mais que agirem, garantem a durabilidade da ação. Por fim, o autor sugere que a realização de uma pesquisa científica deve ser entendida como a composição de um relato do próprio pesquisador que, ao se implicar nas relações estabelecidas pelos atores investigados, opta ele mesmo por desvelar e ocultar as informações que preferir.

A construção desta cartografia sobre as Jornadas de Junho de 2013 propõe uma análise sob duas ópticas que serão aprofundadas ao longo deste texto: a questão urbana/territorial e a questão geopolítica. Entende-se que há inúmeras outras abordagens possíveis, mas que, tendo em vista a multiplicidade do levante, exige-se certo recorte por parte do pesquisador. Assume-se, portanto, um recorte possível, não de pontos de origem, mas de fissuras que somadas a muitas outras influenciaram na eclosão e desdobramentos do evento.

Este artigo está estruturado em duas etapas. A primeira consiste em uma investigação bibliográfica na qual buscou-se sobrepor narrativas de naturezas diversas, transitando por diferentes platôs de conhecimento. A segunda é uma análise a partir da linha do tempo e dos diagramas construídos no desenvolvimento da dissertação base. Esta linha do tempo conta com os principais eventos que compuseram os levantes, seguidos de narrativas a eles relacionadas, que revelam interesses e atores, sendo que estes últimos, quando figurados, passam também a compor a linha. As figuras 1 e 2 abaixo explicitam como esta análise vem sendo construída.

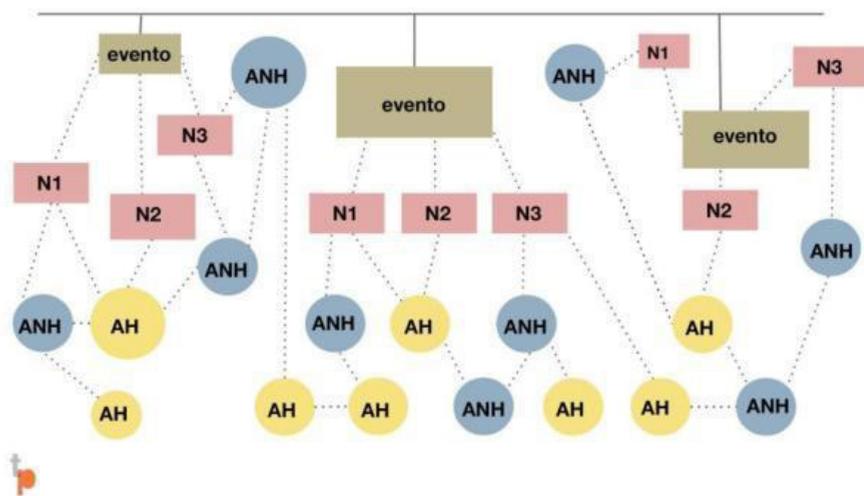


Figura 01: Ator humano + ator não-humano + narrativas + conexões + arranjos.
 Fonte: Criado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar - Pesquisa Territórios Populares, 2019 e adaptado pelos autores.

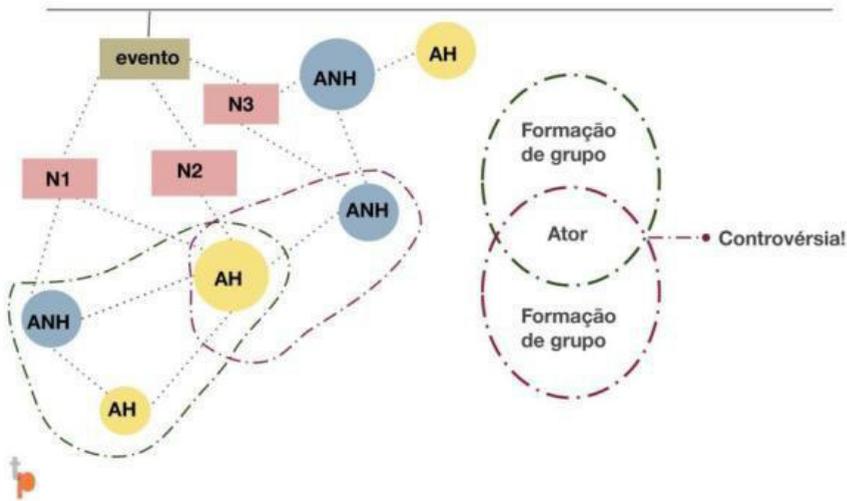


Figura 02: Mapeamento das Controvérsias.

Fonte: Criado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar - Pesquisa Territórios Populares, 2019 e adaptado pelos autores.

A Figura 3 ilustra como o método foi aplicado graficamente para a construção da linha do tempo.

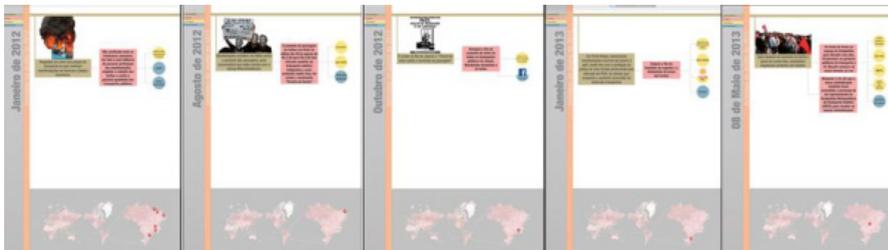


Figura 03: Ilustração da linha do tempo criada sobre as Jornadas de Junho de 2013.

Fonte: Nobre (2019).

Esta linha do tempo foi estruturada para ser lida de acordo com as indicações da Figura 4 e pode ser compreendida da seguinte maneira: os **eventos** (caixas marrom), figurados no tempo e no espaço, são relatos dos pesquisadores gerados por meio da investigação de diversas fontes e estão localizados no mapa da parte inferior da imagem, sendo possível perceber sua dinâmica territorial; as **narrativas** (caixas rosa) são relatos selecionados em uma ou mais destas fontes que compuseram, inicialmente, um banco de dados, elas são divididas em **pauta** e **antagonismo**, sendo que as primeiras aparecem em negrito, enquanto

as segundas são redigidas em *itálico*; os **atores humanos** (círculos amarelos) e **não humanos** (círculos azuis) foram figurados a partir das narrativas.

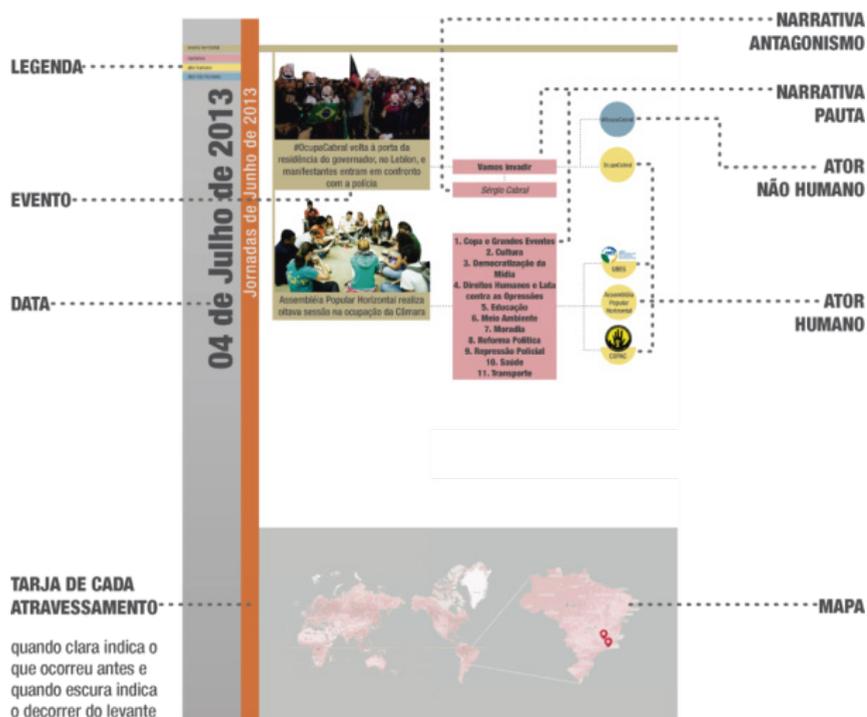


Figura 04: Indicações para leitura da linha do tempo.

Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar: Henrique Porto, Ana Luísa Schoenell, Felipe Hardy e Maíra Ramirez.

Para que fosse possível analisar estes acontecimentos, alguns atores figurados nas narrativas foram escolhidos, como ponto de partida: MPL, APH e COPAC. Esta escolha se deu mediante a criação do diagrama 1 (FIGURA 5) que apontava o número de vezes que cada ator foi figurado. Os três atores mencionados aparecem 10, 15 e 17 vezes, respectivamente e em momentos considerados estratégicos para a composição do levante. Após a seleção dos atores, foi construída uma espécie de calendário (diagrama 2 - FIGURA 5), uma reprodução simplificada da linha do tempo, que indica os dias em que estes atores foram figurados em alguma narrativa. Cada um deles aparece de uma cor, sendo o **MPL** em verde, a **APH** em rosa e o **COPAC** em azul. Os números que compõem o diagrama 2 (FIGURA 5), indicam a ordem de figuração dos atores de acordo com uma sequência temporal. Esta estratégia auxiliará na compreensão do diagrama 3

(FIGURA 5), que mostra os agenciamentos dos quais os atores fazem parte em cada dia de figuração na linha do tempo. A relação entre os diagramas pode ser melhor compreendida pela Figura 5.

Jornadas de Junho de 2013

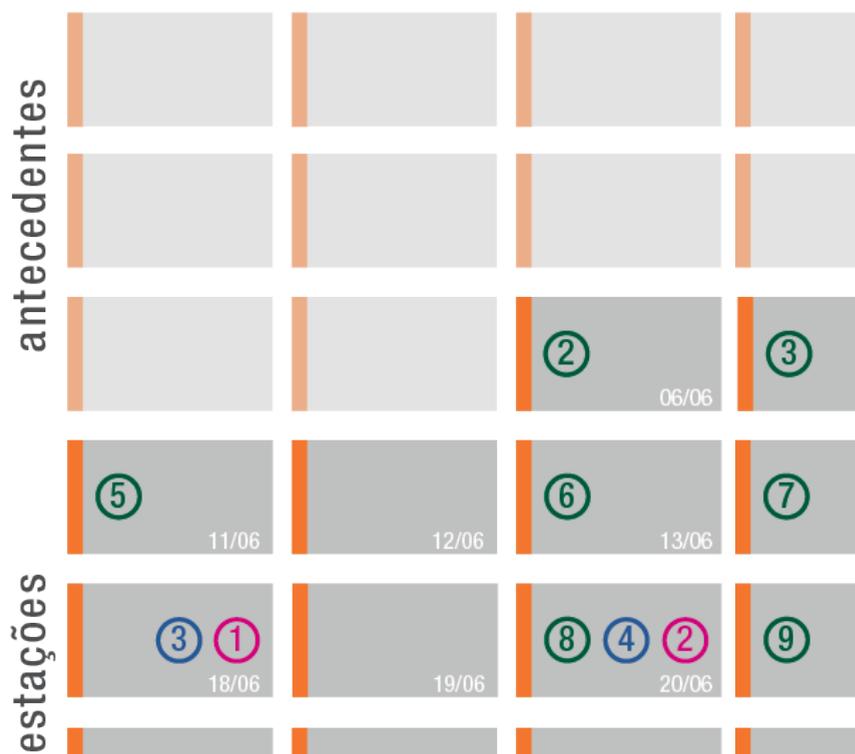


Figura 05: Ilustração dos diagramas utilizados para análise das Jornadas de junho de 2013. Os diagramas apresentam a evolução da investigação a partir da estruturação da linha do tempo. Sendo assim, o diagrama 1 apresenta todos os atores figurados na linha escalonados de acordo com o número de vezes em que isso aconteceu. O diagrama 2, por sua vez, é uma abstração da linha do tempo focada nos atores selecionados. Já o diagrama 3 é estabelecido separadamente para cada ator. Ele funciona como um zoom nos dias em que os atores foram figurados mostrando os agenciamentos por eles estabelecidos.

Fonte: Produzido pelos autores.

Esta análise permite compreender a movimentação na rede de cada um dos atores investigados em relação às narrativas que os figuram. O diagrama relativo a cada ator encontra-se na última parte deste artigo.

Por fim, a escolha deste método está pautada no princípio da transescalaridade. Tendo em vista a relação assumida na contemporaneidade entre o local e o global, divisa por horas anulada, noutras ampliada, observa-se necessária uma investigação que relacione múltiplas escalas, em busca da complexificação dos pontos de vista.

Assim, justifica-se a escolha do recorte deste artigo (a geopolítica e o território), na qual há um afunilamento entre o quadro global e um local. Em um primeiro momento, será discutido o contexto geopolítico nacional nos anos que antecedem a eclosão das jornadas de Junho de 2013, somado a um levantamento de questões sobre planejamento urbano e Reforma Urbana. Por fim, serão analisadas, por meio da construção dos diagramas supracitados, a atuação dos três atores destacados.

As Jornadas de Junho de 2013

A análise aqui proposta advém de uma perspectiva geopolítica, na busca por pontos que possam ter influenciado os desdobramentos insurgentes. O conceito de geopolítica, a rigor, transcende as escalas, por abordar, não somente o macro, mas o território como pano de fundo e componente fundamental das movimentações e da conformação da política (TOZI, 2018; p.82). Assim, parte-se das escalas mais altas da geopolítica, até as mais próximas e cotidianas.

Desde 2003, com a ascensão dos governos petistas ao poder, o Brasil assumiu um papel perante a política internacional inédito em toda sua história, tendo como pilares a cooperação Sul-Sul, a busca por um mundo multipolar e a construção de arranjos contra-hegemônicos. Nesse sentido, foram firmados acordos e compromissos fundamentais para a interlocução e auxílio mútuo entre países do sul global, e para o posicionamento unitário destes frente ao ambiente político internacional, tradicionalmente marcado pelo neocolonialismo.

Pode-se destacar as relações com países do continente africano no período (dentre eles, Angola, Moçambique e África do Sul), desenvolvendo políticas de cooperação econômica, de intercâmbio de tecnologia e conhecimento via universidades e no financiamento de grandes obras de infra-estrutura, sobretudo a partir do BNDES. Destaca-se também, a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da União de Nações Sul-americanas (UNASUL), com o intuito de facilitar o diálogo político na América Latina, e o

grande fortalecimento do MERCOSUL no período, responsável por alavancar as relações comerciais do Brasil no continente (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.69). Além disso, merece destaque especial a criação dos BRICS, bloco que reuniu cinco das maiores, mais populosas e mais economicamente proeminentes nações do mundo em torno da proposição de novos arranjos para a política e a economia global.

Algo que todas essas iniciativas têm em comum, é a aposta mútua por modelos de crescimento alternativos ao receituário hegemônico do ajuste fiscal, perpetrado pelas instituições financeiras internacionais desde a crise de 2008. Esta alternativa baseou-se em medidas econômicas como: (i) incentivo ao consumo pelas grandes populações destes países, compostas por uma crescente classe média com padrões de vida progressivamente melhores (MANCINI, 2018); (ii) programas de distribuição de renda; (iii) aposta na construção civil e a realização de grandes obras de infraestrutura como medidas anticíclicas - prática disseminada dentre os governos progressistas da América Latina e também dentre os BRICS, dos quais, quatro dos cinco países sediaram megaeventos esportivos nas duas últimas décadas; (iv) disponibilização de crédito e elaboração de mecanismos de blindagem contra as flutuações da economia internacional a partir de grandes bancos de investimento, como o BNDES, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), ou, Banco dos BRICS, e o Acordo Contingente de Reservas do mesmo bloco (RENA, et. al., 2018; p. 228-231).

A aplicação deste modelo de desenvolvimento no Brasil provocou grandes implicações territoriais. Além disso, diferentemente do que ocorreu com China e Rússia - dois dos grandes financiadores deste modelo pelo mundo - no Brasil, perpetraram-se também graves consequências políticas.

As cidades, que no princípio dos governos petistas obtiveram a atenção de quadros comprometidos com a reforma urbana e habitação, pouco a pouco tornaram-se válvulas de escape para as tensões econômicas internacionais. O Ministério das Cidades de Olívio Dutra deu lugar a um quadro do antigo e fisiológico PP, e a paisagem urbana brasileira foi redesenhada por grandes conjuntos de habitação popular nas franjas metropolitanas, pelo massivo volume de automóveis nas ruas, comercializados sob incentivo fiscal do Governo, e por cada vez maiores empreendimentos, quase sempre ligados às “campeãs nacionais” da construção civil. Sob baixíssimas taxas de desemprego e sucesso histórico dos setores produtivos do país, a crise internacional, de fato, chegou ao Brasil “uma marolinha”, como viria

colocar o presidente Lula. Ainda assim, nota-se a produção de uma cidade cada vez mais focada nos grandes centros comerciais privados e nos grandes corredores viários. O espaço urbano torna-se, aos poucos, ponto de inflexão.

Com um aumento no poder de aquisição da população não se pode garantir um acesso a urbanidade, como evidencia Rolnik (2013). Mas também não se pode negar que havia no horizonte no momento que antecede o levante de 2013 uma possibilidade urbana abrangente, trazendo mais do que um acesso aos recursos que o urbano incorpora, mas uma possibilidade de reinventar e mudar a cidade, como coloca Harvey (2014).

A questão da mobilidade (diretamente relacionada ao direito à cidade) foi um dos principais pontos de incômodo da população brasileira (ROLNIK, 2013) e foi o pontapé inicial de toda a série de manifestações - que em seu desenrolar acumulou-se das mais diversas pautas. O porquê da grande adesão populacional, porém, não se encontrava exclusivamente na pauta do transporte, uma vez que esse mesmo tipo de protesto já vinha se repetindo ao longo dos anos com a luta organizada contra o aumento sucessivo nas tarifas, encabeçado muitas vezes pelo MPL e outros grupos de ação horizontal. Grupos que, como ressalta Harvey (2014), utilizam a cidade não apenas como palco de luta, mas como ferramenta para potencializá-la.

Nesse sentido, o problema de locomoção não se faz suficiente para explicar o começo dos levantes e pode-se trazer uma análise mais global considerando uma insatisfação geral no âmbito urbano (MARICATO, 2013). Como lembra Harvey (2013), “a globalização e o neoliberalismo enfatizam, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais. (...) Os resultados foram indelevelmente gravados nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais tornam-se cidades de ‘fragmentos fortificados’” (HARVEY, 2013, p.28-29). As desigualdades na sociedade brasileira manifestam-se por uma segregação socioespacial que reflete no cotidiano da população pobre, tornando a própria cidade em mecanismo para exclusão. Tal cenário agrava-se, ainda, pelo grande aumento da quantidade de automóveis adquiridos pela classe média, que se vê acometida na mesma barreira que os mais pobres.

Ao encontro do insurgente imaginário de cidade, houve uma ampliação de participação popular nas decisões sobre o engendrar urbano e uma inclusão de quem nunca havia participado desses debates. Essa expansão iniciou-se antes da eleição de 2002 e, segundo Maricato (2013), ganhou corpo nos governos petistas através

de instrumentos legais vinculados à habitação, mobilidade e política fundiária, além de mecanismos como o Orçamento Participativo. Maricato e Santos Júnior (2007), assim, afirmam que “um dos movimentos de resistência ao neoliberalismo no Brasil diz respeito à promoção de importante processo participativo na formulação de políticas públicas em nível nacional” (MARICATO; SANTOS JUNIOR, 2007, p.1-8).

Essas políticas contrapostas à lógica neoliberal, porém, não tardaram a sucumbir diante da necessidade de crescimento econômico em função dos reflexos da crise de 2008. Maricato (2013) afirma que a política social petista que engloba o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC I e II) e o Minha Casa, Minha Vida criou de um lado um *boom* imobiliário e ocasionou um aumento do PIB através de um aquecimento da construção civil, assim como uma diminuição da taxa de desemprego, um aumento do capital privado do setor imobiliário e investimentos estatais no setor privado de habitação. Se todo esse processo aqueceu a economia, deixou, também, desamparado o anseio por uma maior urbanidade e obstruiu a então crescente participação popular. Além disso, a autora relembra que muitos líderes sindicais e de movimentos de base acabaram por fazer parte do governo e, ao se institucionalizarem, deixaram de representar a parcela de que vieram. A população média e baixa, portanto, sentia cada vez mais a privação de um poder de escolha.

Ademais, os megaeventos esportivos fizeram parte desse grande plano de efervescer a economia e conseqüentemente agravaram também os problemas de habitação e mobilidade, junto às inúmeras remoções forçadas que causaram revolta popular. Logo, a expectativa da melhoria das condições urbanas e de vida foi aos poucos rompida e a desaceleração do crescimento econômico muito em função dos respingos da crise global começou a gerar uma grande aflição na classe média, que já se sentia deixada de lado pelos governos do PT. O cenário se transformou do utópico ao anticíclico, gerando assim uma das fissuras que viriam a eclodir nas Jornadas de Junho de 2013.

Assim, as ruas das grandes cidades brasileiras foram ocupadas por uma massa de descontentes, composta por grupos inéditos no espaço público brasileiro. Sem a presença das organizações tradicionais de esquerda, acometidas por episódios de repressão ao tentarem juntar-se aos protestos; as manifestações iniciaram-se sob a convocação de novas organizações de ativistas. Coletivos - como MPL, APH e COPAC - solidários às pautas da urbanidade e exclusão socioespacial, e compostos

por jovens e estudantes, iniciaram as primeiras manifestações, ainda em 2012, em diversas cidades brasileiras. Entretanto, seria apenas após a adesão de uma massa de manifestantes desvinculados destes movimentos e motivados, sobretudo, pelos atos de violência cometidos pela Polícia Militar de São Paulo em repressão a manifestantes do MPL, que os atos tomariam a dimensão e a expressividade que tiveram.

Gohn (2014) traça, a partir de dados de pesquisas demográficas, um perfil das manifestações⁴.

A idade predominante na pesquisa Ibope foi de 14 a 24 anos (43%). Entre 14 e 29 anos de idade a soma sobe para 63% do total. O grau de escolaridade revela-nos que a grande maioria que saiu às ruas foi de camadas média para cima. 43% tinham curso superior; 49% tinham ensino básico completo e superior incompleto. Apenas 8% tinham só ensino básico incompleto. (...)

Quanto à renda familiar dos participantes, 23% era de indivíduos com mais de 10 salários-Mínimos (SM), entre 5 a 10 SM abrangia 26%. Somando-se a estes dois últimos dados, têm-se 49% com mais de 5 SM. Até 2 SM, apenas 15%. Isso leva-nos a afirmar: os mais pobres, a periferia, não estiveram presentes nas manifestações em junho. Não estavam ausentes, mas o caráter do movimento de massa não foi dado por eles.

O transporte público foi o motivo primeiro das razões da participação de (37,6%), seguida de outra razão abrangente e importante para se refletir: ambiente político (29,9%). Direitos e democracia foram temas citados como motivação ínfima, apenas 0,6%. (...) **Indagados sobre a participação anterior, 54% já tinham e 46% era a primeira vez, corroborando hipótese deste livro de que muitos estavam realizando seu batismo na política** (GOHN, 2014, p.39-43, grifos dos autores).

A análise da autora demonstra como, nos momentos de grande popularidade das manifestações, as ruas estavam ocupadas por atores até então “novatos” nos espaços públicos brasileiros. De uma composição formada por grupos politizados em torno de novas demandas, em um primeiro momento, as manifestações expandiram-se para abrigar o que Escobar (2016) denomina “uma vasta classe média

⁴ Estes dados foram retirados de uma pesquisa realizada pelo Ibope em 20 de junho de 2013, quando foram entrevistadas 2002 pessoas, sendo que 438 (36%) moravam em São Paulo, e o percentual de homens e mulheres era equivalente.

não-engajada” (ESCOBAR, 2017, não paginado) que, em situações de mudança de regime pelo mundo, semelhantes ao que se passou no Brasil, torna-se, “mais cedo ou mais tarde, contrária a seus líderes políticos” (ESCOBAR, 2017, não paginado). Nesse sentido, os riscos e possibilidades do movimento das ruas encontravam-se em aberto, e a atuação de determinados atores, suas pautas, agenciamentos e relação com o território seriam fundamentais para os desdobramentos do levante.

Para compreender melhor tal dinâmica, posta em geopolítica e território, os atores MPL, APH e COPAC serão analisados em sequência. O diagrama a seguir (FIGURA 6) demonstra todas as vezes que cada um destes atores foi figurado nas narrativas selecionadas para a composição da linha do tempo.

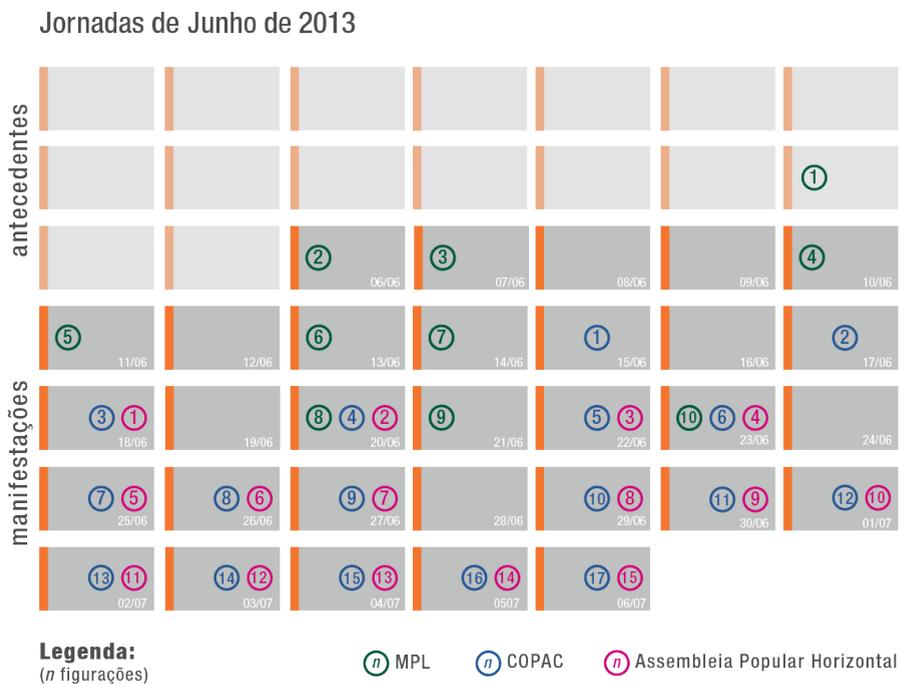


Figura 06: Diagrama resumo sobre das figurações de cada ator. Representado na Figura 5 como o diagrama dois, este calendário funciona como uma abstração da linha do tempo. Todo os dias que compõe a linha do tempo estão representado na imagem acima pelos quadros em cinza. Os atores, por sua vez, são entendidos segundo a cor presente na legenda e numerados de forma sequencial todas as vezes que são figurados.

Fonte: Produzido pelos autores.

Análise dos atores: MPL

O Movimento Passe Livre é conhecido por ter sido pioneiro nas Jornadas de Junho de 2013. O que inicialmente era uma demanda local contra o aumento das passagens de ônibus foi, aos poucos, ocupando parte significativa do país. Observa-se desde janeiro de 2012 a ocorrência frequente de manifestações em algumas cidades brasileiras: Natal, Goiânia, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. Em resposta aos levantes, no dia 31 de maio de 2013, o Governo Federal, buscando conter o aumento das tarifas e o avanço da inflação, desonerou o PIS e COFINS dos serviços de transporte coletivo - tentativa que não obteve êxito no tocante a contenção dos protestos. Em 3 de junho, manifestantes ligados ao MPL queimaram uma catraca em frente a uma subprefeitura de São Paulo. Este acontecimento estava vinculado a um ato de caráter aparentemente espontâneo, mas que havia sido organizado por militantes do Movimento que, na noite anterior, construíram uma barricada de pneus bloqueando parte do trânsito paulista, o que levou muitas pessoas a se deslocarem por um longo trecho a pé. Assim, “espontaneamente” foi iniciada uma manifestação com aproximadamente 30 mil indignados. No dia 06 de junho, eclodiram as Jornadas. O que inicialmente era motivado pelo transporte, antes da metade do mês recebeu o slogan: *não é por vinte centavos*.

O MPL luta por melhorias no transporte nacional desde 2003, ou seja, as manifestações que antecederam as Jornadas de Junho não podem ser consideradas uma exceção no cenário político nacional deste século. Em artigo publicado em 2013 no livro *Cidades Rebeldes*, o movimento descreve sua trajetória ilustrada pela linha do tempo a seguir (FIGURA 7).

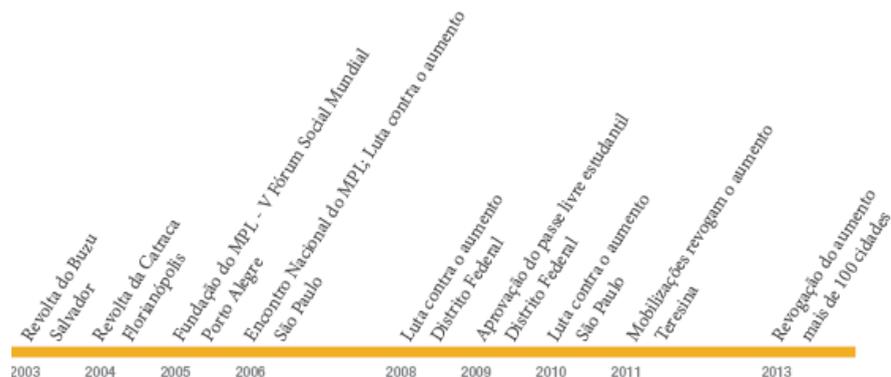


Figura 07: Levantes pelo transporte de 2003 a 2013.

Fonte: Nobre (2019).

Já que a luta pela mobilidade não era novidade, a suposta razão relativa às motivações que levaram milhares de pessoas às ruas em todo o país se fragiliza. Indagados sobre a origem das Jornadas de Junho de 2013, membros do MPL alegam que, como observado pelas vozes da rua, os protestos estavam relacionados a pautas muito mais diversas.

As Figuras 8 e 9 ilustram a participação do Movimento nas Jornadas de Junho de 2013. Observa-se, então, uma atuação mais frequente durante a etapa inicial dos protestos. Fato este que condiz com a leitura de Gohn (2014) quando a autora identifica três etapas no levante sendo que, apenas a primeira, se relaciona à luta por mobilidade. A segunda diz de uma expansão de indignados diante da repressão violenta efetuada por policiais. A última alerta sobre uma possível tomada de controle do levante por parte de grupos de direita que coloriram as cidades brasileiras de verde e amarelo.

A saída do MPL das ruas está relacionada a dois principais fatores, ambos relativos à negociações governamentais. O primeiro deles é a revogação do aumento das tarifas incentivada por uma ação do Governo Federal. O segundo é a participação em uma reunião extraordinária do Conselho das Cidades convocada pelo Prefeito de São Paulo Fernando Haddad no dia 14 de Junho de 2013.

Entretanto, vale ressaltar que, se nos anos anteriores a estratégia do MPL se firmava em vias institucionais, disposto a negociar com prefeitos e governadores, em 2013 pretendia-se o contrário. Na agenda de governo do recém eleito Haddad havia várias propostas para a mobilidade urbana, como o Bilhete Mensal, o ônibus 24h e a criação do Conselho Municipal de Transporte. Mas, ainda assim, os ativistas tinham planos para realização de manifestações amplas e, mesmo que contraditório, mais radicais que as realizadas nos anos anteriores. Fato que, naquele momento, significava modificar a forma de negociação, ou seja, não aceitar participar de reuniões fechadas com as instituições governamentais. Segundo membros do grupo, tratava-se de uma espécie de proteção contra possíveis cooptações por estas instâncias e, até mesmo, uma forma de não reforçá-las.

Figuras 08 e 09: Arranjos estabelecidos pelo MPL ao longo das Jornadas de Junho de 2013. Representado pelo diagrama 3 da figura 5, este diagrama representa um zoom no calendário criado a partir da linha do tempo e representado como figura chave desta imagem. Aqui, aproxima-se do ator MPL em todos os momentos em que é figurado pelas narrativas encontradas.

Fonte: Produzido pelos autores.

No dia 20 de junho de 2013 o MPL não acompanhou a manifestação até o final. A saída do ato simboliza, também, uma interrupção na participação do Movimento no levante. De acordo com seus membros a missão já estava cumprida, já que o aumento das tarifas havia sido contido e aquela manifestação simbolizava a comemoração deste êxito. Mas alertavam que a luta continuaria em direção à tarifa zero.

Passado três dias, o movimento estava de volta às ruas, agora, pela última vez no contexto das Jornadas de Junho. A participação se deu a pedido do Movimento de Trabalhadores sem Teto (MTST) que convocou diferentes movimentos sociais a manifestarem-se na periferia de São Paulo. Para além da pauta do transporte público gratuito outras demandas foram levantadas, das quais pode-se citar: (i) desmilitarização da Polícia; (ii) mais investimentos em saúde e educação; (iii) oposição à realização da Copa do Mundo; (iv) controle sobre o valor dos aluguéis; (v) oposição às remoções; (vi) redução dos custos de vida.

Vale lembrar que, já no início de 2013 o MPL traçou três principais estratégias para as lutas daquele ano: radicalização, intensificação e descentralização. Esta última dizia, justamente, de uma não concentração das ações em áreas centrais. O que fazia sentido, tanto territorial, quanto taticamente, já que suas bases se encontravam nas periferias e só assim a luta poderia se tornar popular. Já ali as possíveis alianças com os movimentos de luta por moradia começaram a se estreitar.

Entretanto, o deslocamento das militâncias e ativistas de esquerda para a periferia significa, também, uma ocupação mais efetiva dos espaços centrais por grupos de direita. Já havia ali, uma necessidade de diferenciação entre dois pólos da luta e, neste caso, a principal área da cidade deixou de ser contemplada por pautas associadas à grupos de esquerda. Esta nova ocupação territorial, por sua vez, contempla o que vinha sendo construído enquanto luta de uma nova esquerda que, como supracitado, também se opunha ao *modus operandi* dos movimentos tradicionais.

Análise dos atores: APH

A APH registra, nesta cartografia, grandes sobreposições com o COPAC⁵, uma vez que faz parte do grupo de movimentos surgidos em Belo Horizonte por volta de 2012 e 2013, compostos, muitas vezes, pelos mesmo atores, envolvidos na cena cultural e política da cidade.

O movimento surgiu no dia 18 de Junho de 2013, portanto, após o início das jornadas. No dia seguinte ao segundo protesto ocorrido em Belo Horizonte, sob convocação na recém criada página do Facebook do movimento, uma reunião foi realizada para discussão e criação da APH. O movimento foi definido da seguinte maneira: “um espaço espontâneo, aberto e horizontal de debate que permitisse o levantamento das reivindicações populares e a organização da pluralidade de vozes de forma coordenada para obter resultados concretos” (APH, 2013)⁶.

A APH convocava constantes reuniões - via Facebook - durante as Jornadas, sempre nos dias anteriores aos protestos, pretendendo discutir as pautas e condutas que seriam levadas às ruas. As práticas da APH eram, sobretudo, apoiadas em uma aposta na democracia direta, de maneira semelhante ao que já havia ocorrido em movimentos “multitudinários” pelo mundo, como o 15M, na Espanha, e Occupy Wall Street, nos EUA, ambos em 2011 (NOBRE, 2019).

A atuação da APH, assim como os protestos em Belo Horizonte como um todo, foram tardios em relação ao restante do país. Isso porque (dentre outros motivos), desde o dia 13 de junho, a Justiça Mineira, a pedido do Governo do Estado, havia proibido manifestações em dias de jogos da Copa das Confederações na cidade⁷. Assim, a primeira manifestação em Belo Horizonte só ocorreu no dia 15/06, e a APH só passou a integrar o levante no protesto do dia 20, quando, no restante do país, este já estava próximo de seu fim. Isso fez com que as Jornadas em Belo Horizonte fossem, não só mais longevas, mas também mais politizadas e coesas, no sentido de que, até o final, os protestos foram protagonizados por um grupo interessado em discutir suas demandas, ainda que inserido em uma multidão heterogênea.

5 As figurações partilhadas por estes atores, narradas em sequência, pode ser observada nos diagramas X e Y

6 Informações obtidas na página wiki do movimento. Disponível em: <http://aph-bh.wikidot.com/sobre>. Acesso em 22 de agosto de 2019.

7 A medida foi derrubada ainda no dia 25/06.

Assembleia Popular Horizontal



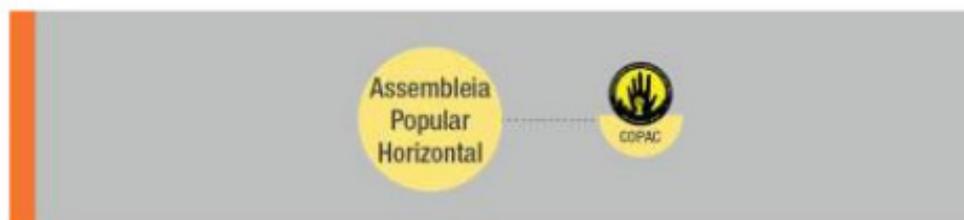
①



②



③



④



⑤



Assembleia Popular Horizontal

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

6

Assembleia
Popular
Horizontal



7

assembleia

Assembleia
Popular
Horizontal



8

saram

diálogo de
MCs

Assembleia
Popular
Horizontal

Assembleia
Popular
Horizontal

Assembleia
Popular
Horizontal



ocupação

9

assembleia

Assembleia
Popular
Horizontal



10

ocupação

assembleia

Assembleia
Popular
Horizontal



Figuras 10, 11 e 12: Arranjos estabelecidos pela APH ao longo das Jornadas de Junho de 2013.

Fonte: Produzido pelos autores.

Um acontecimento fundamental no curso das ações do grupo ocorreu no dia 29/06, quando o sexto grande ato na cidade dirigiu-se para a Câmara Municipal (CMBH). Os manifestantes pretendiam acompanhar a votação do projeto de lei que reduzia a tarifa do transporte do município em R\$ 0,10⁸. Entretanto, foram impedidos pela Guarda Municipal de permanecer no plenário da Câmara e, mesmo com a aprovação da redução da tarifa, ocuparam o saguão do edifício exigindo diálogo com o prefeito Márcio Lacerda. A ocupação se estendeu até o dia 06 de Julho, quando, após reunião dos movimentos presentes com o prefeito, foi votada a desocupação da Câmara sob os dizeres de “DESOCUPAR a Câmara Municipal de Belo Horizonte, mas SEMPRE OCUPAR nossa cidade!” (APH, 2013) ⁹.

A frase, publicada pela APH no Facebook, é representativa de um acúmulo do #OcupaCâmara, como fora nomeada a ocupação. Durante oito dias, a APH e outros grupos de ativistas estiveram reunidos em um mesmo espaço a fim de debater as pautas caras à cidade e aos ativistas ali presentes. Da heterogeneidade das ruas, a APH passa ao espaço recluso da CMBH, para discutir demandas com profundidade dentre uma parcela restrita dos manifestantes. Participaram da ocupação, inclusive, quadros municipais do Partido dos Trabalhadores, que saíam em defesa da presidenta Dilma, enquanto, nas ruas de outras cidades do país, já ocorriam protestos com pedidos de intervenção militar.

Pode-se dizer que o movimento do #OcupaCâmara teve uma importância na cultura política de Belo Horizonte, no sentido que deslocou parte da insatisfação das ruas para um debate mais aprofundado numa escala micro-local, além de ter aproximado o grupo emergente de ativistas do poder legislativo municipal. Um exemplo notável deste deslocamento é a plataforma “Muitas pela cidade que queremos”, surgida no PSOL, que elegeu em 2016 duas vereadoras ligadas aos grupos que se mobilizaram em 2013.

8 A proposta foi feita pelo prefeito Márcio Lacerda, por meio da desoneração do ISSQN sobre os transportes, em confluência com a desoneração do PIS e do COFINS, já anunciados pelo Governo Federal.

9 Mensagem redigida na página da APH no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189/150880091770805/?type=3&theater>. Acesso em 22 de agosto de 2019. e 2019.

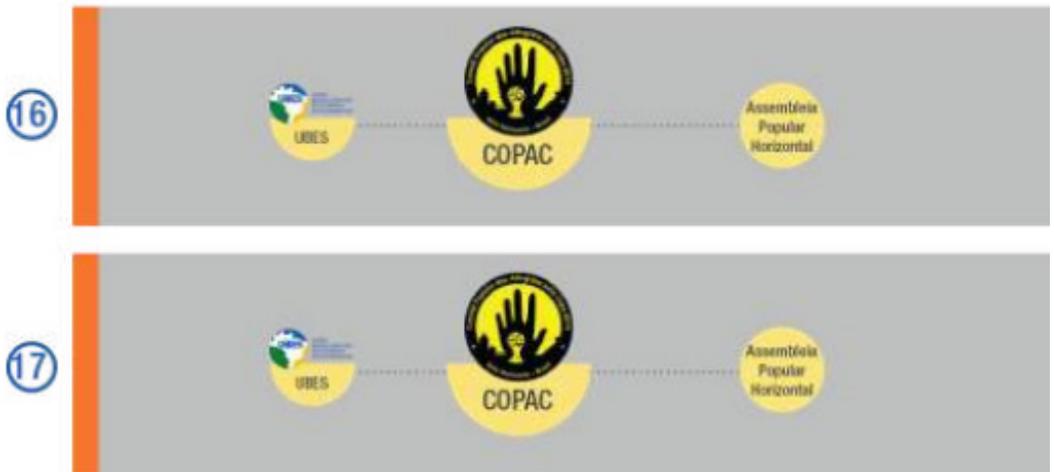
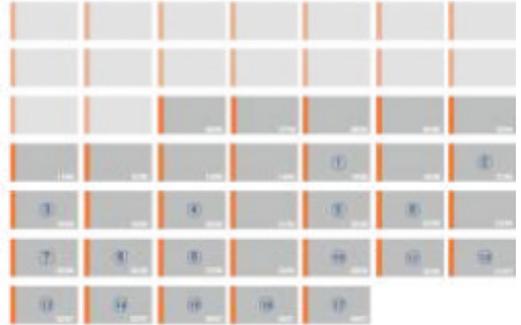
Análise dos atores: COPAC

O COPAC, como já mencionado, apresenta grande sobreposição com APH. O grupo surgiu em âmbito nacional com a intenção de barrar as remoções motivadas pelas obras da Copa do Mundo de 2014. Além disso, lutava pelos trabalhadores informais que foram afetados pelas ações higienistas pré-evento. Pretendia organizar os setores atingidos para uma frente jurídica contra os desmandos e violações, além de pedir por maior participação nas decisões. Com o estopim das manifestações sobre mobilidade puxadas por grupos como o MPL e duramente reprimidas, a pauta anti-copa somou-se às indagações sobre o dinheiro público destinado ao evento e tomou as ruas, fazendo com que o COPAC entrasse tardiamente nas Jornadas, ganhasse considerável visibilidade e, então, permanecesse até o final.

Um grande exemplo da interferência das Jornadas nesta pauta foi o caso da Vila Autódromo. Uma antiga comunidade popular do Rio de Janeiro, da década de 60, que se viu cada vez mais ilhada pela expansão imobiliária e grandes empreendimentos, até a chegada dos megaeventos esportivos e sua derradeira isolamento. O plano da prefeitura era a remoção completa da comunidade, mas a grande série de manifestações contra o evento abriu uma brecha para negociação (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; SOUSA, 2017) e, com a assistência técnica de universidades da região, foi possível que a comunidade, ou ao menos uma parte dela, resistisse ao plano.

O principal braço do COPAC se situava em Belo Horizonte e, segundo a análise (Figura 13, 14, 15 e 16), figura-se de maneira geral junto à APH, coletivos e sindicatos (como Fica Ficus e Sind-UTE), posicionando-se à esquerda do espectro político. Entretanto, a nova proporção dos atos e a adesão da pauta anti-copa por uma direita despolitizada, fizeram com que (i) muitas das primeiras indagações sobre as remoções dessem lugar para uma escala mais abrangente e não necessariamente urbana, que chegou ao questionamento de investimentos e gastos institucionais, assim como a própria instituição; (ii) que o COPAC e a esquerda em geral se recolhessem da rua e ocupassem espaços enclausurados. As ruas, portanto, foram deixadas para o desfile conservador que ironicamente raptou a pauta anti-copa, somando-a aos gritos que defendiam uma volta à ditadura militar.

COPAC



Figuras 13, 14, 15 e 16: Arranjos estabelecidos pelo COPAC ao longo das Jornadas de Junho de 2013.

Fonte: Produzido pelos autores.

Considerações finais

Tal qual indicado nos itens dedicados à introdução e método deste artigo, é preciso reiterar a multiplicidade das Jornadas de Junho de 2013. Aqui foram expostas apenas fissuras que, somadas a outras muitas, contribuiriam para a eclosão daquele movimento. Da geopolítica ao território é, então, uma análise transescalar que aponta fatores relacionados às questões locais, nacionais e globais que, de forma conjunta, influenciaram este processo.

A multiplicidade das pautas defendidas pelas ruas naquele mês indica, para além da inserção supracitada no contexto dos novíssimos movimentos sociais e, até mesmo, do projeto político de multidão (HARDT; NEGRI, 2005), um descontentamento raso em relação à política nacional como um todo.

Havia um desejo pulsante de representatividade pouco propositivo em relação à promoção de diálogos institucionais, que levou a sérios desdobramentos políticos.

Observa-se que naquele momento, o Brasil se encontrava em uma situação econômica e social favorável descrita por um quadro de praticamente pleno emprego e uma economia que vinha crescendo, chegando à sétima posição mundial, além de um índice de aprovação do governo que, no mês de março, chegou a 79%¹⁰. Acrescentando a este quadro as alianças internacionais criadas como Mercosul e BRICS, entende-se que o país encontrava-se em uma posição de disputa de hegemonia mundial que muito desagradava as nações que, historicamente ocupavam aquela posição. Fato agravado com a descoberta do Pré-sal que, acompanhada da sabida riqueza natural presente no território, tornava o Brasil e os BRICS grandes ameaças à hegemonia destes blocos.

Assim, a complexa situação urbana mencionada, que ampliava o incômodo político já presente em uma classe média achatada, se tornou uma grande fenda por meio da qual indignações de diversas ordens ganharam força. As cidades então, como palco e espaço potente de luta se tornaram, ao longo das Jornadas de Junho de 2013, um cenário de disputa ideológica que contou, inclusive, com retaliação da presença de grupos da esquerda clássica nas ruas. Disputa esta que tomou outras proporções, colocando-se, naquele momento, entre uma nova esquerda e grupos de direita que passaram a se sentir confortáveis naquele espaço de embates políticos que, até então, não compunha seu léxico tradicional.

Esta nova esquerda, apartada de seu território próprio de luta, passou a dissipar-se para as periferias ou, até mesmo, a enclausurar-se em pequenos espaços, como citado no caso do COPAC e APH em Belo Horizonte, deixando os grandes centros, locais de maior visibilidade midiática, tomarem-se por pedidos de Impeachment e até mesmo discursos pró ditadura militar. Em 2014 as manifestações significativas em escala nacional eram, então, tomadas por verde e amarelo e ilustradas por grandes patos que, apesar de aparentemente pouco significativos, representavam o meio de um caminho já traçado em direção a um golpe de Estado.

10 Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-03-19/popularidade-de-dilma-bate-novo-recorde-e-sobe-para-79-diz-ibope.html>. Acesso em 30 de maio de 2019.

Referências

ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL. **O que é a APH?**. 19 de agosto de 2013. Disponível em: <http://aph-bh.wikidot.com/sobre>. Acesso em 22 de agosto de 2019.

ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL. **Discutido. Votado. Decidido.** 06 de julho de 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189/150880091770805/?type=3&theater>. Acesso em 22 de agosto de 2019.

BIENENSTEIN, Glauco; BIENENSTEIN, Regina; SOUSA, Daniel Mendes Mesquita de. **O plano e o projeto como instrumentos de luta:** Notas sobre a experiência da Vila Autódromo, RJ. In: BIENENSTEIN, Glauco; BIENENSTEIN, Regina; SOUSA, Daniel Mendes Mesquita de. Universidade e luta pela moradia. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 193 - 251.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança.** Movimentos sociais na era da Internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** São Paulo: Editora 34 Lta, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

ESCOBAR, Pepe. O Brasil no epicentro da guerra híbrida. **Jornal de Todos os Brasis.** São Paulo, 2017. Disponível em: <https://jornalgnn.com.br/noticia/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida-por-pepe-escobar>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** 2. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade.** In: MARICATO, Ermínia et al.. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 28 - 34.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. O Direito à Cidade. 2008. Traduzido do original em inglês “The right to the city”, por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/Marília. **New Left Review**, n. 53, 2008, p. 73-89.

JORNAL IG. **Popularidade de Dilma bate novo recorde e atinge 79%, diz Ibope**. São Paulo, 19 de março de 2013. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-03-19/popularidade-de-dilma-bate-novo-recorde-e-sobe-para-79-diz-ibope.html>. Acesso em 30 de maio de 2019.

KASTRUP, Virginia. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção In: CASTRO, L. R. de; BESSET, V. L. (Orgs.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008, p. 465-489.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.

MANCE, Euclides. **O Golpe – Brics, Dólar e Petróleo**. Passo Fundo: IFIBE, 2018.

MARICATO, Ermínia. Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro; Orlando dos Santos Junior (org.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Fase, 2007, v. 1, p. 165-195.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, Ermínia et al.. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 19 - 26.

MARICATO, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. **Agência Carta Maior**, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/maricato-participativos.pdf>. Acesso em 01 de Setembro de 2019.

MARICATO, Ermínia; SANTOS JÚNIOR, Orlando. Construindo a política

urbana: participação democrática e o direito a cidade. In: RIBEIRO, Luiz César; SANTOS JUNIOR, Orlando (orgs.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Fase, 2007.

MERCADANTE, Aloízio; ZERO, Marcelo. **Um Legado Para o Futuro: governos do PT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. 160 p. v. 23g. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/14zYq1ZugiH8H05qPRK5e4QzUMSIkf_bX>. Acesso em 07 de maio de 2018.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In NOBRE, Maíra. **Levantes urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

RENA, Natacha; NOBRE, Maíra; BARBOSA, Danilo; PORTO, Henrique. Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do golpe que eclodiu em 2016 no Brasil. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, 2018, v. 4 n.2, p. 210 - 243. Disponível em: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=.download/007.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2019.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas; as revoltas de junho e suas interpretações. In MARICATO, Ermínia et al.(org.) **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 7 - 12.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia e sociedade**. Pontofícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. V.21, n. 2, 2009. P. 166 - 173.

SANTOS, Boaventura. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2016.

TOZI, Fábio. **Geopolítica, soberania e hegemonia: o Brasil e a centralidade do território nos processos de globalização**. in:FREITAS, Daniel Medeiros de; LOPES, Marcela Silviano Brandão; MAIA, Marcelo Reis; RENA, Natacha (Ed.). **Revista Indisciplinar**. v.4, n.2, Belo Horizonte: Indisciplinar, 2018.